



---

030.3.54.O	Sessão Ordinária - CD	Deliberativa	13/03/2013-17:18
Publ.: DCD - 14/03/2013 - 4673	JORGE TADEU MUDALEN-DEM -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### ***Sumário***

Implementação de medidas necessárias para a reversão do quadro de violência reinante no País.

---

## **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. JORGE TADEU MUDALEN** (DEM-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o problema de segurança pública no Brasil é tema que tem afligido a sociedade brasileira. E nós Parlamentares o que devemos fazer? É ou não responsabilidade constitucional do Estado? Sabemos piamente que a pobreza não é condicionante da criminalidade e que não existe uma receita pronta para solucionar tal problema.

Entendo que a única forma de solucionar por vez o problema da segurança pública deste País é através de ação conjunta, desde o combate à corrupção nas polícias, no Judiciário, criação de conselhos dentro de cada comunidade, além de investimentos nas áreas de tecnologia que visem melhorar as formas de investigação.

A população brasileira anda assustada com a violência, vem mudando seu comportamento social e investindo na segurança privada, isto sem adentrarmos na seara psicológica de quem já sofreu qualquer tipo de violência, ou que dela vive atordoada pela iminente possibilidade de sofrê-la.

Em matéria publicada pela revista jurídica *Consulex*, o especialista em segurança pública, Luiz Flávio Borges D'Urso, diz: "*Uma das principais causas da escalada da violência reside no aumento da sensação da impunidade, aliado ao fato de o Estado abandonar determinadas áreas, que ficam à mercê de quem resolve deter o poder para dominá-las, instalando ali um verdadeiro poder paralelo*".

Quando falamos de segurança pública, estamos falando de um processo complexo de operações que envolvem certa unidade de ações do Estado e da



sociedade, compartilhando uma visão preventiva e repressiva frente à criminalidade.

O processo de segurança pública se inicia pela prevenção e finda na reparação do dano, no tratamento das causas e na reinclusão na sociedade do autor do ato ilícito.

Para que o cidadão brasileiro volte a se sentir seguro, tanto em suas residências quanto em demais áreas públicas ou privadas, é necessário agirmos urgentemente na busca de ferramentas estatais que viabilizem tanto a aplicação da inteligência das polícias quanto ao uso de tecnologias modernas para melhorar a efetividade contra o crime.

É lamentável que tenhamos que bater na mesma tecla sempre. Entretanto a sociedade clama por socorro, isto porque já não suporta mais o descaso do Governo quando o assunto é segurança pública, quando é saúde, quando é educação.

Sabemos, nobres pares, que não basta termos somente leis mais rígidas e mais coerentes com a realidade atual. Quando discutimos as causas da criminalidade, compreendemos que elas não agem sozinhas ou de forma direta sobre o indivíduo. A família, base de toda sociedade, quando desestruturada, não são assimilados na infância dos filhos os valores morais, éticos, sociais e religiosos.

É evidente que o meio de convívio familiar e social conturbado pode influenciar sobre a criminalidade. Tudo isso aliado à pobreza, ausência ou precariedade das escolas e saúde pública, inexistência de áreas de lazer e oportunidades de profissionalização, única forma de almejar um trabalho lícito, que objetive ascensão econômica e conseqüentemente a manutenção própria e da família.

Muitos países sofrem com os altos índices de criminalidade e violência e com as dificuldades das instituições públicas para lidar com a situação. Na América Latina, esta é a realidade da maioria dos países que hoje vivem, em maior ou menor grau, processos de reestruturação de seus sistemas de segurança e Justiça. A violência é a primeira entre as causas de morte no Brasil, na Colômbia, na Venezuela, em El Salvador e no México.

Repressão à violência é importante, mas é uma abordagem pontual que não incide sobre os fatores geradores de insegurança. As instituições policiais não podem, isoladamente, dar conta da segurança pública. Atuar preventivamente sobre fatores como degradação ambiental, desemprego, problemas de saneamento, iluminação pública e falta de opções de lazer, a chamada "prevenção primária", pode trazer benefícios efetivos para a segurança pública.

Para que façamos realmente um diferencial, faz-se necessário um esforço conjunto, um direcionamento comum por parte dos diferentes segmentos da sociedade, e que estejam articulados os Poderes Executivo, Legislativo e



Judiciário, pois só assim conseguiremos de forma equilibrada impor limites à violência que vem assolando o País.

Existem muitos jovens oficiais de polícia com ideias novas e criativas e que gostariam de ver mudanças, mas carecem de ajuda política e institucional para pensar e testar alternativas inovadoras. É preciso promover o fortalecimento desses atores e o estímulo a sua expressão e manifestação.

É necessário, caros Parlamentares, que a sociedade venha ser convocada para refletir conjuntamente com esta Casa sobre essas questões, participar e propor debates, colaborar com suas propostas e seus questionamentos, pois acreditamos que juntos podemos avançar tanto no plano das ideias quanto das ações, no caminho da construção de segurança pública exemplo ao mundo.

Concluo, Exmo. Presidente. É preciso que este Parlamento seja corajoso e tenha determinação política para que sejam editadas leis mais coerentes com a realidade do País.

Meu muito obrigado.

---

Documento 2/59

---

005.3.54.N	Sessão Extraordinária - CN	18/03/2013-00:00
Publ.: DCN	VALDIR PIETROBON (PRESIDENTE DA	
19/03/2013 - 1020	FEDERAÇÃO NACIONAL DE CONTABILIDADE	
	(FENACON)--	
CONGRESSO NACIONAL	HOMENAGEM	OUTROS DISCURSO

---

### ***Sumário***

Comemoração do Ano da Contabilidade no Brasil.

---

**O SR. VALDIR PIETROBON** - Bom dia a todas e a todos os presentes; Exmo Senador João Vicente; Deputado Federal Damião Feliciano; nosso amigo pessoal Juarez Domingues Carneiro, presidente do CFC; nosso também amigo José Martonio; nossa sempre querida presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim; queria aqui saudar também o nosso Laércio Oliveira, presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Setor de Serviços, do Congresso Nacional; nosso amigo José



Pimentel, que sempre nos ajudou; em nome de todos os presidentes dos CRCs, em nome da Lucélia Lecheta, presidente do CRC do Paraná, quero cumprimentar todos os presidentes dos CRCs do Brasil; em nome do Sérgio Approbato Machado, cumprimentar e saudar todos os presidentes de SESCOs e SESCAs aqui presentes.

Primeiramente, Juarez, parabenizá-los por esse lançamento. Eu diria a vocês que 2013 é ano da Contabilidade. Mas a contabilidade é todos os anos, todos os dias, todos os minutos, desde que acordamos. Se levantarmos e formos pegar o ônibus, já temos que contabilizar, não temos? Se formos escovar os dentes, temos que contabilizar. Se começarmos a pensar por aí, falar do que é contabilidade, a contabilidade, senhores, nada mais é do que a vida de todas as empresas. Sem contabilidade as empresas não vivem, um país não vive, a sociedade não vive. O setor público que não controla as suas finanças. Se gasta mais do que recebe, tanto a sociedade quanto as empresas, nunca seremos um país de Primeiro Mundo. Jamais.

Não podemos só pensar no presente. Vamos pensar no amanhã, nos nossos filhos, nos nossos netos, deixar um País mais saudável, empresas mais saudáveis, uma sociedade mais saudável, pois país ou povo que não planeja seu futuro vive de forma sombria e incerta, com certeza. E a única forma, eu diria para vocês, que pode controlar tudo isso se chama contabilidade. Não vejo outra forma a não ser a contabilidade transparente, para que possamos parar de ver, o dia inteiro, os jornais dizendo: sonegação daqui, sonegação dali, falcatura daqui, falcatura dali.

Srs. Congressistas, já que estamos aqui dentro, coloquem contadores nos órgãos públicos, que vocês verão que as coisas mudarão neste País. (*Palmas.*)

Presidente, aproveitando a oportunidade, já queria convidar todos para que, depois de amanhã, no dia 20, compareçam aqui, no 10º andar do Anexo IV, quando faremos um café da manhã e lançaremos a agenda política legislativa da Fenacon, onde constam todos os projetos que Sistema Contábil Brasileiro abraça. Afinal de contas, representamos só a contabilidade, ou a Fenacon representa outras atividades, mas vivemos, com certeza, todos os problemas das micro e pequenas empresas brasileiras no seu dia a dia. E é o que vamos relatar nesses projetos todos.

Obrigado. (*Palmas.*)



---

036.3.54.O	Sessão Comissão Geral	19/03/2013-15:56
Publ.: DCD - 20/03/2013 - 5368	VANDERLEI SIRAQUE-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	DISCUSSÃO DISCURSO

---

### ***Sumário***

Debate sobre segurança pública e violência no trânsito.

---

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI SIRAQUE** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que estão aqui presentes, representantes de entidades do Governo, o tempo de 3 minutos para se discutir segurança pública é pouco. Inicialmente seriam 15 minutos, pelo menos. Como vou fazer uma exposição para discutir os projetos que estão tramitando nesta Casa em 3 minutos?

De qualquer maneira, a meu ver, sobre segurança pública, aumentar o número de efetivo de policiais não vai resolver nada; também não é aumentando salário que vai resolver o problema de corrupção, porque isso é problema de caráter. Se fosse assim, todo mundo que recebe salários mais altos seria honesto, e todos os pobres seriam desonestos. Não é o caso. As pessoas têm de ter melhores salários por uma questão de dignidade. Essa é a questão: dignidade. Quem é desonesto vai continuar desonesto e quem é honesto continuará honesto. É preciso corregedoria forte nas polícias para acabar com a corrupção.

Segundo, temos de investir em polícia técnica científica, investir em perícia. As últimas pesquisas demonstram que a maioria dos Estados não investem em polícia técnica científica e não investem em perícia. É necessário investir em inteligência policial. É isso que é preciso: melhorar os equipamentos, melhorar as condições de trabalho, diminuir a hierarquia na Polícia Militar. Existem 20 hierarquias. Há mais chefes do que soldados. É necessária a redução do nível hierárquico dentro das Polícias. Isso é importante.

Nós precisamos priorizar a regulamentação do art. 144 da Constituição. Nós precisamos criar o sistema único de segurança pública no Brasil. É preciso definir quais são as competências da União, as competências dos Estados e as competências dos Municípios. Não se trata de competência de polícia propriamente dita, no sentido de Polícia Militar, mas é necessário definir o que é segurança de prevenção.

Esse negócio de a gente ficar com blá-blá-blá não irá adiantar. Ou se cria o sistema único de segurança, integrado, e se define a competência de cada Unidade da nossa Federação, ou nós vamos criar 10, 20 Comissões Gerais.



Precisamos também criar a Polícia Nacional, para dar apoio aos Estados em momentos de crise, como o que está acontecendo em Santa Catarina, como o que aconteceu há algum tempo em São Paulo, como o que aconteceu na Bahia, na Paraíba, em Alagoas e em outros Estados do Brasil, quando o Governador não tem condições de arcar com as suas responsabilidades constitucionais. Precisamos criar a Polícia Nacional, aprovando a emenda, porque é necessária emenda à Constituição Federal, ao art. 144. Temos Polícia Federal, Polícias Militares, mas é necessária uma polícia para dar respaldo aos Estados.

Quero citar o que está acontecendo em Santa Catarina, um Estado tomado pela corrupção policial. Fizeram acordo lá com o crime organizado. É por isso que está acontecendo o que está acontecendo.

Nesse caso, é interessante uma polícia nacional para fazer a devida intervenção e chamar as pessoas à responsabilidade.

É isso, Sr. Presidente. Eram 3 minutos, só passei 1. Desculpe-me. Obrigado. (*Palmas.*)

---

Documento 4/59

---

042.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 22/03/2013- - CD	12:27
Publ.: DCD - 23/03/2013 - 6464	FRANCISCO PRACIANO-PT -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desvio na aplicação de recursos federais pela maioria dos Municípios brasileiros, especialmente no tocante aos setores de educação e saúde, segundo a Controladoria-Geral da União. Imediata criação, pelos órgãos competentes, de força-tarefa para combate à referida prática.

---

**O SR. FRANCISCO PRACIANO** (PT-AM e pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria que fossem somados aos meus 5 minutos os 3 minutos de breve comunicação. Muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros, trago uma preocupação que deveria ser de todos nós. Companheiro Presidente Fernando



Nicolau, meu conterrâneo do Amazonas, a Controladoria-Geral da União - CGU faz anualmente três ou quatro sorteios, por meio do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, com o objetivo de acompanhar, fiscalizar o uso dos recursos públicos federais transferidos para Estados e Municípios. Esse programa, em tese, fiscaliza de 200 a 250 Municípios por ano. E a CGU tem demonstrado que, nos últimos 8 anos, cerca de 80% dos Municípios fiscalizados apresentam problemas no uso dos recursos, principalmente, da saúde e da educação.

Esse é um problema seriíssimo de todos os Estados brasileiros. Cito como exemplo, com tristeza, o meu Estado. Companheiro Presidente Luiz Fernando Nicolau, o Estado do Amazonas foi contemplado com 33 Municípios - digo "contemplados" porque isso é bom. A CGU fiscalizou 33 Municípios do Estado do Amazonas nos últimos 8 anos. Sabe qual foi o percentual desses Municípios que suscitaram fortes suspeições de desvio de dinheiro da educação, comprometendo o futuro deste País, e da saúde, comprometendo, da mesma forma, o futuro do nosso País? Cem por cento!

Cem por cento dos Municípios fiscalizados do Estado do Amazonas apresentam possibilidades altíssimas de desvio de recursos da saúde - o senhor é um médico, sabe qual é a consequência disso - e da educação. Que os jovens saibam disso e apresentem as suas reações, a sua indignação!

A minha tristeza decorre também de que, em média, no Brasil, o índice é de 80%. Vejam o que permite isso. O Instituto Ethos diz que, em todas as Assembleias no Brasil, só há 20% de oposição. Em nosso Estado, está em torno de 10%. Esse comodismo, essa omissão quanto ao ato de fiscalizar, esse atrelamento ao Executivo retira quase totalmente a possibilidade de as Assembleias promoverem a fiscalização relativa aos recursos dos Estados e aos recursos da União.

Outro aspecto triste. O mesmo instituto diz que os TCEs estão acorados, estão anexados. Há uma força estranha, centrípeta, como ele diz. Logo depois das eleições, essa força centrípeta atrai quase todos os Deputados para os palácios de governo. E os conselheiros dos TCEs são indicados pelo próprio Governo.

Outro dado: somente 30% da imprensa publica corretamente, com os detalhes de que precisamos, as matérias sobre os escândalos de corrupção.

Temos, portanto, um ambiente propício para desvio de recursos. As Assembleias fiscalizam mal ou não fiscalizam, os TCEs estão atrelados aos Governos, e também o povo não aprendeu ainda que dinheiro público é dinheiro dele. A cultura tem de ser a de não aceitar esses desvios. Enfim, esse cenário permite coisas desse tipo, permite que



80% dos nossos Municípios estejam sendo alvo de suspeições altíssimas de desvio de dinheiro público. Todo ano a CGU apresenta relatório de conteúdo similar ao da manifestação que estou fazendo. Esse problema é uma desgraça! Isso é uma peste! Isso é uma doença deste País!

Vou dar outro exemplo. Segundo ainda o Instituto Ethos, nos Estados, quanto a recursos que deveriam ser dirigidos para compra, para contratação de obras e serviços na área da educação e na área da saúde, meu companheiro Presidente Luiz Fernando Nicolau, recursos para investimentos na saúde e na educação, em média, 57% dos contratos estão sendo feitos pela modalidade menos competitiva, ou seja, inexigibilidade de licitação ou ausência total de licitação. No caso desses recursos, no Brasil todo, 57% estão sendo utilizados sem licitação na saúde e na educação.

No Estado de São Paulo, um Estado que se pressupõe muito mais avançado que os demais, de consciência crítica maior, são 75%. No Maranhão, de acordo com essa pesquisa, foram 100% sem licitação. Uma desgraça, repito.

Para encerrar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de dizer que o combate à corrupção, o financiamento da saúde e da educação não precisam esperar os *royalties*. Hoje, muitos recursos já estão sendo desviados. E uma das formas de financiar a educação e a saúde é usar bem os recursos. Combatendo esses desvios também se financia a saúde e a educação.

Eu faço um pedido, porque sou da Comissão de Educação desta Casa: que o Estado brasileiro, que o Governo, por meio da CGU, dos Ministérios envolvidos, os Ministérios da Saúde e da Educação, com a participação do Ministério Público, da Justiça e do TCU, crie uma força-tarefa para combater imediatamente esse problema, que é uma praga no Brasil. Isso está comprometendo o futuro da juventude e do povo brasileiro.

Não teremos boa saúde, boa educação, bom serviço público se esta Casa, a Justiça e o Governo Federal, bem como as entidades que podem tratar desse assunto, não encontrarem, o mais rápido possível, um caminho que propicie a fiscalização dos recursos públicos neste País, especialmente os relacionados às áreas de saúde e educação. É o pedido que estamos fazendo.

Não quero pedir CPI aqui, não. Não quero fazer festa aqui, não. Eu sou da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção porque não gosto de pirotecnia, nem quero apontar nomes ou fatos individualmente. Eu gostaria que o Estado brasileiro tratasse de forma profissional esse problema, reunindo o Ministério Público, o TCU, os TCEs, Governos, Ministérios dessas áreas, para que se estabeleça urgentemente uma





força-tarefa que encontre o melhor caminho para se evitar esta desgraça na administração pública brasileira, o desvio de recursos da saúde e da educação.

É o pedido que o Deputado Praciano faz a esta Casa, à Justiça e ao Governo brasileiro.

Muito obrigado.

---

Documento 5/59

---

171.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/06/2013-15:00
Publ.: DCD - 19/06/2013 - 24905	DR. UBIALI-PSB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio às recentes manifestações de estudantes realizadas no País. Defesa de atendimento às reivindicações deles.

---

**O SR. DR. UBIALI (PSB-SP. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Deputado Paulo Feijó,

não sabe trabalhar com os partidos, porque os partidos não sabem trabalhar com o jovem, porque os partidos não dão liberdade ao jovem.

Os partidos estão com os mesmos dirigentes há anos. Os partidos não permitem renovação, não permitem que haja uma real inclusão dos jovens.

É isto que tem levado os jovens às ruas. Eles querem educação, saúde, transporte e combate à corrupção. Todos nós queremos. Não basta dizer: "*Temos que fazer*". Precisamos fazer com que o jovem seja aproveitado, que este movimento não seja olhado e aplaudido, mas que seja entendido e seja ouvido para que as mudanças aconteçam.

Não perceber as necessidades de mudança é negar o óbvio, é negar o



que realmente existe. Por isso vamos à luta!

Vamos sim, jovens, à luta e vamos vencer!

---

Documento 6/59

---

173.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 19/06/2013- - CD	11:34
Publ.: DCD - 20/06/2013 - 25246	- DELEGADO PROTÓGENES-PCDOB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Indignação do orador com a não inclusão na pauta de proposições reivindicadas por participantes em recentes manifestações populares.

---

**O SR. DELEGADO PROTÓGENES** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB neste momento registra a sua indignação com a indiferença desta Câmara dos Deputados a toda a situação que está acontecendo no País.

Louvo aqui os partidos que mudaram as suas votações em respeito aos estudantes e ao povo brasileiro, aos trabalhadores, às trabalhadoras, às mulheres dignas deste País que estão nas ruas. Não são 10 mil, não são 20 mil! São mais de 200 mil pessoas, Sr. Presidente, até hoje contabilizadas nos mais diversos órgãos de imprensa e órgãos de estatística!

Existe, sim, uma pauta importante neste Congresso Nacional na data de hoje, mas existe uma pauta engavetada nesta Câmara dos Deputados, que é a pauta dos projetos de lei anticorrupção, a pauta dos projetos de lei que destinam o dinheiro público para as responsabilidades públicas que temos que cumprir neste País.

Sr. Presidente, quero aqui deixar registrado um protesto para que nós, nesta Câmara dos Deputados, nos alinhemos àqueles que votaram em nós, àquele que têm o poder dentro desta Câmara para determinar a pauta. E a pauta, Sr. Presidente, não é só a da redução do transporte público...

**O SR. PRESIDENTE** (Vitor Penido) - Para concluir, Sr. Deputado.



**O SR. DELEGADO PROTÓGENES** - ...no Estado de São Paulo e nos mais diversos Estados da Federação. É a pauta da corrupção, é a pauta do desvio de dinheiro público, é a pauta da reforma política que esta Câmara não tem a dignidade e o respeito de aprovar aqui. Nós trabalhamos aqui por mais de 2 anos por essa reforma política. E a indiferença, os acordos do subterrâneo desta política mesquinha leva a esta humilhação.

---

Documento 7/59

---

173.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 19/06/2013- - CD	11:34
Publ.: DCD - 20/06/2013 - 25260	- DELEGADO PROTÓGENES-PCDOB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Realização de manifestações de trabalhadores e estudantes no País. Empenho do orador no combate à corrupção. Repúdio aos atos de vandalismo ocorridos durante manifestações de protesto. Inadmissibilidade de atos de truculência contra participantes em movimentos sociais, Fortalecimento das polícias brasileiras.

---

**O SR. DELEGADO PROTÓGENES** (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dirijo-me ao povo brasileiro e aos meus colegas da Câmara dos Deputados para dizer que as recentes mobilizações do povo brasileiro tecem, em suma, justas críticas à Polícia e aos políticos.

Estou hoje na Câmara Federal, mas vim do outro lado do "balcão". Creio que a maioria dos brasileiros e das brasileiras conhece a batalha que travei na Polícia Federal contra a corrupção. Foi em razão de operações que comandeique o banqueiro bandido condenado Daniel Dantas, Celso Pitta, Naji Nahas, Paulo Maluf, Law Kin Chong e muitos outros de peso foram parar na cadeia por terem praticado crimes de corrupção. No entanto, forças e interesses contrários impediram que eu desse prosseguimento à minha luta como delegado.

Por isso, busquei espaço no Congresso Nacional, onde imaginei que teria chance de dar continuidade a esse trabalho. Mas, como todos sabem, a tarefa não é fácil, é quase inglória. Brasília não é um ambiente onde as coisas acontecem pelas vias que esperamos e gostaríamos que acontecessem. Os caminhos nem sempre são retos e, muitas vezes, adentram os subterrâneos das negociatas. Confesso



que me senti muito solitário e impotente diante do quase impenetrável e imutável esquema aqui enraizado.

No entanto, os últimos acontecimentos que se espalharam por todo o País me deram um novo alento. Sinto que não estou mais tão sozinho nessa cruzada e que o povo acordou para uma realidade que pode ser, sim, mudada.

Parabenizo as centenas de milhares de brasileiros e de brasileiras, trabalhadores e trabalhadoras e estudantes que tiveram a coragem de protestar nas ruas - e se mantêm nas ruas - e os milhões que, nas redes sociais, uniram-se, dando voz às suas indignações e aos seus anseios.

Lamento apenas o oportunismo de alguns infiltrados que iniciaram e alimentaram um clima de violência e vandalismo que tanto prejuízo traz para todos.

Mas lamento demais, principalmente, a insensibilidade de alguns governantes, especialmente o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, que permitiu ataques brutais e sem sentido contra manifestantes. As cenas de barbárie exibidas nos veículos de comunicação e nas redes sociais são tão injustificáveis que bastou uma mudança de postura do Sr. Governador, pressionado pela opinião pública, para que a violência deixasse de existir.

Nossos policiais são gente como a gente, também tomam ônibus e metrô, também dependem do Sistema Único de Saúde, e seus filhos também frequentam o tão combatido sistema escolar. E, talvez mais do que todos, temem a falta de segurança em que vivemos, pois são duplamente alvos dos bandidos: como cidadãos e como defensores da lei.

Não se deve cobrar desses heróis anônimos as atitudes que lhes são impostas por seus mandantes, que, em última instância, se apoiam na insensibilidade dos que despacham no conforto de seus gabinetes bem decorados e convenientemente longe do *front*.

Nossa força policial merece ser valorizada e recompensada com salários mais adequados, com equipamentos modernos e em número suficiente, com treinamento eficaz e liderança técnica e não permeável aos interesses meramente políticos.

Mais uma vez felicito todos os brasileiros que se fizeram ver e ouvir com vaias, brados de ordem, cartazes, gestos e muita união.

Neste momento, sinto-me honrado e feliz pela oportunidade de me unir a esse sentimento que mobilizou uma nova geração e contagiou as demais.



Aos líderes e participantes mais ativos desse movimento em todo o Brasil e a todos aqueles que, como eu, simpatizam com um novo despertar, lembro que têm em mim um aliado e uma voz em Brasília para construir um País com mais liberdade, um País com mais justiça, um País mais fraterno, um País com mais igualdade.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

---

Documento 8/59

---

173.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 19/06/2013- - CD	11:34
Publ.: DCD - 20/06/2013 - 25266	- PAULO RUBEM SANTIAGO-PDT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Desinteresse da Presidência da Casa na inclusão na pauta de propostas destinadas ao combate à corrupção.

---

**O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO** (PDT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já presidiram esta Casa os Deputados João Paulo Cunha, Severino Cavalcante, Aldo Rebelo, Arlindo Chinaglia, Michel Temer, Marco Maia, e hoje preside a Câmara dos Deputados o Deputado Henrique Eduardo Alves. A Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, que tem 10 anos, entregou a todas as Mesas Diretoras a pauta de projetos de combate à corrupção, e, até hoje, não houve consenso entre os Líderes para que pudéssemos votar os projetos que estão prontos para apreciação do Plenário.

É por isto que o povo está nas ruas, porque o Congresso é omissos. O Senado e a Câmara são omissos na apreciação dos projetos que colocam o combate à corrupção na pauta sociedade brasileira.

Vamos reiterar o apelo para que a Mesa Diretora que atualmente dirige a Casa coloque em pauta os projetos de combate à corrupção.



---

Documento 9/59

---

174.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 19/06/2013-14:42  
Debates - CD

Publ.: DCD - 20/06/2013 -  
25305

AROLDE DE OLIVEIRA-PSD -RJ

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Fatores determinantes das recentes manifestações de trabalhadores e estudantes realizadas no País.

---

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD-RJ. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o que me traz de volta à tribuna no dia de hoje ainda são essas manifestações, para as quais todos nós estamos buscando explicações para saber por que elas estão ocorrendo. Na verdade, o orador que me antecedeu, Líder, colocou muito bem e tecnicamente o que está acontecendo: vivemos em um mundo moderno, num mundo onde a Internet e as redes sociais criaram um tipo de relação sem intermediação.

As últimas manifestações que nós tivemos no Brasil, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, foram ainda dentro do esquema dos meios clássicos de comunicação, em que sempre se tem um intermediário, há sempre alguém que gera a notícia e lança para a massa. É a clássica comunicação de massa.

Hoje, essa comunicação de massa perdeu força, e nós estamos vivendo outro tipo de comunicação, sem essa intermediação. O fato de não ter a intermediação não aliena as pessoas. Todos estão trocando informações permanentemente. Como o acesso a essa tecnologia naturalmente ocorre do vértice da pirâmide social para a base, hoje nós temos toda a classe média praticamente interligada, conectada à Internet e usufruindo dos benefícios que essas redes sociais - e até dos malefícios, por que não dizer? - colocaram à disposição.

Então, neste momento, nós temos uma situação de insegurança das famílias brasileiras. As famílias estão endividadas. A inflação não para de crescer. Você vai ao supermercado e verifica que, com o que gastou



no mês passado, já não dá para fazer as mesmas compras neste mês. Isso vai gerando um clima de insegurança nas famílias.

O endividamento, que começou lá com os famigerados esquemas de créditos consignados para esquemas de corrupção, afeta também as famílias, porque as pessoas acabam assumindo dívidas que não vão poder pagar. O imediatismo do consumo faz com que as pessoas, no futuro, passem a se sentir sem condições de se sustentar. A classe mais atingida é a dos idosos, é a dos aposentados, enfim, daqueles justamente que ganham menores salários.

Há a questão da corrupção neste País: a corrupção desenfreada associada à impunidade, à sensação de falta de investigação. Tudo isso se formou, juntamente com políticas públicas equivocadas na área da saúde, na área da segurança pública, na área da educação. Organizou-se um elenco numeroso de causas, decepções e frustrações para essa classe média que acessa a informação.

A juventude da classe média, usando um estopim que não é um dos maiores problemas, o transporte público - até porque existem vales-transporte e outros mecanismos para que o trabalhador se sinta aliviado, o estudante tem subsídios nas maiores cidades -, explodiu e fez com que esse cálice, com que esse vaso de tantas indignações, de tantas frustrações transbordasse, e nós estamos vivendo então essa situação.

O grande risco que eu vejo em tudo isso? Isso é maravilhoso, isso é democracia. Mas a democracia não é a democracia de Cuba, essa é a democracia das liberdades plenas, da liberdade de expressão, da liberdade de culto, da liberdade de imprensa, de criação intelectual. Essa é a liberdade do homem pleno, do homem transcendente, do homem capaz de criar e construir a sua própria cultura.

Então, essa democracia de Estado de Direito é que está se manifestando com toda a liberdade e, de certo modo, traz à outra democracia, que também se chama democracia, a cubana, uma certa frustração. E hoje nós vemos o Governo perplexo, sem saber o quê fazer. A Presidenta da República, deixando de exercer no Palácio do Planalto a plenitude do seu cargo de Presidente, se desloca para São Paulo para conversar com assessores, a fim de ver o que fazer. Isso é uma coisa que aumenta a indignação, porque Presidente da República é uma instituição nacional. Nós temos que entender dessa forma.

Sr. Presidente, este é um momento de reflexão, de cautela, mas vamos acompanhar esses movimentos sem cerceá-los.

Muito obrigado.



---

Documento 10/59

---

174.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 19/06/2013- - CD	17:00
Publ.: DCD - 20/06/2013 - 25331	- ELEUSES PAIVA-PSD -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio às recentes manifestações populares realizadas no País. Apelo à Casa de realização das reformas política e tributária. Destinação de maiores recursos para as áreas de saúde e educação.

---

**O SR. ELEUSES PAIVA** (PSD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, espero contar com a compreensão do Deputado Ivan Valente para precedê-lo. Com certeza, estarei aqui para ouvir o nobre Parlamentar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu Líder de partido, Eduardo Sciarra, meu eterno Líder, Guilherme Campos, ocupo a tribuna no dia de hoje para falar em nome do meu partido e manifestar, como não poderia ser diferente, uma visão das amplas manifestações populares a que nós estamos tendo a oportunidade de assistir em todo o País.

Sr. Presidente, este Parlamento e o Poder Executivo, em todos os níveis, não podem ficar surdos ao que nós estamos vendo e ouvindo nas ruas dessas manifestações que, a meu ver, num primeiro momento, no dia 13 de junho, tiveram algumas medidas duras, repressivas, com uma visão equivocada. Tratava-se de um movimento popular e imaginava-se que esse movimento teria uma origem partidária, o que não é real. Acredito que todos nós, hoje, tenhamos isso muito claro.

Sr. Presidente, o movimento, a meu ver, inova. Inova porque nós vivemos na década de 60 movimentos populares semelhantes, mas que tinham um alvo muito claro: a queda do Governo João Goulart. Tivemos, na década de 80, um grande movimento neste País pelas Diretas Já. Na década de 90, outra mobilização enorme com objetivo fixo em relação à queda do Presidente Collor.

Mas esta mobilização é difusa, não conseguimos observar lideranças fixas, pautadas, com controle. É um movimento da massa, um movimento popular extremamente difuso, que, a meu ver, tem alguns objetivos muito claros. Primeiro, uma coisa pautada. Somos o quarto





ou quinto país com maior carga tributária, no entanto, temos serviços públicos de péssimas qualidades. O Deputado Colbert, que me antecedeu, indicou alguns deles.

Veja, Sr. Presidente, acredito que o problema não seja os 20 centavos da passagem, mas talvez a situação em que se encontra o transporte público neste País, o que esta população não aguenta mais, a situação que encontramos na educação, que é queixa de todos nós da sociedade. Aprovamos nesta Casa os 10% para a educação, mas ainda não os vimos serem executados.

Se acreditamos que podemos mudar este País, temos que investir, sim, na nossa juventude, mas não observamos isso. E que não seja diferente na saúde. Como o Deputado Amauri Teixeira, que vive a saúde, e eu, como médico, vemos a saúde deste País? Há filas intermináveis. Outro dia, como médico da instituição em que trabalho, fui procurado por um paciente que estava na fila para marcar uma cirurgia. Demora-se 95 dias para marcar uma cirurgia. Isso é real! A nossa população vive isso! Noventa e cinco dias para marcar uma cirurgia! E as UTIs? E as filas nas UTIs?

Sr. Presidente, nós imaginamos um país melhor. E o pior de tudo é que lutamos nesta Casa para conseguir mais financiamento para a saúde - vejo o Deputado Rosinha no plenário, Presidente da minha Comissão. Queremos, sim, recursos para a saúde. Falta-nos competência para gastar o que temos. Temos um Ministro da Saúde que, no ano passado, não conseguiu gastar 17 bilhões de reais do Orçamento. Gostaria que S.Exa. nos explicasse. Com toda essa falta, com as Santas Casas quebrando, não conseguiu aumentar a tabela, 9 bilhões não foram empenhados, 8,5 bilhões, Deputado Brito, estão em Contas a Pagar, sem objeto.

É a essa saúde que estamos assistindo. Aí talvez fique claro por que a nossa sociedade vai às ruas se manifestar. É o movimento contra a corrupção, principalmente contra a impunidade. Eu desafio os Deputados desta Casa. Quando se fala em corrupção, quantos corruptos estão na cadeia? Vimos o julgamento no STF, e ninguém na cadeia. E vai continuar assim. Depois pedem que a população não vá à rua. Vai, sim, eu não tenho dúvida. E espero que tenhamos sensibilidade para não deixar essa sociedade que está nas ruas frustrada. Frustrada por não ver seus objetivos realizados, frustrada por não ver a área social avançando, frustrada por não ver corruptos na cadeia.

Espero que tenhamos condições de pautar, nesta Casa, reforma política, reforma tributária. Não temos condições de ver recursos empenhados no Ministério da Saúde e na educação.

Sr. Presidente, eu não tenho dúvida. Falo a toda a sociedade que



espero, sim, que esses movimentos venham sensibilizar a classe política deste País para que tenhamos as reformas que todos nós almejamos. É isso que eu espero, Sr. Presidente. Espero que não haja infiltração nesse movimento levando a quebra-quebra, para tentar desqualificar um movimento social justo da sociedade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 11/59

---

176.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de	21/06/2013-09:21
	Debates - CD	
Publ.: DCD - 22/06/2013 - 25811	DOMINGOS DUTRA-PT -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Imediata adoção, pelos Poderes Legislativo e Executivo, de ações para atendimento às reivindicações dos participantes nas recentes manifestações populares realizadas no País.

---

**O SR. DOMINGOS DUTRA (PT-MA. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Deputado Izalci, Deputado Onofre Santo Agostini, eu venho a esta tribuna, nesta manhã de sexta-feira, após as gigantescas manifestações de ontem, oferecer algumas sugestões, embora não seja líder de nada aqui - e V.Exas. sabem que este Parlamento funciona em um esquema de líderes.

Infelizmente, enquanto o Brasil pegava fogo lá fora, a Câmara Federal estava fechada. Eu tive que me agasalhar no Senado Federal, assistindo ali aos Senadores Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e Paulo Paim se revezarem na tribuna.

Eu queria sugerir aqui algumas ideias que acho fundamentais para a gente salvar a Nação.

Não é hora de pensar em eleição. É hora de a gente pensar na Nação brasileira.

Em primeiro lugar, acho que o Presidente Henrique Eduardo Alves, se não voltou da Rússia, deveria pegar o jato mais veloz possível e voltar



para cá, para tomar atitudes. Chega de lero-lero! As ruas estão falando! As ruas estão dizendo o que a população brasileira quer.

Portanto, eu acho que o Presidente Henrique Eduardo Alves deveria anunciar o sepultamento da PEC 37. A população está dizendo: "*Não queremos a PEC 37. Nós queremos que o Ministério Público funcione*".

O Presidente Henrique Eduardo Alves deveria dizer: "*Vamos retirar de pauta, de uma vez por todas, a Emenda Constitucional nº 215*". Afinal de contas, esse movimento começou quando os indígenas ocuparam este plenário.

O Presidente Henrique Eduardo Alves deveria anunciar a reformulação da Comissão de Direitos Humanos. Mais de 1 milhão de pessoas disseram: "*Não queremos o Feliciano na Presidência da Comissão de Direitos Humanos*". E ficou por isso mesmo.

O Presidente Henrique Eduardo Alves deveria dizer: "*Vou botar na pauta os projetos mais importantes de combate à corrupção*".

Acho que essas quatro medidas já seriam um alento para a população.

Queria sugerir à Presidenta Dilma que convoque cadeia nacional de rádio e televisão e se pronuncie, diga alguma coisa para a Nação brasileira, peça calma ao povo brasileiro.

Ao mesmo tempo, Deputado Onofre, acho que a Presidenta Dilma deveria convocar o ex-Presidente Lula e o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, dois ex-Presidentes que têm credibilidade - já que o ex-Presidente Sarney e o ex-Presidente Collor não têm - para discutirem saídas para o País.

Presidenta Dilma, convide o Presidente do Supremo, o Presidente do Congresso, o Presidente da Câmara, o Chefe do Ministério Público, para que essas autoridades possam refletir e anunciar alguma coisa para a Nação.

A Presidenta Dilma deveria convidar os presidentes de partidos, como o Senador Aécio Neves, Presidente do PSDB; o Governador Eduardo Campos, Presidente do PSB; a Marina Silva, que está organizando o Rede; o Rui Falcão, Presidente do PT, para que, junto com ela, possam fazer uma reflexão e apontar saídas para o País.

Presidenta Dilma, convide o Presidente da CNBB, a Presidenta da UNE, os presidentes de centrais sindicais.

Não dá para as autoridades que antes eram falantes e surdas agora ficarem caladas e mucas. Estão mudas e surdas agora, que é hora de falar para a Nação.



Acho que a Presidenta Dilma, chamando essas autoridades, Deputado Onofre, poderia anunciar o que vão fazer com os estádios depois da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. Gastou-se 1,5 bilhão aqui no Mané Garrincha. O que vão fazer com esse elefante branco depois da Copa das Confederações? Vai ser sala de aula? Vai ser consultório médico? O que vão fazer com isso? A rua está dizendo: "*É gasto excessivo com a Copa.*" Portanto, não dá para desmanchar os estádios, mas é preciso dizer o que vão fazer com eles.

A Presidenta deveria chamar os Governadores de Estados e os Prefeitos de capitais e dizer: "*O que é que nós vamos investir para melhorar a mobilidade urbana?*" Gastaram 27 bilhões em estádios. Daria para construir 49 metrô nas grandes capitais. Chamem os Governadores e os Prefeitos de capitais e anunciem propostas para a mobilidade urbana.

A Presidenta Dilma deveria chamar os Governadores e os Prefeitos de capitais para decidir o que nós vamos fazer com a saúde pública, com o sistema SUS. Vamos fazer o que com a PEC 29? Vamos aprovar a PEC 29, para destinar recursos para a saúde!

A Presidenta Dilma deveria chamar os Governadores para discutir o que fazer com a segurança pública. A PEC 300, que nós votamos em primeiro turno para melhorar o salário dos policiais militares e do Corpo de Bombeiros, empacou aqui! Qual é a proposta para a segurança pública?

A Presidenta Dilma tinha que chamar os Governadores e os Prefeitos de capitais e dos grandes Municípios, porque esse manifesto não é um manifesto de São Paulo; é o Brasil que se integrou no interior de São Paulo, em Campinas, em Ribeirão Preto, em Imperatriz, no Maranhão - ontem, em Imperatriz, interior do Maranhão, Deputado Onofre, 6 mil pessoas se reuniram.

Portanto, é um movimento nacional. É diferente do que ocorreu na Praça Tahrir, lá no Egito, que derrubou Mubarak. É diferente lá da Turquia, onde as pessoas estão se manifestando para preservar um bosque. É o País que está se levantando.

Portanto, acho que a Presidenta Dilma deveria convocar os Governadores e os Prefeitos de capitais para discutir segurança pública, mobilidade urbana.

Acho que a Presidenta Dilma tinha que revogar imediatamente a Portaria nº 303, que afronta os povos indígenas. A Presidenta Dilma deveria anunciar um pacote de demarcações das terras indígenas.

Eu volto a dizer: este movimento que está nas ruas começou com a ocupação deste plenário pelos indígenas, diante das provocações da



PEC 215 e dos projetos de decreto legislativo para anular áreas de quilombos e áreas de indígenas e contra os extrativistas.

Se não anunciarem medidas concretas, nós não sabemos o que vai ocorrer. O movimento é pacífico. Dois milhões de pessoas saíram às ruas do Brasil e houve a morte de uma pessoa, provocada por um irresponsável, que a atropelou em Ribeirão Preto, em São Paulo. Mas um movimento que reúne 2 milhões de pessoas e não provoca estragos significativos é um movimento pacífico. Quantos morreram lá na Praça Tahrir, no Egito, durante as manifestações? Quantos morreram agora, lá na Turquia? Portanto, o movimento é pacífico. Mas, se não forem tomadas medidas, ninguém poderá prever se essa pacificidade pode se transformar em algo mais grave.

Para encerrar, como um Deputado do Maranhão, cuja voz não tem eco - não sou líder de nada -, eu quero aqui, nesta manhã de sexta-feira, sugerir aos Presidentes da Câmara e do Senado e à Presidenta Dilma que convoquem as autoridades para fazerem uma reflexão. Mas, acima de tudo, além de fazerem essa reflexão, precisam tomar medidas concretas.

A população está dizendo: *"Não queremos PEC 37. Nós queremos acabar com o latifúndio. Queremos mobilidade urbana. Queremos finalidade para os estádios. Queremos saúde e segurança de qualidade"*. Só cego não vê o que está acontecendo e surdo não ouve o que a população está dizendo.

Portanto, parabênzo mais uma vez o povo brasileiro, que, de forma pacífica, está tentando mudar este País. Espero que as autoridades ouçam as vozes roucas das ruas, como teria dito Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado.

---

Documento 12/59

---

179.3.54.O	Sessão Não Deliberativa	de 24/06/2013-14:30
Publ.: DCD - 25/06/2013 25876	- ÍRIS DE ARAÚJO-PMDB -GO	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

---



## **Sumário**

Razões das recentes manifestações de estudantes e trabalhadores realizadas no País. Imediata adoção de agendas positivas pelos Poderes da República. Combate à corrupção no País. Elaboração pelo Congresso Nacional de legislação de interesse da sociedade brasileira. Imediata realização da reforma política.

---

**A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO** (PMDB-GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os protestos que sacodem o Brasil ao reunir milhares de pessoas nas ruas das Capitais e de cidades do interior precisam sobretudo ser compreendidos como um potente grito contra a velha política e as práticas danosas daqueles que abraçaram a corrupção, confiantes em que o País - aspas -, "*deitado eternamente em berço esplêndido*", jamais iria incomodá-los em suas redomas de impunidade.

Cumprindo a sua sina histórica marcada pelo pioneirismo, Goiânia, assim como no movimento das Diretas Já, foi outra vez o primeiro palco das manifestações, quando, ainda no mês de maio, jovens saíram às ruas para protestar contra o aumento das tarifas do transporte coletivo.

E por que Goiânia foi de novo o cenário que detonou a série incontrolável de protestos Brasil afora? Porque, infelizmente, Sr. Presidente, volto a dizer desta tribuna, como já disse várias vezes, Goiás se tornou o berço da contravenção no País, com o crime organizado colocando seus tentáculos nas estruturas do Estado, tudo com o consentimento e o comando do Governador Marconi Perillo.

Dessa forma, em Goiás, há muito, os jovens tomaram as ruas, desde o primeiro movimento Fora Marconi, organizado durante a CPI do Cachoeira, instalada nesta Casa, até a manifestação da última quinta-feira, quando 50 mil marcharam contra a impunidade, a corrupção, por transporte coletivo de qualidade, por saúde digna, por investimentos em educação e por segurança pública.

Portanto, Sr. Presidente, o ventre dos grandes protestos que hoje se espalham de maneira incontrolável pelo País é um Estado que, infelizmente, com maior intensidade, se deixou dominar pelas práticas absurdas por parte dos que se renderam à jogatina e à roubalheira.

No caso de Goiás, ninguém esperava. Por isso, ficaram perplexos com que o povo um dia se levantasse para exigir sim o *impeachment* do Governador Marconi Perillo como símbolo do que há de pior no Brasil: tráfico de influência, utilização do poder para favorecer grupos econômicos, associação clara com o jogo do bicho, uso da dinheirama da contravenção para financiar campanhas milionárias, num verdadeiro estelionato eleitoral. As lições que vêm de Goiás nos inspiram a melhor



compreender este grave momento pelo qual passa o Brasil.

O movimento que tomou conta das ruas de uma hora para outra é, na verdade, a revolta represada durante décadas por parte de gerações que apenas contemplavam os malfeitos, mas que agora resolveram de fato lutar por um Brasil que seja expressão da ética e da plena justiça social.

É necessário e urgente que todas as autoridades dos três Poderes constituídos tenham a devida clareza sobre o significado da voz que vem das ruas. O que a sociedade brasileira está exigindo é sim uma profunda mudança de atitude e de mentalidade, um comportamento novo, correto e íntegro, voltado para a solução dos dilemas sociais que afligem desde a nova classe média até as camadas mais sofridas da população. Cada um dos Poderes precisa, neste momento, se debruçar na elaboração de uma agenda positiva sim, mas com efeitos práticos e imediatos, a fim de apontar um novo caminho para o Brasil.

Um comportamento novo passa pela compreensão de que os sons que vêm das ruas colocam em xeque todas as instituições, porque chegamos ao ponto da saturação.

A esse respeito, desde a tribuna do Senado até o meu primeiro mandato nesta Casa, fiz seguidos alertas ao Congresso Nacional: o primeiro, no dia 17 de abril de 2004, um discurso no plenário alertando para a voz que vem das ruas; no dia 24 de abril de 2012, fiz outro, também no plenário, mostrando a importância das redes sociais para as mobilizações; no dia 25 de abril de 2012, fiz também, ao assumir a Presidência da CPMI, discurso de alerta sobre a voz das ruas; e, no dia 3 de maio de 2012, fiz mais um no plenário. Eu prenunciava dias difíceis, devido às incorreções e aos erros que se tornaram rotina no ambiente público.

Em 2008, tendo como base pesquisa CNT/Sensus, que, já na época, revelava a desconfiança e o descrédito da população para com as instituições, assim falei desta tribuna - aspas:

*"Somos um País carente de bons exemplos no que se refere à condução dos rumos nacionais. Não se passa um dia sem que a face do escândalo esteja estampada nas manchetes dos jornais.*

*A epidemia da corrupção alastra-se vertiginosa e incontrolavelmente, sofisticando-se no modelo que nós temos visto em todos os jornais e subtrai o que hoje é devido à saúde, à educação e à segurança pública. Os valores morais parecem ter perdido a graça e tantos se deixam seduzir pelo que é impróprio!"*

O que agora me preocupa, Sras. e Srs. Deputados, é que a descrença deu vazão também à violência, compartilhada por oportunistas radicais



que se aproveitam das justas reivindicações, dos protestos, para depredar e destruir, ao mesmo tempo em que cresce a aversão generalizada dos jovens aos partidos políticos.

Esses dois fatores podem fomentar um ambiente marcado pela intolerância, daí a necessidade de cada um fazer a sua parte, sabendo interpretar, sem paixões, o recado das ruas e realmente colocar mãos à obra para mudar o País, Srs. Deputados.

Aqui no Congresso Nacional, é preciso desengavetar os projetos que colaboram na construção da cidadania, tais como reforma política, fim do voto secreto, fim do foro privilegiado e destinação dos *royalties* do petróleo para educação, ao mesmo tempo em que se torna urgente sepultar da pauta todas as iniciativas que são alvos da repulsa popular, a começar pela PEC nº 37, de 2011, a PEC da Impunidade.

União, Governos e Prefeituras precisam se empenhar na elaboração e na aplicação de medidas que tragam efeitos imediatos ao cotidiano da população, com ênfase na mobilidade urbana e principalmente no atendimento digno nas unidades de saúde.

O Brasil precisa urgentemente de uma nova conduta do setor de segurança pública, com leis duras para coibir a criminalidade. Os Poderes precisam implantar tolerância zero para a corrupção. Tolerância zero!

Sr. Presidente, já está findando meu tempo. Eu gostaria que meu discurso fosse divulgado pela Câmara.

Aproveito os últimos momentos para dizer que esta Casa tem papel fundamental, importante, porque cada um de nós aqui representa parte dessa população que está nas ruas. Nós temos que entender o nosso papel, com cada vez mais responsabilidade, dentro desse processo que se mostra coerente, capaz, nas ruas.

"Não", aos depredadores! "Não", aos oportunistas! Mas "sim" aos protestos legítimos daqueles que se sentem incomodados, daqueles que querem o melhor para o Brasil. Para que nós possamos realmente cantar trecho de hino tão lindo que nós temos: *"Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil"*.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Couto) - Muito obrigada, Deputada Íris de Araújo, V.Exa. terá seu pronunciamento publicado nos meios de comunicação desta Casa, inclusive no programa *A Voz do Brasil*.

**PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA**





Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os protestos que sacodem o Brasil, ao reunir milhares nas ruas das Capitais e cidades do interior, precisam, sobretudo, serem compreendidos como um potente grito contra a velha política e as práticas danosas daqueles que abraçaram a corrupção, confiantes de que um país "*deitado eternamente em berço esplêndido*" jamais iria incomodá-los em suas redomas de impunidade.

Cumprindo a sua sina histórica marcada pelo pioneirismo, Goiânia, assim como no movimento pelas Diretas Já, foi outra vez o primeiro palco das manifestações, quando, ainda no mês de maio, jovens saíram às ruas para protestar contra o aumento das tarifas no transporte coletivo.

E por que Goiânia foi de novo o cenário que detonou a série incontrolável de protestos Brasil afora? Porque, infelizmente, Goiás se tornou o berço da contravenção no País, com o crime organizado plantando seus tentáculos nas estruturas do Estado, tudo com o consentimento e o comando do Governador Marconi Perillo.

Dessa forma, em Goiás, há muito os jovens tomaram as ruas, desde o movimento Fora Marconi, organizado durante a CPI do Cachoeira instalada nesta Casa, até a manifestação da última quinta-feira, quando 50 mil marcharam contra a impunidade, a corrupção, por transporte coletivo de qualidade, por saúde digna, por investimentos em educação e por segurança pública.

Portanto, Sr. Presidente, o ventre dos grandes protestos que hoje se espalham de maneira incontrolável pelo País é um Estado que, infelizmente, com maior intensidade, se deixou dominar pelas práticas absurdas por parte dos que se renderam à jogatina e à roubalheira.

No caso de Goiás, ninguém esperava, e por isso ficaram perplexos com que o povo um dia se levantasse para exigir o *impeachment* do Governador Marconi Perillo como o símbolo do que há de pior no Brasil: o tráfico de influência, a utilização do poder para favorecer grupos econômicos, a associação clara com o jogo do bicho, o uso da dinheirama da contravenção para financiar campanhas milionárias, num verdadeiro estelionato eleitoral.

As lições que vêm de Goiás nos inspiram para melhor compreender este grave momento pelo qual passa o Brasil.

O movimento que tomou conta das ruas de uma hora para outra é, na verdade, a revolta represada durante décadas por parte de gerações que apenas contemplavam os malfeitos, mas que agora resolveram de fato lutar por um Brasil que seja expressão da ética e da plena justiça social.

É necessário e urgente que todas as autoridades dos três Poderes



constituídos tenham a devida clareza sobre o significado da voz que vem das ruas!

O que a sociedade brasileira está exigindo é, sim, uma profunda mudança de atitude e de mentalidade, um comportamento de tipo novo, correto e íntegro, voltado para a solução dos dilemas sociais que afligem desde a nova classe média até as camadas mais sofridas da população.

Cada um dos Poderes precisa, neste momento, se debruçar na elaboração de uma agenda positiva, com efeitos práticos e imediatos, a fim de apontar um novo caminho para o Brasil.

Um comportamento novo passa pela compreensão de que os sons que vem das ruas coloca em xeque todas as instituições, porque chegamos ao ponto da saturação.

A esse respeito, desde a tribuna do Senado, até o meu primeiro mandato nesta Casa, fiz seguidos alertas ao Congresso Nacional e ao País sobre o que, na época, eu já considerava o prenúncio de dias difíceis devido às incorreções e aos erros que se tornaram rotina no ambiente público.

Em 2008, tendo como base uma pesquisa CNT/Sensus que já na época revelava a desconfiança e o descrédito da população para com as instituições, assim falei desta tribuna:

*"Somos um país carente de bons exemplos no que se refere à condução dos rumos nacionais. Não se passa um dia sem que a face do escândalo esteja estampada nas manchetes dos jornais.*

*A epidemia da corrupção alastra-se vertiginosa, incontrolável. Sofistica-se no modelo dos cartões corporativos. E subtrai o que hoje é devido à saúde, à educação, à segurança pública. Os valores morais parecem ter perdido a graça e tantos se deixam seduzir pelo que é impróprio!"*

O que agora me preocupa, Sras. e Srs. Deputados, é que a descrença deu vazão também à violência compartilhada por oportunistas radicais que se aproveitam das justas reivindicações dos protestos para depredar e destruir, ao mesmo tempo em que cresce a aversão generalizada dos jovens aos partidos.

Esses dois fatores podem fomentar um ambiente marcado pela intolerância, daí a necessidade de cada um fazer a sua parte, sabendo interpretar, sem paixões, o recado das ruas e realmente colocar mãos à obra para mudar o País.

Aqui no Congresso Nacional, é preciso desengavetar os projetos que colaboram na construção da cidadania, tais como reforma política, fim



do voto secreto, fim do fórum privilegiado e destinação dos *royalties* do petróleo para educação e ao mesmo tempo em que se torna urgente sepultar da pauta todas as iniciativas que são alvo da repulsa popular, a começar pela PEC nº 37, de 2011, a PEC da Impunidade!

União, Governos e Prefeituras precisam se empenhar na elaboração e aplicação de medidas que tragam efeitos imediatos ao cotidiano da população, com ênfase na mobilidade urbana e, principalmente, no atendimento digno nas unidades de saúde.

O País precisa, urgente, de uma nova conduta no setor de segurança pública, com leis duras para coibir a criminalidade.

Os Poderes precisam implantar tolerância zero para corrupção, limitar radicalmente gastos, enxugar despesas, para que existam recursos suficientes para atender às demandas nas áreas essenciais: saúde, educação, segurança pública, transportes.

Além disso, como muito bem observou a CNN, maior rede de jornalismo da TV americana e mundial, *"O Brasil não é um país pobre e os impostos são extremamente altos. Os brasileiros não veem motivo para terem uma infraestrutura tão ruim quando há tanta riqueza e tantos impostos altos"*.

Não há mais motivos para o Congresso Nacional outra vez adiar o debate e a definição de uma verdadeira reforma política, tema que tantas vezes martelei desta tribuna.

Foi assim no meu pronunciamento no dia 13 de abril de 2001, quando afirmei: *"Precisamos garantir a estabilidade da política brasileira por meio de mecanismos que não comportem vícios. O sistema atual faliu"*.

Mais adiante alertava que este sistema eleitoral privilegia a supremacia do poder econômico, tolhe a participação de inúmeros segmentos das comunidades, desestimula a presença da mulher na política, incentiva o clientelismo, cria redes ilícitas de favorecimentos, dissemina vícios e práticas incompatíveis com os valores da ética.

Num momento em que a Internet, por meio das redes sociais, cria um novo contexto de mobilização, é preciso que os Poderes constituídos se coloquem a postos por um novo Brasil, mais avançado, mais justo, ético, probo e voltado para a promoção do bem comum.

Muito obrigada.



---

Documento 13/59

---

179.3.54.O	Sessão Não Deliberativa	de 24/06/2013-14:54
Publ.: DCD - 25/06/2013 25880	- LUIS CARLOS HEINZE-PP -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Maior atenção dos Parlamentares para com as reivindicações dos participantes nas recentes manifestações populares ocorridas no País. Expectativa de votação do Projeto de Lei nº 5.500, de 2013, sobre a destinação de recursos oriundos da exploração petrolífera para o setor educacional. Importância do combate à corrupção nas esferas governamentais. Realização da reforma tributária.

---

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, como diz o ditado, "*A voz do povo é a voz de Deus*".

É importante esta juventude, até pessoas de mais idade e crianças indo às ruas fazer sua manifestação. É muito importante. O recado é contra todos os políticos dos Municípios, dos Estados e da União, mas também contra os empresários, chamando a atenção - é esse o ponto importante - para as concentrações que temos hoje aqui no Brasil.

Se pegarmos os setores de aço, minério de ferro, automóveis, máquinas agrícolas, fertilizantes, defensivos, grãos, carnes, comunicações, telecomunicações, do Governo Lula para cá - no atual Governo Dilma também -, mais de 400 bilhões de reais foram investidos só nas concentrações. Isso distorce a competitividade. Esse é um ponto importante para o qual a voz das ruas está chamando a atenção e com o qual megaempresas acabam faturando, e muito bem.

Também há margem para corrupção. Estamos vendo a questão do petróleo, por exemplo, da PETROBRAS. O que temos na refinaria de Pernambuco? Diziam que iam aplicar 3 bilhões, 4 bilhões de reais, em parceria com a Venezuela. A Venezuela não participa da obra agora, quem participa é o Governo brasileiro, e custa mais de 15 bilhões de reais. Como é que alguém, no orçamento familiar, vai errar três, quatro, cinco vezes? A dona de casa, que nos assiste neste momento, não erra assim.

Por isso, é importante que possamos fazer algo contra as concentrações, contra o excesso de lucro que meia dúzia de pessoas



tem, e a maioria acaba não tendo. Há muito tempo temos batido em cima dessas questões, principalmente na área da agricultura, na qual militamos, dessas grandes concentrações que nós temos - logicamente, aí, o dinheiro que esses grupos nacionais e multinacionais arrecadam. Por isso, é importante que se chame a atenção para essas questões que nós temos aqui.

Na onda dessa questão específica do Facebook e do Twitter, das páginas da Internet, que o pessoal está colocando, começam a circular comentários sobre a votação específica dos recursos dos *royalties* do petróleo destinados para a educação. Nós somos favoráveis. Agora, um ponto importante: o que se votou alguns dias atrás aqui nesta Casa foi a derrubada do veto da Presidenta Dilma. Nós votamos projeto que tinha nesta Casa - e ela vetou - para que os Estados pudessem receber os *royalties* do petróleo. O meu Estado, Rio Grande do Sul, especificamente, recebeu 500 milhões de reais, e estará recebendo a mais neste ano de 2013. E o que são esses 500 milhões a mais? Os Municípios vão ter que aplicar 25% em educação e 15% em saúde, porque o recurso vai aumentar. E vão ter que aplicar também em mobilidade urbana, transporte público, que as pessoas cobram, e segurança pública. Nós já trabalhamos assim.

Em relação à educação, nós temos o Projeto de Lei nº 5.500, de 2013, que está em discussão na Comissão Especial e que virá à votação em plenário. Portanto, nesta hora há que se ter cuidado, porque aparece qualquer coisa colocada por qualquer um em cima desse processo.

O mais importante: o combate à corrupção em todos os níveis, nos Municípios, nos Estados e também na União. Isso é importante, para que a sociedade tome conhecimento dessas questões. Temos que punir, sejam membros do Executivo, sejam membros do Legislativo, sejam empresários que, muitas vezes, se aproveitam desses mecanismos para faturar o que estão faturando neste momento.

Portanto, essa é a voz das ruas que está chamando a atenção da classe política brasileira em geral para que nós possamos ter controle e mais eficiência. Por exemplo, o trem-bala, uma megaobra anunciada, já tem mais de 100 pessoas trabalhando no projeto que custará cerca de 60 bilhões de reais. Quantas ferrovias, rodovias, portos e aeroportos nós poderíamos arrumar no Brasil? O orçamento do Ministério dos Transportes não chega a 30 bilhões de reais. Só com o valor da obra que liga Rio de Janeiro a São Paulo - nada contra Rio e nada contra São Paulo -, quantos gargalos nós resolveríamos nas rodovias brasileiras, nas ferrovias brasileiras, nos portos e nos aeroportos?

É importante chamar a atenção de todos para essas obras eleitoreiras, apresentadas por qualquer tipo de governante, que acabam se aproveitando, iludindo a população brasileira.



Por isso, Deputado Izalci, que preside a Casa neste momento, é importante que a sociedade brasileira se dê por conta desses abusos, desses absurdos, que muitas vezes são anunciados, iludindo a população, como se nós tivéssemos surfando num mar de rosas, quando a realidade é outra. As ruas estão mostrando que a realidade é outra. É para isso que nós estamos chamando a atenção; é isso que está sendo cobrado desta Casa e também do Executivo.

É importante que o Senado, a Câmara e o Executivo deem essas respostas, mostrem aquilo que há tanto tempo temos criticado nessas questões concernentes à economia brasileira, que não vai bem e que precisa mudar, para que nós possamos resolver problemas da nossa sociedade, principalmente a concentração da carga tributária, Sr. Presidente.

Aqui em Brasília, nós concentramos quase 70% dos recursos, enquanto os Municípios, 7%, 8%. O Município é onde as pessoas vivem. Depois o pessoal vem aqui com o pires na mão, para levar uma emendinha de 100 mil, 200 mil, 500 mil reais. Esse dinheiro, que é pago pelo povo, tem que ficar lá no Município. Para essas questões, nós estamos chamando a atenção. É a tal da reforma tributária, a redistribuição do bolo tributário. O dinheiro sai lá do Município, vem para a União, volta para o Estado, e uma migalha apenas, uma migalha é que vai para o Município. Esse passeio - e aqui é onde se concentram os recursos - é que muitas vezes faz com que esse dinheiro seja desperdiçado.

Portanto, é importante. E a voz das ruas está chamando a atenção da sociedade brasileira como um todo, principalmente da classe política, em nível federal, estadual e também municipal.

Muito obrigado.

---

Documento 14/59

179.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 24/06/2013-17:51  
Debates - CD

Publ.: DCD  
25/06/2013 - 25918

ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES  
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO  
PARLAMENTAR  
DISCURSO

---

*Sumário*



Protesto contra a aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de projeto de decreto legislativo sobre a sustação da aplicação de dispositivos da Resolução nº 1, de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, a respeito do estabelecimento de normas para a atuação de psicólogos com relação à orientação sexual. Natureza homofóbica da proposição. Realização da reforma política, com ênfase no financiamento público de campanhas eleitorais. Defesa de extinção do voto secreto nas deliberações da Casa. Importância da apreciação, pelo Parlamento brasileiro, de propostas de combate à corrupção. Aperfeiçoamento da democracia representativa.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, o art. 3º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99, de 22 de março de 1999, diz:

*"Art. 3º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.*

*Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades."*

No seu art. 4º, diz a Resolução:

*"Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica."*

Essa Resolução, nos seus arts. 3º e 4º, é absolutamente nítida. Aqui se diz que nenhum profissional de Psicologia poderá utilizar o diploma como instrumento de sofrimento à população LGBT.

Essa Resolução se coaduna com os preceitos científicos que apontam que não há doença na homoafetividade, é apenas uma forma de expressão do afeto de parte da humanidade.

Por isso, Sr. Presidente, o art. 3º e o art. 4º foram suprimidos por um projeto de decreto legislativo aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Ora, aqueles que dizem, como o Presidente daquela Comissão, que não há qualquer tipo de "cura gay" na Resolução da Comissão de Direitos Humanos e Minorias considerem-se contraditados pelos próprios fatos, porque são esses dois artigos que acabei de ler que falam - e eu repito - que *"os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades."*



Ora, suprimidos esses dois dispositivos pelo projeto de decreto legislativo aprovado por aquela Comissão, a cura da homoafetividade pode se desenvolver e pode ser instrumento de atuação dos profissionais de Psicologia.

Portanto, não há como negar a concepção absolutamente homofóbica do projeto de decreto legislativo que passou na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Penso hoje que os direitos humanos têm que ser protegidos das ações dessa Comissão nesse processo de fogo inquisitório da pós-modernidade que lá se instalou.

Mas está também na Ordem do Dia daquela Comissão um projeto que propõe a criminalização da heterofobia: em uma sociedade pautada pela heteronormatividade, fala-se em discriminação heterofóbica, em um verdadeiro acinte à luta e à dor das pessoas que buscam ser como são e por isso carregam muita coragem e potencial transformador, como o movimento LGBT neste País.

Sr. Presidente, dizer que o projeto aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias apenas assegura tratamento às pessoas homoafetivas é tentar encobrir de forma tênue e com absoluto insucesso o seu caráter estritamente homofóbico, na tentativa de patologização da homoafetividade.

Não há dúvida. Por isso a população foi às ruas. Em São Paulo, milhares de pessoas foram às ruas para dizer que é preciso preservar o direito de ser, para dizer que nenhum ser humano pode ser enclausurado, que nenhum beijo pode ser contido, que nenhum afeto pode deixar de ser exercido, sob pena de construirmos uma sociedade que naturaliza as diversas formas de violência. A população foi às ruas contra essa decisão da Comissão de Direitos Humanos desta Casa porque entende que ela afronta a própria Ciência, que afronta o Direito, que afronta a própria condição humana.

Nesse sentido, Sr. Presidente, penso que, para além de todas as medidas que aqui já foram pontuadas, tanto pelo Líder do PT como por outros Parlamentares que me antecederam, na perspectiva de trabalharmos para elaborar as políticas públicas para que possam, definitivamente, apagar do nosso cotidiano o passado de casas-grandes e senzalas, é preciso que esta Casa entenda que há, nas manifestações de rua, uma manifestação de ausência de representação desta Casa em relação aos anseios do povo brasileiro.

Por isso, é muito importante pautarmos a reforma política para termos nesta Casa uma representação real e efetiva da sociedade, para que possamos abraçar o grito que vem das ruas, que recoloca na pauta a reforma política, que foi abandonada e esquecida por esta Casa neste ano, depois de instaurada a Comissão para discutir a reforma política e de um relatório elaborado com absoluto cuidado pelo Deputado





Henrique Fontana - esta Casa abriu mão da reforma política, mãe de todas as outras reformas -, para que tenhamos um Congresso no qual as mulheres sejam representadas na proporção em que existem na sociedade, para que negros e índios possam ser aqui representados, para que aqui não tenhamos um amontado de interesses econômicos que constroem candidaturas a partir da avaliação das planilhas de custo das empresas, que se sentem donas de tantos mandatos.

Disse hoje o Deputado Henrique Fontana - e eu concordo com ele -, no lançamento de projeto de iniciativa popular, na Ordem dos Advogados do Brasil, que estabelece financiamento público, representação, ou seja, assegura alternância de gênero nas eleições para os Poderes, particularmente para o Poder Legislativo, que não dá mais para admitir que tenhamos aqui o Parlamentar que representa a FEBRABAN ou o Parlamentar que representa as empreiteiras e neste Parlamento haja o somatório de interesses econômicos que, muitas vezes, estão de costas para o povo brasileiro.

Urge, portanto, que escutemos o que vem das ruas e pautemos a reforma política. Mas esta Casa tem também que acabar com o voto secreto para mostrar à sociedade quais são as posições, em todos os aspectos, de quem deveria estar aqui representando o povo e que deveria, portanto, prestar contas dos seus atos ao povo que o elegeu para exercer o seu mandato neste Parlamento.

Portanto, Sr. Presidente, para além da reforma política, para além do fim do voto secreto e para além das pautas necessárias para qualificarmos a saúde, a mobilidade urbana e a educação, é importante analisarmos os 99 projetos de enfrentamento à corrupção que dormitam nesta Casa. Nós não fechamos ainda o ciclo do colonialismo. Os que se sentiam donos da terra sentem-se donos da coisa pública.

São 99 projetos de enfrentamento à corrupção que precisam ser analisados. É importante submeter ao plenário os projetos que estiverem prontos para ser apreciados pelo conjunto da Casa, constituir uma Comissão Especial para analisar esses 99 projetos e dar uma resposta concreta à sociedade.

A Presidenta Dilma Rousseff, ao fazer um pronunciamento em cadeia nacional, fez o que tem que fazer um grande estadista, na sua compreensão e na sua responsabilidade de dirigir este País com imaginário tão cindido e com tantos pedaços da ditadura, da escravidão e do colonialismo na nossa contemporaneidade. Ela chamou à responsabilidade os diversos representantes do poder público para responder ao povo. Vivemos, de fato, em uma República e em uma democracia porque a democracia é o único regime que para existir precisa de conscientização e participação políticas.

Se o Estado não representa os anseios do povo na sua expressão



legislativa e se nós não temos as representações que possam fazer valer a voz do povo brasileiro, é importante que essa democracia direta possa estimular o aprimoramento da democracia representativa, que é absolutamente fundamental para a construção de uma democracia.

Sem democracia representativa nós não poderemos fazer com que este País dê cabo dos diversos desafios que permeiam a sua própria história.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

---

Documento 15/59

---

181.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	25/06/2013-14:24
Publ.: DCD - 26/06/2013 - 26127	COSTA FERREIRA-PSC -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apoio às manifestações populares em curso no País. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.280, de 2011, sobre a concessão do direito de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ao trabalhador da iniciativa privada com mais de 5 anos de trabalho em caso de necessidade de mudança para localidade sem filial da empresa. Importância do combate à corrupção.

---

**O SR. COSTA FERREIRA** (PSC-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de me associar aos que protestam, de forma ordeira, nas manifestações que ocorrem em todo o País, em uma demonstração surpreendente do revigoramento da antiga e boa máxima de que o Governo emana do povo para o povo.

As manifestações surpreenderam pelo seu caráter apartidário, por quebrarem o padrão até então estabelecido para movimentos de massas, de convocações dirigidas por agremiações sindicais e políticas. Surge uma nova força popular, movida por ideais próprios e com a rapidez inédita das redes *on-line*.

Embora desprovido de líderes, o movimento não é acéfalo. Corresponde ao agregado das reivindicações que acolho nos aeroportos, por todos os lugares por onde passo, e nas Comissões da



Câmara.

As reivindicações permitem ao cidadão investido de cargo público que reflita, sob a perspectiva do outro, sobre os caminhos a seguir com relação aos anseios e às necessidades dos cidadãos e o ritmo que deve ser tomado para alcançar os objetivos almejados.

*(O microfone é desligado.)*

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não poderia deixar de me associar aos que protestam, de forma ordeira, nas manifestações que ocorrem em todo o País, numa demonstração surpreendente do revigoreamento da antiga e boa máxima de que o Governo emana do povo para o povo.

As manifestações surpreenderam pelo seu caráter apartidário, por quebrarem o padrão até então estabelecido para movimentos de massas, de convocações dirigidas por agremiações sindicais e políticas. Surge uma nova força popular, movida por ideais próprios e com a rapidez inédita das redes *on-line*.

Embora desprovidos de líderes, o movimento não é acéfalo. Corresponde ao agregado das reivindicações que acolho nos aeroportos, por todos os lugares por onde passo, e nas Comissões da Câmara.

As reivindicações permitem ao cidadão investido de cargo público que reflita, sob a perspectiva do outro, sobre os caminhos a seguir com relação aos anseios e às necessidades dos cidadãos e o ritmo que deve ser tomado para alcançar os objetivos almejados.

Mesmo surpreso com a dimensão e a forma dos novos protestos, estou afeito aos temas e em harmonia com as manifestações, pois sempre me pautei na política pelos princípios democráticos e pela valoração das propostas populares como indicador de ações. Assim, propus e consegui que fossem acatadas na Assembleia Nacional Constituinte mais de 40 emendas para compor a Constituição Federal, algumas com relação às instituições públicas, mas a maioria referente às questões sociais.

Cito, por exemplo, uma proposta minha que tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.280/2011, que garante o direito de sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ao trabalhador da iniciativa privada que conte com mais de 5 anos de trabalho ininterrupto e precise pedir demissão por motivo de mudança



para local onde não haja filial da empresa para a qual trabalhe. O objetivo é sempre o bem-estar social, mesmo se aquém do ideal.

Para alcançar o ideal social, é fundamental combater a corrupção, em todas as suas formas. A malversação do dinheiro público ainda é frequente, em obras inconclusas, mal feitas ou superfaturadas, o que alarga as margens da corrupção e concorre decisivamente para a manutenção da pobreza, causando desilusão aos legítimos representantes políticos.

Vamos assimilar o teor das reivindicações, essenciais e factíveis, para acelerarmos o desenvolvimento do nosso País. Elas são fundamentais, no Estado Democrático de Direito, para afinar as relações entre os investidos de cargos públicos e os demais segmentos da população, sob o princípio de que somos todos um só povo e constituímos uma só Nação.

Muito obrigado.

---

Documento 16/59

---

181.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	25/06/2013-14:42
Publ.: DCD - 26/06/2013 - 26131	AMAURI TEIXEIRA-PT -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com Governadores e Prefeitos Municipais para debate de propostas com vistas à melhora da qualidade dos serviços públicos no País. Reiteração do expediente encaminhado à Presidência sobre a imediata inclusão na pauta de proposições voltadas ao combate à corrupção.

---

**O SR. AMAURI TEIXEIRA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Na verdade, eu era o primeiro inscrito; como estava na Mesa, deixei para falar por último.

Sr. Presidente, meu amigo Deputado João Ananias, a Presidenta Dilma fez o seu papel de Chefe de Estado; chamou os Governadores, conversou com alguns Prefeitos e fez propostas, mesmo que não concordemos, aqui no Parlamento, mas fez propostas políticas, acenou com algumas soluções de caráter prático, e nós temos de fazer o



nosso papel.

No ano passado eu dei entrada a um requerimento aqui no sentido de que colocássemos em pauta uma série de projetos de combate à corrupção. Não votamos um sequer. Estou reiterando esse ofício, em que listo todos os projetos de combate à corrupção, inclusive corrupção ativa, para entrarem na pauta deste Congresso.

Vamos dar uma resposta a todos esses projetos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 17/59

---

181.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária -25/06/2013- CD	14:50
Publ.: DCD - 26/06/2013 26132	- PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Maior atenção da Casa para com as recentes manifestações de protesto ocorridas no País.

---

**A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA** (PCdoB-AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares aqui presentes, eu imagino que nós não podemos achar que esta é uma sessão normal, como todas as outras, pelo menos nos últimos 20 anos de história do nosso Brasil. Esta é a primeira sessão da Câmara dos Deputados realizada depois dos sucessivos gritos e clamores nas ruas que sacudiram o nosso País e as nossas consciências e deixaram o mundo perplexo com o que está ocorrendo no Brasil.

Portanto, eu acho que cada um de nós Parlamentares que ocupa esta tribuna, que utiliza os microfones desta Casa e que vota no dia a dia desta Casa precisa fazer um exame de consciência acerca do trabalho que nós precisamos fazer daqui para a frente.

Devemos nos perguntar também o que querem os jovens, as famílias, porque não podemos achar que este é um movimento apenas dos



jovens. Homens, mulheres, crianças, ou seja, famílias inteiras estão indo às ruas demonstrar sua insatisfação. Que querem esses jovens? Que recado querem nos dar? O que está nas entrelinhas dos cartazes que estamos lendo é mais participação, mais saúde, melhorias na educação, transporte público decente e de qualidade, de forma que os cidadãos brasileiros não passem duas ou três horas no trânsito, cansados, na ida ou na volta do trabalho.

Eles querem também o combate permanente à corrupção. Querem o combate à impunidade no nosso País. É por isso que, das propostas da Presidenta Dilma Rousseff, aquela para a qual ouvi mais elogios foi exatamente a de transformar a corrupção em crime hediondo. Nós sabemos que nos quatro cantos deste País, no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e na iniciativa privada, as pessoas não suportam mais denúncias de corrupção.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós não podemos achar que daqui para frente vamos continuar realizando nossas sessões dentro da normalidade, como se nada estivesse ocorrendo em nosso País. Precisamos continuar ouvindo as ruas, porque, na minha opinião, não vai parar por aí.

Foi necessária e correta a chamada, ontem, da Presidenta Dilma aos Governadores, aos Prefeitos das capitais do Brasil, mas qualquer que seja a nossa postura, hoje, ou daqui para frente, não vai calar as ruas. As ruas querem respostas imediatas.

Vemos cartazes em que as pessoas, de forma alegre, animada e altiva, dizem o seguinte: *"Desculpem o transtorno: estamos reconstruindo o nosso Brasil. Estamos em obras"*.

As pessoas nas ruas hoje têm o sentimento de que estão ajudando a construir um novo País. E olhem que sou Deputada Federal com 10 anos de mandato. Tenho procurado exercer meu mandato da forma mais correta e ética possível, pautada, inclusive, nas linhas do meu partido, o PCdoB. Meu filho de 16 anos e minha filha de 22 anos me disseram: *"Mãe, nós vamos para as manifestações"*. E cada um vai com o seu objetivo.

O que está acontecendo no Brasil inteiro é que, em cada cidade, em cada Estado, o povo está juntando suas insatisfações. No Acre, reuniram-se mais de 20 mil pessoas em Rio Branco. Vinte mil pessoas para uma cidade de 300 mil habitantes é muita gente! Cada um levou o seu cartaz com a sua insatisfação local, com as denúncias do que está ocorrendo no Estado do Acre, com a sua forma de dizer *"Eu quero um Brasil melhor, eu quero um Brasil para todos"*.

Olha, Sr. Presidente, Rio Branco foi a única Capital do Brasil que fez uma grande manifestação sem que houvesse um único registro de



vandalismo. Foi bela a passeata que as famílias acrianas realizaram em Rio Branco.

Sr. Presidente, eu estou aberta e acho que cada Parlamentar e o Parlamento brasileiro precisam estar abertos para compreender os acontecimentos das ruas e para fazer as mudanças que o povo propõe.

O PCdoB, o Partido Comunista do Brasil, com mais de 90 anos de existência, que defendeu o direito a voz e o direito dos partidos, vai construir e ajudar a construir neste momento um novo País, mas com a garantia das liberdades democráticas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (João Ananias) - Muito bem, Deputada Perpétua Almeida.

### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna quero deixar claro e preciso meu posicionamento sobre o projeto de ementa à Constituição que trata da autoridade para realizar investigações civis e criminais, conhecida como a Proposta de Emenda à Constituição nº 37.

Vejo no Brasil, com repercussão nos Estados e Municípios, um clamor popular por justas e dignas mudanças, com foco principal para que deem um basta na corrupção.

Sr. Presidente, já me manifestei anteriormente desta tribuna, participei de atos públicos, publiquei artigos e me posicionei perante a Proposta de Emenda à Constituição nº 37. Sou contrária a ela, Sras. e Srs. Deputados.

Sou contrária à PEC 37 pois defendo que, quanto mais investigações na República, mais salutar é para a democracia.

A Polícia Federal e a Polícias Civil, Sras. e Srs. Deputados, são um patrimônio nacional. Cumprem um relevante, digno e nobre papel em defesa do patrimônio público, da lisura dos processos e, acima de tudo, no combate frontal à corrupção.

Entretanto, percebo que não é hora de exclusividade e tampouco de restrições à instituições.

O Ministério Público, criado na Constituição de 1988, também tem destacado papel na defesa dos mais nobres interesses da Nação e merece sim a confiança do povo brasileiro, das autoridades públicas e



das outras instituições que dão garantia da clareza e da justeza na aplicação do dinheiro público.

Sr. Presidente, o povo brasileiro não precisa da PEC 37. Não precisamos excluir instituições. Não precisamos de exclusividade em processos que possam dar garantias na defesa do nosso patrimônio.

O Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais têm ações contundentes relacionadas ao meio ambiente, à proteção de minorias, à fiscalização e apuração de denúncias contra o bem público e, acima de tudo, precisam estar atento aos anseios da sociedade.

A PEC não precisa ser aprovada pela Casa que representa o povo brasileiro.

Muito obrigada.

---

Documento 18/59

---

182.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 25/06/2013- - CD	20:04
Publ.: DCD - 26/06/2013 - 26275	- VIEIRA DA CUNHA-PDT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Apelo à rejeição da PEC 37, de 2011 (Acrescenta o § 10 ao art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal).

---

**O SR. VIEIRA DA CUNHA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Com muita honra!

Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas membros do Ministério Público de todo o Brasil que acompanham esta sessão, esta efetivamente é uma sessão histórica, porque é uma sessão, Presidente Henrique Eduardo Alves, em que a Câmara se encontra com o povo que representa.

Desta tribuna disse o meu colega Lourival Mendes, autor da PEC, que houve um acidente de percurso. Bendito acidente de percurso! (*Manifestação nas galerias.*) Esse acidente de percurso, Deputado





Lourival Mendes, é o povo nas ruas clamando contra a corrupção, exigindo educação de qualidade, exigindo um serviço qualificado de saúde, exigindo transporte coletivo acessível e barato, e dizendo: basta de impunidade!

Como poderia esta Casa virar as costas a essas multidões que ganharam as ruas do nosso País, e que elencaram como pauta prioritária das suas reivindicações a rejeição da PEC 37? A população é sábia! A população brasileira conscientizou-se de que retirar o Ministério Público da investigação criminal só interessa aos corruptos e aos delinquentes deste País! (*Manifestação nas galerias.*)

Por isso, Sr. Presidente, tivemos aqui uma sessão histórica. E quero cumprimentar o Movimento Brasil contra a Impunidade. Dele participam não só os promotores de justiça, mas também policiais conscientes da nocividade dessa proposta. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer isto: o de que o Brasil precisa efetivamente é da Polícia e do Ministério Público trabalhando juntos, em parceria e em harmonia. Espero que esta votação nos leve a isso. Que nós possamos unir essas duas instituições na causa comum: o combate à corrupção.

Não à PEC 37! Não à impunidade! (*Manifestação nas galerias.*)

---

Documento 19/59

---

184.3.54.O

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa  
26/06/2013-10:08

Publ.: DCD - 27/06/2013  
- 26639

PAULO RUBEM SANTIAGO-PDT -PE

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Apelo ao Presidente Henrique Eduardo Alves de inclusão na pauta de proposições destinadas ao combate à corrupção. Avanço da aprovação do substitutivo oferecido pelo Deputado André Figueiredo ao projeto de lei sobre a destinação de recursos de royalties de petróleo para a educação.

---

**O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Sem revisão do orador.)**  
- Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as decisões que nós tomamos ontem, na Câmara dos Deputados, são a maior demonstração de que este Poder tem o dever de avançar, e avançar muito mais do que avançamos ontem.



Ao final da sessão, já próximo de 2 horas da manhã, conclamei o Presidente Henrique Eduardo Alves para que seja o primeiro Presidente dos últimos anos a inserir na pauta de votação os projetos de combate à corrupção que nós estamos listando, acompanhando e apoiando há 10 anos.

Em 2003, junto com o ex-Deputado e o ex-Procurador de Justiça do Rio de Janeiro Antonio Carlos Biscaia, criamos a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção. São mais de 150 propostas, das quais aproximadamente 20 estão prontas para serem colocadas em pauta para serem apreciadas nesta Casa.

Nós temos o dever de avançar. Foi muito importante que, nas ruas, a sociedade tenha levantado a bandeira do combate à corrupção, mas nós já sabíamos que o combate à corrupção faz parte da pauta de muitos Deputados e Deputadas desta Casa.

Infelizmente, em razão de outros interesses e pressões, esta Casa vinha protelando a votação de matérias importantes no combate à corrupção.

Nós vamos, portanto, encaminhar ao Presidente Henrique Eduardo Alves a relação dos projetos, alguns prontos para entrar em pauta. Dou aqui um destaque: uma das matérias mais importantes, de autoria do Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, é aquela que propõe a criação, já na primeira instância do Poder Judiciário, de várias câmaras especializadas de combate à improbidade, seguindo nos tribunais das instâncias superiores, para que as ações penais, oriundas das ações de improbidade, não fiquem misturadas sobre a mesa dos magistrados, nas gavetas do Judiciário, fazendo com que a impunidade prospere e a improbidade cresça contra o patrimônio da Nação.

Quero, por fim, Sra. Presidente, destacar a minha alegria, como Deputado da Comissão de Educação, da Comissão que criou o FUNDEB, da Comissão Especial do piso, da Comissão que analisou o Plano Nacional de Educação, de termos ontem avançado. Já havíamos avançado há 1 ano, quando propusemos 10% do PIB em investimentos na educação pública. Eu fui o autor daquele destaque, negociado para o Plano Nacional de Educação - PNE, ao final, na Comissão de Educação. E agora a aprovação do relatório do Deputado André Figueiredo, Líder da minha bancada, meu companheiro de partido, demonstra que é possível, necessário e urgente avançarmos no investimento à educação pública de qualidade.

O Brasil precisa avançar. O Brasil pode e deve investir mais em educação neste País.

Parabéns ao povo nas ruas! Parabéns à sociedade! Vamos avançar! É



o dever desta Casa.

---

Documento 20/59

---

184.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/06/2013-13:26
Publ.: DCD - 27/06/2013 - 26691	WASHINGTON REIS-PMDB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

---

### *Sumário*

Realização de manifestações populares no País a favor do aperfeiçoamento das instituições políticas e dos serviços públicos. Repúdio aos atos de vandalismo praticados durante movimentos sociais.

---

## **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**O SR. WASHINGTON REIS** (PMDB-RJ. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste mês histórico de junho nós pudemos sentir mais uma vez a força das ruas e, mais do que nunca, entender o quanto é importante para cada um de nós, Parlamentares, estar sempre presente, sempre perto do cidadão-eleitor, prestando contas e ouvindo suas demandas, atendendo suas necessidades e seus desejos. Foram mais de 500 Municípios brasileiros a protestar, a maioria pacificamente, exigindo a redução do preço da passagem. Em muitos Municípios, Sras. e Srs. Deputados, esta justa exigência foi atendida.

Em Duque de Caxias houve a mudança benéfica do preço, atendendo ao pedido da população. E esta medida não tem bandeira, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: reduzir o preço da passagem impacta de forma benéfica a vida de todos, independente de terem ido ou não à passeata. É importante para todos os que fazem uso de um transporte público, é importante para o empregador que paga vale-



transporte, é importante para a economia de um Município.

Junto com essa demanda, Sras. e Srs. Deputados, está uma série de reclamações contra a qualidade dos serviços públicos, contra problemas de corrupção em todos os Poderes, e nossos ouvidos precisam estar atentos. Podemos não entender a raiz dessa árvore gigantesca, mas vemos que o povo, a população a alimentou, e as imagens das cidades ocupadas mostram que não faltam mais e mais folhas.

Repito, Sras. e Srs. Deputados: precisamos ouvir este brado da população ordeira, entender o que querem e trabalhar cada vez mais pela qualidade de vida nessas grandes cidades. É importante que estejamos trabalhando forte no Congresso, no plenário, mas ao mesmo tempo precisamos criar pontos de aproximação com a população, canais de comunicação, de diálogo com os nossos eleitores, de modo que eles possam fiscalizar nosso trabalho, por um lado, e nós saibamos dos anseios deles, de outro lado. Uma comunicação bilateral sempre. A mobilização dos tempos atuais é assim, parte da própria população, não necessita mais dos partidos - embora eu defenda que esses tenham força. Mas não podemos fechar os olhos para a realidade: a população, por meio de redes sociais, está cada vez mais se mobilizando por conta própria. E nós não podemos deixar de criar canais com esses que se mobilizam de forma justa, ordeira e eficaz.

É claro que ao abordar este assunto, estou me referindo, Sras. e Srs. Deputados, aos que foram de forma pacífica para as ruas, à população ordeira, que durante o mês de junho ocupou as ruas respeitando o patrimônio público, o comércio, as regras do tráfego e os agentes públicos. Esses precisam ser ouvidos cada vez mais. A comunicação bilateral é isso, estabelecemos regras de convivência e dentro dessas fazemos nossas propostas. Não posso incluir no mesmo barco, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que partiram para a destruição do patrimônio, que partiram para o vandalismo, colocando em risco a vida de inocentes, atacando prédios públicos. Esses, de forma alguma, têm voz. A única mensagem que podem passar é a da intolerância, da violência, da anarquia. E essa mensagem não acrescenta nada a nossa sociedade, que precisa de instituições fortes e uma democracia consolidada.

Não há comunicação possível com quem destrói o mobiliário urbano, com quem atira pedras sem direção. E o pior: esses vândalos atrapalham o cidadão ordeiro, aquele que quer, de forma correta, dar seu recado para as autoridades e os gestores públicos. As pedras são pesadas e voam mais rápido que as mensagens no papel, mas quando chegam a seu destino destroem em vez de construir. E neste momento do País, em que estamos com tantas perspectivas, com eventos internacionais, que ao contrário do que dizem vão gerar mais renda e empregos, não podemos correr riscos desnecessários. As instituições



precisam ficar ainda mais fortes.

Para que as instituições fiquem mais fortes é fundamental que possamos escutar a voz das ruas. Porque é para o cidadão que trabalhamos, é para melhorar a vida dessas pessoas que estamos trabalhando. Melhorando a vida dos cidadãos, eles vão acreditar mais nas instituições. E com credibilidade, a instituição sempre ficará mais sólida, para que tenhamos um Brasil de todos e mais justo.

Muito obrigado.

---

Documento 21/59

---

184.3.54.O

Sessão Deliberativa Extraordinária 26/06/2013-  
- CD 12:06

Publ.: DCD - 27/06/2013 - MÁRCIO MACÊDO-PT -SE  
26684

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Cumprimento pela Presidência da legislação pertinente à cassação de mandato parlamentar. Pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff a respeito das recentes manifestações populares realizadas no País. Proposta da Presidenta da República de celebração de pactos nacionais a favor do cumprimento da responsabilidade fiscal, pela realização da reforma política e combate à corrupção, e pela melhoria das áreas de saúde, transporte público e educação. Importância da destinação ao setor educacional de recursos provenientes de royalties de petróleo da camada pré-sal. Votação pela Casa de proposições consonantes com as demandas da população brasileira.

---

**O SR. MÁRCIO MACÊDO (PT-SE.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu queria também corroborar V.Exa. dizendo que, com a parcimônia devida, com as preocupações que um ato desses projeta para o futuro, a legislação tem que ser cumprida. V.Exa. tem que cumprir seu papel de forma respeitosa, com parcimônia, mas tem a solidariedade também de todos nós aqui.

Eu queria também, Sr. Presidente, dar como lido um pronunciamento e



que V.Exa. pudesse autorizar que fosse divulgado nos meios de comunicação desta Casa e no *A Voz do Brasil*. É um pronunciamento que faço sobre esse momento histórico que nós estamos vivendo, sobre a ida às ruas da juventude do Brasil, e sobre os cinco pactos que a Presidenta, pela sensibilidade de ouvir esta Casa, de ouvir as ruas do Brasil... Que possa ser registrado, e que possamos estar em sintonia, que os políticos como nós e as instituições que são pilares da democracia brasileira possam estar em sintonia com os momentos atuais e ter capacidade de ouvir, de refletir sobre o que está acontecendo no Brasil, e ter atitudes e práticas condizentes com os tempos atuais.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Henrique Eduardo Alves) - Muito obrigado.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Brasileiros e Brasileiras que nos acompanham pela *TV Câmara*, pela *Rádio Câmara* e por todas as transmissoras do Brasil, quero falar sobre este momento tão importante para a democracia brasileira, que são as manifestações em todo o País.

Senhores, na semana passada a Presidenta falou à Nação sobre as manifestações que ocorrem no País e que reivindicam a melhoria da saúde, dos transportes públicos, da educação, um combate sistemático à corrupção e aos desvios de recursos públicos, entre outros que são cobrados pelas vozes que vão as ruas. No pronunciamento falou que iria conversar com os Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciários e com representantes das manifestações pacíficas, das organizações de jovens, das entidades sindicais, dos movimentos de trabalhadores, das associações populares.

*"As manifestações mostram a força de nossa democracia e o desejo da juventude de fazer o Brasil avançar. Se aproveitarmos bem o impulso desta nova energia política, poderemos fazer, melhor e mais rápido, muita coisa que o Brasil ainda não conseguiu realizar devido a limitações políticas e econômicas. Os manifestantes têm o direito e a liberdade de questionar e criticar tudo, de propor e exigir mudanças, de forma pacífica e ordeira. O governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado, incendeie carros, apedreje ônibus e tente levar o caos aos nossos principais centros urbanos. Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública têm o dever de coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo. Com equilíbrio e serenidade, mas com firmeza, vamos continuar garantindo o direito e a liberdade de todos. A minha geração lutou muito para que a voz das ruas fosse*



*ouvida. Num passado recente, muitos foram perseguidos, torturados e morreram por isso. Sou a Presidenta de todos os brasileiros, dos que se manifestam e dos que não se manifestam. A mensagem direta das ruas é pacífica e democrática. O Brasil lutou muito para se tornar um país democrático, e também está lutando muito para se tornar um país mais justo. Não foi fácil chegar onde chegamos, como também não é fácil chegar onde desejam muitos dos que foram às ruas. Só tornaremos isso realidade se fortalecermos a democracia - o poder cidadão e os poderes da República", disse a Presidenta aos brasileiros.*

A Presidenta falou sobre as prioridades do seu Governo nas áreas de educação e saúde, e na importância da elaboração do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, e destacou a importância de fazer um grande pacto para a melhoria dos serviços públicos.

Ontem, a Presidenta, ao se reunir com Governadores de todos os Estados e Prefeitos das Capitais do País, além de líderes dos movimentos sociais, para definir ações conjuntas em prol da melhoria dos serviços públicos no Brasil, propôs a adoção de cinco pactos nacionais. São eles: responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação.

O primeiro pacto trata da responsabilidade fiscal, e a Presidenta pediu aos Governadores e Prefeitos que auxiliem o Governo Federal nos controles de gastos para garantir a estabilidade econômica e o controle da inflação. A Presidenta explicou que este pacto é importante em um momento em que a prolongada crise econômica mundial ainda castiga todas as nações.

No segundo pacto, sobre reforma política e combate à corrupção, a Presidenta propôs a construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular e amplie os horizontes da cidadania. Um tema que, como todos sabemos, já entrou e saiu do País várias vezes, e para que isso aconteça propôs um debate sobre a convocação de um plebiscito que autorize a instalação de uma assembleia constituinte específica para a elaboração de uma reforma política. Também defendeu como iniciativa fundamental uma lei que estabeleça a corrupção como crime hediondo e com penas mais severas, e fez um apelo para que todos os níveis de Governo implementem o mais rápido possível a Lei de Acesso à Informação, como medida para aumentar a transparência dos gastos públicos.

No terceiro pacto, sobre a melhoria da saúde, a Presidenta propôs que todas as instâncias de Governo acelerem os investimentos já contratados para a construção de hospitais, unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde, e ampliar a adesão de entidades filantrópicas ao programa que troca dívidas por mais atendimentos. Ela também defendeu a criação de incentivos para que médicos trabalhem nas regiões mais pobres e remotas do País e voltou



a defender a vinda de médicos do exterior para o Brasil, medida que enfrenta oposição de entidades representativas dos médicos no País, e disse que esses profissionais viriam ao Brasil para trabalhar exclusivamente no Sistema Único de Saúde (SUS).

A Presidenta enfatizou que a proposta de trazer médicos do exterior não é "hostil ou desrespeitosa" à classe médica brasileira, trata-se uma medida emergencial, visto que é grande a dificuldade de se encontrar médicos em números suficientes ou disposição para trabalhar nas áreas mais remotas do País e que as vagas a serem preenchidas serão sempre oferecidas primeiramente a médicos brasileiros e só depois os médicos estrangeiros.

A Presidenta lembrou que o Brasil é um dos países do mundo que menos emprega médicos estrangeiros. Segundo dados, 37% dos médicos que trabalham na Inglaterra se graduaram no exterior. Nos Estados Unidos, são 25%. Na Austrália, 22%. Aqui no Brasil, temos apenas 1,79% de médicos estrangeiros. Enquanto isso, temos hoje regiões em nosso País em que a população não tem atendimento médico. Uma estatística que não pode continuar.

Ao lado de Prefeitos e Governadores, a Presidenta vai tomar medidas para melhorar as condições físicas da rede de atendimento de trabalho nos hospitais públicos do País e destaca a ampliação das vagas para área de medicina e novos especialistas, o que significa a criação de 11.447 para graduação de novos médicos e 12.376 para vagas de residência para estudantes brasileiros até 2017.

No quarto pacto, transporte público de qualidade, a Presidenta defendeu um "salto de qualidade" do transporte público nas grandes cidades. O Governo Federal já desonerou impostos, o que permitiu a redução das tarifas de ônibus em 7,23%, e 13,75% na tarifa do metrô e dos trens, também foram mantidas congeladas as tarifas de metrô e trens operados pelo Governo Federal desde 2003, a desoneração do IPI para a compra de ônibus. Estamos dispostos, agora, a ampliar a desoneração do PIS/COFINS sobre o óleo *diesel* dos ônibus e a energia elétrica consumida por metrôs e trens. Esse processo pode ser fortalecido pelos Estados e Municípios com a desoneração de seus impostos. Tenho certeza de que as senhoras e os senhores estarão sensíveis a isso.

Sobre este pacto, foi anunciado 50 bilhões de reais para "novos investimentos" em obras de mobilidade urbana. A Presidenta defendeu mudar a matriz do transporte coletivo, construindo mais metrô, VLTs (veículos leves sobre trilhos) e corredores de ônibus. Essa decisão é reflexo do pleito por melhoria do transporte coletivo no nosso País, onde as grandes cidades crescem e onde, no passado, houve a incorreta opção por não investir em metrôs. Só muito recentemente, nas últimas décadas, é que o metrô passou a ser um dos meios de





transporte reconhecidos como sendo objeto da necessidade de investimento.

Defendeu ainda a maior participação da população nas discussões sobre transporte público e, para isso, anunciou a criação do Conselho Nacional de Transporte Público, que terá a participação de representantes da sociedade civil e dos usuários. Ela disse que a criação de órgãos similares em cidades e regiões metropolitanas também seria importante.

O quinto pacto, e último, foi pela melhoria da educação, quando voltou a defender que a destinação dos recursos arrecadados com os *royalties* do petróleo sejam destinados a este setor. A Presidenta lembrou que esta proposta já foi enviada ao Congresso Nacional e disse confiar em que os Parlamentares aprovarão esse projeto de lei, mandado ao Legislativo em caráter de urgência constitucional.

Sobre o Pacto da Educação Pública, a Presidenta lembrou que é essencial para o País, pois nenhuma nação se desenvolve sem alfabetização na idade certa e sem creches para a população que mais precisa, sem educação em tempo integral, sem ensino técnico profissionalizante, sem universidade de excelência, sem pesquisa, ciência e inovação. São condições essenciais para alcançar essas metas a formação, a valorização e os bons salários para os educadores, e isso exige recursos.

Houve muitos avanços nas últimas décadas para reverter o atraso secular da nossa educação, mas agora são necessários mais recursos. Por isso a importância dos 100% dos *royalties* do petróleo e 50% dos recursos do pré-sal, a serem recebidos pelas Prefeituras, pelo Governo Federal, pelos Municípios, e a parte da União, sejam investidos na educação.

A Câmara dos Deputados aprovou um acordo que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a Educação e 25% para a Saúde, além dos 50% do Fundo Social, no limite de atingir 10% do PIB para a Educação.

Um destaque que faço aqui é que nenhum país no mundo que tenha se tornado desenvolvido não fez um esforço concentrado investindo na educação. A formação, a valorização e os bons salários para os professores é um passo importantíssimo para a qualidade do ensino público, e isso exige recursos. Por isso são necessários os recursos dos *royalties* revertidos para a educação.

Senhores, as manifestações, o grito nas ruas, exigem mais dos serviços públicos oferecidos. O Governo Federal está fazendo sua parte, está ouvindo as vozes e buscando soluções para atender às demandas da sociedade. Os cinco pactos anunciados ontem são uma resposta às manifestações. Precisamos afinar nossas agendas com o



Executivo e pautar aqui no Congresso as matérias que atendas a estas demandas.

A reforma política, matéria tão esperada pelo povo, e que já esteve várias vezes durante muitas décadas no rol das discussões do Congresso Nacional, precisa ser votada.

As mobilizações, manifestações, reivindicações legítimas da sociedade brasileira têm nosso apoio. Quero dizer que penso que as manifestações, embora tenham uma pauta muito grande, com muitos pontos, são, ainda assim, muito importantes, porque são muitos os problemas. Acho que há certo desejo silencioso que agora explode, vem às ruas.

Confesso que, nestes dias, lembrei muito do início da minha juventude, da organização do movimento estudantil, do início da militância no PT e do "Fora Collor". E a contribuição que a minha geração juvenil deu para o fortalecimento do processo democrático no Brasil. Hoje temos outra geração, com as facilidades e os limites do seu tempo. Cabe a nós, políticos, e às instituições que são pilares da democracia ouvir as vozes que vêm das ruas, refletir e ter atitudes e práticas sintonizadas com os tempos atuais.

Agora é a hora de pautar essas matérias e votá-las. Precisamos dar uma resposta ao povo.

Muito obrigado.

---

Documento 22/59

---

185.3.54.O	Sessão Não Deliberativa	de 26/06/2013-15:36
Publ.: DCD - 27/06/2013 - 26728	DUDIMAR PAXIUBA-PSDB -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Importância do combate à corrupção no País. Maior fiscalização e acompanhamento da aplicação de recursos públicos pelo Congresso Nacional. Defesa de punição severa dos corruptos.

---

**O SR. DUDIMAR PAXIUBA (PSDB-PA. Pela ordem. Pronuncia o**



seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar minha preocupação quanto aos rumos a que a corrupção pode levar este nosso querido País.

As manifestações de rua que vêm ocorrendo em quase todas as cidades do nosso querido Brasil têm levantado algumas bandeiras de luta. De todas, sem dúvida, julgo como a mais importante a do combate à corrupção.

O tráfico de influência e a apropriação da máquina pública por interesses privados continuam sendo as causas principais e relevantes do fomento às práticas corruptas que grassam de norte a sul e de leste a oeste de todo o território nacional.

Ninguém consegue frear, parar, estancar a volúpia dos corruptores e dos corrompidos. Por que será? E não podemos utilizar como desculpa a falta de leis mais duras, de leis severas que propiciem melhor combate a essa condenável prática.

Claro que novas leis precisam ser editadas, e algumas já existentes, aperfeiçoadas, melhoradas no sentido de instrumentalizar meios para a prática de atos, de ações que impeçam a continuidade dessa corrupção incontrolável.

Entretanto, não podemos apenas culpar essa lacuna legislativa. Inúmeras normas legislativas já existentes, se perfeitamente colocadas em prática pelos entes competentes, seriam um passo importante para frear ou obstar essa ganância corrupta desses malfeitores.

A própria fiscalização mais eficiente e isenta funcionaria como entrave, para que esses corruptos se sentissem vigiados e ficassem receosos, temerosos das reprimendas que poderiam vir a sofrer. Mas isso não ocorre. Será que nós, Parlamentares, também não estamos deixando a desejar quanto às nossas atribuições legais concernentes ao nosso papel de fiscal da gestão pública? A resposta é no sentido de que, no mínimo, precisamos refletir e concluir que poderíamos fazer mais, bem mais. Podemos ser mais zelosos no acompanhamento e na fiscalização dos recursos públicos.

É chegada a hora de ouvirmos o clamor e a movimentação democrática que estão ocorrendo nas ruas e praças deste continental País e passarmos, urgentemente, a ser mais rigorosos, inflexíveis ou até mesmo impiedosos para com esses malfeitores que surrupiam o dinheiro público, destinado à saúde, à educação, aos transportes e a outros serviços públicos.

Sr. Presidente, requeiro que o presente pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



Muito obrigado.

---

Documento 23/59

---

185.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 26/06/2013-15:42  
Debates - CD  
Publ.: DCD - 27/06/2013 - PADRE TON-PT -RO  
26729  
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE  
PEQUENO EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Maior atenção dos Parlamentares para com as reivindicações dos participantes em recentes manifestações ocorridas no País. Importância do combate à corrupção. Defesa da realização de plebiscito sobre a reforma política. Maior eficiência na regulamentação, fiscalização e prestação de serviços públicos pelo Governo Federal. Contrariedade à Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000, a respeito da atribuição ao Congresso Nacional da competência para a demarcação de terras indígenas, a criação de áreas de proteção ambiental e o reconhecimento de áreas remanescentes de quilombolas. Realização de investimentos governamentais nas áreas de educação, saúde e segurança pública. Imediata realização de reforma administrativa pelos governantes. Defesa de destinação integral dos recursos dos royalties de petróleo da camada pré-sal ao setor educacional. Empenho do Governo Federal no combate à inflação. Participação do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, destinada ao debate do processo de demarcação de terras indígenas.

---

**O SR. PADRE TON (PT-RO. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, quero pedir a V.Exa. que considere como lido o meu discurso, em que falo sobre essas mobilizações populares pelo Brasil que começaram com as reclamações da juventude contra os maus serviços públicos, especialmente contra a mobilidade urbana e o preço das passagens de ônibus, clamando pelo passe livre. Depois partiu para os reclames por melhorias na educação, na saúde e na segurança pública e denunciou a corrupção.

É necessário que esta Casa analise projetos importantes, mas não pode analisá-los muito rapidamente e somente nos momentos em que



há pressão da sociedade. O maior feito que nós Parlamentares podemos que fazer é o de sermos guardiões da Constituição, é colocar em prática a Constituição Cidadã.

Hoje, nós recebemos o Ministro Gilberto Carvalho na Comissão de Agricultura da Casa, onde ele foi muito pressionado.

É importante também que a sociedade pressione esta Casa a votar contra a PEC nº 215, que é inconstitucional porque tira do Executivo e traz para o Legislativo a competência para aprovar a demarcação de terras indígenas, quilombolas e novas reservas. Que a sociedade coloque esta Casa vigilante contra todo ato inconstitucional que venha a tirar direitos do cidadão brasileiro.

Foi importante o que disse o Ministro Gilberto Carvalho: que o Governo Federal continuará a fazer as demarcações de terras e que vai respeitar a Constituição, o direito de propriedade e o direito indígena.

Acredito que a voz rouca das ruas foi contra o Código Florestal e também é contra a retirada dos direitos dos povos indígenas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nas últimas semanas, as ruas e as praças foram tomadas por uma onda de manifestações poucas vezes vista no nosso País, uma tradução para o contexto nacional do movimento juvenil *Ocupem Wall Street*, que em 2011 levou às praças das grandes cidades americanas dezenas de milhares de jovens contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a influência indevida do setor financeiro na vida das nações.

Em comum entre os dois movimentos, no entanto, apenas a Internet como ferramenta de comunicação e de mobilização dos manifestantes, a juventude - de classe média - como protagonista central dos levantes, a rejeição às instituições - especialmente partidárias, consideradas responsáveis por tudo o que está sendo combatido - e a reprovação ao sistema econômico mundial.

As semelhanças, porém, param por aí. As manifestações em curso nas ruas brasileiras expressam, antes de tudo, a insatisfação geral com um futuro maravilhoso prometido pelo mercado e pela classe política nas campanhas eleitorais midiáticas, mas que nunca chega. Até onde se pode deduzir dos cartazes e das faixas exibidos nas manifestações, naquilo que se refere à política, os jovens desejam mudanças



profundas de postura em todos os níveis e o aprofundamento das conquistas obtidas desde a redemocratização.

Não se pode negar que nos últimos dez anos o Brasil avançou muito, com benefícios para toda a população, independente do extrato social a que pertença. Apesar disso, o povo quer mais, e tem o direito de querer mais.

A corrupção é a nossa principal chaga a ser curada. Ela tem raízes históricas e remonta às nossas origens como Nação. Reforçar o aparato de controle, como o Ministério Público, a Polícia Federal e as Polícias Judiciárias dos Estados, a Controladoria-Geral da União, os Tribunais de Contas e a radicalização da transparência nos atos públicos fazem parte de um esforço que o País tem que continuar aprofundando.

Mas é preciso atacar a corrupção na esfera em que ela serve de exemplo para o conjunto da sociedade, no sistema político, por onde a soberania popular se expressa. As manifestações dos últimos dias mobilizaram a energia que faltava para mudar o sistema político do País. Não podemos desperdiçar esta oportunidade única e, mais uma vez, adiar a reforma política.

Espero que este seja o tema central dos diálogos iniciados nesta semana entre a Presidenta Dilma Rousseff, os Governadores e os representantes dos demais poderes. Defendo consultar a Nação através de plebiscito, já no ano que vem. Não podemos mais nos iludir com a ideia de que Deputados e Senadores vão mudar as regras com as quais aprenderam a conviver e, em alguns casos, a tirar vantagem, que vão fazer uma reforma contra si mesmos.

Outro eixo das reivindicações é o da melhoria na qualidade dos serviços públicos, especialmente mobilidade urbana, educação, saúde e segurança. Aqui, a meu ver, estamos diante de uma reivindicação mais profunda. Trata-se de tornar o Estado brasileiro mais eficiente no cumprimento de suas funções de regulação, fiscalização e prestação de serviços. Há, sim, um problema de financiamento da educação, da saúde e da segurança pública, e devemos criar as condições para que essas áreas recebam mais recursos. Mas só isso não basta. Precisamos de uma reforma administrativa urgente em todas as esferas do Estado, com foco na eficiência e na eficácia dos serviços públicos.

Voltando à questão do financiamento, defendo a aprovação do PL nº 5.500, de 2013, que destina 100% dos *royalties* do petróleo para a educação. Lutar para que a saúde receba pelo menos 10% do PIB, a fim de melhorar especialmente a remuneração dos professores. Mas, neste ponto, precisamos chamar a atenção para a derrubada da CPMF em 2007, retirando cerca de 40 bilhões de reais da saúde. É preciso que os responsáveis pela derrubada da CPMF assumam agora a



responsabilidade perante a população.

O nosso Governo está fazendo um grande esforço para combater o aumento dos preços, desonerando diversos setores da economia, inclusive o de transporte público. No plano econômico, a prioridade é criar as condições necessárias para que os juros voltem a cair, e, com isso, podermos reduzir a quantidade de recursos gastos pelo País com o pagamento de juros e encargos da dívida pública, que hoje consomem quase metade do superávit fiscal, que deveria ir para os investimentos.

As manifestações da juventude, como disse, devem servir de combustível para impulsionar as transformações que o País vem fazendo, que resultaram na ascensão de 40 milhões de brasileiros e brasileiras para a classe média, na redução do desemprego para níveis jamais vistos, na trajetória descendente das desigualdades social e regional, na melhoria da imagem do País no exterior e em tantas outras conquistas em que a sociedade não aceita mais retroceder.

A energia das mobilizações deve ser direcionada para superarmos ranços da política brasileira, para enfrentarmos com mais rapidez problemas específicos de mobilidade urbana, qualificação dos serviços de saúde, educação e segurança pública. Sem permitir retrocessos naquilo que já foi conquistado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

---

Documento 24/59

---

185.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 26/06/2013- - CD	18:39
Publ.: DCD - 27/06/2013 - 26754	DR. PAULO CÉSAR-PSD -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Sintonia do Congresso Nacional com as manifestações populares realizadas em todo o País. Contentamento com as recentes decisões da Casa de rejeição da PEC nº 37, de 2011, de aprovação da destinação de royalties de petróleo para as áreas da educação (75%) e saúde (25%), e de estabelecimento de novos critérios de rateio dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e Distrito



Federal - FPE. Relevância da reunião da Presidenta da República com Governadores e Prefeitos Municipais para debate sobre as principais demandas populares. Aprovação pela Casa de proposta que desonera do PIS/CONFINS as tarifas de transporte público, com vistas a melhorias no setor.

---

**O SR. DR. PAULO CÉSAR** (PSD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Ronaldo Benedet, ilustre representante do Estado de Santa Catarina, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, acho que nós estamos vivendo um momento bastante feliz no nosso País. Considero que esta Casa, a Casa do povo brasileiro, a Câmara dos Deputados e o Senado, vive um momento feliz porque nós estamos assistindo ao povo brasileiro nas ruas reivindicando, cada segmento com uma bandeira diferente, mostrando aos governantes, aos gestores, aos legisladores, a sua vontade, as suas reivindicações.

Então, este é um momento feliz. É um momento que marca, nas mais altas esferas desta República, o que eu chamaria de um momento superdemocrático, em que a voz do povo está sendo ouvida. E, logicamente, Sr. Presidente, temos que ser favoráveis. Nós somos favoráveis. Logicamente, numa manifestação de 100 mil pessoas que fazem uma manifestação pacífica, haver uns 200 baderneiros, há de se convir, é algo até normal. Mas na sua grande maioria, quase 100%, são pessoas que realmente querem ser ouvidas, que estão soltando sua voz nas estradas do nosso País, que estão em suas cidades reivindicando melhorias na saúde, melhorias na educação, melhorias no transporte, melhorias na segurança pública.

Já fomos jovens. Hoje estou com 53 anos, mas também já fui jovem, já fui universitário. Tenho hoje 30 anos de formação em Medicina, tenho 6 anos de formação em História e Licenciatura, e também já estive nas ruas, já soltei minha voz, e também já corri da força. Então, ficamos contentes em ver este momento democrático do País. São movimentos ordeiros que estão sendo realizados em todo o País, com uma grande maioria de jovens. Mas aí também temos os nossos idosos, temos as crianças, mas a maioria é de jovens, trabalhadores, estudantes.

Nós também temos filhos. E nossos filhos também estão nas caminhadas, reivindicando nas ruas do Rio de Janeiro. Em todas as cidades da Região dos Lagos - na nossa cidade de Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Búzios, Arraial do Cabo, Rio das Ostras, Araruama, Saquarema, Macaé, Maricá -, a cada dia o povo também está nas ruas, reivindicando.

Este é um movimento legítimo, e as reivindicações são justas. Ficamos felizes por ver que esta Casa é uma caixa de ressonância, e estamos dando prova disso. O que o povo está reivindicando nas ruas tem a confiança desta Casa. Aqui estão os homens públicos, legisladores que foram eleitos por eles. Somos representantes. Assim como V.Exa. é da





bancada de Santa Catarina, Sr. Presidente, eu sou da bancada do Rio de Janeiro. Somos os legítimos representantes do povo brasileiro. Não é o Judiciário, porque esse não passa pelo teste das urnas. Mas nós passamos pelo teste das urnas. Somos trazidos até a esta Casa pelo voto popular direto da nossa população, e estamos aqui trabalhando, ouvindo a voz das ruas.

Ontem à noite, assim como sempre fazemos, houve debates - porque esta é uma casa de debates. E ontem aqui sepultamos a PEC nº 37, que limitava o direito de o Ministério Público de realizar investigações, de combater a corrupção, de investigar. Sepultamos, de uma vez por todas, a PEC nº 37, o que não era uma reivindicação só do Ministério Público, mas do povo brasileiro.

Ontem aqui também aprovamos os *royalties*. Queríamos 50% dos *royalties* para a educação e 50% para a saúde. Mas, por um acordo entre todos os partidos, todos os Líderes e seus partidos, destinamos 75% para a educação e 25% para a saúde. E lá pelas tantas da madrugada em que aqui ficamos, votamos ainda o Fundo de Participação dos Estados, atendendo, assim, a todos os Estados da Federação. O Fundo de Participação - FPE é como um jogo que não tem como acabar empatado. Não há como os Estados receberem a mesma fatia. Um ganha mais, outro ganha menos. Mas o Estado brasileiro, a Nação brasileira sai vitoriosa!

Esta semana, tivemos uma reunião em que a Presidência da República se manifestou. Foi feita uma reunião com os nossos Governadores, com os Prefeitos das capitais, com os Ministros. É assim que o País vai avançando, é assim que o País vai produzindo; é ouvindo o que o povo quer que nós vamos avançando.

Hoje demos outra demonstração sobre o transporte público, sobre o transporte coletivo. Zeramos o PIS/COFINS das tarifas do transporte público. Com relação ao transporte de trem, de ônibus, de metrô e aquaviário, zerou-se a contribuição do PIS/COFINS.

O que nós aprovamos aqui hoje, com certeza, será revertido em melhorias no transporte público de todo o nosso País. No Rio de Janeiro, temos trem, temos as barcas Rio-Niterói, temos metrô, temos transporte ferroviário.

Ficamos muito contentes. Viva o Brasil!

Estou muito contente com este momento que o País está atravessando. Algumas pessoas ficam temerosas. Mas ninguém precisa ficar temeroso, pois é o povo brasileiro que está nas ruas. Não é um povo estrangeiro. É o povo brasileiro que está nas ruas, reivindicando. E esta Casa, que dá as respostas e atende ao povo brasileiro, está cumprindo com o seu papel.



Muito obrigado.

---

Documento 25/59

---

185.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 26/06/2013-15:42  
Debates - CD

Publ.: DCD - 20/12/2013 - JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP  
60757

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Saudações aos Parlamentares e à população brasileira, em especial aos habitantes do Município de Guarulhos, Estado de São Paulo. Maior atenção dos Parlamentares para com as reivindicações dos participantes em recentes manifestações ocorridas no País. Avanços dos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Apresentação, pela Presidenta da República, da proposta de criação de pacto nacional pela melhoria dos serviços públicos. Apoio à proposta de realização de plebiscito sobre a convocação de Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para a reforma política. Razões da rejeição pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, sobre a atribuição às Polícias Federal e Civis dos Estados e do Distrito Federal da competência para a realização de investigações criminais. Alocação de maiores recursos para a saúde pública. Revisão da política governamental de mobilidade urbana. Apoio às demandas das comunidades indígenas e quilombolas. Compromisso de atuação parlamentar em defesa do Sistema Único de Saúde - SUS; da oferta de educação de qualidade; da realização da reforma política; da democratização dos meios de comunicação e do Estado laico. Combate à corrupção. Inadmissibilidade de atos de truculência para repressão de movimentos sociais. Retomada dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Alocação de recursos aos Estados e Municípios brasileiros.

---

**A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Sem revisão da oradora.)** - Sr. Presidente, Amauri Teixeira, Sras. e Srs. Deputados, jovens, crianças, deficientes, os que nos ouvem, os que nos assistem pelo sistema LIBRAS, a todos os cidadãos do meu Estado de São Paulo, do Brasil e principalmente da minha querida cidade de Guarulhos, hoje nós vivemos um momento de revisão da história: conseguir transformar com ideias progressistas. Este é o momento para dizer ao Brasil o que o Congresso Nacional deve fazer como uma resposta adequada e necessária à juventude, que foi estar nas ruas em todo o Brasil reivindicando muita coisa de interesse de todo o povo brasileiro.



Essas manifestações que se disseminaram pelo País estão mudando o Brasil. Cabe a nós políticos, que fomos eleitos pelo povo, que atuamos nos partidos políticos ou somos dirigentes, ouvir, refletir e agir, levando em conta o que a juventude quer dizer e não o que a mídia quer impor. Temos que ouvir os justos clamores populares e fazer um balanço simples e sincero de nossas ações.

São 10 anos de governo de Lula e Dilma, 40 milhões de brasileiros que saíram da pobreza; criamos 20 milhões de novos postos de trabalho, a renda do povo cresceu, os salários foram valorizados, novas universidades - na minha cidade foi criada uma -, com acesso de mais de 1 milhão de jovens ao PROUNI; rompemos, Deputado Paulão, com um país arcaico e avançamos para acabar com as diferenças regionais; firmamos o Brasil no contexto internacional; avançamos na descoberta do pré-sal e na sua exploração. Tudo isso num clima de completa democracia.

Mas hoje vemos que os movimentos da juventude estão na rua. E eles estão dizendo o quê?

A voz da juventude mostra o que já sabíamos, que conseguimos cumprir com muitas mudanças, mas é preciso mais, muito mais. Elegemos o primeiro operário, a primeira mulher, mas não conseguimos aprovar nesta Casa aquilo que o povo que nos elegeu esperava de nós: ordem no caos.

Quando muitos estavam desorientados, com medo, a Presidenta Dilma apresentou, no seu pronunciamento do dia 24, um pacto nacional com cinco questões que considero relevantes: o controle da inflação; a reforma política com um plebiscito para a formação de uma Constituinte; o combate contundente à corrupção; a relevância da saúde, com ampliação da adesão às filantrópicas, que atendem à população e que não têm verbas. Se os médicos não vão para os lugares mais distantes, por que não trazer médicos estrangeiros? Concordo com isso. Além disso, investir os *royalties* do petróleo na educação e, no transporte, desonerando, mas também repassando 50 milhões para a mobilidade urbana. E mais, criar, Deputado Paulão, um Conselho Nacional de Transporte para dar transparência e controle social às tarifas.

Mas a Presidenta Dilma Rousseff propôs um pacto, Presidente. E nesse pacto ela "abriu" a conversa com os Governadores e Prefeitos das Capitais, com a sociedade civil - começando com os jovens -, com os representantes do Legislativo e também com o Judiciário.

Diante desse diálogo com a Câmara e o Senado, propôs não uma Constituinte, mas um plebiscito para discutir a questão da reforma política. E o nosso Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, já adiantou que está conversando com o Tribunal Superior Eleitoral para



verificar as condições materiais para realizar o mais rapidamente possível este plebiscito.

Então, temos que fazê-lo rapidamente. A Presidenta Dilma vai nos encaminhar essa proposta.

**O Sr. Mauro Benevides** - V.Exa. me permite um aparte, nobre Deputada Janete?

**A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ** - Deputado Mauro Benevides faz uma breve...

**O Sr. Mauro Benevides** - V.Exa. faz uma abordagem sobre um assunto constante de todas as nossas conversações, sobretudo na mídia e aqui nesta Casa, em sucessivos debates nos 3 últimos dias. E V.Exa. menciona essas questões, sobretudo a realização de uma consulta plebiscitária de que se incumbe na articulação com a Justiça Eleitoral o próprio Ministro da Justiça, na Legislatura passada, o nosso colega José Eduardo Cardozo. Num debate de que participei, na manhã de hoje, sobre a reforma política veio a lume a modalidade de se processar a consulta plebiscitária. E, então, nas elucubrações processadas, nós chegamos a identificar algumas dificuldades - transponíveis, é verdade - para que se processasse uma sequência de itens que seriam naturalmente respondidos pelos eleitores brasileiros. Então, V.Exa. aborda com percuciência um assunto que é de inquestionável relevância. E vamos confiar em que a própria Justiça Eleitoral, numa colaboração inestimável neste momento crucial para o destino nacional, ofereça uma estrutura de programa plebiscitário que possa ser respondido corretamente pelo eleitorado das grandes, das médias e das pequenas cidades brasileiras. Cumprimento V.Exa. pela abordagem que inicia no Grande Expediente da sessão de hoje.

**A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ** - Muito obrigada, nosso decano, Deputado Mauro Benevides, que muito nos honra com seu aparte.

Eu gostaria de falar sobre as contradições, as tensões entre o novo e o velho, entre a voz das ruas e a voz do mercado. Assim como o jovem, nós queremos mais - é necessário avançar em muitas reformas. E nós temos que ter a clareza de que as elites econômicas e sociais deste País as impedem sim, porque estão em jogo grandes interesses e a instrumentalização privada nos Poderes da República.

**O Sr. Delegado Protógenes** - Gostaria de pedir um aparte, Deputada.

**A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ** - Pois não, Deputado Delegado Protógenes.

**O Sr. Delegado Protógenes** - Esse é um tema novo dentro do Parlamento, mas velho nesta República. E V.Exa. teve a coragem de



inserir no seu pronunciamento a instrumentalização privada dos Poderes da República. Eu poderia, aqui, discorrer várias instrumentalizações, mas a mais recente e vergonhosa desta República, Deputada Janete Rocha Pietá, está ocorrendo neste exato momento, nesta República, com a contratação de escritório de ex-Procuradores-Gerais da República. E há uma contradição, como V.Exa. falou. Ontem, votamos aqui a PEC 37, que reafirmava, valorizava e fortalecia, e fortalece, o Ministério Público, como instituição magna importante da estrutura democrática do Estado. Isso é o que nós não podemos admitir: que, outrora, um ex-Procurador-Geral da República, que combatia a corrupção, que tinha sob sua responsabilidade o manto da isenção e auspício do que a Constituição da República lhe conferia, sai do cargo com todas as informações, todo o seu prestígio e influência a usar no Supremo Tribunal Federal em favor de corruptos conhecidos nesta República. Não podemos admitir isso. V.Exa. está de parabéns por ter coragem de inserir essa instrumentalização privada nos Poderes da República.

**A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ** - É exatamente, Deputado Delegado Protógenes, a contradição que vivemos, exatamente o que quer nos ditar a voz do mercado e a voz do grande capital financeiro. Mas as ruas estão nos apontando para um país que busque investir não na corrupção, não no enquadramento de interesses de alguns, mas no interesse da maioria. Hoje está em pauta o confronto entre um Estado brasileiro, que investe mais nos gastos sociais, e o confronto com os neoliberais, que querem um Estado mínimo.

Com a palavra o Deputado Paulão, nosso companheiro.

**O Sr. Paulão** - Deputada Janete, agradeço o aparte e parabênz V.Exa. Esse debate é fundamental, principalmente quando V.Exa. representa, infelizmente, uma minoria nesta Casa, a representação feminina. Com todo o preconceito que muitas vezes há no mundo oriental, no Parlamento do Irã a maioria é representada por mulheres. É importante fazer este registro. V.Exa. traz aqui, sem dúvida nenhuma, como disse o Deputado nosso decano, um debate dessa conjuntura recente e é fundamental - não vamos discorrer até porque é o tempo de V.Exa. que deve ser priorizado -, é importante que se destaque, primeiro, o clamor das ruas, não só a interpretação, mas a ação. E quem teve essa ação foi a Presidente Dilma Rousseff, quando teve a capacidade de fazer a inteiração com os Governadores, os 27 Prefeitos, convidando a sociedade civil "organizada", repito aspeada, "organizada" e não uma mobilização sem rosto trazendo o principal debate, que é a mobilidade urbana. Foi feito o debate ontem inclusive pelo Deputado Zezéu Ribeiro sobre a situação não só do transporte, mas dos vazios urbanos, a propriedade, que esta Casa não realiza dentro da reforma agrária. Parabênz-a pela coragem, sensibilidade e história, principalmente a coragem e as mãos que foram estendidas da Presidente Dilma Rousseff para a sociedade civil. Parabênz, Deputada



Janete!

**A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ** - Obrigada.

Deputado Afonso Florence, que vai me preceder e vou participar deste debate. Acho que é disto que precisamos, de um debate e não desse monólogo que temos nesta Casa.

**O Sr. Afonso Florence** - Deputada Janete, obrigado pelo aparte. Parablenizo-a pelo discurso e destaco particularmente os aspectos referentes à defesa da democracia participativa inserida no seu pronunciamento e a defesa de uma redefinição do Estado brasileiro, que absorva as manifestações, a multidão nas ruas e a sociedade civil organizada e, ao mesmo tempo, esteja com o aparato necessário para garantir as políticas públicas para o nosso povo. Parabéns, Deputada Janete!

**A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ** - Muito obrigada, Deputado Afonso Florence.

Eu gostaria até de lhe dizer que eu estou tentando interpretar o que a juventude nos diz, mas também quero criticar tanto a violência policial, como a tentativa da mídia de querer dizer o que nem sempre está sendo dito na rua. Mas muito obrigada. E eu estava dizendo que é um confronto entre um Estado mínimo e um Estado que busque dar mais, gastar mais com as questões sociais.

A Câmara ontem deu algumas respostas. Não vou abordá-las, por causa do tempo. Mas, quem quiser, depois, através de *A Voz do Brasil*, através da Internet, poderá ter meu texto na íntegra, em que eu digo por que nós dissemos "não" à PEC 37, por que nós entendemos que é fundamental fortalecer e aprimorar nosso ordenamento jurídico e regulamentar a investigação criminal do Brasil. Eu desenvolvo vários itens, mas eu concluo dizendo que é muito importante não haver luta entre Ministério Público Federal e civis, mas sim o combate de todos esses setores na luta contra a impunidade e o crime.

Pois não, minha querida Deputada Carmen Zanotto.

**A Sra. Carmen Zanotto** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ** - Com prazer, Excelência.

**A Sra. Carmen Zanotto** - Nossa coordenadora da Bancada Feminina, que agora transmitiu o cargo para a Deputada Jô Moraes, com certeza absoluta vamos continuar juntas nesta luta. Eu queria fazer uma reflexão com relação aos movimentos e ao que esses movimentos tentam nos dizer, atrelando isso a uma necessidade urgente que também temos aqui na Casa quanto ao fortalecimento das políticas



públicas em relação à violência contra a mulher. Nós estamos concluindo o trabalho da nossa CPMI, que está mostrando o quanto nós precisamos avançar nas delegacias especializadas, nos serviços de saúde quando acolhem uma mulher vítima de violência. Mas, mais do que isso, quando a população está na rua, que as pessoas se respeitem e não aproveitem este momento para o vandalismo, porque o movimento é democrático, o movimento é das pessoas. Nós da Câmara dos Deputados, o Parlamento como um todo, os Governos, precisamos também, e acho que este é o momento importante que o País está vivendo. Muitas vezes tocávamos nesses assuntos, e eles não eram ouvidos, e vice-versa. Se não conseguimos ouvir a população, também não conseguimos nos fazer ouvir. Há muitas demandas nesta Casa. V.Exa., que tão bem conduziu a nossa bancada, com certeza vai continuar nas lutas do dia a dia, em especial nas nossas lutas com relação à melhoria das políticas públicas. Ontem, tivemos um grande avanço quando conseguimos, por acordo, não os 50% dado para a educação e a saúde, mas pelos menos 25%, porque a forma de acolhimento dessa população e a assistência à saúde também é uma das pautas que estamos ouvindo como uma das principais reivindicações da população e das políticas públicas. Parabéns pelo seu pronunciamento! Parabéns pelo seu trabalho!

**A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ** - Deputada Carmen Zanotto, esse ponto vou abordar no tema das reformas. A maior parte do povo brasileiro somos nós, mulheres, que sofremos uma violência desse Estado machista, sexista e conservador.

Agradeço o aparte a V.Exa. A Bancada Feminina, quando fui coordenadora, teve essa iniciativa da CPMI para abordar e dar o diagnóstico da violência contra a mulher no Brasil.

Quero dizer também que a PEC 37, que foi rejeitada, deve continuar com o PL nº 5.576, que procura dar providências de regulamentação, tanto da medida provisória, quanto do Ministério Público e dos delegados.

Deputada Carmen Zanotto, V.Exa. abordou um tema que eu iria abordar. Foi uma vitória termos conseguido 75% para a educação e 25% para a saúde. Mas, poderíamos refletir: por que não acabaram com a CPMF? Porque era um dinheiro que nos foi retirado, e foi muito grande. Eu sofri nesta Casa. Nós precisamos criar, ver de onde podemos tirar o dinheiro para investir mais em saúde. É o que afirmo a você, secretário de saúde - eu também fui secretária-adjunta de saúde.

Tenho um lado nessa luta. Por isso, quero defender, como disse o Deputado Paulão, a reforma urbana, não apenas a mobilidade urbana. Nós precisamos tratar da mobilidade urbana, priorizando o coletivo, o uso do trem, acabando com essa lógica individual, do carro vencendo o coletivo.



Devemos abordar a questão urbana da terra e respeitar os índios e os quilombolas. Os índios estavam aqui primeiro e os quilombolas ocuparam a terra há séculos. Nós temos uma dívida sobre a questão da cidade. Alguns setores imobiliários buscam mais a especulação do que o direito à terra e à moradia.

A Deputada Carmen Zanotto já falou sobre o SUS, que quero reafirmar como ponto importante de uma pauta da Casa, que são mais verbas. Mas não só isso, todos devem ter atendimento, não apenas ao privado. Aliás, hoje, quem tem plano de saúde está vendo que, de fato, quem está segurando a saúde é muito mais o SUS do que o sistema privado.

Uma educação de qualidade é o que a juventude quer. Faço uma reflexão: a juventude questiona os partidos políticos, por quê? Porque se sente excluída. Quero a dizer a vocês jovens que me assistem e às pessoas de todas as idades o seguinte: bem-vindos, jovens! Vocês são bem-vindos ao mundo da política, porque nas ruas vocês estão dando diretrizes e colocando a Nação no caminho do que é considerado importante. Nós aqui na correlação deste Parlamento, tão conservador, não conseguimos colocar determinados assuntos na pauta de discussão.

Teria também de falar da reforma política. Defendo o financiamento público e exclusivo, defendo a paridade. O Deputado Henrique Fontana apresentou um projeto possível, mas já que não foi possível o possível, vamos lutar pelo impossível. Somos 52% da população. A reforma política deve ver não somente as mulheres, mas a juventude, o pessoal do campo e da cidade.

Não terei tempo de abordar a questão do combate à corrupção, mas quero dizer que muitos veem esta Casa e o Congresso como corruptos. Mas existe corrupção também em setores privados e uma concepção da Lei de Gérson, em que todo mundo quer levar vantagem.

Portanto, temos que passar a limpo essa questão da corrupção. A corrupção daquele que chega até nós e diz: "*Me dá isso*". Como se o Deputado fosse um banco; nós não somos. Nós temos que estar aqui lutando para a maioria e não para alguns.

Na reforma política eu defendo o *recall*, que é: se o político não está cumprindo com o que ele prometeu na campanha, o povo faça uma avaliação e retire o poder dele, daquele que promete e não faz. Defendo a plena democracia, o diálogo, a liberdade.

Também quero tratar de um ponto polêmico - mas esta é a Casa da polêmica, é a Casa do Povo -, que é a democratização dos meios de comunicação. Eu fiquei espantada. Mostrava-se a multidão, mas não se colocavam as bandeiras de ordem que muitos diziam: *Fora tal TV!*





*Fora tal revista!* Mas dizia. É uma manifestação ordeira, mas só mostrava a violência para criar o medo. Tem que mostrar a violência, mas, principalmente, as palavras de ordem. E a maioria do povo era a juventude, que era ordeira.

Quero dizer que o estopim de tudo foi a penalização dos movimentos. A polícia não é para bater. É para manter a ordem, sim, mas não é para bater nos movimentos. É para impedir aqueles minoritários que queiram se aproveitar.

Defendo também o Estado laico, porque é um ponto que esta Casa não tem coragem de abordar. Muitas religiões aqui são discriminadas. Eu quero defender também que a nossa Comissão de Direitos Humanos, que foi sequestrada, volte a colocar na pauta - que ela tenha legitimidade, porque hoje ela não é paritária - os interesses realmente dos direitos humanos.

Como defensora de bandeiras históricas, eu quero colocar: desde quando está aqui tramitando o projeto das 40 horas semanais? Eu quero colocar o fim do fator previdenciário, licença-maternidade de 180 dias, eu quero o Estatuto da Juventude colocado e votado aqui, eu quero legislações para a mulher no mundo do trabalho. Trabalho igual, salário igual. O PL nº 6.653, pelo qual eu lutei o tempo todo, nunca foi colocado na pauta.

Sr. Presidente, eu quero lutar por mais investimentos nos Municípios. O Deputado Afonso Florence vai desenvolver mais a questão do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados, porque eu não tenho tempo.

Hoje, a correlação de forças mudou, mas não nos enganemos: será por um tempo. Mas nós temos que dar a resposta justa, a resposta para acabar com as desigualdades, para acabar com a discriminação dos negros, das mulheres, da juventude, dos indígenas.

Concluo conclamando a sociedade, os participantes dos movimentos, este Parlamento na defesa da plena democracia e na instalação de um Brasil mais igual.

Eu gostaria que o meu discurso tivesse uma ampla divulgação nos meios e comunicação desta Casa. E aqueles que quiserem, daqui a pouco, já estará o meu texto, na íntegra, na minha rede social, no meu Facebook e no meu *site*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Solicito ampla divulgação do pronunciamento de V.Exa.



Quero agradecer a V.Exa., mais uma vez, por ter permitido que vários Deputados fizessem o uso da palavra no Pequeno Expediente.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, crianças, jovens, senhoras e senhores, pessoas com deficiência que me ouvem, veem e/ou leem pela *Rádio Câmara* e *TV Câmara*, Internet, redes sociais e Sistema LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, e em particular ilustres cidadãos e cidadãs do Brasil, do Estado de São Paulo e de minha querida Guarulhos, a quem tenho grande orgulho de representar aqui nesta Casa.

A conjuntura brasileira.

Este é um momento para dizer ao Brasil o que o Congresso Nacional deve fazer como uma resposta adequada e necessária à juventude que foi e está nas ruas em todo o País reivindicando muita coisa de interesse de todo o povo brasileiro.

Estas manifestações que se disseminaram pelo País estão mudando o Brasil. Cabe a nós, que fomos eleitos pelo povo, que atuamos nos partidos políticos, ouvir, refletir e agir, levando em conta o que a juventude quer nos dizer e não o que a Mídia que impor. Temos que ouvir os justos clamores populares e fazer um balanço simples e sincero de nossas ações.

Balanço dos 10 anos dos Governos do PT.

Os 10 anos de governo de Lula e Dilma tiraram 40 milhões de brasileiros da pobreza, criamos 20 milhões de novos postos de trabalho, a renda do povo cresceu, os salários foram valorizados, novas universidades federais, acesso de mais de 1 milhão de jovens ao Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Rompemos com o Brasil arcaico e avançamos para acabar com as diferenças regionais. Firmamos o Brasil no contexto internacional. Avançamos na descoberta do Pré-Sal. Tudo isso num clima de completa democracia. Os avanços que tivemos nestes 10 anos de diálogo com os movimentos sociais e sindicais, as conferências nacionais, os conselhos, a aceitação das manifestações populares nas ruas como fato normal da democracia, fizeram do Brasil um país mais democrático.

Mas hoje vivemos um momento de democracia direta com o povo jovem nas ruas.



A voz da juventude mostra o que a nossa consciência já nos dizia, que não conseguimos cumprir, ainda, todas as mudanças que propomos, quando a maioria do povo em 2002 elegeu o primeiro operário Presidente da República, e depois, em 2010, a primeira mulher Presidenta da República. E nós também, Deputadas e Deputados, não conseguimos aprovar tudo aquilo que o povo ao nos eleger esperava de nós.

Ordem no caos.

Quando muitos estavam desorientados e com medo, a Presidente Dilma Rousseff apresentou seu pronunciamento à nação, na última segunda-feira, 24 de junho de 2013, propondo um Pacto Nacional, em que cinco questões foram abordadas e que considero de extrema relevância:

1 - Responsabilidade fiscal e controle da inflação;

2 - Reforma Política com um plebiscito para formação de uma constituinte; combate contundente à corrupção;

3 - A relevância da saúde:

- destaca-se a importância de ampliar a adesão dos hospitais filantrópicos;

- busca responder aos clamores de falta de médicos e, quando não houver, contratar médicos estrangeiros.

4 - Educação:

De qualidade; 100% dos royalties do petróleo para educação.

5 - Transporte

- desoneração fiscal dos setores;

- 50 milhões para mobilidade urbana;

- criação do "Conselho Nacional de Transporte" para ter mais transparência e controle social das tarifas.

Dilma propõe novo pacto.

Dilma está ouvindo e conversando com os movimentos sociais, Governadores, Prefeitos das capitais, com entidades da sociedade civil e representantes do Legislativo e Judiciário. Diante deste diálogo enviará uma mensagem à Câmara e ao Senado propondo a realização de um plebiscito sobre a Reforma Política. E dialogará novamente para



ver o que será incorporado. Segundo o Ministro Aloizio Mercadante, *"já amanhã entraremos em contato com Tribunal Superior Eleitoral para verificar as condições materiais para a realização do plebiscito. O objetivo é a brevidade, porque qualquer mudança legal se faz sempre até 1 ano antes da vigência de qualquer eleição. Então nós temos que fazer isso com bastante objetividade e vamos encaminhar o mais rápido possível, a presidenta vai encaminhar aos presidentes da Câmara e do Senado a proposta do Executivo para a realização do plebiscito após essa consulta"*.

As contradições e tensões entre o novo e o velho e a voz das ruas e a voz do mercado

Assim como os jovens, queremos mais. Temos que avançar nas reformas necessárias e urgentes que ainda não foram feitas e que as elites econômicas e sociais deste País impedem. Sim, porque há muitos interesses em jogo quando se trata de Governo, de Parlamento, de Judiciário, de poderes do Estado brasileiro.

Tanto que agora há uma contradição entre o que quer a juventude nas ruas e o que quer o grande capital nacional e internacional, sobretudo o grande capital financeiro, que representa hoje o que eles chamam "a voz do mercado".

O chamado mercado, isto é, a turma dos que têm muito dinheiro e apostam seu capital emprestando aos governos através dos títulos de dívida que compram, ou apostam seu capital comprando dólares, comprando ações de empresas, ou aplicando nas diversas carteiras de bancos, esta turma do mercado quer menos governo e mais liberdade para seu capital ir onde o lucro é maior. Ela quer que o governo corte os gastos sociais.

Ao contrário da minoria rica do chamado mercado, a juventude nas ruas quer mais presença das instituições do Estado brasileiro, quer mais gastos sociais. Quer transporte coletivo mais barato, quer mais oferta de transporte coletivo. Quer mais hospitais, mais médicos, mais exames, mais postos de saúde, mais remédios, e os quer disponíveis gratuitamente no Sistema Público de Saúde. A juventude nas ruas quer mais vagas nas universidades públicas ou no PROUNI, quer mais escolas técnicas, quer melhor qualidade no ensino secundário. Passe Livre e outras reivindicações de melhoria dos serviços públicos que o Brasil todo ouviu.

A Câmara dos Deputados também começou a dar respostas, afinal esta Casa de Leis representa o Povo.

- Dissemos não à PEC 37.

- Porque votamos contra:



1 - Porque entendemos que é fundamental fortalecer e aprimorar nosso ordenamento jurídico e regulamentar a investigação criminal no Brasil;

2 - O MP (Ministério Público) e as Polícias, Federal e Civil, devem trabalhar em harmonia e em conjunto no processo de investigação. A atuação harmônica e conjunta entre MP e Polícias é o primeiro passo para uma reforma integral do sistema penal brasileiro;

3 - Existem bons e maus policiais e promotores. Mas a Polícia e o MP são instituições indispensáveis e essências ao País;

4 - No meu entender e do PT, é preciso disciplinar a conduta investigativa. Temos que responsabilizar os promotores e delegados quando a denúncia for infundada, pois este simples ato pode acabar com a vida de várias pessoas. O MP desempenha papel importante em apoio às comunidades mais distantes e pobres;

5 - Por isso o PT propôs o Projeto de Lei nº 5.776, de 2013, que dispõe sobre a investigação criminal e dá outras providências. No seu art. 1º, o projeto estabelece a atuação conjunta da Polícia Judiciária e do MP, bem como as formas de interação deste com os órgãos técnicos que colaboram com a apuração das infrações penais.

Este projeto de lei está aberto a emendas e sugestões para que no 2º semestre possamos votá-lo. Vamos ter que buscar uma proposta onde os poderes e a sociedade sejam vitoriosos no combate à criminalidade de toda natureza. A luta não deve ser entre o MP e as Polícias. O que queremos é combater com rigor a criminalidade.

*Royalties* do petróleo vão para educação e saúde - as contradições entre o Estado mínimo e o Estado popular.

Em acordo entre todos os partidos, foi aprovado 75% dos recursos dos *royalties* que irão para a educação e 25% para a saúde.

Portanto, não dá para dizer que nisso haja uma unidade nacional. Há uma profunda divergência entre a juventude nas ruas e aquela minoria velha e rica do grande capital nacional e internacional. Nós teremos que escolher de que lado ficamos neste momento, como sempre em nossa vida de representantes do povo temos que a cada momento escolher.

Tenho lado nesta luta.

Quanto a isso, preciso dizer qual é o meu lado, qual é a minha luta, as coisas pelas quais eu, como Deputada representante do povo, defendo, aquilo que meu partido, o PT, e eu historicamente defendo:



### 1 - Reforma urbana.

Defendo uma reforma urbana, com mais transporte coletivo de qualidade, portanto mais ônibus com mais frequência, especialmente nas periferias das cidades, mais corredores onde tem engarrafamentos, mais trens, mais metrô, com preço reduzido. E para isso tem que ter investimento público. Se esperar pelo dinheiro privado, ele pode preferir o dólar, preferir a China, preferir os fundos que investem na Ásia, preferir comprar títulos do governo e aumentar os juros da SELIC. Priorizar o coletivo (ônibus, trem, metrô) *versus* o individual (carro).

Na reforma urbana temos que discutir, além da mobilidade urbana, a questão da terra como um bem social. A dívida histórica do Brasil com os índios e quilombolas.

A dívida das cidades, a luta da moradia *versus* a especulação imobiliária.

### 2 - Defesa do SUS (Sistema Único de Saúde).

Defendo um serviço público e gratuito de saúde melhor, e para isso tem que ter investimento público. Defendo que se contratem médicos de outros países, porque o povo não pode ficar refém de interesses corporativos de qualquer profissão.

Será que os grandes capitalistas e seus defensores que pregam o corte dos gastos públicos, exceto a indústria farmacêutica, estão interessados em melhorar o Sistema Único de Saúde do Brasil? Eles não, mas todos aqueles e aquelas que estão neste Congresso para defender os interesses populares, sim, querem mais e melhor do SUS.

### 3 - Educação de qualidade.

E o mesmo com escolas de qualidade nos Municípios e nos Estados, mais acesso da juventude a escolas técnicas e à universidade.

Porém, a juventude quer também uma democracia melhor e mais participativa neste País. Quando a maioria dos manifestantes rejeita os partidos políticos, na verdade ela quer dizer que se sente excluída da política como ela hoje é. E, ao se manifestar nas ruas, ela entrou firme na política. Que bom. Sejam bem-vindos ao mundo dos que decidem os destinos da nação, ao mundo do coletivo, ao mundo das leis, ao mundo de como se executam as políticas vitais para todo o povo.

### 4 - Reforma política.

Por isso, a juventude clama por uma reforma da política brasileira. Aqui também ela não vai encontrar unidade. Tantas tentativas que o PT e



outros partidos aqui fizeram para facilitar a apresentação de projetos de iniciativa popular e garantir sua rápida tramitação e resolução, e não passa aqui neste Congresso Nacional. Tantas tentativas que nós mulheres temos feito de igualdade entre mulheres e homens na representação política e que não prospera aqui. Tanto esforço do Relator da Reforma Política, Deputado Henrique Fontana, para achar uma maioria disposta a afastar o peso do dinheiro privado nas eleições, e não consegue. Tanto esforço de achar formas de melhorar as oportunidades para os excluídos da política, e nada. A única coisa que a Câmara votou, sem o meu voto, pelo momento que foi votado, foi tentar barrar na prática a possibilidade de novos partidos.

Que bom que a Presidenta Dilma está propondo um plebiscito para discutir a Reforma Política. Nisto estarei firme com ela e com o meu partido, o PT, que já estava promovendo uma lei de iniciativa popular neste sentido.

Na Reforma Política defendemos:

- Financiamento público exclusivo para as candidaturas;
- Paridade (número igual) entre mulheres e homens;
- Fim de coligação em eleições proporcionais;
- Sistema Eleitoral Proporcional Misto com 2 votos;
- Metade das cadeiras obtidas pela lista partidária e a outra metade na votação nominal dos candidatos.

Combate à corrupção.

A juventude nas ruas também se ergueu contra a corrupção. Com toda razão, porque dinheiro público é para prestar bons serviços ao público e não para favorecer a vida de poucos. Precisamos generalizar o acesso à informação, e nisto nós da Câmara e do Senado estamos sintonizados com a juventude ao aprovar a Lei de Acesso à Informação. Mas precisa ainda arrochar as leis de combate à corrupção, como está propondo a Presidenta Dilma, e aprovando com o projeto que tramita aqui de punir economicamente as empresas que promovem a corrupção. Porque ele tem duas faces da mesma moeda. A vantagem que leva o político que se corrompe, mas também a vantagem que leva a empresa ou o rico que compra os serviços do político.

Tudo isso que aconteceu nestes dias de juventude que mudaram a conjuntura brasileira se deve também às oportunidades de nossa democracia.



Por isso, o meu partido, o PT, e eu com ele, defendemos a Plena Democracia no Brasil. Liberdade de manifestação e diálogo com toda a população de forma plural. Reforma política para que as novas gerações tenham canal de expressão, para combater de modo eficiente a corrupção, igualdade entre mulheres e homens na representação política. Os partidos, a liberdade de formá-los, são essenciais para a democracia. Mas precisam representar no poder o que defendem em seus programas.

*Recall.*

Por isso também defendo o *recall* na política.

A incapacidade, inabilidade no exercício do cargo, é possível que os eleitores revoguem (através do voto) o mandato político representativo.

É uma avaliação do mandato depois de 2 anos. Essa é uma questão que tem que ser inserida no ordenamento jurídico eleitoral brasileiro.

Através do *recall* podemos fortalecer o controle social dos mandatos; os Parlamentares terão que deixar bem claro seu programa e pauta legislativa.

5 - Democratização dos meios de comunicação.

Como as TVs e rádios que têm donos dizem o que querem e emudecem quando querem.

Vejam: nas grandes manifestações, pouco se mostrou sobre suas bandeiras, apesar do discurso da Paz. Só mostravam a minoria que depredava.

6 - Defendo e defendemos um Estado que não ponha a polícia contra os movimentos sociais.

A função da polícia deve ser evitar os crimes contra as pessoas. E nas manifestações públicas, evitar que alguns grupos usem da violência e depredem o patrimônio público, lojas, ônibus e equipamentos urbanos.

7 - Defesa do Estado laico.

Defendo e defendemos um Estado laico, que respeita todas as religiões, inclusive as de matrizes africanas, estabelecendo leis para todos e todas, independentemente da religião, respeitando a diversidade do Brasil, as opções individuais de vida e os direitos constitucionais de todos.

Defendo e defendemos ter um Congresso brasileiro que expresse a complexidade do País (mais mulheres, jovens, negros, trabalhadores





rurais e urbanos). O que não ocorre hoje. Esta casa precisa representar o povo: 52% são mulheres e 30% são jovens. Por isso a importância de aprovarmos o Estatuto da Juventude.

#### 8 - Bandeiras históricas.

Estou feliz porque sinto uma nova força renovadora no País. Vou continuar defendendo no Congresso Nacional estas propostas. E não vou esquecer as bandeiras históricas do movimento popular e sindical, que tenho defendido aqui no Congresso Nacional, como: 40 horas semanais, fim do fator previdenciário, licença-maternidade de 180 dias, igualdade salarial e melhores condições de trabalho entre mulheres e homens, uma legislação mais participativa, Estatuto da Juventude, direitos dos idosos.

#### 9 - Retomar a pauta dos direitos humanos.

Luto também com meu partido e colegas de outros partidos para a Câmara Federal retomar a pauta dos Direitos Humanos sequestrada hoje por uma Comissão dominada por Deputados fundamentalistas e repressores da liberdade. Estes fundamentalistas, discriminadores, contra os quais nos levantamos na Comissão de Direitos Humanos, estão na contramão do que nos dizem os jovens nas ruas.

#### 10 - Luto por mais investimentos nos Municípios e nos Estados.

Luto por mais verbas para os Municípios e Estados poderem atender às reivindicações de seu povo. Por uma discussão mais profunda sobre o Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios.

#### 11 - Correlação de forças.

Por isso, estou junto com os movimentos que se levantaram em grandiosas manifestações de rua. Sempre estive ao lado dos movimentos: sindical, de bairro e de favela, na defesa das mulheres, das crianças, dos jovens contra a violência, na defesa dos negros, dos índios e das minorias. Por isso ajudei a criar o PT. Que momento feliz. A governabilidade e a pauta de prioridades se dá nas ruas em confronto com o partido da mídia que quer ditar suas ordens.

Continuo a defender uma sociedade mais justa e menos desigual, da democracia plena, de cidades melhores para se viver, a defesa especialmente dos trabalhadores, das mulheres, dos negros, dos excluídos, dos injustiçados, dos discriminados, dos mais fracos, das minorias, dos oprimidos.

Concluo conclamando a sociedade, aos movimentos, a defesa da democracia e a instalação de um país mais igual.



---

Documento 26/59

---

187.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 28/06/2013- - CD	12:45
Publ.: DCD - 29/06/2013 - 27221	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Resposta a pronunciamento do Deputado Izalci a respeito da administração petista. Empenho do Governo Federal no combate à corrupção. Legitimidade das recentes manifestações de estudantes e trabalhadores. Compromisso do PT com o desenvolvimento do País.

---

**A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, eu peço a palavra até porque o Deputado Izalci já usou o tempo de Liderança da Minoria, e sabe disso. E solicita de novo o tempo de Liderança da Minoria, que já utilizou, porque o unificou com o tempo de Liderança do PSDB, para poder aqui destilar uma série de argumentos que são inclusive contraditórios. O Deputado Izalci, ao mesmo tempo em que diz que o Governo não está firme no combate à corrupção, dá dados da CGU. Ora, a CGU é do Governo, do Poder Executivo; foi empoderada durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e está sendo empoderada de forma mais efetiva durante o Governo da Presidente Dilma. A Presidenta Dilma não tem nenhum pacto com o malfeito. Não tem ou não indicou um presidente ou um procurador da República que pudesse engavetar todas as denúncias contra ela, como o fez o Fernando Henrique Cardoso.

Não é que a corrupção aumentou. Ela está aparecendo porque temos Polícia Federal e Ministério Público autônomos; temos uma CGU do Governo Federal que foi empoderada e que faz auditorias nos Municípios.

O Deputado sabe que execução orçamentária, de acordo com a política, não é de responsabilidade do Poder Executivo Federal. Sabe que mobilidade urbana é de responsabilidade do Município, e que a educação é de responsabilidade do Município e do Estado; e que apenas a educação superior é de responsabilidade do Governo Federal.

O Deputado sabe disso. Mas faz a oposição rasteira, escondendo os



dados, porque não quer ver a revolução que se está construindo neste País desde o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente operário! O presidente operário que sabe a dor e a delícia de ser brasileiro e que tirou mais de 40 milhões de pessoas da miséria absoluta! E que preservou a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e o BNDES, que seriam privatizados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso.

A PETROBRAS, que tantas vezes a Oposição disse que iria falir, vai ser uma outra PETROBRAS. Vai duplicar o seu tamanho até 2020. Tem feito todas as manobras e operações de mercado avaliadas positivamente pelo conjunto do País e do mundo.

Portanto, vamos fazer oposição com projetos. Venha aqui, Deputado, defender a privatização da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, como o seu Governo defendia! Hoje, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal estão diminuindo as taxas de juros, debelando a inadimplência, ofertando créditos - porque o sistema financeiro não ofertava crédito durante os governos anteriores.

Nós estamos tendo outro governo, um governo que dá liberdade ao povo para ir às ruas se manifestar; que não encara que as manifestações populares como inimigas, mas que dialoga com essas manifestações. Este é um Governo que não aceita que nós tenhamos os movimentos sociais sendo vistos como inimigos da própria Nação. Porque a manifestação que houve na sexta-feira, antes da abertura da Copa, foi social, foi um movimento por terra e teto. Não dá para criminalizar esse movimento.

Encerro, Sr. Presidente, lembrando que nós tivemos uma manifestação na sexta-feira de um movimento social, em que não houve depredação de um só prédio público. Na sexta-feira, antes da abertura da Copa, houve uma manifestação com reivindicações claras. A própria Polícia Civil já atestou que as pessoas que foram de forma irresponsável divulgadas por quebra de patrimônio público não teriam responsabilização por isso, não seriam responsáveis por isso; estavam apoiando um movimento social e não contribuindo com depredação do patrimônio público. Porque o PT tem responsabilidade com este País, sempre teve e continuará tendo, porque está criando um novo país. E isso provoca muito ódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci) - Só registrando que, quando V.Exa. estava presidindo, eu pedi que somassem o tempo de Liderança. Mas só que era o de Comunicações Parlamentares. Como hoje é sexta-feira, V.Exa. mesmo disse, acabou se somando Minoria junto. Houve um equívoco.

Eu dizendo que solicitei que se somasse o tempo do PSDB com a Minoria, mas que, na prática, era para somar com o tempo de Breves



Comunicações. Esta é a minha observação. E a V.Exa., em todos os momentos em que falou, lhe foi dado muito tempo, mais do que o tempo regimental, tendo em vista que hoje é sessão de debates. V.Exa. não pode nos acusar de estarmos usando mais do que o tempo... V.Exa. falou muito mais do que deveria.

---

Documento 27/59

---

187.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 28/06/2013- - CD	12:36
Publ.: DCD - 29/06/2013 - 27219	IZALCI-PSDB -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Contestação a discurso proferido no plenário a respeito da participação oportunista da Oposição nas recentes manifestações de estudantes e populares no País. Presença de assessores do Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em grupo de manifestantes responsáveis por atos de vandalismo em demonstrações na Capital da República. Contradições do Partido dos Trabalhadores - PT. Incentivo do PT à sua militância para adesão às mobilizações populares no País. Problemática da falta de execução orçamentária de projetos públicos no âmbito federal. Caráter demagógico da pauta apresentada pela Presidenta Dilma Rousseff diante das demandas populares.

---

**O SR. IZALCI (PSDB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente,** tendo em vista que o meu nome foi citado por diversas vezes, com relação à Minoria, de que as oposições estariam participando do movimento, querendo tirar casquinha do movimento, quero deixar muito claro que o único partido que oficialmente tirou uma posição partidária foi o Partido dos Trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores fechou a questão com os seus filiados no sentido de ingressarem nos movimentos, nas manifestações. E eu quero aqui deixar uma preocupação muito grande.

V.Exa. tem conhecimento disto, Sr. Presidente. A primeira manifestação que surgiu foi exatamente no dia da inauguração do lançamento da Copa das Confederações, quando houve a queima de pneus e a mobilização com relação à Copa. O que aconteceu? A polícia do Distrito Federal, a Polícia Civil do Distrito Federal foi levantar



fatos para ver quem eram aqueles baderneiros, aquelas pessoas que começaram aquelas manifestações com queima de pneus. Aí, não sei por que, a Polícia Civil detectou que, dos manifestantes que fizeram aquela queima de pneus e o primeiro movimento, cinco eram ligados à Presidência da República, ao Ministro Gilberto Carvalho. Eram assessores diretos. Um foi exonerado no mês de maio, e os outros quatro - há o nome deles todos no relatório da Polícia Civil -, todos eles, são ligados ao Ministro Gilberto Carvalho.

O que se está colocando agora - e a mídia tem repercutido isso nesta semana - é em relação ao Presidente Lula. Cadê o Presidente Lula, que nunca na história deste País, depois de ser Presidente, deixou de se manifestar como Presidente ou ex-Presidente? Porque ele agora desapareceu. Já existem desconfianças no próprio Partido dos Trabalhadores, de Deputados, de que isso aí pode ter muito de divergências partidárias internas quanto a se lançar o nome do Presidente Lula à sucessão agora, para 2014.

Quanto pior, melhor! É o que o PT sempre pregou aqui como oposição. O PT votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, votou contra o Plano Real, votou contra a estabilidade econômica, votou contra tudo! Votou contra as privatizações; e, agora, assiste-se aqui, todos os dias, à privatização de aeroportos, à privatização das estradas. Como não tem experiência, lançou no seu modelo. Não deu certo. Agora, retornou à questão das licitações das estradas, aumentando realmente o percentual, porque as empresas não concordavam com o percentual de lucro das privatizações. E delegou agora ao Banco do Brasil a construção de aeroportos. E eu até disse aqui no dia da votação: *"Daqui a pouco o BNDES e a Caixa Econômica vão cuidar da educação e da saúde."*

Então, contra aquilo que pregava antes, pois que era contrário, é agora o que se está confirmando hoje.

Eu quero dizer, e deixar muito claro que isso está provado, que foi feita uma reunião pelo Presidente do Partido dos Trabalhadores, incentivando a militância do partido, determinando que ela se misturasse ao movimento, para mostrar que ele tem a participação do Partido dos Trabalhadores. Mas, muito pelo contrário, o movimento nasceu da revolta com o que está aí.

Não adianta falarem do Governo do Fernando Henrique Cardoso. Este Governo já está no poder há 10 anos. Há uma década! E muito poderia ter sido mudado em 10 anos - porque 10 anos daria para ter transformado o País.

Eles não conseguem governar, olhando para frente! Eles olham para trás. Esquecem a história, esquecem os vários governos. Não foi apenas o Governo FHC, não. Itamar franco e outros governantes



contribuíram muito para o desenvolvimento do País. O Brasil não foi descoberto em 2013.

O Brasil avançou bastante, mas poderia ter avançado muito mais, não fosse este um Governo que olha para trás apenas para criticar, que não tem a preocupação de olhar para o futuro e melhorar a qualidade da educação, da saúde, da segurança e da mobilidade.

Um dos cinco itens que a Presidente colocou foi o da mobilidade. Como falou aqui o Deputado Augusto Carvalho, nos últimos 10 anos não foram executados sequer 19% do Orçamento. Este ano, em que o orçamento de mobilidade era de quase 3 bilhões, sabem quanto foi executado? Apenas 5%. Se pegarem os restos a pagar na saúde e na educação, verão que são bilhões e bilhões. Na saúde e na educação são bilhões e bilhões! Os restos a pagar ultrapassam os 100 bilhões. E por que o Governo não paga os restos a pagar da saúde, da educação? Isso já resolveria bastante esses problemas que estão acontecendo aí. Mas, não. É tudo demagogia. É tudo para tentar enganar a população com demagogia. Esse plebiscito é de competência do Congresso, não do Executivo. A competência do Executivo era para o que ele devia fazer. A resposta que o Executivo tem de dar para as ruas, para esse movimento é diminuir os Ministérios, de fato, diminuir essa corrupção que está no Executivo, porque essa varredura aí, esse fim da corrupção que é anunciado publicamente não aconteceu. Não houve absolutamente nada! Continuam os mesmos partidos, ocupando os mesmos espaços, da mesma forma.

Bilhões em contratos em andamento sem projeto básico. Estou recebendo agora, segunda-feira, um relatório do Tribunal de Contas. Esses aeroportos, em que já gastaram 80 milhões, 40 milhões, e que não têm nem o projeto básico. O próprio dinheiro da educação, do FUNDEB, está aí. Foi a CGU que confirmou; não foi a Oposição, não. Pela CGU, 30% do que se repassa para as escolas do FUNDEB têm desvios de recursos na licitação, na questão de comprovação.

Então, o que a Presidente tinha que fazer é responder naquilo que é da sua competência, competência do Executivo: diminuir os Ministérios, diminuir custos, diminuir os impostos. E não adianta falar que está diminuindo porque está dando desoneração, não. A desoneração foi proposta por nós, e foi vetada. E tem aumentado a receita tributária. Porque, na prática, Sr. Presidente, é isto que se trabalha: aumentar cada vez mais os impostos: E, ao tirar de um lugar e colocar no outro, não há redução, na prática.

Sobre a desoneração, eu vi aqui o relatório do Tribunal de Contas de 2012: 217 bilhões de renúncia fiscal e creditícia. A renúncia fiscal e creditícia passada neste Governo, no ano de 2012, foi maior que os investimentos em saúde, educação e segurança. Os investimentos em



saúde e em educação foram de 66 bilhões (saúde) e de 70 bilhões (educação), enquanto os incentivos fiscais concedidos foram de 217 bilhões.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

---

Documento 28/59

---

189.3.54.O	Sessão Não Deliberativa	de 01/07/2013-
	Debates - CD	15:12
Publ.: DCD - 02/07/2013 - 27297	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Conquista da Copa das Confederações de 2013 pela Seleção Brasileira de Futebol. Realização da Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Estabelecimento de pacto nacional para atendimento das reivindicações dos participantes em recentes manifestações ocorridas no País. Apoio à proposta de realização de plebiscito sobre a reforma política.

---

**A SRA. BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, existem momentos no esporte que respondem de forma intensa a toda a alegria e orgulho por uma bandeira, uma ideia de nação e um povo. Por vezes, algumas angústias da vida, tristezas são superadas por essa emoção que vem do esporte. Para nós brasileiros, especialmente do futebol. A imensa multidão cantando "*Sou brasileiro com muito orgulho e muito amor*" e nosso Hino Nacional a todo pulmão sintetiza a alegria de superar as dificuldades e mostrar nosso talento, nossa esperança no futuro.

O Brasil tem vivido momentos de reflexão, e, como disse Lula ontem, "*Feliz é o povo que vai às ruas querendo mais*". Nosso País quis mais em campo ontem e conquistou pela quarta vez a Copa das Confederações. Venceu num novo Maracanã, que, renascido das cinzas de um legado de vitórias, mostrou que conseguimos estruturar e preparar o caminho para o grande evento que será a Copa do Mundo, evento esse a que gerações sonharam assistir.

Por muitos e muitos anos, os apaixonados por futebol sonharam em



ver o Brasil jogando em casa, em ver aquele mar verde e amarelo cantando e comemorando a vitória.

Não podemos esquecer os esforços do Governador Sérgio Cabral e do Prefeito Eduardo Paes, seja pela conquista das competições para o Rio, seja pela concretização de um estádio moderno, mais humanizado, onde o torcedor e o atleta são recebidos com carinho e conforto. É a casa do futebol brasileiro, com todo respeito e carinho que ele merece.

O time em campo fez sua parte de forma magistral. Congratulo os jogadores, a equipe técnica e as autoridades pela belíssima competição. Congratulo a Presidenta Dilma pelo apoio que deu ao Rio para que a cidade pudesse receber essa competição. Sem o esforço dessas autoridades e o amor ao Rio de Janeiro que todos já provaram ter, hoje não estaríamos comemorando esses resultados.

Que essa alegria e essa paixão pelo Brasil continuem, para que consigamos superar todas as dificuldades que a vida nos apresenta. Sou de uma geração que não teve a oportunidade que muitos de nossos filhos e netos estão tendo, talvez por isso eu veja que o Brasil avança, melhora e conquista não só em campo. Esse clima de fraternidade e alegria seguirá com certeza para a Jornada Mundial da Juventude, que na próxima semana levará milhares de jovens cristãos ao Rio de Janeiro para um momento também de reflexão, oração e esperança. Que a visita do Papa Francisco, animada por essa juventude comprometida com as causas sociais, ajude-nos a criar um ambiente de paz e de amizade entre os povos, o que é nossa marca internacional.

Como disse a Presidenta Dilma em seu pronunciamento, *"somos recebidos em todo o mundo com amizade e carinho, e chegou a hora de retornar esse tratamento a todos os estrangeiros que nos visitam"*. É o momento de mostrar ao mundo que fomos capazes de organizar um grande evento, que demos um grande salto na qualidade de vida e que seguimos querendo mais porque temos consciência de nossa capacidade de transformar a realidade.

Parabéns, Brasil! Parabéns, campeões! Parabéns dentro e fora dos estádios! Parabéns a todos aqueles trabalhadores que vi na reforma do Maracanã ganhar o pão de cada dia e que lá estavam com seus familiares!

O Estado do Rio de Janeiro, meu Estado do Rio de Janeiro, tem muitos outros valores. É um Estado que prospera, é um Estado que trabalha, não é apenas esse Estado retratado em situação de abandono e violência. Quero parabenizar, sim, nesse contexto, o Governador, o Prefeito, o ex-Presidente Lula e a Presidenta Dilma.





Sr. Presidente, peço a tolerância de V.Exa. para que eu possa registrar outro pronunciamento, para o qual peço divulgação.

O mês de junho de 2013 vai entrar definitivamente para a história do Brasil. Foi o mês em que a juventude foi às ruas exigir a melhoria da qualidade do transporte público, da saúde e da educação. Mas não é só isso o que a juventude exige. Contando com a simpatia da sociedade, ela também quer mudanças nos partidos, na forma como atuam os políticos, mais transparência e combate à corrupção. O seu sentimento é de necessidade de mudança geral do sistema político. É um momento muito especial o que vive o Brasil, pois nem o Governo nem os partidos, muito menos esta Casa, que representa o povo, pode ignorá-lo ou subestimá-lo. O Legislativo já começou a responder positivamente às legítimas demandas das ruas. Acho que esse é o nosso papel institucional, ouvir quem nos colocou aqui, quem nos deu um mandato.

Quero destacar meu apoio à atitude democrática da Presidenta Dilma, que imediatamente reconheceu a legitimidade das manifestações e recebeu seus representantes para dialogar e buscar soluções. Ao propor os cinco pactos pelo Brasil, abrangendo reforma política, combate à corrupção, melhoria da mobilidade urbana, saúde, educação e responsabilidade fiscal para o combate à inflação, a Presidenta mostra iniciativa política e disposição de entender e incorporar o sentimento democrático das manifestações.

Da mesma forma, apoio sua proposta de convocar um plebiscito para a reforma política. É natural que haja debates sobre isso, porém o fundamental é que se trata de uma proposta totalmente sintonizada com o desejo de participação direta da juventude e da maioria da sociedade, de fazer ela própria a reforma política. É o que revelam as pesquisas, que dizem que 68% da população defende o plebiscito.

Sr. Presidente, eu gostaria de expressar o meu apoio a uma reforma política realmente democrática, que possa tornar o nosso sistema político mais transparente, mais socialmente representativo e com mais controle da sociedade.

Muito obrigada pela tolerância de V. Exa.



Ordinária - CD

Publ.: DCD - 04/07/2013 - BRUNA FURLAN-PSDB -SP  
28061

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCURSO  
ENCAMINHADO  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Avaliação das recentes manifestações populares ocorridas no País.

---

## **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**A SRA. BRUNA FURLAN** (PSDB-SP Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a juventude brasileira está nas ruas e quer mudar este País. O que temos visto, com a expansão das manifestações populares nas últimas semanas, é o despertar de um processo irreversível de ação política proveniente das bases e, certamente, exigirá mudanças significativas no *modus operandi* dos governos, em todas as esferas administrativas.

As passeatas organizadas pelo Movimento Passe Livre, cobrando a revogação do aumento de 20 centavos das tarifas do transporte público, na cidade de São Paulo, foram o estopim da grande onda de protestos, que tem revelado diversidade enorme de questões, problemas e cobranças para as quais os cidadãos brasileiros querem soluções imediatas.

Os jovens estão expondo a insatisfação e a indignação de toda a população no que tange à qualidade dos serviços de transporte público, saúde, educação e segurança. Também expressam a vontade de "dar um basta" à corrupção instalada na administração pública. Ninguém está disposto mais a suportar, calado, o jeito de fazer política daqueles que, há 10 anos, governam este País.

Os brasileiros clamam por novo rumo do Governo Federal, de gestão honesta, eficiente e correta dos recursos arrecadados por meio dos pesados impostos cobrados de todos nós. O povo se organizou para mostrar que está farto do imobilismo instalado, da falta de boas propostas e, sobretudo, da ausência de ações reformadoras nos setores mais problemáticos.

Um dos grandes méritos dessa grande mobilização nacional - talvez o maior deles - é o envolvimento das novas gerações com temas que, aparentemente, passavam ao largo das rodinhas de amigos, das escolas, das universidades e do ambiente de trabalho. A juventude está mostrando que está bem informada e que pode influir na rota desta grande Nação, a fim de obter melhores condições de vida para ingressar no mercado de trabalho e formar suas famílias.

A economia estagnada, a inflação crescente, a deficiente formação educacional e profissional, a reduzida oferta de emprego, a corrupção, a impunidade e as desigualdades sociais são questões presentes no cotidiano dos jovens



brasileiros. Estamos todos sentindo essas agruras diariamente, sem vislumbrar, no horizonte, qualquer tipo de intervenção que venha em nosso auxílio. Paciência tem limite!

Interessante notar que as instituições políticas e os partidos estão encarando toda essa movimentação com muita cautela, pois o recado que está saindo das ruas é o de descrença total nesses agentes como legítimos representantes das causas populares. Está em curso uma grande transformação do jeito de fazer política no Brasil. Do repúdio à partidarização das manifestações e à entronização de líderes podemos depreender que a busca, agora, é por um modo plural, dinâmico e menos hierarquizado de exercitar a militância. O mesmo vale para a gestão da coisa pública.

Historicamente, a juventude teve papel decisivo em importantes momentos da política nacional. Grandes campanhas abolicionistas e republicanas nasceram nas universidades brasileiras. Nas décadas de 60 e 70, no período mais duro da ditadura militar, os jovens demonstraram, heroicamente, o interesse em lutar por ideais, especialmente o restabelecimento da democracia e da liberdade.

No início da década de 90, a mobilização de estudantes secundaristas e universitários ganhou o País para demonstrar que a juventude não estava disposta a transigir com a corrupção e com um governo que havia perdido sua representatividade.

O que começamos a ver, nas últimas semanas, é, novamente, o fortalecimento dessa significativa parcela da população brasileira, que está indignada com a sucessão de erros e malfeitos que estão impedindo o País de deslanchar e de mitigar as aflições geradas pelo desequilíbrio social e pela injustiça.

É bom ver essa animação juvenil de volta! Nada mais salutar para uma democracia do que ter o povo se manifestando, cobrando seus direitos, lutando por utopias comuns.

Ressalto, no entanto, que a força e a legitimidade dos protestos somente se sustentam se forem feitos dentro dos limites da ordem e do respeito aos direitos humanos. Sem excessos e sem vandalismo. A ação coletiva, muitas vezes, extrapola a capacidade de autocontrole, o que acaba por provocar confrontos entre a massa e as forças policiais, além de danos físicos e materiais entristecedores.

É justo que manifestemos nossa insatisfação nas praças e vias públicas de todo o País. Mas é inaceitável que esse grande movimento democrático seja desacreditado pela ação de um pequeno grupo de arruaceiros violentos e inconsequentes.

Sr. Presidente, abraço, nesta Casa, as causas da juventude e vejo, com imensa satisfação, a evolução do engajamento dos jovens em prol de importantes mudanças para o Brasil. A população acordou e quer retomar o seu espaço no processo de tomada das decisões mais importantes. Sigamos, pois, com a



convicção de que somos responsáveis pela formação do País em que queremos viver.

Obrigada.

---

Documento 30/59

---

194.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 04/07/2013- - CD	11:04
Publ.: DCD - 05/07/2013 - 28256	IZALCI-PSDB -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Inexistência de tempo hábil para a realização de plebiscito sobre a reforma política proposto pela Presidenta Dilma Rousseff. Cobrança da população brasileira de melhoria da qualidade das áreas da saúde e educação e de combate à corrupção. Desinteresse do Governo Federal na aprovação da reforma política pelo Congresso Nacional. Necessidade de instalação da CPMI destinada à investigação de irregularidades em gastos com a infraestrutura da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Necessidade de aplicação do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos - REVALIDA para estrangeiros.

---

**O SR. IZALCI (PSDB-DF.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu até ia falar de outro assunto, mas, tendo em vista a colocação de V.Exa. e o discurso do Deputado que me antecedeu, vou ter que falar sobre o plebiscito.

Sr. Presidente, o próprio Tribunal Superior Eleitoral já deu a decisão: não há tempo para fazermos o plebiscito da forma correta. O que nós temos que deixar claro para a população, para as pessoas que nos acompanham na *TV Câmara* e na *Rádio Câmara*, é que a Presidenta Dilma, em vez de assumir a liderança de Presidenta do País, joga para o Congresso, para tirar o foco do Planalto, questões que estão claras. Só cego não vê isso, e o pior cego é o que não quer enxergar.

O que está acontecendo hoje? O que a população está esperando



hoje? Educação de qualidade, padrão FIFA. Saúde de qualidade, padrão FIFA. Todo dia, toda hora a televisão mostra propaganda do Governo, seja do Governo local, seja do Governo Federal. Mas o que está na propaganda não é o que está acontecendo nos hospitais e nas escolas.

O PMDB disse, e nós já tínhamos dito há muito tempo, que é preciso cortar Ministérios. São 39 Ministérios! A reunião de Ministros teve que ser feita na Granja do Torto porque no Palácio do Planalto não cabiam todos.

É preciso acabar com a corrupção, acabar com a impunidade, investir de fato em educação, e não diminuir os recursos da educação. Aqui se defende que 100% dos *royalties* vão para a educação, mas, na hora de votar, o Governo manda um projeto, e só vai entrar dinheiro daqui a 10 anos. Nós votamos. O Senado, por orientação do Governo, já reduziu os recursos. É a isso que a população está assistindo.

E vêm com essa história de plebiscito! Por 2 anos e meio discutimos aqui a reforma política. O Governo não teve interesse. Se tivesse tido, já teria aprovado a reforma. Tem aqui uma base de 413 Deputados: 90% dos Deputados são da base do Governo. O Governo não aprova a reforma política porque não quer, isso tem que ficar muito claro.

Não venham com demagogia de plebiscito, porque isso não existe. Podemos fazer, sim, um plebiscito, mas para a próxima eleição, não para agora, no afã de aprovar uma legislação eleitoral própria para os interesses do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, nós precisamos saber interpretar o que está nas ruas. Não podemos continuar enganando a população. Ela está revoltada por isso, porque há diferença entre o que se diz e o que se pratica. Este é o problema. Faz-se um discurso bonito, mostra-se uma propaganda bonita, mas na prática as pessoas estão morrendo nos hospitais, não conseguem remédios, não conseguem consultas, passam 6 meses, 1 ano, 3 anos aguardando uma consulta. É por isso que a população está revoltada.

A toda hora, notícias de corrupção, de desvios. A Copa do Mundo está aí. Já temos 159 assinaturas de Deputados e 24 de Senadores. Estão todos convidados para terça-feira. Quem não assinou ainda a lista, ela está comigo. Até terça-feira nós queremos completar a lista para a CPMI que investigará os gastos com a infraestrutura da Copa. É inadmissível, Deputado Ivan Valente, um estádio como o nosso aqui chegar a custar 2 bilhões de reais. Isso é inadmissível! E as pessoas não querem assinar a lista para apurarmos esse gasto.

Estão falando dos médicos. Ninguém aqui é contra médico. Ninguém é contra a vinda de médicos. O que nós queremos é que os médicos



estrangeiros sejam tratados aqui como os nossos são tratados lá fora. Nenhum médico brasileiro trabalha lá fora sem antes ser aprovado num teste, numa avaliação. Por que os que vêm para cá não podem fazer o exame? O que nós exigimos é o Revalida.

Médicos que quiserem trabalhar aqui, sejam bem-vindos, mas façam antes o Revalida, para comprovar sua capacidade.

Era isso, Sr. Presidente.

---

Documento 31/59

---

195.3.54.O	Sessão Não Deliberativa	de 04/07/2013-16:30
Publ.: DCD - 05/07/2013 - 28335	GIOVANNI QUEIROZ-PDT -PA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Falecimento do empresário Leonildo Borges Rocha. Realização de manifestações de profissionais da saúde no País. Trajetória profissional e política do orador. Contrariedade à pretendida contratação de médicos estrangeiros pelo Governo Federal. Precariedade e má gestão do sistema de saúde pública. Imediata votação da proposta de emenda à Constituição sobre a cumulação de cargos pelos profissionais de saúde das Forças Armadas brasileiras. Descompasso entre os gastos com propaganda e a má qualidade de atendimento dispensado aos clientes por instituições bancárias. Cumplicidade do Ministério Público e do Poder Judiciário com a impunidade do crime de corrupção no País. Expectativa de adoção de providências pelos órgãos de segurança pública acerca de denúncias contra o Prefeito Municipal de São Félix do Xingu, Estado do Pará. Situação precária das BRs-158 e 155, no Estado. Denúncia de irregularidades no edital de licitação das obras de recuperação asfáltica das rodovias. Razões das manifestações de trabalhadores na rodovia Transamazônica. Maior atenção dos Parlamentares para com a voz das ruas.

---

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA e como Líder. Sem revisão do**



orador.) - Muito obrigado, Presidente Carmen Zanotto.

Eu quero, inicialmente, me referir ao Deputado Lelo Coimbra, que gentilmente me cedeu este espaço, tendo em vista que tinha compromisso no Estado do Espírito Santo.

Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar fato que constrange toda a região do sul do Pará e que nos deixa um tanto preocupados com a vida em si. Faleceu ontem um dos empresários mais sérios, responsáveis, empreendedores que o Estado conheceu - no sul, o maior de todos. Um homem com a mão estendida para atender o cidadão, as APAES, os centros de caridade de Marabá e de outras regiões e cidades. Deixou-nos muito consternados o falecimento do Sr. Leonildo Borges Rocha, o Leo da Leolar.

Então, registro minhas condolências à família, à D. Shirley e aos filhos André, Andressa e Andrei, e a toda a sociedade do sul e sudeste do Pará.

Sra. Presidente, ontem, vimos manifestações de médicos e servidores da área de saúde por todo o Brasil. Foi uma comoção nacional. Aí, vem à tona uma discussão básica, fundamental.

Eu sou médico. Fui o primeiro médico de uma cidade do interior do Pará, Redenção, em 1972. Eu me formei no Rio de Janeiro, sonhava com a Amazônia. Para lá, fui, com a coragem do jovem de 25 anos, ser o primeiro médico de um povoado que tinha sete casas de telha. Eu não cobrava, Deputado Dr. Jorge Silva, antes de consultar; eu não perguntava a quem precisava de internação ou de cirurgia se tinha dinheiro - nem a quem precisava de remédio - operava. Fui dar aula de matemática, geografia e inglês, de graça, logicamente, porque não havia professor para a 5ª série do primário.

Quatro anos depois, fui ser Prefeito. O Deputado Zequinha Marinho, que aqui está, trabalhou comigo na Prefeitura, menino de 17 anos, extremamente trabalhador, responsável. Logo, fez concurso para o Banco da Amazônia, passou e ficou conhecido como Zequinha do BASA. Ele conhece toda essa minha trajetória.

Srs. Deputados, na saúde, há algo fundamental: vamos importar primeiro os médicos brasileiros que não tiveram oportunidade nas nossas universidades; vamos trazer os que estão fazendo curso de medicina no Paraguai, na Bolívia, no Equador, em Cuba e em outros lugares; vamos trazer os brasileiros, que falam português - sem falar português, não há como consultar nosso povo - e lhes dar oportunidade de adequação às matérias exigidas no Brasil, para que possam se habilitar a melhor atender - é por aí que nós temos que começar -; vamos, no mínimo, dobrar as vagas nas faculdades de medicina, em caráter de urgência urgentíssima - nas faculdades



públicas, registre-se bem, nas particulares não há oportunidade de o cidadão mais humilde estudar.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pasmem: aqui em Brasília, no Hospital Regional de Sobradinho, uma pessoa que marcar consulta com gastroenterologista só vai ser atendida em 2017, Deputado Dr. Jorge Silva. Em 2017! Em Sobradinho, uma consulta, Deputado Izalci, com gastroenterologista, pelo SUS, só em 2017. É assim que está o Brasil.

Falta hospital, falta leito hospitalar. Lá em Redenção e Altamira, há excepcionais profissionais. Mas, quando um motoqueiro quebra uma perna, tem que ficar na cama 6, 8 meses, às vezes, até 1 ano para ser operado. Vejam que vergonha! Isso porque não há leito hospitalar. Não há estrutura na área de saúde para atender o interior. Essa é a verdade.

Agora, há muito problema também de gestão pública. Deputados Luiz Couto e Zequinha Marinho, se há equipamento de radiografia ou de tomografia ou de mamografia ou de endoscopia gástrica, e trabalha 8 horas por dia, põe para trabalhar 16. Dobre-se o turno! Nós precisamos de eficácia, de gestão responsável e competente. No caso dos leitos, é diferente, precisamos de mais leitos.

Hoje, ouvi pronunciamento aqui do Deputado Jair Bolsonaro, que trouxe à tona a discussão de PEC do Senador Marcelo Crivella que tramita no Senado para liberar os médicos que servem ao Exército. Por serem militares, quando ali ingressaram, têm o compromisso da exclusividade. Com essa PEC, se liberarmos não só médicos, mas enfermeiros e tecnólogos da área de saúde, logicamente, vamos jogar ao mercado um grupo de profissionais preparados, que já pode imediatamente se somar a tantos para atender melhor a sociedade brasileira. Essa PEC tem que ser votada com urgência, para liberarmos pelo menos os profissionais da área de saúde a fim de que possam ter um segundo emprego e, aí sim, se vincular à rede de atendimento médico no Brasil.

Então, a questão médica é seriíssima. Agora, importar médicos de outros países, que falam inglês, espanhol, alemão, chega a ser, no mínimo, ridículo. Vamos trazer os bolivianos brasileiros, que precisam fazer adequação natural. Eu acho que é isso mesmo, e eles também acham que têm que se submeter a isso. Vamos absorvê-los no nosso mercado de trabalho. É esse o procedimento que tem que ser feito. O resto é mentira, é engodo, é tapeação! O Brasil está nas ruas porque não aguenta mais tapeação, inoperância, ineficácia, que é o que está ocorrendo.

Bem, deixemos a saúde para falar das nossas rodovias e dos entraves burocráticos.





**O Sr. Izalci** - Deputado Giovanni, V.Exa. me concede um aparte?

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Com prazer.

**O Sr. Izalci** - Primeiro, quero parabenizá-lo pelo tema, que é provocante. A gente não pode deixar de fazer uma manifestação sobre o que falou. Quero também parabenizá-lo pelo trabalho aqui no Congresso. V.Exa. é um dos ícones desta Casa. Mas quero dizer que, com relação à saúde, de fato, tem razão. Nós temos aqui o Hospital das Forças Armadas. Desde novembro do ano passado, estamos tentando... Um médico desse que é um dos melhores hospitais do País está ganhando R\$ 3 mil por 20 horas de trabalho.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Que vergonha!

**O Sr. Izalci** - O GDF paga R\$20.824,00 reais. Agora, vão pagar para os cubanos R\$ 10 mil, e não resolvem essa questão que V.Exa. apontou, do Exército, e também do Hospital das Forças Amadas. São civis! E é isso mesmo! Veja a propaganda do GDF em termos de saúde, que V.Exa. confirma, e é verdade. Exame, só em 2017. Essa é a realidade. Por isso, o pessoal está revoltado. Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Muito obrigado, Deputado Izalci. E ainda há o seguinte, o Governo, como V.Exa. muito bem colocou, faz propaganda de minuto em minuto.

Deixe-me até fazer um comentário rápido sobre Banco do Brasil e Caixa Econômica. Esse povo não para de dar dinheiro para Gianecchini: a cada 5 minutos, ele aparece na televisão ganhando dinheiro, e muito dinheiro. V.Exa. sabe quantos milhões gastou o Banco do Brasil com propaganda em 2011? Gastou R\$ 415 milhões. Banco do Brasil! Agora, faz uma propaganda extraordinária, assim como a Caixa Econômica, bonita e bem feita, mas não atende o cidadão. Vá ao interior do Brasil, do Pará, de Minas Gerais: são filas e mais filas e não atendem o cidadão. Quando faz propaganda de uma mercadoria, seja de serviços ou de bens a serem vendidos, é porque quer clientela. Essa clientela já está no banco e não é atendida. É um desrespeito ao cidadão.

Há 90 dias, assaltaram uma agência em Tucumã, no sul do Pará. Até hoje, não recuperaram o estrago feito e puseram a agência para funcionar. Nossos velhinhos vão para a fila às 5 horas, 4 horas da manhã nas agências da Caixa Econômica e do Banco do Brasil em Redenção. Que vergonha! E ficam gastando milhões e milhões de reais com Copa do Mundo, com o diabo que o carregue, quando não têm condição de atender o povo. Por que não constroem mais agências? Por que não ampliam as agências? Coloquem mais caixas eletrônicos. Vamos atender melhor o nosso povo! É o Banco do Brasil! É a Caixa



Econômica! Será que não ouvem as vozes nas ruas? Eu acho que a próxima caminhada tem que ser em cima do Banco do Brasil e da Caixa Econômica, sem esquecer, logicamente, o Bradesco, entidade privada, que também está do mesmo jeito.

Lá em Redenção, tumulto. Agora, um detalhe: uma lei estadual, de 2009, multa em 600 reais, que, corrigida pelo fator de correção anual - eu não sei qual -, deve estar em mil reais, o não cumprimento dos 30 ou 45 minutos para atendimento ao cidadão. Eu quero sugerir a todos do Brasil: o banco que não atendê-lo em 30 minutos, pelo menos no Pará, com a lei estadual que temos, denuncie ao PROCON. A multa é recolhida ao PROCON.

Vamos quebrar o Banco do Brasil, porque, aí, ele para pelo menos de fazer propaganda mentirosa. Vamos quebrar Banco do Brasil, Caixa Econômica, Bradesco. Esse povo está mentindo para o Brasil. Até quando? Essa indignação que aqui trago é a mesma dos homens da rua, que, por essa e por mil outras razões - com muita razão - vão para as ruas. Não dá mais para a gente tolerar isso.

Aqui fica o meu protesto com relação aos bancos: Banco do Brasil seja mais eficiente - seja mais eficiente! -, porque é uma vergonha a forma como está tratando o cidadão que procura os serviços, que o banco não faz de graça. Vamos registrar: o banco não faz de graça nenhum desses serviços! Cobra, e cobra caro! São pacotes e mais pacotes que todo mês tiram das nossas contas em dinheiro, não é Deputado Zé Geraldo? E não acontece nada.

Mas eu quero ainda...

**O Sr. Marcio Junqueira** - Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Com prazer, nobre Deputado.

**O Sr. Marcio Junqueira** - Bem rapidamente, eu não poderia deixar de apartear-lo, tendo em vista que, quando ouço V.Exa. relatando sua história no Pará, também me traz boas lembranças. Eu tive o prazer de conhecê-lo quando desenvolvia essas atividades. Sem dúvida alguma, V.Exa. carrega a legitimidade não só do Pará, mas do Brasil, e traz neste pronunciamento temas de suma importância. Eu quero ilustrar dizendo que, quando escuto V.Exa. falar que o Banco do Brasil - eu tenho certeza de que é verídico - gasta 400 milhões de reais em propaganda...

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Em 2011.

**O Sr. Marcio Junqueira** - ... em 1 ano. Esta semana, fez festa no meu Estado de Roraima, anunciando que estaria disponibilizando 60 milhões de reais, que você não vai conseguir acessar nunca, porque a



burocracia é muito grande. Eles fazem para não emprestar. O Banco do Brasil, efetivamente, tem deixado de cumprir sua missão. Ele leva o nome do nosso País na sua sigla: Banco do Brasil. Com essas informações e com o que tenho observado, não posso mais concordar que seja Banco do Brasil, é banco de qualquer coisa, menos o banco do Brasil. Quero parabenizá-lo e dizer que, para nós, é uma honra poder compartilhar aqui da sua companhia, da sua luta, da sua inteligência.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Deputado Marcio Junqueira, muito obrigado pela sua participação na minha fala de hoje. Digo para V.Exa. que realmente precisa mudar o nome desse banco, não é verdade?

Em Bom Jesus do Tocantins, explodiram uma agência. Em 6 meses, ninguém do Banco do Brasil foi a essa cidade pequena, de 16 mil, 18 mil habitantes. Mas precisam ir. O Banco do Brasil é onde o velhinho vai buscar sua aposentadoria. Estão tendo que ir a Marabá, que fica a 100 quilômetros de distância. Vejam que vergonha!

Deputado Dr. Jorge Silva, com muito prazer, eu o ouço.

**O Sr. Dr. Jorge Silva** - Parabéns pelos temas abordados. É uma honra ser do PDT, do qual V.Exa. faz parte, e ver o trabalho que desenvolve no Pará e na Região Norte. Em relação ao tema abordado, nós que somos profissionais de saúde, eu, V.Exa., a Deputada Carmen Zanotto, sabemos que o diagnóstico desse problema não é simples, sabemos que não vamos resolver o problema da saúde brasileira simplesmente com a vinda de novos médicos, de médicos estrangeiros para o nosso País. Acho que essa é uma solução simplista, e já sabemos o resultado. Sabemos também que a causa de a saúde se encontrar deste jeito é o financiamento público. Não há como fazermos saúde de qualidade com o que é investido hoje. E saúde não se faz só com médicos, saúde se faz com equipe multidisciplinar, para oferecer saúde de qualidade. Espero que o Governo mande - e vai, é a informação que temos - medida provisória na próxima semana e que possamos estar aqui para discutir e colaborar, para fazer avançar o sistema de saúde do País.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Muito obrigado, Deputado Dr. Jorge Silva, médico e militante na medicina há tantos anos, no Espírito Santo. Agradeço sua intervenção, sempre com eficiência, que ilustra muito meu pronunciamento na tarde de hoje.

Deputada Carmen Zanotto, com prazer.

**A Sra. Carmen Zanotto** - Nobre Deputado Giovanni. Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Como profissional da saúde, não posso me furtar de dizer que comungo de suas palavras com relação às deficiências que temos no setor da saúde, em especial à dificuldade



de acesso por falta de equipamentos, de estrutura e, em algumas regiões, de profissionais da área, em especial de médicos. Agora, não podemos permitir a entrada de novos profissionais sem que, pelo menos, passem por uma prova de avaliação, como o REVALIDA ou similar. Precisamos unir forças neste Parlamento para avançar nas questões da saúde no País, que, no meu entendimento, é uma das principais reivindicações das ruas. Para isso, precisamos melhorar o financiamento. Não adianta alguns ficarem dizendo que é só gestão, porque não é em absoluto. A cada dia, estamos perdendo profissionais, porque não querem mais atender pelos valores com que são remunerados, em especial pelos procedimentos médico-hospitalares realizados País. Parabéns!

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Deputada, esses dias, a imprensa noticiou, e li nos jornais, concurso público para contratar médicos, em um de nossos Estados, com salário de 2.250 reais por 20 horas de trabalho semanal. É uma vergonha! É uma afronta, não é verdade?

Mas eu concordo com V.Exa.: não falta só médico. Falta médico, hospital, estrutura física para atendimento, equipamento e também um pouco gestão. De repente, pode se ampliar o atendimento, desde que haja boa gestão para ampliar o tempo de atendimento com aquele equipamento, que ainda é pouco, mas que pode atender.

**O Sr. Simplício Araújo** - Deputado Giovanni Queiroz.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Sim, Deputado.

**O Sr. Simplício Araújo** - Em aparte, eu gostaria de cumprimentá-lo pela proposição que está trazendo hoje para esta Casa e de dizer que, somada a tudo o que os colegas colocaram aqui, está a corrupção. A gente tem que, efetivamente, banir a corrupção da área da saúde. A revista *CartaCapital* deste final de semana trouxe um escândalo, dentre os tantos que temos no Maranhão. Lá, Deputado Giovanni, nós temos dois hospitais que começaram a ser reformados com dispensa de licitação. Uma empresa do Ceará ganhou essa dispensa de licitação e não construiu. Então, o Governo do Estado resolveu refazer a contratação através de licitação. Ora, se a empresa que ganhou a dispensa não construiu, não poderia ganhar a licitação. Mas ganhou, Deputado! Pior ainda, vai mais longe a situação: também não construiu, não executou o contrato. O primeiro contrato era de 38 milhões de reais para a reforma do Hospital Dr. Carlos Macieira. O segundo contrato licitado, em torno de 48 milhões de reais, também foi para reformar o mesmo hospital. E não foi executado. Sabe o que aconteceu? O Governo do Maranhão simplesmente anulou, revogou essa licitação e fez outra. Sabe quem ganhou a licitação? Uma empresa do mesmo dono da primeira. Já são 108 milhões de reais, Deputado Giovanni, que estão indo pelo ralo da saúde no Estado do Maranhão. Este tema é relevante. Realmente, o Governo tem que



parar de fazer propaganda e fazer mais ações, todos os Governos.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Deputado Simplício.

**O Sr. Simplício Araújo** - Pois não.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - V.Exa. não me provoque para falar de corrupção, porque vai terminar meu tempo, sem que eu tenha falado das rodovias miseráveis do Pará. E aqui estão os Deputados Zequinha Marinho e Zé Geraldo.

**O Sr. Simplício Araújo** - Só para finalizar, dizer que...

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - V.Exa. está me provocando, e, aí, nós temos que ampliar um pouquinho. A corrupção está uma vergonha. Agora, quem é culpado por isso? Ninguém vai para a cadeia! Mete dez Prefeitos na cadeia, que outros 100 vão pensar duas vezes antes de roubar! Governador vai para a cadeia? Nunca vi um Governador na cadeia! E corrupção como esta que está sendo denunciada, o Ministério Público deve estar ouvindo V.Exa. Faz alguma coisa? Na hora de vir aqui brigar por regalias, por condições de poder investigar, vem. E eu até votei a favor dele.

**O Sr. Simplício Araújo** - Eu também.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Mas que seja mais eficaz, não é verdade? Além disso, os próprios juízes não julgam nada. Ninguém vai para a cadeia neste Brasil. Aí, esta impunidade estimula, alavanca a corrupção, o crime de modo geral. V.Exa. tem razão: é preocupante. A corrupção tem que ser combatida. Agora, primeiro, nós precisamos parar de ver a cumplicidade do Ministério Público e do Poder Judiciário, que chega ao Supremo também.

**O Sr. Simplício Araújo** - Com certeza.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Desde o juízo de primeira instância até o Supremo. Esta é a vergonha vivida hoje no Brasil.

Eu tenho só 4 minutos, mas conclua.

**O Sr. Simplício Araújo** - Só para finalizar meu aparte, eu gostaria de reforçar o que a Deputada Carmen Zanotto colocou aqui. Nós da bancada do PPS temos como ponto fechado não aceitar, de forma alguma, médicos estrangeiros neste País sem passar pelo REVALIDA. É uma condição *sine qua non*. Nós vamos pedir apoio a esta Casa, aos demais Deputados, para fortalecer, apoiar nossos estudantes de medicina, que passam de 8 a 10 anos nas nossas faculdades ralando, alguns até fora, querendo voltar, e não encontram condições. Muito obrigado pela sua paciência e parabéns mais uma vez pelo tema que



nos oportuniza aqui.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Muito obrigado!

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Deputado Zequinha Marinho, V.Exa. já está a postos.

**O Sr. Zequinha Marinho** - Deputado Giovanni Queiroz, é apenas para cumprimentá-lo pelas colocações aqui feitas. Conheço sua história, seu trabalho, sua luta, convivendo ao longo desses anos todos. V.Exa. tem, como se diz na linguagem popular, moral para aqui colocar isso. Eu só quero dizer que faço coro aos demais Deputados e a V.Exa. nas abordagens aqui feitas.

**O SR. GIOVANNI QUEIROZ** - Muito obrigado, Deputado Zequinha Marinho.

Eu vou tentar encurtar minha fala, Sra. Presidente, mas eu queria que também me desse o tempo de Líder.

Em São Félix do Xingu, Deputado Zé Geraldo, ganhou para Prefeito alguém conhecido como o grande chefe da pistolagem. Se abrir na Internet "pistolagem", no Google, o primeiro nome que aparece é do Prefeito de São Félix do Xingu, eleito comprando voto, ameaçando todo mundo, e todos se calando, com medo de ser assassinado.

Eu fui para um comício lá e disse que conheço esse rapaz e que queria até dizer para ele que não tem amigo, porque, se tivesse, os amigos teriam que dizer para ele se justificar junto à sociedade, junto às inúmeras viúvas ou filhos sem pai que lhe debitam o crime praticado contra sua família antes de ele ser candidato, porque ser candidato se expõe muito.

Mas, ele foi eleito. Não contente com isso, um radialista vai para a rádio e o critica pelas ações e omissões na saúde no Município de São Félix. Ressalta inclusive documento feito pelos 13 Vereadores da Câmara, pedindo a demissão do Secretário de Saúde. O radialista faz isso ao microfone da rádio local. De repente - o Deputado Zequinha sabe da história -, na madrugada desse mesmo dia, quatro tiros, balaços, às 2 horas da manhã sobre a rádio, depois de ter chamado o dono da rádio, o radialista e ameaçado no escritório dele. Onde está o Ministério Público? Onde está o delegado?

Este negócio é muito sério! O Brasil está de pernas para cima! É uma vergonha: juiz, promotor, delegado, pelo menos em São Félix do Xingú, omissos. Oficiei à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, ao Governador, ao Ministério Público do Estado para tomar providência, mas, do Governador do Estado, o Deputado Zé Geraldo bem sabe, nós não esperamos nada. Ele não faz nada mesmo, é uma



preguiça desgraçada. E o cidadão do Pará passa dificuldades. V.Exa. sabe disso. Espero que o Delegado-Geral tome providências. Mas, até agora, nada foi feito. Na Secretaria de Segurança Pública e no Ministério Público Estadual também nada foi feito, Deputada. Dar uns tirinhos em São Félix do Xingu não vale nada.

É uma vergonha! Literalmente é uma vergonha o que estamos a ver por este Brasil afora. E o povo nas ruas, com razão, indignado, revoltado, por mil razões, todas absolutamente justificadas.

Mas eu abordaria ainda, Sra. Presidente, para encerrar, a questão das rodovias federais do Pará, a BR-158 e a BR-155. Licitação feita para conservação. Andei na rodovia na semana passada. Fui na quinta, voltei no sábado, de Marabá a Redenção. Não fui à BR-158, que liga Redenção a Santana do Araguaia. Arreventadas as estradas! Há uma foto aqui, Deputado Zé Geraldo, que é do sul do Pará, de um caminhão de rodas para cima dentro de um ribeirão, nesta semana. Acidente desta semana. Rodovia impraticável! Uma vergonha! Pior, até a Polícia Rodoviária Federal saiu de lá! Deve ter saído por vergonha de estar fiscalizando numa rodovia que não dá condições de tráfego. Fizeram um tapa-buracos de meia dúzia de quilômetros. O resto está uma vergonha, literalmente.

Agora, fizeram uma licitação para a reconstrução da rodovia, a preços altos. Dá para fazer uma autoestrada. Não venham com essa conversa de fazer remendos mais! São duas empresas de que ninguém nunca ouviu falar. Eu quero até saber quem são e convidá-los - o Deputado Zequinha Marinho até estava sugerindo - a nossa Comissão para conversar. Vamos ver se fazemos uma vaquinha nós, Deputados, porque se for acreditar no DNIT também, não faz nada.

Aquele DNIT do Pará tinha que estar também todo mundo fora dos quadros do Governo, porque são absolutamente incompetentes. Há 2 anos, foi autorizada a licitação da obra. Demoraram 1 ano, Padre Luiz Couto, para abrirem os editais. A empresa está lá desde outubro. Isso dá vergonha! Eu costumo dizer que estão lá fazendo tapa-buracos com carrinho de mão. É quase isso. Não fazem 200, 300 metros por dia. É de rir. E não acontece nada. O General Fraxe, com quem já estivemos algumas vezes, bate na mesa, valentão, mas não repercute nada lá. Não acontece nada.

O povo está na rua, Deputado Zequinha, indignado, revoltado. É por aí que tem que ser. Tem que estar sempre revoltado para ver se conserta alguma coisa. O povo está na rua reclamando direitos, está reclamando que o Governo seja mais eficiente, mais competente, qualifique-se melhor para servir ao cidadão. Que se chame a atenção do servidor público para que lembre o que é ser servidor público: é servir, é ajudar, é contribuir, é participar do processo de construção de uma Nação, em nome do Estado, servindo ao cidadão. Esqueceram o



significado da palavra servidor em muitos órgãos deste País.

Aqui encerro minha fala dizendo para os companheiros que, dos diversos temas que aqui abordei, ressalto a importância da saúde, mas não podemos nos esquecer também das rodovias brasileiras. Hoje, estão fechando a Transamazônica mais uma vez. Está fechada em protesto porque o Meio Ambiente não liberou a licença. Ontem, aqui, estive a Ministra, que disse: *"Não liberamos a licença, porque ainda falta uma informação do DNIT e falta uma informação da FUNAI"*. Esperar da FUNAI o quê? A FUNAI está desautorizada pelo Brasil.

A Ministra do Gabinete Civil, quando aqui estive convocada, disse que mandou suspender as demarcações de áreas indígenas em Curitiba, Paraná, porque mandou fazer um trabalho da EMBRAPA para verificar se eram legítimos os laudos antropológicos. Ela verificou que nenhum batia com os laudos da EMBRAPA, então mandou suspender.

A FUNAI é isso. A FUNAI é uma anarquia total, não ajuda o índio, que está passando fome, é um miserável. Estamos esperando agora ordens e documentos da FUNAI para liberar o asfaltamento da Transamazônica. O povo está nas ruas, fechou a rodovia, uma rodovia da maior importância. Mas o rádio e a televisão nem falam nisso, porque somos nós da Amazônia e estamos lá isolados. É um tiro no pé.

Tem que vir para cá. Vamos ocupar este DNIT sem-vergonha que está aqui ou o Ministério do Meio Ambiente. É o que nós temos que fazer, Deputado Zequinha, convocar esses amigos para um sacrifício maior e vir para cá. É o povo na rua que vai arrumar este Brasil, que vai dar um freio de arrumação em todos nós políticos, que aqui estamos também. A gente tem que denunciar mais para ver se eles ouvem um pouquinho.

Antes de mim, ouvi um Deputado dizendo que o Governo está ouvindo as vozes da rua. Eu acho que S.Exa. é que não deve ter ouvido as vozes da rua. As vozes da rua clamam por um Estado mais eficiente. E nós Deputados temos obrigação de responder à sociedade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.





---

### *Sumário*

Retrospectiva do processo de criação do Estado de Rondônia. Indicadores socioeconômicos rondonienses. Esgotamento da fertilidade natural de terras, excessivo desmatamento, morosidade na regularização fundiária e escassez de recursos para investimentos como impasse para o pleno desenvolvimento de Rondônia. Implantação de unidades geradoras de energia elétrica no Estado com recursos previstos no PAC 2. Elaboração, pelo Governo Federal, de projetos de expansão do setor de transporte rondoniense. Importância de conclusão das obras da BRs-364, 429 e 425. Combate à corrupção em Rondônia. Greve de servidores públicos rondonienses por reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº 4.787, de 2012, acerca da transposição de funcionários do ex-Território Federal de Rondônia para o quadro em extinção da União. Descompasso entre indicadores econômicos e a situação do Estado. Defesa da construção em Rondônia de cultura política com base na honestidade, sensatez e conduta republicana e, sobretudo, no compromisso com políticas públicas destinadas à proteção das camadas menos favorecidas.

---

**O SR. PADRE TON** (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, meu objetivo, neste momento, é chamar a atenção de todos para a unidade federativa que tenho a honra de representar neste Parlamento.

O Estado de Rondônia ocupa área de mais de 237 mil quilômetros quadrados e faz fronteira com os Estados do Mato Grosso, Amazonas e Acre e com a República da Bolívia. Abriga 52 Municípios, dentre os quais os mais populosos são Porto Velho, que também é a Capital, Ji-Paraná, Ariquemes, Cacoal e Vilhena.

As raízes históricas de Rondônia remontam ao século XVII, quando colonizadores portugueses iniciaram a exploração do território, e, no século seguinte, a descoberta de ouro nas regiões de Goiás e Mato Grosso aceleraram a colonização de toda aquela região. Já no século XIX, a exploração da borracha redundou na multiplicação dos seus núcleos coloniais.

Em 1903, a assinatura do Tratado de Petrópolis, entre outras ações, fez com que o Brasil construísse a Ferrovia Madeira-Mamoré, considerada por muitos historiadores a mãe de Rondônia. Seus 366 quilômetros de obras atraíram trabalhadores de mais de 50 nacionalidades, tendo sido registrada, ao longo dos 5 anos das obras, a morte de 1.500 deles em decorrência de endemias locais, especialmente a malária.



A Ferrovia, que marcou o povoamento de várias áreas, foi desativada em 1972, voltando a funcionar em 1981, apenas para fins turísticos, em trecho de poucos quilômetros entre Porto Velho e Santo Antônio, tendo sido tombada como patrimônio cultural brasileiro em 2005.

Em 1943, com o objetivo de promover o desenvolvimento da região, constitui-se o Território Federal de Guaporé por desmembramento dos Municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim dos Estados de Mato Grosso e Amazonas, aqueles pródigos em borracha, castanha do Brasil, pescado, couros e peles silvestres.

Em 1956, finalmente, o território passa a ser chamado de Rondônia, em homenagem ao sertanista Cândido Mariano da Silva Rondon, responsável pela ligação da região com o restante do País por meio do telégrafo.

Nas décadas de 1960 e 1970, inicia-se seu acelerado crescimento, em consequência dos incentivos fiscais oferecidos e dos investimentos do Governo Federal, além do planejamento para construção de rodovias. O aumento populacional que se seguiu deu-se, em grande parte, pela descoberta de ouro e cassiterita, o que então transformou Rondônia no Eldorado brasileiro.

Elevada à condição de Estado, em dezembro de 1981, com governo instalado em janeiro do ano seguinte, Rondônia é hoje a terceira unidade federativa mais populosa da Região Norte, com mais de um 1 milhão e 600 mil habitantes, entre eles migrantes oriundos de todos os rincões do País.

Em janeiro de 1983, instalou-se a Assembleia Constituinte de Rondônia, incumbida de redigir a primeira Carta do novo Estado, promulgada em agosto do mesmo ano.

Apesar de pouco mais de 30 anos de existência, o Estado pode se orgulhar de, ao longo deste período, haver conquistado o terceiro lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o segundo maior PIB *per capita*, a segunda menor taxa de mortalidade infantil e a terceira menor taxa de analfabetismo entre todos os Estados das Regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Contudo, nobres colegas, é preciso reconhecer que, a par desses positivos indicadores, há ainda graves problemas a resolver. O esgotamento da fertilidade natural das terras em decorrência da exploração agropecuária extensiva (Rondônia hoje tem mais de 12 milhões de cabeças de gado) e o desmatamento excessivo em algumas regiões, assim como a demora na regularização fundiária - foi criado o Programa Terra Legal, em 2009, pelo Presidente Lula, e até hoje esse programa não anda com a velocidade que as pessoas necessitam -, além da escassez de recursos para investimentos tanto



públicos como privados constituem entraves para seu pleno desenvolvimento.

Não há como negar a inserção do potencial socioeconômico e ambiental de crescimento do Estado no contexto amazônico e nacional. Basta considerar que mais de 70% da superfície territorial rondoniense se insere no bioma amazônico e os 30% restantes no bioma cerrado.

Ao longo dos anos, o Estado de Rondônia sempre foi visto pelo Governo Federal como mero fornecedor de matérias-primas para o restante do País, a exemplo do que já produziu em termos de minérios, madeira, produtos agropecuários e, mais recentemente, energia elétrica.

No que diz respeito a esse último aspecto, há previstos no PAC 2, e constantes do *site* do Programa, sete empreendimentos de geração de energia elétrica no Estado, que vêm se somar à Usina Hidrelétrica de Samuel, construída na década de 1980. São eles: Usina Hidrelétrica de Jirau, Pequenas Centrais Hidrelétricas de Canaã, Jamari e Santa Cruz de Monte Negro (em obras); Aproveitamento Hidrelétrico de Tabajara (em estudo); Usina Hidrelétrica Santo Antônio (em operação); e Usina Hidrelétrica Rondon II (concluída).

Nos últimos anos, o Governo Federal também tem elaborado projetos de expansão no setor de transportes no Estado. Assim é que, pondo de parte a única ferrovia ali construída - a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que aqui já descrevemos -, está em curso a FERRONORTE, que ligará Porto Velho, em Rondônia, a Cuiabá, no Mato Grosso, interligando-se com a FEPASA, na cidade paulista de Santa Fé do Sul, a fim de atingir o Porto de Santos.

Está em curso também a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), que ligará a cidade rondoniense de Vilhena à goiana Uruaçu.

Valorizando a ramificação da infraestrutura aeroportuária, o Governo Federal anunciou investimentos de mais de 7 bilhões de reais na aviação regional - hoje nós temos aeroportos no interior, com voos diários, nas cidades de Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena -, levando Rondônia a esperar com ansiedade pelas reformas, porque precisamos ampliar, reformar o aeroporto de Ji-Paraná, e a consequente melhoria dos serviços oferecidos nos aeroportos de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes, Vilhena, Cacoal, Pimenta Bueno e Ji-Paraná, que precisa de uma nova pista, entre outros ali em operação.

O Estado de Rondônia dispõe ainda da Hidrovia do Madeira, que liga a Capital, Porto Velho, ao Rio Amazonas e é utilizada principalmente no escoamento da produção de soja do sul de Rondônia e oeste do Mato Grosso. Estima-se que as exportações efetuadas através dessa hidrovia ultrapassem os 2,3 milhões de toneladas por ano.



As rodovias do Estado compreendem 24 mil quilômetros, dos quais apenas 7% estão totalmente asfaltados.

Nesse quesito, desejo destacar a BR-364, que é a espinha dorsal do Estado, principal via de escoamento da produção de grãos do sul rondoniense e oeste do Mato Grosso até Porto Velho, onde se localiza o porto graneleiro. Não podemos, Sr. Presidente, nos calar ante o descaso para com a principal artéria de movimentação da economia do Estado. Essa rodovia, por suas precárias condições, vem causando prejuízos humanos e materiais incalculáveis.

Em 2010, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) anunciou o projeto para uma "nova BR-364", que, infelizmente, ainda não foi concluída em decorrência da burocracia, da lentidão e, por que não dizer, da incompetência e da corrupção. Se assim não fosse, não teríamos sido brindados com projetos mal-elaborados, desvios de recursos federais comprovados pela Operação Anjos do Asfalto, troca de comandos no DNIT e relançamento de etapas de licitação.

Destaque-se o fato de o consórcio CCM/CCL, contratado para restauração do trecho mais crítico da rodovia, da cidade de Pimenta Bueno até Ouro Preto do Oeste, só haver iniciado os trabalhos 8 meses - 8 meses! - depois da assinatura do termo de serviço.

Do alto de seus mais de 50 anos, a BR-364 merece atenção de modo sério e continuado: duplicação, construção de nova base para recebimento da camada asfáltica, sinalização horizontal e vertical, implantação de vias marginais, acostamentos e balanças. Eis algumas das urgências para que se enfrente o tráfego pesado, ao mesmo tempo em que se proporcione efetiva segurança a todos os que por ela circulam.

As promessas de 2010, o DNIT renovou neste ano de 2013, mais precisamente em fevereiro, à bancada federal. E já estamos no mês de junho! Como aceitar atraso de quase 4 anos de obra tão importante, sobre a qual pairam informações imprecisas acerca do valor global, primeiramente anunciado em 700 milhões, mas cujos lotes licitados indicam diferença a menor bem significativa?

No último final de semana, passei pelo trecho de Pimenta Bueno até Ji-Paraná e observei que, depois das pressões da bancada federal de Rondônia, ali os trabalhos foram iniciados. Em alguns lugares, Sr. Presidente, estão sendo feitos recapeamentos e operações tapa buracos; em outros, estão mexendo na base. Mas clamamos que o DNIT fiscalize e acompanhe o consórcio que ganhou essa licitação.

Senhoras e senhores, a principal via rondoniense precisa ser revitalizada, a fim de que efetivamente se promova maior dinamismo



em diversos setores da economia por meio do aporte de investimentos públicos e privados não apenas estaduais, mas de toda a Amazônia Ocidental, uma vez que a BR-364 é também a única via de acesso terrestre ao Estado do Acre e, combinada com a Hidrovia do Madeira, aos Estados do Amazonas e Roraima. Hoje, para atravessar o rio e chegar ao Acre, é preciso utilizar uma balsa. Ainda não existe uma ponte sobre o Rio Abunã para ligar o restante do Brasil ao Estado do Acre.

Ouçó o Deputado Simplício.

**O Sr. Simplício Araújo** - Nobre Deputado Padre Ton, é sempre um prazer ouvi-lo desta tribuna, hoje, em especial, falando com todo esse conhecimento, esse amor, essa preocupação que V.Exa. tem com o Estado de Rondônia. Em vários momentos, já tivemos oportunidade de conversar sobre assuntos nacionais, sobre assuntos internacionais, mas quando ouvimos V.Exa. falar sobre o Estado de Rondônia, vemos que é um Parlamentar que realmente se preocupa com o Estado, que tem um carinho superespecial e merece, sim, a atenção de todos os cidadãos daquele Estado, para que V.Exa. permaneça nesta Casa e que Rondônia permita ao Brasil ter um Parlamentar do seu quilate nesta Casa. Parabéns pelo tema que V.Exa. traz a esta Casa nesta sexta-feira.

**O SR. PADRE TON** - Obrigado, Deputado Simplício.

Ainda poderíamos citar aqui a BR-429, no entroncamento de Presidente Médici, que liga a BR-364 à Bolívia. É uma BR que está sendo asfaltada, mas é necessário, de imediato, serem construídas as pontes e também terminarem alguns trechos de asfalto da cidade de Alvorada d'Oeste até a cidade de São Miguel do Guaporé.

Nós temos também outra importante BR, a BR-425, que liga a BR-364 à cidade de Guajará-Mirim, e nos liga à cidade de Guayaramerín, na Bolívia, que precisa também, de imediato, ser construída.

No plano da integração sul-americana, a BR-364 representa um ativo estratégico para o escoamento da nossa produção para portos do Pacífico - hoje, pela BR-364, nós já podemos chegar à cidade de Lima e também ao Porto de Ilo, no Peru - e de lá acessar os mercados asiáticos. Fica mais perto nós chegarmos, através de Lima e do Porto de Ilo, à China do que pelo Porto de Santos, por exemplo. Seria a metade da viagem. Esse acesso aos mercados asiáticos e da costa oeste dos Estados Unidos seria feito a custos bem mais baixos.

Lamentáveis, tal inépcia e dificuldades apontam para os problemas enfrentados por Rondônia nos últimos anos quanto à sangria dos cofres públicos em decorrência da corrupção nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em nível estadual, investigada pela Polícia



Federal e pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, resultando em prisões de algumas autoridades.

Falei antes aqui da crise das instituições em Rondônia, onde já tivemos um presidente da Assembleia preso, temos hoje um presidente fugido e outro afastado. Já tivemos um presidente do Tribunal de Justiça e secretários de Estado presos. Precisamos passar o Estado a limpo. Se Rondônia avançou na economia, precisa avançar na política.

Sr. Presidente, em novembro de 2011, a Operação Termópilas apurou o desvio de 24 milhões de reais do Governo do Estado e provocou a prisão do então Presidente da Assembleia Legislativa e do Secretário-Adjunto de Saúde.

Um ano depois, a Operação Olimpo, direcionada à Prefeitura de Alvorada d'Oeste, investigou 37 suspeitos e decretou a prisão de 10 pessoas, além de ter expedido 23 medidas cautelares. Em dezembro de 2012, as Operações Vórtice e Endemia resultaram em quase duas dezenas de mandados de prisão e no afastamento do Prefeito, que é do meu partido.

Na esteira dos grandes escândalos que se repetem a cada ano foi deflagrada, no dia de ontem, a Operação Apocalipse, em que a Polícia Civil cumpriu um mandado de prisão temporária de Roberto Rivelino Guedes, filho do atual Presidente da Assembleia Legislativa, Hermínio Coelho, e dos Vereadores Marcelo Reis e Jair de Figueiredo Montes, apontado como chefe da quadrilha.

Além das prisões, a operação realizou mandados de busca e apreensão nas residências da Deputada Ana da Oito e do Deputado Adriano Boiadeiro e afastou cinco Deputados Estaduais, incluindo o Presidente da Casa, Hermínio Coelho. Todos são acusados de integrarem um esquema de tráfico de drogas.

Como não poderia deixar de ser, a contrapartida para a estimativa de desvios da ordem de 250 milhões de reais dos cofres públicos é o orçamento brutalmente minimizado para honrar as contas do Estado. É alegação do Sr. Governador que Rondônia está em processo de falência, sem condições de responder às demandas dos cidadãos e cidadãs.

O povo de Rondônia não merece figurar constantemente no noticiário nacional em episódios de corrupção que se repetem.

Na quinta-feira da semana passada, cheguei ao aeroporto de Cuiabá e vi que as televisões do aeroporto mostravam constantemente o Deputado Donadon, do meu Estado, que estava sendo procurado pela Polícia Federal. Hoje, ele está preso no presídio da Papuda. Ele é réu de um processo de desvio de dinheiro da Assembleia Legislativa de



Rondônia ocorrido há 18 anos.

Precisamos urgentemente romper com a cultura da esperteza e da malandragem que tanto mal causa não apenas ao meu Estado, mas a todo o meu País.

O fato é que hoje cerca de 20 mil servidores de Rondônia estão em greve, sem que haja avanços nas negociações. Agentes penitenciários - em Rondônia, há mais de 4 mil presos -, policiais civis, professores municipais e estaduais e servidores do Judiciário estão mobilizados por melhores salários e condições de trabalho. E o Governo do Estado responde com evasivas, culpando a redução na arrecadação e os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), quando, na verdade, deveria enfrentar a corrupção com coragem.

Nesse cenário, outras categorias já se mobilizam para também entrar em greve, como a dos servidores do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RO). Inclusive, houve também uma operação no DETRAN em que prenderam pessoas.

Neste ponto, devo lembrar que esta Casa aprovou este ano o Projeto de Lei nº 4.787, de 2012, e o Senado Federal o ratificou, possibilitando a transposição de cerca de 10 mil servidores do ex-território para a folha de pagamento da União.

Essa medida vai representar alívio de cerca de 380 milhões de reais por ano no Orçamento do Estado de Rondônia. Se bem aproveitado, esse dinheiro poderá representar uma fonte estratégica de recursos para fazer frente a diversas necessidades prementes do Estado, inclusive para corrigir distorções salariais de categorias profissionais.

Sabemos, de antemão, quem é o grande prejudicado por todo esse descontrole: o povo. Setores vitais, como saúde pública, segurança e educação, não funcionam a contento, mantendo-se as piores expectativas sobre a já delicada prestação de tão relevantes serviços públicos.

Como investir em qualidade, em recursos humanos e materiais, em treinamento qualificado, em instalações apropriadas? Como proteger o cidadão rondoniense? Como assisti-lo como merece? Como garantir direitos constitucionais sob tais condições?

Beira a catástrofe a atual situação de Rondônia e, não duvidem, o preço mais alto será - ou está sendo - pago pelos menos favorecidos, pelos mais humildes, por aqueles que não se podem cercar de serviços pagos ou de qualquer estrutura de proteção.

O que, de fato, intriga, Sras. e Srs. Deputados, é que fora do Estado de Rondônia repouse reconhecimento sobre alguns de seus aspectos.



No quesito educação, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) já considerou o sistema público de Rondônia o décimo melhor do País, à frente mesmo do Estado de São Paulo. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Rondônia já alcançou o quarto lugar entre os Estados das Regiões Norte e Nordeste.

Quanto à economia, em maio de 2012, a Organização dos Estados Americanos (OEA) citou Rondônia como referência por ser um dos maiores exportadores de carne bovina brasileira para mais de 35 países, além de ter sido a primeira unidade federativa a aderir ao Programa Mais Alimentos, do Governo Federal, que constitui linha de crédito financiadora de investimentos na modernização da propriedade rural familiar brasileira.

Entre 2002 e 2010, o crescimento acumulado do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 63,9%, uma taxa anual de 8%, que se traduz no segundo lugar entre os Estados que mais cresceram no período. Rondônia possui, ainda, a menor incidência de pobreza e também a quarta melhor distribuição de renda de todo o País, sendo a melhor fora da Região Centro-Sul do Brasil.

Em relação ao tema da conservação ambiental, Rondônia foi a primeira Unidade da Federação a aprovar lei instituindo o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico, em escala de 1 para 250 mil, que estabelece critérios objetivos para ocupação do espaço, combinando as atividades econômicas com a conservação dos ativos ambientais. O Estado possui 42 unidades de conservação criadas formalmente, sendo 12 de proteção integral e 37 de uso sustentável.

No tocante às populações indígenas, Rondônia possui uma população de 13.076 indivíduos, dos quais 70,5% vivem em terras demarcadas, de acordo com o IBGE. Isso não significa que todos os problemas estão resolvidos, pois além das questões fundiárias pontuais, precisamos avançar em muito no que se refere à sustentação econômica das comunidades e ao acesso à cidadania e às políticas públicas de saúde, educação e cultura, dentre outras.

Sr. Presidente, como conciliar tamanho paradoxo? Contrapõem-se, então, a cultura da catástrofe, do fracasso, e a da euforia, do sonho?

Na verdade, de paradoxos é feita a própria vida. O Estado de Rondônia - e não poderia ser de outro modo - tem suas limitações, sim, mas também tem sua história; há desvirtuamentos, sim, mas também há trabalho sério do povo, mesmo que de formiguinha.

O que defendo, desta tribuna, é a necessidade de construirmos, urgentemente, cultura política no Estado baseada na honestidade, na sensatez, na conduta republicana e, sobretudo, no compromisso com





políticas públicas voltadas para a proteção das camadas mais desprotegidas da sociedade.

Saúde, educação e segurança não podem figurar apenas como estatística nos planos de governo. Urge lembrar que precisam estar voltados para pessoas e serem por elas fiscalizados; ser avaliados sem bairrismos ou predisposições partidárias.

Rondônia merece destaque no contexto em que se insere; ou melhor, destaque o Estado já possui: carece agora de legítimo e verdadeiro reconhecimento, intra e extramuros.

Defendo a construção de um plano para o Estado, em que a população seja convidada a participar de forma efetiva. Precisamos motivar nossa gente a olhar para o futuro de cabeça erguida, reconhecer as potencialidades sociais e naturais de que dispomos, a fim de construirmos um futuro feliz para todos os rondonienses.

Como homem público, estou me colocando integralmente à disposição para a construção de um novo projeto para Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Simplicio Araújo) - Parabenizo mais uma vez o nobre colega Padre Ton pelo seu brilhante discurso, que traz as preocupações com o seu Estado, nesta manhã de sexta-feira.

---

Documento 33/59

---

201.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - CD	09/07/2013-15:22
Publ.: DCD - 10/07/2013 29759	KEIKO OTA-PSB -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

### *Sumário*

Apoio às recentes manifestações populares ocorridas no País em prol da melhora dos serviços públicos e do combate à corrupção. Luta da oradora pelo



fim da violência e da impunidade no Brasil. Defesa de revisão do sistema prisional brasileiro. Necessidade de aperfeiçoamento da proposta de reforma do Código Penal brasileiro elaborada por comissão de juristas do Senado Federal. Solicitação ao Presidente da Comissão de Educação e aos Líderes partidários de apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 3.688, de 2000, sobre a introdução de assistente social e psicólogo no quadro de profissionais de educação em escolas públicas.

---

**A SRA. KEIKO OTA** (PSB-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero aproveitar esta ocasião em que ocupo o Grande Expediente para fazer uma reflexão sobre os últimos acontecimentos que temos vivido, acontecimentos sobre os quais, de uma forma ou de outra, nós Parlamentares temos a obrigação de nos debruçar e propiciar o debate.

Pois bem, muito já se tem falado e teorizado sobre as recentes manifestações que invadiram as ruas do nosso País. Pode até parecer teórico o que direi; porém, é importante registrar o meu mais pleno e sincero apoio a essas mobilizações, que em sua maioria foram pacíficas.

As manifestações trouxeram-nos o claro recado de que precisamos voltar a ouvir as vozes das ruas. Precisamos compreender o sentido dessas mobilizações, sob o grande risco de acabarmos incorrendo em erros de avaliação de ordem política, partidária e social.

A reivindicação - justa, diga-se de passagem - por transportes públicos de qualidade ecoou para outros temas importantes da vida das pessoas: mais saúde, mais educação, mais segurança e combate à corrupção.

Por mais complexo que ainda seja dispormos de uma postura mais assertiva sobre o que representam essas mobilizações, é muito bom vermos a sociedade organizada em torno de causas sociais. É justamente desse sentido da participação popular que quero tratar aqui.

Como as senhoras e os senhores sabem, sou a mãe do menino Ives Ota, meu querido, sempre estimado filho, que foi brutalmente assassinado aos 8 anos de idade. Da compreensão da dor, do sofrimento e da angústia dessa terrível tragédia retirei as energias necessárias para dar um novo foco à minha vida.

Disso decorre que, há exatos 16 anos, milito junto aos movimentos de justiça e paz deste País. Minha luta, que é a luta de todo esse coletivo de movimentos, é por paz, justiça e direitos humanos para todos. Minha luta, que é também a luta desse mesmo coletivo, é o combate cotidiano da criminalidade, da violência e da impunidade.



Essa luta tem sido tão árdua, tão difícil que, confesso, chego até mesmo, em determinadas ocasiões, a me questionar se tanto esforço e tanta dedicação, que inclui abrir mão da minha própria família, realmente têm valido a pena. E, por mais complicado que seja, a resposta que tenho obtido até agora é a de que essa luta tem sentido, tem uma razão de ser.

Daí por que espero ver cada vez mais, nas ruas deste País, cartazes pedindo justiça, cartazes pedindo o fim da impunidade, cartazes pedindo mais segurança, segurados por jovens. Essas palavras de ordem precisam ganhar força nas manifestações públicas, pois quanto mais insistirmos nesses pedidos mais certeza teremos de que caminharemos rumo a um País mais justo e fraterno.

Da minha parte, quero resumir tais pedidos numa só palavra de indignação: chega! Chega de violência! Chega de injustiça! Chega de tanta impunidade!

**O Sr. Costa Ferreira** - Deputada, V.Exa. permite-me um aparte?

**A SRA. KEIKO OTA** - Pois não, Deputado.

**O Sr. Costa Ferreira** - Deputada Keiko Ota, nós parabenizamos V.Exa. pelo seu testemunho, pelo seu comportamento e pelo seu equilíbrio. Mãe ferida pela perda do seu filho, mesmo assim V.Exa. trouxe a esta Casa um novo modo de conviver com momentos traumatizantes como esse sem perder o equilíbrio e a confiança n'Aquele que poderá resolver todas as nossas dificuldades, todos os nossos problemas. Por isso quero parabenizá-la. Temos acompanhado o seu trabalho; tanto na Comissão de Educação como em outras Comissões, V.Exa. tem dado uma demonstração cabal de que veio a esta Câmara, a este plenário, a este Parlamento, para dizer a todo o povo brasileiro que, como mãe, é um exemplo. Eu considero V.Exa. uma mulher sábia, uma mulher virtuosa, que realmente é a coroa do seu lar, pelo seu testemunho. Mesmo com toda a saudade, mesmo com todo o trauma, V.Exa. não perdeu o equilíbrio, nem se desesperou; pelo contrário, tem trabalhado para conscientizar todas as mães, todos os pais, todos aqueles que perderam um ente querido, fazendo-o por meio de uma palavra amiga, uma palavra de conforto e de consolação. Portanto, eu quero parabenizá-la e dizer a V.Exa. que eu a admiro bastante pela sua demonstração de força, pelo seu testemunho e pelo seu equilíbrio nesta Casa. Esta Câmara realmente estava precisando de alguém como V.Exa. para reforçá-la com seu alento, para que nós possamos prosseguir, mesmo com toda a dificuldade, com toda a violência, para que assim trabalhemos por uma sociedade equânime, para que todos possam viver em paz e com tranquilidade. V.Exa. tem sido essa voz que se levantou para dizer a todo o País que, apesar de ferida, não está fazendo caça às bruxas; pelo contrário, está dando a todos nós segurança, para que nós possamos enfrentar com equilíbrio e



sabedoria as dificuldades. Parabênzo V.Exa. Continue dando esse bom testemunho a todos nós.

**A SRA. KEIKO OTA** - Obrigada, Deputado.

**A Sra. Rosane Ferreira** - Deputada Keiko Ota, quero apenas parabenizar V.Exa. pelo seu trabalho. V.Exa. tira do momento de maior dor de sua vida os alicerces para a sua luta. Hoje, como membro titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, da CPMI da Violência contra a Mulher, em momentos de suma importância para esta Casa, Deputada, V.Exa. é um exemplo para todos nós. Ainda na semana passada acompanhei uma das audiências públicas propostas por V.Exa., em parceria com outros Deputados, em que se deu voz às mulheres das fronteiras, também vítimas da violência que assola nosso País. A segurança pública, ou a insegurança pública em que vivemos, é hoje sem dúvida o maior problema da sociedade, pelo que esta Casa é mais cobrada, e V.Exa. empunha essa bandeira com dignidade e liderança, para que todos nós possamos segui-la. Parabéns, Deputada, parabéns por V.Exa. dar voz a tantos que, como V.Exa., foram vitimados pela nossa terrível insegurança. Parabéns.

**A SRA. KEIKO OTA** - Obrigada, Deputada Rosane Ferreira, que é sensível à causa. V.Exa. não passou pela dificuldade que passei, mas tem compaixão por essas mães que tanto clamam por justiça e choram pelos seus filhos. Muito obrigada.

**O Sr. Júlio Delgado** - Permite-me V.Exa. um aparte?

**A SRA. KEIKO OTA** - Ouço com prazer V.Exa.

**O Sr. Júlio Delgado** - Deputada Keiko Ota, primeiro, eu agradeço a V.Exa. a permissão de participar do seu pronunciamento. V.Exa. vem pedir que o clamor das ruas seja ouvido pelos Parlamentares, que nós busquemos votar projetos da área de segurança, contra a violência, pauta da sua vida desde a tragédia relatada por V.Exa., e pauta do seu mandato. Em nome da bancada do PSB, quero dizer que V.Exa. é a nossa líder nessa área na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, é a nossa líder para pautar nossos assuntos, com referência a todos os projetos que possam abordar essa matéria, e quero dizer à sociedade que ela está aqui representada na sua pessoa, na sua luta. A sociedade que foi às ruas, levantando os cartazes nos últimos dias, sente-se representada pela sua defesa, pela sua luta em prol da família, por mais segurança, contra a violência e, acima de tudo, pelos ensinamentos e pelo exemplo que, com a sua conduta, com a sua postura, sempre nos deu nesta Casa. De certa forma, eu fico entusiasmado ao saber do seu estímulo, apesar de nós sabermos que muitas vezes aqui na Casa as coisas não andam do jeito como nós queremos, demoram um pouco mais. V.Exa. está dizendo



que queria ver, na prática, alguns dos nossos projetos terem eficácia e entrarem em atividade, ou serem colocados em prática em função de votação, e não só da vontade de um. Mas eu quero dizer que a população brasileira, no que se refere àqueles que foram às ruas reclamar contra a impunidade, por segurança e contra a violência, tem uma representante forte, a Deputada Keiko Ota, de São Paulo, que representa não só o povo de São Paulo, mas todos os brasileiros sintonizados com esse tema. Parabéns pela sua postura, por esse exemplo e por nos conduzir, por liderar a bancada do PSB neste momento, aqui na nossa Casa, em relação a esse tema. Parabéns pelo pronunciamento. Continue assim, representando-nos e honrando-nos com a sua voz e com o seu trabalho. Muito obrigado.

**A SRA. KEIKO OTA** - Obrigada, Deputado.

**O Sr. Mauro Benevides** - V.Exa. permite-me, nobre Deputada Keiko, uma breve intervenção, para me regozijar com V.Exa. pela temática que aborda na sessão de hoje? O item segurança é fundamental para a própria sociedade brasileira e para todos os seus segmentos. Portanto, V.Exa. merece os aplausos do Plenário por sua iniciativa, e, implicitamente, a nossa solidariedade a uma temática que é vital para os interesses da população. Obrigado.

**A SRA. KEIKO OTA** - Obrigada, Deputado.

Minha história de vida e minha militância social permitem-me assegurar que é possível, sim, alcançarmos o ideal de paz, justiça e direitos humanos para todas as pessoas. Porém, é preciso fazer mudanças essenciais para sairmos deste estado de letargia em que nós nos encontramos.

Temos de reorganizar nosso sistema prisional, que, do jeito como se encontra, não consegue recuperar os detentos. O atual sistema prisional não é capaz de garantir o convívio e a inclusão social dos presidiários. Pelo contrário, ele só faz piorar a sensação de impunidade e de violência entre os apenados. É dessa forma que esperamos reeducar as pessoas presas e oferecer as condições para que elas se arrependam do crime que cometeram e possam ter uma nova oportunidade na vida? Acho um tanto difícil, não, minhas senhoras e meus senhores?

Da mesma forma, urge promovermos mudanças drásticas no nosso Código Penal, que está completamente defasado, neste tempo em que vivemos. Basta lembrar que o Código em vigor data de 1940. Não é preciso fazer grandes considerações para perceber que muita coisa mudou neste período.

É preciso destacar que se encontra em análise, aqui no Congresso, uma nova proposta de Código Penal, elaborada por uma comissão de



juristas instituída pelo Senado. Por ter tido a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento desse trabalho, junto aos juristas que prepararam o novo texto, posso assegurar que houve significativos avanços na proposta. Mas no que tange aos chamados crimes contra a vida o texto é muito tímido, muito aquém do que se espera de uma legislação penal adequada aos dias de hoje. Infelizmente, a nova proposta de Código Penal não coíbe com o devido rigor a criminalidade, a violência e a impunidade. Daí por que, insisto, temos de promover ajustes nesse texto.

Por isso é que apoio a Campanha Nacional Pelo Fim da Impunidade e dela participo. Essa campanha é organizada pela nossa querida União em Defesa das Vítimas de Violência - UDVV. A iniciativa consiste em um abaixo-assinado que pede justamente punições mais duras para os crimes contra a vida. A intenção é de que cada um de nós Deputados Federais e Senadores receba uma cópia desse documento, assim que forem alcançadas 100 mil assinaturas.

Com esse abaixo-assinado em mãos, a expectativa da sociedade é de que sejamos capazes de promover as mudanças necessárias para tornar essa nova proposta de Código Penal mais condizente com o momento atual. Tenho muita esperança de que façamos isso de fato. E realmente precisamos assumir esse compromisso, caso contrário vamos perder, e perder feio, essa batalha que na verdade já se tornou uma verdadeira guerra.

Não podemos continuar assistindo a essa sucessão desenfreada de crimes que ocorrem com tanta frequência no nosso dia a dia. Isso não pode ser considerado banal. Isso tem de ser combatido por todos nós que prezamos e preservamos a vida. Não podemos nem devemos considerar normal vermos tantas mães chorando a morte de seus filhos. Aliás, essa é a pior situação que pode existir nesta vida, a de uma mãe ver no leito de morte o seu filho.

Todos assistiram atentamente pela TV ao caso do pequeno menino Bryan, de 5 anos de idade, que implorou aos bandidos que não o matassem, dando-lhes até uma moedinha, mas eles o mataram.

Eu concedo o aparte à Deputada Jô Moraes.

**A Sra. Jô Moraes** - Sra. Deputada Keiko Ota, eu fico impressionada com a sua capacidade de superação e de transformação de tudo aquilo que é indignação e sofrimento pessoal num projeto coletivo. V.Exa. acompanhou-me durante a CMPI de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, da qual foi Vice-Presidente, esteve em todo este País e demonstrou a coerência da sua luta. V.Exa. luta pela vida de todos, apesar de ter perdido alguém tão próximo, tão dolorosamente próximo. Por isso, cumprimento V.Exa. pela campanha que apresenta hoje, à qual me incorporo. Tenho certeza de que a sociedade brasileira vai



receber no seu coração, na sua consciência, esse projeto que V.Exa. apresenta em defesa da vida. Parabéns pela trajetória e pelos desafios que V.Exa. enfrentou, e tenha sempre essa energia para ajudar o povo brasileiro.

**A SRA. KEIKO OTA** - Confesso, Deputada Jô Moraes, que naquele momento em que eu abracei a mãe de Bryan eu vivi todo o meu sofrimento novamente, principalmente porque nós somos mães que viemos a este mundo para protegemos os nossos filhos, mas não conseguimos. Mas eu tenho certeza de que podemos mudar essa realidade.

Isso não pode ser considerado banal. E digo isso com a devida propriedade, pois tive de superar essa terrível tragédia. Não é nada fácil. Aliás, é bastante difícil, extremante triste e doloroso. E por saber exatamente o que é essa dor, essa sensação de perda, que sempre se faz presente, em todos os dias da minha vida, que faço um apelo aos meus nobres pares: vamos dar um basta a essa violência! Vamos acabar de vez com a impunidade! Porque é possível, sim, vivermos em uma sociedade mais fraterna, em que o espírito de solidariedade esteja presente em cada um de nós.

Se, por um lado, precisamos de medidas mais duras para combater a violência, por outro lado, temos de incentivar o surgimento de uma cultura de paz entre as pessoas, uma cultura de paz que sirva para construir e promover relações de fraternidade plena entre crianças, jovens, adultos e idosos, uma cultura de paz que recupere a família como o espaço privilegiado, por excelência, para o desenvolvimento da cidadania, uma cultura de paz que tenha na escola o local ideal para preparar nossas crianças e adolescentes para os desafios do mundo, uma cultura de paz que resgate em cada um de nós o que de melhor temos a oferecer às pessoas, uma cultura de paz que faça com que nos sintamos efetivamente cidadãos.

Para encerrar minha fala, quero chamar a atenção para uma situação que ocorre aqui no Congresso Nacional. Independentemente das críticas que nossa instituição receba, é surpreendente verificarmos a quantidade de boas propostas que se encontram em tramitação e que poderiam, em grande parte, dar respostas diretas às demandas trazidas pela sociedade.

Quero destacar uma dessas propostas, que nem é de minha autoria, e que estava parada há exatos 13 anos: o PL nº 3.668, de 2000, que estabelece a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas, e que finalmente teve seu parecer colocado em votação na semana passada na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Desde maio esse projeto não era analisado, e após ouvir as mais



variadas entidades e especialistas ligados aos setores profissionais envolvidos, elaborei um parecer favorável à tramitação do PL. Porém - e isso eu, honestamente, não consigo compreender -, o Ministério da Educação pôs-se totalmente contrário a essa iniciativa. O Ministério alega que esse projeto de lei significa somente despesa para a União.

É inadmissível que o Governo Federal restrinja essa discussão somente ao aspecto financeiro. Exma. Sra. Presidenta Dilma Rousseff, Exmo. Sr. Ministro Aloizio Mercadante, peço a V.Exas. que entendam a importância de agregarmos o trabalho de psicólogos e assistentes sociais às escolas públicas do nosso País. Essas duas categorias profissionais podem acrescentar maior qualidade, muito maior qualidade ao nosso processo educacional. Além disso, a atuação deles é essencial para o combate à violência, já que os psicólogos e os assistentes sociais podem garantir apoio ao aluno que, muitas vezes, carrega problemas que acontecem dentro de sua casa para a escola.

Defendo a educação como um dos mais importantes instrumentos para elevar a autoestima e proporcionar o desenvolvimento das pessoas. Daí por que faço um apelo também ao nobre Deputado Gabriel Chalita, Presidente da Comissão de Educação, ao Líder do Governo e às demais Lideranças partidárias, especialmente aos que integram a base de sustentação da Presidenta Dilma Rousseff: ajudem-nos a aprovar o PL nº 3.688, de 2000, na Comissão de Educação.

Em nossa última reunião, na semana passada, a votação do meu parecer ficou empatada, com 10 votos favoráveis e outros 10 contrários. Reza o Regimento Interno que, nesse caso, prevalece como critério de desempate a posição assumida pelo responsável por relatar o projeto. Como fui a Relatora dessa importante proposta e considero mais do que necessário que esse PL continue tramitando, daí o meu entendimento de que o meu parecer ao projeto foi aprovado. Com isso, afirmo que esse projeto precisa vir a plenário e ser efetivamente aprovado.

Nobre Deputado Gabriel Chalita, peço a sua compreensão no sentido de fazer valer, como previsto pelo Regimento, o critério de desempate da votação do PL nº 3.688, de 2000, na Comissão de Educação, pois se não conseguirmos levar adiante esse projeto veremos aumentar, sucessivamente, os casos de violência e criminalidade envolvendo os jovens. Se isso ocorrer, haverá risco inclusive à atuação dos próprios Conselhos Tutelares, que não conseguirão dar conta dessa demanda. E, se a situação caminhar para esse lado, a educação vai perder um valioso componente para qualificar nossos futuros cidadãos. E quem perderá também serão todos aqueles que, como eu, lutamos pelo combate à violência e em favor da paz e da justiça.

**A Sra. Mara Gabrilli** - Deputada, V.Exa. permite-me um aparte?





**A SRA. KEIKO OTA** - Pois não, querida.

**A Sra. Mara Gabrielli** - Primeiro, eu queria dizer que V.Exa. é uma das Deputadas desta Casa que mais me emocionam. Eu sinto-me muito orgulhosa por participar desta Legislatura com V.Exa. Eu tenho muito orgulho disso. A sua presença aqui já é uma mudança muito grande para o nosso País. Para conseguir chegar aqui, V.Exa. teve uma capacidade muito grande: a capacidade de perdoar. V.Exa. consegue enxergar a lei e, ao chegar a esta Casa, ter uma visão estratégica da questão. V.Exa. dedica-se, debruça-se sobre o tema da educação, que é o que com certeza vai amenizar a violência em nosso País e dar mais oportunidades aos nossos jovens. Desde o princípio eu venho colaborando, trabalhando nisso, porque acredito muito no projeto relatado por V.Exa., que propõe a inclusão de assistentes sociais e psicólogos no quadro de profissionais de educação nas escolas. Aprendi aqui que não basta legislar, não basta relatar; depois de aprovado um projeto, temos de continuar trabalhando para que essa política pública seja executada com maestria e qualidade. Talvez tenhamos de fazer com que os recursos venham de outros Ministérios, não só o da Educação. Talvez os Ministérios do Desenvolvimento Social e da Saúde possam responsabilizar-se por profissionais como psicólogos e assistentes sociais que venham incrementar as salas de aulas, e também por um cronograma, para que realmente os programas sejam executados. Eu frustrei-me muito com a atitude do Governo nesta Casa, que esvaziava a sessão, ao invés de discutir e de aprofundar a questão, decidia-se por não votar, não trabalhar e não discutir, e a insistência de V.Exa. vem fazendo isso transformar-se. Eu coloco-me aqui à sua disposição para discutirmos, a fim de que realmente esse projeto seja executado de forma que quem ganhe seja o jovem brasileiro. Parabéns por sua atuação, Deputada.

**O Sr. Arnaldo Faria de Sá** - Deputada Keiko, permite-me um aparte?

**A SRA. KEIKO OTA** - Pois não.

**O Sr. Arnaldo Faria de Sá** - Eu queria cumprimentá-la e dizer que, regimentalmente, V.Exa. tem razão: quando há empate na Comissão, o voto de desempate é o do Relator. Portanto, independentemente da apreciação da Mesa da Comissão, o Regimento garante isso. Se a Comissão não considerou seu voto como vencedor, é só requerer à Secretaria-Geral da Mesa que se cumpra o Regimento, pois o voto de V.Exa. é vencedor. E tenho certeza de que a sua luta nesta Casa é uma luta permanente, constante. A última oportunidade em que estive com seu marido, Ota, Vereador em São Paulo, foi por ocasião do incêndio da favela Heliópolis, e pude perceber a preocupação da sua família com a questão social. Parabéns, Deputada Keiko Ota.

**A SRA. KEIKO OTA** - Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.



**O Sr. Fernando Ferro** - Deputada Keiko Ota, permita-me rapidamente um aparte?

**A SRA. KEIKO OTA** - Pois não.

**O Sr. Fernando Ferro** - Até pela importância de seu pronunciamento, eu não queria fazer uma interrupção, mas, em 1 minuto, quero registrar a admiração e o respeito pela atuação de V.Exa. como Parlamentar nesta Casa e pelo pronunciamento que traz, com a dimensão e a dignidade que sua ação dá à política. Parabéns! Continue nessa luta, e receba nossos votos de congratulação e nossa homenagem pela bela exposição. É muito importante esse exemplo de alguém que transforma a dor e o sofrimento em um espaço de vida e de construção de uma nova humanidade. É o que V.Exa. faz, com muita dignidade, nesta Casa. Parabéns.

**A SRA. KEIKO OTA** - Muito obrigada.

Era só, Sr. Presidente.

---

Documento 34/59

---

201.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária - 09/07/2013- CD	16:48
Publ.: DCD - 10/07/2013 29776	- PAULO MAGALHÃES-PSD -BA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Necessidade de apoio da Casa às medidas da Presidenta Dilma Rousseff destinadas à melhoria dos serviços públicos e ao combate à corrupção.

---

**O SR. PAULO MAGALHÃES** (PSD-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive um momento extremamente delicado. Por isso, esta Casa tem a obrigação de apoiar, em todos os níveis, a Presidenta Dilma Rousseff.

As manifestações de rua são próprias da democracia - sem anarquia, sem vandalismo, preservando o patrimônio público e privado. Manifestação difusa, reclamando da educação, do transporte, da



corrupção, enfim, uma série de reclamações.

Podemos dizer que a Presidente Dilma tem feito um esforço sobre-humano para melhorar a educação, para melhorar a saúde, para melhorar e redimensionar o transporte. E, principalmente, Sr. Presidente, nós não podemos aceitar, em hipótese nenhuma, que tenha sido ela leniente com a corrupção ontem e hoje e que será leniente amanhã. Não podemos aceitar, Sr. Presidente! A Presidente Dilma tem sido extremamente rigorosa. Há poucos meses, fez uma faxina para preservar a idoneidade do povo brasileiro.

Por isso, quero exortar esta Casa, exortar o Congresso Nacional a darmos as mãos à Presidente Dilma, o Congresso com Dilma, para redirecionarmos os rumos do País. Se existem erros, nós precisamos estar juntos para acertá-los, para ajustá-los.

Dar as costas à Presidente Dilma agora é dar as costas ao Brasil. Não podemos aceitar que, num momento delicado e importante para a Nação, nós não estejamos juntos. É importante que esta Casa se manifeste ao lado da Presidente para trabalharmos juntos, para trabalharmos coesos com o Brasil, com o progresso, com o desenvolvimento e com a seriedade tão exigida pelo povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados. *(Palmas.)*

---

Documento 35/59

---

201.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária -09/07/2013- CD	17:18
Publ.: DCD - 10/07/2013 - 29783	SIMPLÍCIO ARAÚJO-PPS -MA	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	PELA ORDEM DISCURSO

---

### ***Sumário***

Denúncia de malversação de recursos públicos pelo Secretário de Estado da Saúde do Governo do Maranhão, Ricardo Murad.

---

**O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO** (PPS-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galerias, *TV Câmara*, internautas, eu gostaria de voltar ao assunto relativo ao programa



lançado pela Presidente Dilma ontem, que prega mais médicos para resolver o problema de saúde do País.

O problema de saúde do País não é somente a falta de médicos, é principalmente a corrupção. Ontem, nesta Casa, denunciei que o Sr. Ricardo Murad, Secretário de Saúde do Governo do Maranhão, derrama dinheiro na cidade onde a esposa dele é Prefeita. E ele disse, num jornal pequeno do meu Estado, que é mentira o que denunciei ontem. Quero dizer que, se existe alguma mentira, a mentira está no portal da Fundação Nacional de Saúde do Governo Federal, que diz já ter enviado 9 milhões de reais para o Município de Coroatá; e no Portal da Transparência do Governo do Estado do Maranhão, que diz já ter pago 27 milhões de reais para o Instituto Cidadania e Natureza - ICN, pela administração de um único hospital na cidade de Coroatá, e para o Instituto Bem Viver, 7 milhões, para a administração de uma UPA. E muito mais recursos que já foram enviados para o Município, totalizando, no mínimo, 41 milhões de reais.

Hoje, Sr. Presidente, há em Brasília Prefeitos e mais Prefeitos do Estado do Maranhão se humilhando nos gabinetes dos Deputados e de Senadores, pedindo verbas para a saúde, enquanto vemos que verba para saúde no Maranhão está sobrando.

É necessário que a Presidente Dilma Rousseff e a base aliada desta Casa entendam que o problema de saúde, as filas, a falta de leitos no Brasil não é problema apenas dos médicos. Trazer médico de outros países não vai resolver o problema da saúde no Brasil.

Temos, efetivamente, que combater a malversação e a corrupção, principalmente com os recursos da saúde. Não adianta dizer mais UPAs, mais hospitais, mais médicos, enquanto não dissermos também menos corrupção, mais eficiência e mais responsabilidade com o gasto público em saúde neste País.

Muito obrigado. *(Palmas nas galerias.)*



---

### **Sumário**

Avaliação das recentes manifestações populares ocorridas no País em prol da melhoria dos serviços públicos e aperfeiçoamento das instituições políticas. Atuação do Parlamento brasileiro em consonância com os anseios da sociedade brasileira. Apoio à proposta de realização de plebiscito sobre a reforma política.

---

### **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**A SRA. IRACEMA PORTELLA** (PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vivemos um momento histórico muito importante para o País, onde milhões de brasileiros saem às ruas e clamam por mudanças na política, nos serviços públicos, nas instituições.

Esses protestos são de extrema relevância para a consolidação da democracia brasileira, ainda tão jovem. Todos nós precisamos ouvir o recado das ruas. Temos que ficar ainda mais atentos e atuar em estreita sintonia com os anseios da população.

Nossa juventude está mobilizada, quer um País novo, mais transparente e mais justo; quer saúde de qualidade, educação de qualidade, transporte público de qualidade, segurança para todos, moradia digna, poder público atuando sem desvio de verbas, sem corrupção, longe das práticas espúrias.

Os protestos são um ótimo sinal, uma demonstração de que estamos vivos e de que a democracia precisa sempre de renovação. Mas é preciso prestar bastante atenção aos atos de vandalismo que continuam a ocorrer em todo o Brasil, protagonizados, é verdade, por uma pequena parcela, que quer apenas desestabilizar o País.

Vivemos uma crise de representatividade, o que não ocorre apenas no Brasil. Protestos ao redor do mundo sinalizam que os cidadãos estão cansados da política e não se veem representados pelos governantes que elegeram. Há também uma crise institucional.

No Brasil, os protestos vêm mostrando que existe uma grande rejeição popular aos partidos políticos e a instituições importantes para a democracia, como é o caso da imprensa.

É necessário ter cuidado com esses radicalismos. A rejeição aos partidos políticos é legítima. As pessoas questionam o *modus operandi* da política



brasileira. No entanto, não é legítimo impedir militantes de quaisquer siglas de participar das manifestações. Agredir jornalistas que estão fazendo o seu trabalho também não é legítimo.

Demoramos muito para chegar até aqui. A nossa democracia vem se consolidando a cada dia. Do que precisamos para fortalecê-la? De instituições fortes, capazes de dar respostas às demandas da população.

Precisamos, sim, de partidos políticos, de sindicatos, de movimentos sociais, de organizações da sociedade civil, de conselhos de direitos, de canais da democracia direta, de mecanismos que aproximem cada vez mais os cidadãos do poder público.

Temos os instrumentos. Estão todos na Constituição de 1988, construída em parceria pelos Parlamentares e a sociedade civil organizada.

Vamos lutar para melhorar o nosso sistema político-partidário, porque, como escreveu o jornalista Mário Magalhães em seu *blog* recentemente, "*quem não gosta de partido político é a ditadura*".

Precisamos discutir a reforma política. Que sistema político-eleitoral queremos para o Brasil? A Presidente Dilma propôs a realização de plebiscito para podermos ouvir a população sobre o assunto. É uma medida fundamental. Mas precisamos ter em mente que a reforma política é um assunto difícil e complexo. Por isso, será necessário fazer uma campanha pública de esclarecimento, bastante didática e consistente, para que as pessoas possam se informar sobre o tema e opinar com clareza sobre uma questão que é da maior importância para as transformações que queremos empreender no Brasil.

Nos últimos dias, na esteira dos protestos, o Congresso Nacional tomou decisões acertadas. Entre elas, rejeitamos a PEC 37, que limitava os poderes de investigação do Ministério Público.

Votei contra a proposta por entender que o MP é uma instituição de extrema relevância na luta contra a corrupção, a criminalidade e pela transparência nos atos públicos. Seria um tremendo retrocesso a aprovação dessa PEC.

Na mesma noite, aprovamos projeto que vincula 75% das receitas dos *royalties* de petróleo ao ensino público, 25% à saúde, e 50% do Fundo Social do Pré-Sal à educação.

Tais fontes de financiamento serão essenciais para viabilizar o novo Plano Nacional de Educação, o PNE, discutido intensamente na Câmara dos Deputados ao longo dos últimos meses, em parceria com a sociedade civil organizada. O Plano tem como uma de suas metas a destinação de 10% do PIB para investimentos em educação.

O Senado Federal, por sua vez, aprovou projeto que torna a corrupção crime hediondo. Mais uma ação importante. No entanto, é fundamental também



fortalecer o combate à impunidade. A certeza da impunidade é que leva ao aumento do crime. Portanto, além de um Ministério Público forte e atuante, precisamos de um Judiciário mais célere, mais transparente e definitivamente comprometido com a igualdade.

A luta, porém, não deve ser episódica. Ela deve ser constante. Quem está nas ruas agora deve ter a responsabilidade e o compromisso de acompanhar e fiscalizar, no dia a dia, as ações dos governantes nas esferas municipal, estadual e Federal, nos parlamentos das três instâncias, nas escolas públicas, nos postos de saúde, no transporte, na moradia, no saneamento básico, na segurança.

Isso pode ser até trabalhoso, porém é o pleno exercício da cidadania, é caminhar para a consolidação da nossa democracia. Sem essa luta cotidiana e persistente do cidadão, que deve exigir cada vez mais transparência nas ações do poder público, não teremos as mudanças com que tanto sonhamos.

Atualmente, dispomos de vários canais abertos aos cidadãos para que eles acompanhem a vida pública do País. As redes sociais, por exemplo, são fantásticas, são instrumentos poderosos de mobilização da população e podem ser mecanismos interessantes de acompanhamento do trabalho dos políticos.

Temos também a Lei de Acesso à Informação, que deve ser fortalecida e colocada em prática por todos os governantes brasileiros.

A cidadania é um exercício diário. Apenas com esse exercício incansável teremos um País realmente mais desenvolvido e justo. É o que queremos. É o que esperamos. É o horizonte pelo qual estamos lutando agora.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

---

Documento 37/59

208.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 11/07/2013-17:30  
Debates - CD

Publ.: DCD  
12/07/2013 - 31119

FRANCISCO PRACIANO-PT -AM

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS COMUNICAÇÕES  
PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO  
PARLAMENTAR



### **Sumário**

Principais reivindicações dos participantes em manifestações de protesto ocorridas no País. Desvio na aplicação por gestores municipais de recursos destinados aos setores de educação e saúde. Solicitação ao Presidente Henrique Eduardo Alves de elaboração de pauta destinada ao combate à corrupção. Defesa de estabelecimento do pacto da moralidade pelos Poderes da República.

---

**O SR. FRANCISCO PRACIANO** (PT-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros, a rua, a que todo mundo se refere, está pedindo principalmente bons serviços públicos, moralidade e combate à corrupção.

Com relação a esses serviços públicos, vou citar dois serviços analisados pelo Instituto ETHOS, numa pesquisa feita juntamente com a CGU e a UNICAMP, que diz o seguinte, companheiro Zé Geraldo - isso é uma doença, é uma desgraça: "*Cinquenta e sete por cento das verbas da saúde e educação, nos Estados brasileiros, estão sendo utilizadas sem licitação*".

Voltando às ruas. Ruas, gritem, porque existe uma doença difícil de ser tratada. Essa doença é profunda, agressiva, pois 67% das nossas prefeituras, de acordo com um relatório da CGU, estão desviando recursos. Dos 2.080 Municípios auditados pela CGU, 67% estão com alguma irregularidade no uso do dinheiro da saúde e educação.

Esse é o lado da rua: pede moralidade e pede bons serviços. Como vamos atender, com os recursos sendo desviados violentamente no interior deste País, principalmente nos pequenos Municípios?

Outra coisa que eles pedem é moralidade. Com relação à moralidade, à corrupção, companheiro Zé Geraldo, a FIESP - estou repetindo, tentando fazer com que alguém ouça, que o povo ouça, que a rua ouça e continue gritando - afirma que quase 100 bilhões de reais são desviados da sociedade, dos serviços públicos, do planejamento do Estado pela corrupção - 100 bi!

Uma coisa que me espanta. Fonte: *Jornal do Brasil* - é uma matéria. A corrupção é entendida grosseiramente pela população como o crime dos políticos. Vou dar outro apelido de outro crime: o crime dos empresários, sonegação.

Na corrupção tem o privado e o público. Na sonegação também tem o privado e o público. É um convênio, uma composição que eles fazem. Mas eu chamaria de corrupção o crime dos políticos e de sonegação o crime dos empresários.





V.Exas. sabem quanto é, segundo o *Jornal do Brasil*, o prejuízo que o crime dos empresários, que a sonegação, dá para a sociedade brasileira? Espantem-se: 415 bilhões por ano. Mais 100 da corrupção. Nós estamos falando em mais de 500 bilhões de reais por ano, tirado da sociedade.

Por que eu estou falando isso? Acabamos de fazer uma reunião, em nome da Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção e de uma organização mundial chamada GOPAC, representada aqui pelo Deputado Mendes Thame. Aqui não tem nada partidário. O Deputado Mendes Thame é do PSDB, eu sou do PT - dois partidos que até se confrontam frequentemente nesta Casa. Nós nos sentamos com o Deputado Henrique Alves para propor uma pauta da moralidade, uma pauta que ajude o serviço público, porque haverá mais dinheiro.

Eu acho que o Judiciário, o Executivo e o Legislativo deveriam se reunir e fazer uma espécie de pacto da moralidade, pacto contra a impunidade, um pacto para melhorar o combate à corrupção e os desvios de dinheiro da nossa sociedade.

Pode fazer isso? Pode. Gastando dinheiro, Deputado Zé Geraldo. Podemos gastar 10 bilhões de reais para estruturar TCEs, TCUs, Polícia Civil, Polícia Federal, Justiça, Ministério Público.

A Justiça é uma das mais lentas do mundo. O Ministério Público, desestruturado. Muitos Municípios no interior deste País nem promotor têm. Nem delegado, nem defensor. O Estado brasileiro precisa ser aperfeiçoado. Temos que gastar dinheiro. Será que temos dinheiro para isso?

Eu já gerenciei uma fábrica grande, a Philips da Amazônia, na qual se fazia uma análise chamada custo-benefício em tudo o que se investia. Quanto se vai gastar? Qual será o resultado? Em quanto tempo se encontra um ponto de equilíbrio? E a partir daí vamos ganhar dinheiro.

Temos de fazer o custo-benefício para estruturar a Polícia Federal, para estruturar a Polícia Civil, para melhorar as condições precárias da CGU, para melhorar a Justiça brasileira. Nós só temos 15 juizes por 100 mil habitantes. Na Europa há 30. O dobro. Então, se se fizer essa estruturação, quanto vamos gastar? Dez, quinze bilhões, Deputado Amauri? Vinte ou trinta? Será que vale a pena?

Sra. Presidenta da República, Deputado Henrique Alves, Senador Renan Calheiros, esta Casa, façamos uma avaliação do custo-benefício. Vamos aperfeiçoar o Estado brasileiro. Vamos dar respostas às ruas, gastando dinheiro. Daí a necessidade de um convênio, de uma composição dos três Poderes para tomar essa decisão o mais rápido possível, porque diante de 500 bilhões de reais só dos crimes de corrupção e sonegação justifica fazermos um planejamento rápido para



estruturar e aperfeiçoar este País.

Não adianta, não vamos crescer, não vamos avançar com ações pontuais. Aparece ali um Cachoeira, prende-se, faz-se um escândalo, sai na mídia, faz-se uma CPI que não dá em nada, pode-se até prender o cara, empolga-se com a história dos mensalões... Vamos prender um, dois ou três. Com isso eu nem me preocupo mais. Estou preocupado é com o Estado brasileiro.

A corrupção é resultado de um Estado brasileiro fragilizado nas suas organizações de controle, não tenho dúvidas. Outra coisa que colabora muito é a falta de controle social. É a sociedade também que ainda não vê o recurso público como sendo da própria sociedade.

Dinheiro público tem dono, é da sociedade, mas a sociedade precisa se convencer. Então, um Estado aperfeiçoado, uma sociedade consciente é o único caminho para avançarmos.

Quinhentos bilhões é o prejuízo. Sonegação, o crime do empresário. Corrupção, o crime do político. Quinhentos bilhões! Dá para gastar 20, 30 melhorando a vida e a estrutura das nossas instituições, aperfeiçoando as leis com iniciativa desta Casa. Há 160 propostas de diversos Deputados, de mais de 100 Deputados, de combate à corrupção.

Infelizmente, as Lideranças dos nossos partidos, que determinam a pauta, não estão ouvindo a voz dos Deputados que querem aperfeiçoar, que querem melhorar, que querem combater a corrupção.

Encerro, repetindo que gostaria que os órgãos de comunicação desta Casa insistissem nisso e publicassem. São 500 bilhões de sonegação, 500 bilhões de corrupção. Uma vergonha que esta Casa, que os três Poderes têm que sentar e combater.

Muito obrigado.

---

Documento 38/59

---

212.3.54.O Sessão Deliberativa Ordinária 16/07/2013-14:26  
- CD  
Publ.: DCD - 17/07/2013 - PLÍNIO VALÉRIO-PSDB -AM  
31547

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO



### **Sumário**

Maior eficiência de governantes nos gastos públicos. Combate à corrupção na administração pública.

---

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (PSDB-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Parlamento está discutindo os *royalties*, e eu queria externar a minha preocupação com a eficiência dos gastos públicos. Nós deveríamos debater a eficiência dos gastos públicos.

Não adianta termos mais dinheiro para a educação. Eu dou um exemplo: o Governo Federal aplica seis vezes mais dinheiro no ensino superior do que no infantil, quando deveria ser o contrário. Mais dinheiro não resolve. Nós temos que discutir a eficiência dos gastos públicos, combater a ineficiência, combater o gasto ruim e, acima de tudo, combater a corrupção, o desperdício que há.

Preocupa-me muito, Presidente, quando ficamos só na discussão de que é preciso mais dinheiro, mais recursos dos *royalties*. A nossa discussão é essa. E me parece que os *royalties* não vão ser votados aqui. Eu fico preocupadíssimo, porque não há medidas, uma política de combate à corrupção e ao mau gasto dos recursos, à má qualidade desse gasto.

Por que tenho essa preocupação? Dia 3 de julho, a *Veja* publicou - e não houve contestação até agora - matéria sobre o desvio com a corrupção e o desvio do recurso público, verba que totaliza a quantia, Sr. Presidente, de 509 bilhões de reais. Não houve contestação; então, não é acusação, não é denunciamento; é preocupação de um Deputado que quer ver discutidos e aprovados os *royalties*, discutidas as políticas de como aplicar, de como gastar esse dinheiro.

E vou repetir: não combater a corrupção, não combater o mau gasto público, é chover no molhado.

Obrigado, Sr. Presidente.



32377

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Matéria publicada pela revista ISTOÉ sobre o desvio de recursos destinados ao sistema de trens e ao Metrô de São Paulo, Estado de São Paulo. Imediata inclusão na pauta de propostas de combate à corrupção, especialmente da Proposta de Emenda à Constituição nº 422, de 2005, sobre a criação de varas especializadas no julgamento de ações contra atos de improbidade administrativa.

---

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar matéria publicada nesta semana na revista *ISTOÉ*:

*"As provas do esquema vêm aí*

*Ministério Público receberá documentos que deverão detalhar movimentações de beneficiários do esquema montado para desviar recursos do Metrô e trens de SP. Há indícios de uso de paraísos fiscais e fundações para ocultar rastros da propina."*

Isso mostra, Sr. Presidente, que nós temos que trabalhar para aprovar diversos projetos de lei e PECs que estão aqui nesta Casa prontos para serem votados, entre eles a Proposta de Emenda à Constituição nº 422, de 2005, de minha autoria, já pronta para a pauta - passou pela Comissão Especial - e que cria em cada Tribunal de Justiça uma vara especializada para julgar crimes de corrupção, crimes de improbidade, crimes de desvio de recursos e crimes de dilapidação do patrimônio público.

É fundamental que nós tenhamos, sim, proposições que possam ser transformadas em lei, a fim de que nós possamos combater essa chaga que é a corrupção em nosso País.

A corrupção se dá através da lavagem de dinheiro, através das fraudes e das sonegações, através da propina que é paga, do desvio de dinheiro e, também, através da extorsão.

Então, é por isso que esta Casa precisa votar, neste semestre, diversos projetos, para que nós possamos dar à sociedade as condições para enfrentar de vez essa chaga que destrói ou desvia, muitas vezes, recursos que iriam para a saúde, para a educação, para o saneamento, para a segurança pública.

Sr. Presidente, solicito então seja registrada nos Anais esta matéria da



*ISTOÉ* desta semana, esperando que, de fato, haja um combate efetivo aos crimes de corrupção neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### MATÉRIA A QUE SE REFERE O ORADOR

As provas do esquema vêm aí

MP receberá documentos que deverão detalhar movimentações de beneficiários do esquema montado para desviar recursos do Metrô e trens de SP. Há indícios de uso de paraísos fiscais e fundações em Liechtenstein para ocultar rastros da propina (Alan Rodrigues, Pedro Marcondes de Moura e Sérgio Pardellas)

O Ministério Público espera a chegada de uma nova leva de documentos da Suíça para avançar nas investigações de superfaturamento e outras irregularidades cometidas por autoridades e servidores públicos no esquema montado por empresas da área de transporte sobre trilhos durante os sucessivos governos do PSDB em São Paulo. Havia mais de três anos que o MP paulista tentava obter esses documentos. Para conseguir a autorização para receber a papelada, foram necessários um pedido da Justiça Estadual, outro do governo federal, por meio do Ministério da Justiça, e do aval das autoridades suíças.

Na última semana, a empresa alemã Siemens forneceu às autoridades brasileiras papéis em que afirma que o governo de São Paulo teve conhecimento e deu sinal verde para a formação do cartel para licitações de obras do Metrô e dos trens metropolitanos. De acordo com a multinacional, o governo avalizou o conluio entre as empresas para a partilha da Linha 5 do Metrô. As provas da negociação seriam os diários apresentados pela Siemens, uma das empresas participantes do cartel, ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A Siemens também confirmou, conforme antecipou *ISTOÉ*, que os acordos começaram em 2000, durante o governo de Mário Covas, e que acordos permitiram ampliar em 30% o preço pago por licitações para manutenção de trens da CPTM.

Troca de Comando. Segundo o jornal alemão "Deutsche Welle", as denúncias de formação de cartel para vencer licitações na área de transportes sobre trilhos em São Paulo fizeram sua primeira vítima. Trata-se do executivo Peter Löscher, presidente mundial da Siemens, que há seis anos assumiu o cargo para moralizar a empresa, depois que diretores foram presos e revelaram às autoridades europeias o pagamento de propina para conseguir contratos públicos em vários



países.

As investigações tendem a avançar ainda mais nos próximos dias. No material aguardado pelos promotores encontram-se documentos sigilosos relativos ao conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) Robson Marinho, ex-chefe da Casa Civil do governo Covas. O MP espera ter mais elementos sobre suas movimentações financeiras no país europeu e os rastros que comprovam os caminhos percorridos pelo dinheiro detido na Suíça - que soma mais de US\$ 1 milhão e foi congelado a pedido das autoridades do Brasil e da Suíça. Marinho já é alvo de denúncia judicial do MP paulista. Munido de um primeiro lote de documentos enviados pela Suíça, o Ministério Público não tem dúvidas de que os valores movimentados por Robson Marinho são fruto de propina paga pela Alstom. Segundo o MP, ele recebia o dinheiro ilegal em uma conta facilmente identificada antes de transferi-lo a uma empresa de fachada. Os documentos que chegarão nos próximos dias às mãos do MP poderão comprovar e reforçar essa versão.

Outro fato que o Ministério Público tentará esclarecer por meio dos novos documentos vindos da Suíça é se a Alstom usou, além de empresas em paraísos fiscais, fundações em Liechtenstein para ocultar os rastros da propina paga a servidores, autoridades e políticos do PSDB paulista. Essa prática já foi identificada em subornos a autoridades de outras nações pelo mundo. Segundo especialistas em crime financeiro, ela consiste, num primeiro momento, em abrir no Principado de Liechtenstein, localizado no centro da Europa, encravado nos Alpes, entre a Áustria e a Suíça, uma fundação filantrópica ou de sucessão familiar. Depois, na condição de procurador da fundação, o responsável pela lavagem do dinheiro cria uma conta na Suíça para receber doações de consultorias de fachada e repassar as quantias aos destinatários da propina.

De volta às ruas. O movimento passe livre (MPL) anunciou que voltará às ruas no próximo dia 14 de agosto. O objetivo do grupo agora é pressionar o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a Assembleia Legislativa e o Ministério Público para acelerar as investigações sobre as denúncias publicadas por ISTOÉ nas duas últimas edições. Segundo revelou a reportagem da revista, investigações em andamento mostram que um propinoduto foi mantido há quase 20 anos por sucessivos governos do PSDB em São Paulo para desviar dinheiro das obras do Metrô e dos trens metropolitanos. O superfaturamento teria sido de 30% em apenas seis projetos. O MPL realizará a manifestação em parceria com o Sindicato dos Metroviários de São Paulo. "Nossa posição é que é um absurdo que o dinheiro público esteja sendo desviado do transporte. São mais de R\$ 400 milhões desviados. Isso daria para reduzir a tarifa a R\$ 0,90", afirma Matheus Prels, militante do MPL - SP



A documentação prestes a desembarcar no País envolve transações financeiras e depoimentos prestados por executivos da companhia francesa Alstom, flagrada ao usar a Suíça para movimentar valores e efetuar pagamentos de propina a políticos, servidores e lobistas de diferentes regiões do mundo para ganhar licitações, como as concorrências das linhas de trem e metrô no Estado de São Paulo. Além de ajudar nas investigações em andamento, as informações vindas da Suíça ganham mais peso no momento em que a multinacional alemã Siemens - em troca de imunidade civil e criminal para si e seus executivos - denuncia ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e ao Ministério Público como ela e outras gigantes do setor, como também a Alstom, formaram uma máfia para vencer, com preços superfaturados, certames para manutenção, aquisição de trens, construção de linhas férreas e metrôs durante os governos tucanos em São Paulo. Para isso, contavam com a anuência de servidores e políticos do PSDB paulista, há quase duas décadas no poder.

Também na última semana, as denúncias sobre a formação de cartel para vencer licitações na área de transportes sobre trilhos no Brasil fizeram uma nova vítima no alto escalão da Siemens. O executivo Peter Löscher, que assumiu a presidência mundial da empresa há seis anos para moralizá-la, foi demitido na quarta-feira 31. De acordo com o jornal alemão "Deutsche Welle", a queda dele, oficialmente creditada aos resultados fracos da empresa, tem como pano de fundo as denúncias no Brasil. Segundo revelou ISTOÉ, apenas em 16 contratos relativos a seis projetos, o cartel que operava nos trilhos paulistas deixou um prejuízo de R\$ 425,1 milhões ao erário. Para vencer licitações em São Paulo, multinacionais integrantes do esquema teriam pago propinas entre 5% e 7,5% do valor total dos contratos. As revelações publicadas por ISTOÉ levaram o governador Geraldo Alckmin (PSDB) a sair da inércia. Na terça-feira, segundo fontes próximas a ele, Alckmin reuniu-se com dirigentes do Metrô e da CPTM. No encontro, exigiu que eles dessem respostas públicas sobre irregularidades nas licitações. Na quinta-feira 1º, a pedido de Alckmin, funcionários citados nas denúncias de ISTOÉ foram chamados para dar explicações na Corregedoria-Geral do governo de São Paulo. Na segunda-feira 5, dirigentes das duas estatais também devem prestar esclarecimentos aos promotores. Na Assembleia Legislativa paulista, o pedido para a abertura de CPI já contabilizava 25 assinaturas na sexta-feira 2. São necessárias 32. "Precisamos saber os nomes dos agentes públicos envolvidos no esquema e quanto, de fato, foi desviado. Por isso, justifica-se uma CPI", defende o deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino (PT).



---

Documento 40/59

---

228.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	13/08/2013-20:54
Publ.: DCD - 14/08/2013 - 33605	IRACEMA PORTELLA-PP -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

---

### *Sumário*

Legitimidade das reivindicações dos participantes em recentes manifestações populares. Transcurso do Dia Internacional da Juventude. Apoio à implantação de políticas públicas destinadas aos jovens.

---

## **PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO À MESA PARA PUBLICAÇÃO**

**A SRA. IRACEMA PORTELLA** (PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em ocasiões recentes, os jovens brasileiros demonstraram força e unidade para levar às ruas suas inquietações, reivindicações e protestos em relação à atual situação de suas cidades e do País, especialmente no que tange a qualidade, acesso e custos de serviços geridos pelo poder público. Não faltaram, também, clamores pelo fim da corrupção e da impunidade na administração pública.

Legítimas e representativas, as manifestações organizadas por meio de redes sociais e novas ferramentas de comunicação reposicionaram a juventude como principal indutora de relevantes transformações da nossa sociedade, reacendendo em milhões de brasileiros a vontade de lutar por melhores condições de vida, por um Estado atento às necessidades de seus cidadãos e pelo fortalecimento da democracia.

Diante disso, o Dia Internacional da Juventude, anualmente celebrado no dia 12 de agosto, encerra neste ano caráter especial, por nos convidar, mais que nunca, à reflexão sobre o papel que estamos relegando aos jovens na nossa sociedade, sobre as oportunidades que estão sendo criadas para que se desenvolvam plenamente e sobre a assistência e formação que Estado, família e instituições lhes têm ofertado.

O atual contexto mundial, marcado por lento crescimento econômico na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, pune a população jovem de forma contundente. É ela a mais afetada pela contração do mercado





de trabalho e as limitações das políticas educacionais.

A parcela jovem da população, que compreende os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, é a mais exposta a dois gravíssimos problemas da sociedade: violência e drogas. Sem amparo e distantes das prioridades estatais, como poderão os jovens responder bem ao natural chamamento que lhes será feito quando tiverem de assumir as rédeas de suas carreiras profissionais, das famílias que constituirão e do País?

É impressionante o peso dessa pergunta. E não podemos prescindir da obrigação de equacionar os problemas que maltratam e desenharam um futuro pouco promissor para nossos jovens. Eles gritaram para nos acordar, para dizer que não estão dispostos a suportar malfeitos nas esferas políticas, que querem um País melhor, mais justo e menos desigual.

Tenhamos em conta que os pensamentos e as ações dos jovens nos fornecem sinais de como deverão ser conduzidas questões e temas de grande impacto social. Incontestavelmente, suas vozes são sempre as primeiras a se levantar contra a opressão e a discriminação, que atrasam e criam feridas sociais difíceis de ser sanadas.

Aos jovens deve ser proporcionado tudo o que for necessário para que expressem suas ideias e expandam suas ações. Junto a eles - e pensando sobretudo neles - temos de lutar contra os males que mais os vitimam: a violência, as drogas, o desemprego, a pobreza, as doenças, a discriminação e a marginalização.

Temos de nos manter mobilizados para responder às demandas da juventude e investir em políticas que certamente renderão dividendos na forma de um futuro melhor para todos.

Ao registrar minha saudação especial aos jovens brasileiros pela passagem do Dia Internacional da Juventude, renovo meu empenho em lutar para que todos tenham uma vida digna, com educação, saúde, desenvolvimento e trabalho decente.

A eles expressei o meu sincero desejo de que se mantenham despertos e fervorosos.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.



231.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 15/08/2013-15:45  
Debates - CDPubl.: DCD - 16/08/2013 - SANDRO ALEX-PPS -PR  
34149CÂMARA  
DEPUTADOSDOS  
PEQUENO EXPEDIENTEPEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

### *Sumário*

Considerações sobre pesquisa de opinião pública a respeito da reforma política, encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Anúncio de realização de debate sobre o tema pela Casa.

**O SR. SANDRO ALEX** (PPS-PR. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. A todos os presentes, sejam bem-vindos ao Parlamento brasileiro.

Hoje nós debatemos, num grupo de trabalho formado nesta Casa, a reforma política do Brasil. Já estamos há quatro reuniões debatendo esse importante tema da democracia brasileira. Hoje eu pude debater com o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - aliás, eu sou membro da OAB do Paraná, advogado - a pesquisa IBOPE encomendada pela Ordem dos Advogados sobre reforma política: 85% dos brasileiros querem a reforma política, numa pergunta objetiva, responderam "*Sim, o Brasil precisa de uma reforma política*".

Agora, o que me chamou atenção nessa pesquisa foi o número da corrupção, Sr. Presidente. O IBOPE perguntou aos brasileiros se eles querem punição mais rigorosa para a prática de caixa dois: 90% dos brasileiros querem punição rigorosa para o caixa dois nas eleições. Esse número é alto? São 90%! Mas não deveriam ser 100%? Não deveriam todos os brasileiros querer a punição da prática de caixa dois? Pois bem, o IBOPE mostra que 8% dos eleitores do Brasil não querem punição mais rigorosa para o caixa dois. Ou seja, o Brasil, que tem 140 milhões de eleitores, tem 11 milhões de eleitores que não querem punição para o caixa dois, são indiferentes a essa prática ou são solidários. Esse número é muito alto. São 11 milhões de brasileiros os que responderam ao IBOPE que não é preciso punição rigorosa para o caixa dois.

Esse é o número da corrupção no Brasil, é o número que envolve nas eleições, compromete todo o pleito, o caixa dois, e acaba se estendendo ao que assistimos na política brasileira. Chamo a atenção da população porque, apesar de 90% quererem punição rigorosa, 11 milhões de brasileiros devem rever seu posicionamento e também cobrar, sim, a punição rigorosa. Porque, para acabarmos



definitivamente com o caixa dois, é preciso fiscalização e punição rigorosa, não uma mudança de financiamento, não dinheiro público nas campanhas.

A OAB perguntou também: "*Você é contrário à doação de pessoa jurídica?*" Disseram "sim" 78% dos entrevistados. Eu também sou contrário. Pessoa jurídica não vota, então não deve doar. A doação tem que ser de pessoa física, com limite. Mas a população não respondeu "sim" ao financiamento público. Se o IBOPE perguntasse "*Você é a favor de dinheiro público em campanhas eleitorais?*", a maioria absoluta da população diria "*Não, dinheiro público para campanha, não*".

Então vamos deixar claro que a pesquisa IBOPE não disse que a população é favorável a financiamento público

Sobre o sistema, o IBOPE perguntou: "*Você é a favor da mudança, de lista com proposta?*" Disseram que sim 56%, mas isso não é resposta para lista fechada. A população, em sua maioria absoluta, diz "não" à lista fechada, porque quer votar na pessoa, no candidato, não em uma lista, muito menos em dois turnos, para um futuro e incerto segundo turno, que é o proposto.

Sei das boas intenções e da vontade do combate à corrupção. Nós temos que fazê-lo e estamos trabalhando seriamente para que isso aconteça, mas temos que ouvir também a população brasileira, em perguntas claras e diretas, não como as que foram elaboradas nesse questionário. Na minha opinião, as perguntas não foram claras, e acabaram transformando uma resposta em outra resposta. Fiz questão de esclarecer isso.

Na próxima semana nós faremos um debate entre os Parlamentares, cada um defendendo o que acha importante mudar no Brasil, e mudanças são necessárias e vão acontecer. O Parlamento brasileiro vai dar essa resposta, e vamos trazer para plenário a escolha de uma mudança democrática para o País.

Muito obrigado.



Publ.: DCD - 22/08/2013 - ARTUR BRUNO-PT -CE  
35694

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Participação do orador em reunião do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Lançamento da Campanha Eleições Limpas, destinada à apresentação de projeto de lei de iniciativa popular sobre a reforma político-eleitoral.

---

**O SR. ARTUR BRUNO** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu tive o prazer, há poucos instantes, de participar de uma reunião do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, liderado pelo Juiz Márlon Reis, com representação da UNE, OAB, CNBB. Diversos Deputados Federais estavam presentes, em também o Senador Suplicy. Na reunião ficou decidido que na próxima semana, na terça-feira, será lançado nacionalmente o movimento chamado Eleições Limpas. Haverá um movimento nacional de coleta de assinaturas para a realização de uma reforma político-eleitoral no País.

Esse movimento traz duas questões centrais da reforma política. A primeira é a do financiamento: financiamento público ou, no máximo, financiamento privado, mas com pessoa física, com um limite reduzido para a contribuição. Outro ponto que eu considere muito interessante e muito criativo: defende-se que, no primeiro turno das eleições, os eleitores votem no partido. Dependendo da quantidade de vagas que cada partido obtiver na primeira eleição, os eleitores votariam nos candidatos.

É muito importante esse projeto de lei de iniciativa popular. É fundamental que o Brasil participe desse movimento para pressionar o Congresso Nacional a realizar finalmente a reforma político-eleitoral, que há 20 anos os cidadãos brasileiros querem e até agora o Congresso não votou.

Parabéns ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral! Eu tenho certeza de que terá sucesso na sua coleta de assinaturas.

Obrigado, Sr. Presidente.



Documento 43/59

---

238.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária - 22/08/2013- CD	10:18
Publ.: DCD - 23/08/2013 - 35866	FERNANDO FERRO-PT -PE	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

---

### *Sumário*

Participação do orador em reunião sobre a reforma política, com a participação de entidades da sociedade civil organizada.

---

**O SR. FERNANDO FERRO** (PT-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós participamos de uma significativa reunião, ontem, com a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, com a União Nacional dos Estudantes - UNE, com o Ministério Público Eleitoral e com o Movimento Ficha Limpa sobre reforma política e o debate sobre eleições limpas.

Sr. Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, eu gostaria que verificassem a importância desse tema. Discutir Ficha Limpa, Sr. Presidente, discutir eleições limpas no Brasil é uma luta contra uma cultura de corrupção.

Nós sabemos que aqui há uma denúncia séria de compra de votos de Parlamentares, de eleições de Prefeitos, de eleições de vários níveis. Mas também nós sabemos que a compra de voto e as denúncias da compra de votos em eleições da OAB, em eleições sindicais, tanto de trabalhadores quanto de patrões, em eleições de síndicos, nas eleições mais simples que existem neste País, há denúncia de corrupção, o que mostra que existe uma cultura de corrupção eleitoral.

Então, nós temos que fazer esse debate, sim, promover uma discussão séria sobre financiamento público de campanha. Existem dados estatísticos estupefacentes. Por exemplo, a Rede Globo cobra aproximadamente 480 mil reais por 1 minuto do horário do Jornal Nacional. Imaginem, no período eleitoral, em um programa que geralmente tem, mais ou menos, 30 minutos, quanto a Globo deixa de arrecadar. Se multiplicarmos esse 1 milhão por 30, serão 30 milhões por dia. Se considerarmos que são 45 dias de divulgação de programa de televisão, temos aí algo acima de 1 bilhão de reais que a Rede Globo deixa de receber. O que acontece com isso? Ela é restituída através de créditos tributários. E a população não sabe e não reconhece isso. Ela recebe ou deixa de pagar imposto para divulgar os



programas eleitorais.

O que eu acredito é que, em uma democracia que tem preço, que tem custos, uma concessão pública de rádio e televisão não deveria cobrar para divulgar um direito de cidadania, que é o processo eleitoral.

Então, isso faz parte do nosso debate sobre reforma política e eleitoral. Nós queremos, sim, reduzir os custos das eleições. Queremos criar uma cultura de seriedade e de honestidade nos processos eleitorais, em todos os níveis, combatendo, inclusive, porque nós sabemos que, dentro do próprio movimento estudantil, no movimento sindical, há denúncias de compra de voto. Em eleições da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, em eleições da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, nós temos denúncias de que há compra de voto. Isso mostra que a democracia brasileira tem que fazer um debate sobre esse assunto, que é de extrema gravidade.

*(O microfone foi desligado.)*

**O SR. FERNANDO FERRO** - Gostaria de concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Não estamos prorrogando, caro Deputado Ferro.

---

Documento 44/59

---

238.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 22/08/2013-10:12
Publ.: DCD - 23/08/2013 - 35866	AMAURI TEIXEIRA-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso de aniversário do Município de Tororó, Estado da Bahia. Participação em debate sobre a reforma política.

---

**O SR. AMAURI TEIXEIRA** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, eu quero mandar um abraço para todos os amigos de Tororó, cidade que está aniversariando hoje, a terra da carne do sol. Tororó produz uma das melhores carnes de sol do Brasil.

Quero também abraçar todos os amigos supervisores escolares, os



pedagogos que atuam junto ao corpo docente, porque também hoje é o dia deles.

Sr. Presidente, eu estive lá ontem, assim como os Parlamentares Fernando Ferro, Fontana, Berzoini e vários outros do meu partido e de outros partidos, como o Deputado Chico Alencar e o Senador Suplicy. A maioria dos partidos está comprometida com a reforma política. Estavam lá também representantes de entidades como a União Nacional dos Estudantes - UNE, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, o Movimento Ficha Limpa, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público Eleitoral.

Todos nós que estávamos lá fazendo um debate a convite, na verdade, dessas entidades chegamos à conclusão de que não há alternativa para combater a corrupção, para tornar este País mais democrático, para tornar este País mais participativo, para abrir espaço para a sociedade decidir os destinos do País. E também o Ministro Barroso, do Supremo, disse que, se não houver reforma política, o combate à corrupção é quase inócuo.

Nós vamos na mesma esteira. Nós concordamos que a reforma política tem que ser feita. E o aspecto mais importante da reforma política é mudar o caráter do financiamento de campanha. O que estimula a corrupção, o que permite uma promiscuidade entre Parlamento e capital é exatamente o financiamento. Quem dá o tom da pauta desta Casa muitas vezes não é o povo, não são os interesses do povo, mas os interesses daquele que financia grandes grupos presentes aqui neste Parlamento.

Por isso, nós acreditamos ainda que esses Parlamentares se juntarão, numa só força, com os representantes da sociedade, para, antes de setembro, mudarmos a regra eleitoral, inclusive para 2014. Não é possível que nós percamos duas legislaturas, porque, se não mudarmos agora, nós vamos perder esta legislatura e perderemos a próxima, porque os Parlamentares terão o mesmo comportamento que até agora tiveram os que estiveram aqui.

---

Documento 45/59

---

239.3.54.O	Sessão Não Deliberativa	de 22/08/2013-
	Debates - CD	15:00
Publ.: DCD - 23/08/2013 - 35920	MARÇAL FILHO-PMDB -MS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	PEQUENO EXPEDIENTE	COMO LÍDER DISCURSO

---

*Sumário*



Posicionamento do orador favorável à contratação de médicos estrangeiros pelo Governo Federal. Necessidade de investimentos na saúde pública, de combate aos desvios de recursos e qualificação dos gestores e profissionais do setor.

---

**O SR. MARÇAL FILHO** (PMDB-MS e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Giovanni Queiroz, Sras. e Srs. Parlamentares, sempre que assumo esta tribuna falo muitas coisas do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, especialmente da minha cidade de Dourados, da minha região. É claro que todos os Parlamentares tendem sempre a falar de um assunto regional, que lhe fala mais de perto.

Mas também venho insistindo no tema saúde. Fui designado como Relator Setorial da saúde para o Orçamento do ano que vem, 2014, e tenho estudado bastante esse assunto, analisado detidamente todas as questões tão complexas que envolvem a saúde no nosso País, no maior sistema universalizado do mundo, que é o SUS - Sistema Único de Saúde -, um sistema público aplaudido por todas as pessoas que militam na área, mas que não vem sendo adequadamente implementado.

Os Deputados falam de recursos, é verdade, mas queria falar um pouco, nesse início de pronunciamento, da gestão pública. Nós assistimos a muitas fraudes realizadas, a muitas operações da Polícia Federal, do Ministério Público que acabam revelando golpes utilizados justamente na área da saúde. São Prefeituras, são Estados que acabam envolvidos em desvios de dinheiro público justamente nessa área tão fundamental para a população. No meu Estado ocorre isso e nas demais Unidades da Federação, da mesma forma.

É um sistema difícil de gerenciar pela dimensão continental que nosso País tem. É difícil distribuir esses recursos para todo o País e vê-lo bem aplicado, ter uma fiscalização rígida. O Poder Central sente dificuldade de fazer isso com gestores plenos, como é o caso da minha cidade de Dourados, por exemplo, em que é gestor pleno da área da saúde a Prefeitura, o Secretário Municipal de Saúde.

Então, ao lado das questões financeiras também há essa questão de gerenciamento. E isso não vai mudar enquanto não mudar a cultura política dos governantes. Muitos deles se apoderam, às vezes, do dinheiro tão sagrado, que é o da saúde, para promover desvios, não imaginando, talvez, ou não pensando que aquilo ali está prejudicando milhares e milhares de pessoas, que está fazendo com que muitas pessoas morram.

Essa é a realidade. Evidentemente, precisamos de mais recursos. E esta é a minha função, como Relator da saúde para o Orçamento do ano que vem: sensibilizar o Governo Federal para que mais recursos





sejam aplicados, para que mais dinheiro seja levado até os Municípios, para a compra de medicamentos, para a realização de exames.

Aqui se falou que o aumento do número de médicos não resolveria o problema - é verdade -, mas contribuiria, pois é uma parte importante. Volto a dizer: sou totalmente favorável a que se busquem médicos em outros países. Não vejo problema nenhum com isso. Acho que a ideologia tem que ser deixada de lado neste momento. Se nós não temos médicos suficientes - e não temos -, devemos buscá-los em outros lugares, assim como temos muitos brasileiros profissionais que atuam no exterior. Aliás, há muitos estrangeiros médicos que atuam na minha cidade, no Estado do Mato Grosso do Sul, médicos oriundos do Paraguai, da Bolívia, enfim, são estrangeiros que lá trabalham. O que está em jogo aí é a questão da competência, se o médico sabe trabalhar bem ou não, se ele dá conta do recado ou não. Então, se nós não temos essa quantidade suficiente, e isso está provado numericamente, não há problema com o fato de importarmos médicos. Acho brilhante a iniciativa do Ministro Alexandre Padilha.

Mas, é claro, o problema não se cinge apenas a isso. O médico não pode trabalhar onde não tenha condições de dar um diagnóstico. Para isso, ele precisa de um laboratório, precisa ter à sua disposição todos os equipamentos necessários, toda a estrutura tecnológica que hoje existe, para fazer um diagnóstico preciso. Foi-se a época em que o profissional olhava para o cidadão e já dizia o que ele tinha, na base do chutômetro. Hoje, existe todo um aparato. Assim, é possível o médico se aproximar, de forma contundente, daquilo que realmente a pessoa está sofrendo, a enfermidade que ela tem. Os erros hoje podem ser menores, com toda essa tecnologia.

Então, faltam recursos. O Brasil é uma das nações que menos investe em saúde pública. Se pegarmos países vizinhos, veremos que o Brasil investe menos que a Argentina na área da saúde, por exemplo.

Então, é lógico que precisamos aumentar esses recursos para que façamos frente às necessidades da população. Medicina é algo caro. Fazer saúde é algo que custa muito, justamente por essa tecnologia muito rápida à qual precisamos nos adequar.

Votamos aqui a questão dos *royalties* do petróleo, da chamada camada do pré-sal, mas vai demorar 10 anos ainda para render, e nós precisamos de uma solução imediata.

Falamos agora em aumentar os recursos, e isso já está previsto no relatório do colega Deputado Danilo Forte, na LDO. Aprovamos na Comissão de Orçamento e esperamos que o Relator-Geral do Orçamento incorpore e que o Governo Federal possa também ter essa sensibilidade para entender que a educação, evidentemente, é um ponto importantíssimo para qualquer País. Só se tem um País



desenvolvido e com progresso através da revolução da educação. Dizer isso é um clichê.

Mas não há condições de a pessoa estudar se não tiver saúde. E hoje as condições são terríveis. Pode ser que muitos Parlamentares daqui não vejam, não façam a política do dia a dia. Mas aqueles Parlamentares que vão até à população, que vão até os hospitais públicos para atender alguém que pediu um socorro e veem a situação daqueles hospitais públicos ou conveniados pelo SUS, hoje, caem de costas. É cruel o que estão fazendo com as pessoas nas filas dos hospitais, nas filas dos postos de saúde, é uma coisa absurda! Para que os senhores tenham uma ideia, o HU, Hospital Universitário da minha cidade de Dourados, que foi construído com recursos públicos, em que comecei a alocar dinheiro em 1996 com emenda de bancada, esses dias, não atendeu pacientes que esperavam por um leito de UTI, porque disse que não tinha lençóis! É um absurdo! Há aparelhos que ficam dentro de caixas, que não são utilizados, porque falta um local adequado para utilizar aquele equipamento que custou muitos dólares.

Então, falta gerenciamento, falta bom uso do dinheiro público, e falta, principalmente, sensibilidade, humanismo no trato com a população em relação à saúde.

Quem pode pagar um plano de saúde, mesmo com dificuldade, é atendido, mas quem depende do SUS, em alguns lugares de nosso País, não o é. Há diferença entre um Município e outro. Por isso falei da gestão, porque entre uma cidade e outra há diferença no gerenciamento. Claro que a competência de quem está tocando o sistema de saúde tem que fazer a diferença. Mas que é necessário mais dinheiro para a saúde, não temos dúvida. Então, qualquer atitude que venha a melhorar essa situação de forma imediata é muito bem vinda.

Tenho abordado essa questão aqui porque percebo que, às vezes, esse tema acaba sendo ideologizado quando dizem que vão trazer médicos de fora. Quanto à questão do ato médico, vimos aqui a briga entre os profissionais que pertencem à área da saúde e os médicos. No entanto, deveriam estar unidos. Estavam se digladiando aqui fora por uma questão tão importante e que tem que ser valorizada. Por exemplo, desde o atendente, no hospital, no posto de saúde, até o médico, todos os profissionais têm que ser valorizados, porque todos trabalham na saúde. E faz a maior diferença o atendente, o recepcionista sorrir para as pessoas que chegam doentes. Às vezes, se a pessoa é mal atendida, ela somatiza aquilo e acaba ficando mais doente do que quando lá chegou. Muitas dessas doenças são psicossomáticas. Às vezes são enfermidades apenas de cunho psicológico. Portanto, um bom atendimento faz a maior diferença. Aí vem a qualificação, vem a boa remuneração para os servidores públicos.



Então, é um caso complexo. Mas eu sempre digo que se nós conseguirmos fazer um pouquinho só do que é necessário para melhorar a situação, já estaremos fazendo muito.

Portanto, espero que, na condição de Relator Setorial, possa colocar um grãozinho de areia nesse enorme deserto complexo que é a saúde pública do nosso País.

Em outros países cada Município cuida da sua saúde, independentemente do outro. No nosso caso não. Nós vivemos numa federação e dependemos dos recursos do Governo Federal. O Estado contribui com um pouco, mas nas costas das Prefeituras, nas costas dos Municípios é que vem caindo toda essa questão da saúde, toda essa questão que diz tão de perto a toda a população.

Então, fui eleito aqui pelo povão e tenho a obrigação de defendê-los. Não defendo classes, sejam elas quais forem. Defendo, sim, os trabalhadores, as pessoas que têm menos condições, aquelas pessoas que realmente necessitam, aquelas pessoa que estão morrendo à míngua, sem terem a quem recorrer. E, muitas vezes, vendo o governante não tomar atitudes.

Cito aqui o caso da minha cidade de Dourados, onde vejo os problemas de perto. Vejo que o Prefeito não tem a sensibilidade de ir atrás para tentar resolver a questão, de gritar, de berrar, de fazer alguma coisa, de tomar atitude. O governante tem que tomar atitude. Não pode ficar achando que o problema não é com ele, ficar empurrando com a barriga.

Às vezes, as pessoas morrem, como tenho assistido, e os governantes ficam de braços cruzados porque não estão sentindo na pele aquilo que nós já assistimos na pele, nós que vimos de uma família humilde, e muitos aqui sabem disso. Por isso, deve haver essa sensibilidade, e sabem muito bem do que estou falando.

Então, espero sinceramente que o Governo Federal e o Ministério da Saúde possam ser sensíveis aos nossos apelos, para que os recursos venham mais abundantes para essa área tão importante, e que possam ser muito bem utilizados e cheguem até a ponta. Não adianta nada a gente falar de números. Em todas as audiências públicas de que participo nos Municípios, vem o Prefeito e fala de números, vem um outro e fala de números. E as pessoas não entendem tantos números, mas a situação daquela pessoa continua cada vez pior. E que números são esses? Para onde foi tanto dinheiro assim? Então, é preciso que também chegue lá na ponta.

Quero agradecer, nobre Presidente, Deputado Giovanni Queiroz, e pedir que meu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de



comunicação da Casa, especialmente no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Giovanni Queiroz) - V.Exa., Deputado Marçal Filho, será atendido nas suas reivindicações.

---

Documento 46/59

---

256.3.54.O	Sessão Deliberativa Ordinária	03/09/2013-15:12
	- CD	
Publ.: DCD - 04/09/2013	- AUGUSTO COUTINHO-DEM -PE	
37690		
CÂMARA DOS DEPUTADOS	GRANDE EXPEDIENTE	GRANDE EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Reação popular contra a não cassação pela Casa do mandato do Deputado Natan Donadon. Urgente necessidade de adoção do voto aberto em deliberações das duas Casas do Congresso Nacional. Elaboração pela Câmara dos Deputados de agenda em benefício da população brasileira. Relevância de matérias aprovadas pela Casa, especialmente da proposta de adoção do orçamento impositivo. Usurpação da prerrogativa legiferante dos Parlamentares pela edição abusiva de medidas provisórias. Importância da realização pelo Congresso Nacional de debate sobre temas de relevante interesse da sociedade brasileira. Importância da realização da reforma política. Importância da discussão pela Câmara dos Deputados da necessária retomada da execução de obras públicas abandonadas no País. Importância da realização da reforma tributária.

---

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, semana passada, esta Casa realizou uma votação que entrou para a história deste Parlamento. Infelizmente, de forma negativa. A absolvição do Deputado Natan Donadon por este Plenário desencadeou mais uma onda de críticas contundentes a esta instituição.

De colunas iradas a comentários irônicos, de xingamentos nas redes sociais a capa de revista com a palavra "vergonha" estampada em caracteres imensos, mais uma vez, as mais diversas vozes da opinião pública se voltaram contra nós.

Não quero entrar no mérito da votação, embora, pessoalmente, eu considere que há, sim, motivos de sobra para a cobrança e, digo mais,



há motivos também para a veemência com que essas cobranças estão sendo feitas.

Como consequência das reações originadas pelo caso, pertinentemente tomou corpo aqui no Congresso, e fora dele, a defesa do voto aberto nas votações da Câmara e do Senado.

O clamor pelo voto aberto no Parlamento brasileiro é algo pontual ou estamos diante de um momento crucial desta Casa? Entendemos, nós Deputados, o desafio que se coloca à nossa frente?

Considero, Sr. Presidente, que precisamos nos responder essas perguntas antes que sigamos no nosso atual rumo. Caminho que, a meu ver, não nos levará muito longe e, pior, pode apenas enterrar ainda mais a reputação e a credibilidade desta Casa, já tão abaladas.

Não é de hoje que cada um de nós tem notícia de diversas pesquisas que nos colocam nos últimos lugares em termos de credibilidade junto à população. Assim, também, todos nós podemos perceber, sobretudo aqueles que, como eu, se utilizam das redes sociais, como a temperatura de críticas e acusações contra nós, políticos, mas sobretudo contra esta Casa, elevou-se enormemente após as manifestações de junho passado.

Já não vínhamos bem, é verdade, e não é de hoje. Praticamente desde a retomada democrática no País, o Parlamento brasileiro vem conhecendo um longo e contínuo declínio de sua popularidade, para usar um termo que é o maior termômetro da política nacional atualmente.

Não faltam os que tenham na ponta da língua o diagnóstico dos males desta Casa. Multiplicam-se as fórmulas que deveríamos seguir para reverter a prejudicial deterioração da nossa imagem. Cada brasileiro, na verdade, assim como a seleção de futebol ideal, tem uma receita para consertar a política brasileira. O problema é que boa parte dessas fórmulas mágicas não são tão salvadoras assim ou, o que é pior, passam por ideias ameaçadoras, como o fechamento do Congresso e a inutilidade dos Parlamentos.

É preciso reconhecer que este não é um debate só nosso. No mundo todo há uma crise de representatividade. No entanto, no nosso caso, penso que a situação tem se desgastado mais rapidamente.

Não vivemos um momento autoritário, é fato. O senso comum, no entanto, tem se aproximado perigosamente de um desprezo tal por esta instituição, que poderemos, não esta Casa, mas o Brasil, pagar um preço alto se nada for feito.

Não se trata de alarmismo, nem de posicionamentos apocalípticos. A



bem da verdade, não estamos tão perto da beira do abismo como parece. Nossa democracia se consolidou ao longo dos anos, e há no País hoje, diferentemente de em outros tempos, uma cultura democrática forte e bastante sólida.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em vez de não escutar o que tantas vozes nos dizem - de que nos acusam muitos, e têm certa razão -, em vez de dar as costas aos clamores da sociedade, como fizemos semana passada no fatídico episódio do Deputado Donadon, ao contrário de procurar defesas e acusações que nos justifiquem, o que precisamos fazer é de fato um mea-culpa.

Sim, temos muita responsabilidade pelo atual estágio em que nos encontramos. No entanto, esta culpa não se deve tanto ao fato de sermos nós maquiavélicos vilões dedicados a sangrar o País, movidos por tenebrosos interesses pessoais e voltados tão somente para nós mesmos, como nos pintam pelo Brasil afora.

Também não recai em não trabalharmos, em sermos contumazes preguiçosos que folgam 5 dias por semana e só trabalham 2, como injustamente nos acusam.

Aqui se encontra representada a sociedade brasileira, e, como em todo grupo social, existem os bons e os maus, os que trabalham para o coletivo e os que trabalham por interesses pessoais, mas, tão injusto quanto dizer que aqui todos são anjos é querer dizer que todos são demônios. Quanto a não trabalharmos, trabalhamos muito, e os números mostram que somos um dos mais produtivos Parlamntos do mundo.

Mas não acho que é nessas acusações que reside a nossa responsabilidade de ter chegado tão longe em matéria de escárnio e desprezo público. Nossa culpa é por termos abandonado nossas prerrogativas, é por termos entregue sem luta nossas funções, termos virado, sem que nada tivéssemos feito para isso, uma espécie de adendo burocrático dos outros Poderes, sobretudo do Executivo.

Não é de hoje, e disso todos nós sabemos, que esta Casa entrou em rota de colisão com o povo brasileiro simplesmente porque abrimos mão de ser aquilo que deveríamos ser: legisladores, fiscalizadores, enfim, Parlamentares de fato, mais do que de direito.

Passamos muitas vezes a ser apenas dois blocos disformes, divididos em uma gigantesca base de apoio ao Governo e uma oposição que se posiciona, que luta, mas que tem poucas armas para fazer a diferença de fato. No meio disso tudo, o imenso balcão de trocas de votos por benesses com o Governo Federal. Isso para não falar de coisas menos republicanas. Por mais duro que seja, é nisso que nos transformamos.



A situação já extrapolou o limite do aceitável há muito tempo. A situação de dependência quase absoluta em que esta Casa se colocou em relação ao Executivo, a meu ver, é o verdadeiro motivo da corrosão, da destruição da nossa participação na vida política do País.

Precisamos aproveitar este momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este momento que se abre agora, para trazer à discussão o voto aberto, que é necessária, é justa. Já perdemos tempo demais para implantá-lo. A transparência que a Constituição nos obriga a ter e que a sociedade cobra é mais do que suficiente para que adotemos o voto aberto. Mas, lamentavelmente, é um fator negativo o que nos move a debater o assunto. Como consequência do casuísmo de alguns, sobretudo daqueles que temem os efeitos da cassação na própria pele, assistimos a este importante debate ser-nos jogado janela adentro pela imperdoável omissão de uma minoria irresponsável protegida pelo voto secreto.

Aprovar o voto aberto é nossa obrigação mais urgente.

**O Sr. Átila Lins** - V.Exa. me permite um aparte, Deputado.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** - É um prazer, Deputado Átila Lins.

**O Sr. Átila Lins** - Deputado Augusto Coutinho, quero cumprimentar V.Exa. e dizer que, lamentavelmente, estamos atravessando uma fase muito difícil perante a opinião pública, uma fase de indignação da população contra a decisão tomada na última quarta-feira com a votação da cassação do mandato do Deputado Donadon - aliás, o Supremo, ontem, através de uma liminar, recompôs um pouco daquilo que todos imaginávamos que fosse a posição mais correta. Na minha análise, Deputado Augusto Coutinho, não caberia manifestação do Plenário. Eu acho que o Ministro Luís Roberto Barroso está correto em sua decisão, porque não há necessidade de esta Casa aprovar o processo. Não se trata da cassação de um mandato, mas da perda do mandato de um Parlamentar que já teve sua condenação definitivamente decidida pelo Supremo Tribunal Federal, com trânsito em julgado, sem mais nenhuma possibilidade de recurso. Então não cabe mais submeter ao Plenário a aprovação ou não do processo. Seria o caso - como o Supremo decidiu ontem - apenas de uma declaração de perda de mandato, um ato próprio da Mesa Diretora da Casa. E eu acredito nessa declaração da Mesa, procedimento que já deveria ter sido adotado. No entanto, ouviu-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e depois coube ao Plenário apreciar e votar uma situação que já é fato consumado. Mas V.Exa. defende aqui a instituição do voto aberto, e eu concordo com V.Exa. Entretanto, há alguns casos em que o voto aberto não deveria ser adotado, como a eleição da Mesa da Câmara, porque há sempre vários colegas candidatos à Presidência, por exemplo. Talvez pudesse ser mantido o voto secreto para a escolha dos dirigentes da Casa. Mas em



processo de cassação de mandato há necessidade de haver transparência, para que não paire nenhuma dúvida sobre quem votou contra e quem votou a favor. De forma que eu quero cumprimentar V.Exa. por trazer a esta Casa um tema relevante. Toda a sociedade está exigindo uma posição desta Casa. Confesso a V.Exa. que o Supremo vai repor a verdade no caso Donadon. Se o Plenário decidir que basta um ato da Mesa, aquela sessão será anulada e a Mesa vai declarar a perda do mandato do Deputado Natan Donadon. E na sequência se convoca o suplente, que, aliás, já foi convocado. Esperamos que se resolva de forma rápida essa questão, que poderia até ter sido evitada. Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** - É muito pertinente o seu aparte, Deputado. Concordo com V.Exa. sobre mantermos o voto fechado para a eleição da Mesa. E eu acho que deve se manter o voto fechado também para a apreciação dos vetos. É importante que o Parlamento seja preservado nesses dois aspectos. Como se pode fazer o voto aberto, por exemplo, num colegiado de uma Assembleia Legislativa? Isso é muito perigoso e muito ruim para o Legislativo.

Ouçõ com prazer o nobre Deputado Renato Molling, que nos pede um aparte.

**O Sr. Renato Molling** - Deputado Augusto Coutinho, eu queria parabenizá-lo pela escolha deste tema tão atual: a independência dos Poderes. Há poucos dias nós votamos as emendas impositivas, e acho que iremos caminhar para ter cada vez mais independência. O voto aberto vai contribuir para isso, por isso é um tema de extrema importância. Esperamos que o seu discurso surta efeitos e que possamos votar a matéria o quanto antes, para dar uma resposta à sociedade, que com razão ficou muito indignada com a votação da última semana. Mas eu acredito que poderemos nos recuperar, especialmente votando com a máxima urgência o voto aberto nesta Casa. Parabéns, Deputado.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** - Eu agradeço a participação do nobre companheiro.

Ouçõ, com prazer, o companheiro Deputado Arnaldo Jordy.

**O Sr. Arnaldo Jordy** - Deputado Coutinho, eu queria me associar ao seu pronunciamento. Reclama V.Exa. com justa razão, e o seu brado é o mesmo que ecoou na semana passada e no final de semana nas mídias sociais, na imprensa de maneira geral e nas ruas. A opinião pública brasileira está absolutamente patética diante desse tiro no pé que, lamentavelmente, a Câmara dos Deputados deu. Nós poderíamos ter sido poupados disso. O debate já estava fervilhando na Comissão de Constituição e Justiça, e vários Deputados desta Casa, inclusive do meu partido - Deputado Sandro Alex, Deputado Roberto Freire -,





alertaram de que bastava um ato declaratório, homologatório, da Mesa Diretora da Casa diante daquilo que já havia sido decidido, por 9 a 1, na Suprema Corte do Brasil, numa apreciação que não foi superficial, numa decisão que está transitada em julgado, da qual não cabe recurso. Lamentavelmente, aqui ainda agimos sob o manto indecoroso do voto secreto. V.Exa. tem razão, e eu compreendo as razões de V.Exa., mas sou daqueles que acham que não há nada que justifique um tipo de voto, na democracia representativa, neste tipo de democracia, em que o representado não pode saber da posição do representante que ele delega para fazer valer seus interesses nesta Casa. Não há nada que justifique isso. Eu sou amigo do Deputado Paxiuba, que está presidindo esta sessão, mas não deveria ficar constrangido se eu não pudesse votar nele. Eu diria isso francamente, expondo minhas razões: já ter recebido pedido anteriormente, já ter assumido outro compromisso. Isso é próprio do Parlamento. Portanto, quero me associar ao pronunciamento de V.Exa. e parabenizá-lo pela manifestação. Parabenizo também o Colégio de Líderes e o Presidente desta Casa, por terem pautado, parece-me que para a sessão de hoje - se não, para a de amanhã -, a apreciação do fim do voto secreto. Enfim, espero que de hoje para amanhã possamos concluir, historicamente, a votação dessa matéria, a fim de reparar os efeitos maléficos da decisão da semana passada e de sepultar definitivamente essa excrescência do voto secreto, que muitas vezes encobre constrangimentos generalizados.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** - Eu agradeço ao nobre companheiro o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

Mas, como foi dito aqui, depois de junho entramos em uma série de votações positivas, que nos fizeram legislar e aprovar medidas e projetos importantes, que respondiam, em parte, aos anseios da população. Votamos aqui os *royalties* do petróleo para a educação, derrubamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, votamos o novo rateio do Fundo de Participação dos Estados e o projeto de lei do meu conterrâneo e amigo Deputado Mendonça Filho, aqui presente, que reduz a carga tributária sobre o transporte coletivo, entre outras propostas. Esta Casa precisa, Sras. e Srs. Deputados, no meu entender, fazer exatamente este trabalho de legislar. Nós não podemos ficar de cócoras apenas votando o que o Poder Executivo determina através de medidas provisórias.

As medidas provisórias devem, na essência, conforme prevê a Constituição brasileira, ser utilizadas em casos de extrema importância. E não é isso o que se tem visto. Pelo contrário, vemos presidentes abusando desse mecanismo - e precisamos fazer *mea-culpa*: não só o Governo do PT, porque isso se viu também no Governo do PSDB. É falta de respeito com o Legislativo, com o Parlamento brasileiro.

E o pior é que, muitas vezes, as medidas provisórias vêm para cá... O



meu partido, aliás, sob a presidência do Deputado Rodrigo Maia, contestou isso no Supremo Tribunal Federal, e ficou obrigada a constituição das Comissões Especiais para avaliação de cada medida provisória.

Nós ainda assistimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a casos como o da Medida Provisória nº 613, de 2013, que trata de subsídios para o setor sucroalcooleiro no Brasil. Foi enxertado nessa medida provisória um dispositivo que tratava de porto seco, nada a ver com nada. Ainda existem esses "jabutis", como dizem, que se colocam em cima de poste. Isso não pode acontecer.

**O Sr. Vanderlei Siraque** - V.Exa. me concede um aparte, nobre Deputado?

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** - Eu ouço o aparte do nobre companheiro.

**O Sr. Vanderlei Siraque** - Deputado Augusto Coutinho, eu estava ouvindo atentamente o discurso de V.Exa. e queria reafirmar que esta Casa precisa acabar com o voto secreto. Não estou criticando o voto do Deputado A ou do Deputado B, cada um vota de acordo com a sua consciência. Entretanto, é importante que os eleitores saibam como vota o seu Deputado, como vota o seu representante. Aliás, depois da votação passada gerou-se certa suspeita sobre todos nós. O grande problema foram os Deputados que não compareceram, senão teríamos tido quórum, e o resultado talvez fosse outro. Outra questão também importante: a Constituição tem que ser cumprida, e ela diz que a cassação compete à Câmara dos Deputados, mesmo quando haja ação transitada em julgado no Supremo. Acho que nós temos que acabar com esse artigo, que gera confusão entre o Legislativo e o Judiciário, gera até constrangimento. Se o Deputado foi cassado e preso, está numa situação incompatível com o exercício do mandato, mas a Constituição diz que quem cassa ou deixa de cassar é a Câmara, o que é uma contradição que causa até constrangimento. Acho que, nesses casos de ação criminal transitada em julgado, com restrição de liberdade, porque vão além do mandato do Deputado, foge do mundo da lógica nós termos que avaliar aqui quase que a cassação da decisão do Supremo. E agora o Supremo cassou a decisão da Câmara. Quer dizer, cria-se um imbróglio jurídico, uma contradição jurídica. Então eu acho que nós deveríamos votar rapidamente o fim do voto secreto nesses casos e também o artigo da Constituição que diz que a palavra final compete à Câmara. Muito obrigado.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** - Eu agradeço o aparte do nobre companheiro Vanderlei Siraque e ouço o amigo e conterrâneo Deputado Mendonça Filho.

**O Sr. Mendonça Filho** - Deputado Augusto Coutinho, V.Exa. faz hoje



um pronunciamento em que analisa, com muita competência e qualidade, o quadro político-institucional brasileiro. De fato vivemos um momento delicado. Depois do episódio das manifestações diversas, em várias cidades do Brasil, nós, felizmente, encaminhamos uma agenda positiva na Casa. Vários projetos foram votados. Algumas propostas que provocavam grande reação popular foram rejeitadas, como é o caso da PEC 37. Eu tive a alegria de apresentar e aprovar, no plenário desta Casa e no Senado, o projeto que trata da isenção de PIS/COFINS para o transporte público, agenda que vai ao encontro do anseio do povo. Mas, infelizmente, a última semana foi das mais trágicas e negativas para a história deste Parlamento, porque foi quando votamos a cassação do Deputado Natan Donadon. Eu tenho o entendimento de que, com a sentença, definitivamente concluído o processo no Supremo Tribunal Federal, não cabe ao Plenário da Câmara apreciar a matéria. Era necessário tão somente um ato da Mesa Diretora para se declarar a perda do mandato do Deputado Natan Donadon. Mas, infelizmente, tivemos aquele quadro de muitas ausências, muitas delas injustificadas, e de um bom número de Deputados votando não de acordo com o que era certo, que era o afastamento definitivo do Deputado Natan Donadon. Não dá para conviver com esta realidade: um Deputado presidiário, condenado a mais de 13 anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal. É uma vergonha para o Parlamento brasileiro o que aconteceu. Deputado, eu quero felicitá-lo pela competente e correta análise que V.Exa. faz na tarde de hoje no plenário da Câmara dos Deputados.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** - Agradeço o aparte do Deputado Mendonça Filho e ouço o Deputado Rodrigo Maia.

**O Sr. Rodrigo Maia** - Rapidamente, Deputado Augusto Coutinho, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. De fato, a semana passada vai entrar para a história dos piores momentos desta Casa. E nós não estávamos cassando ou deixando de cassar o Deputado Donadon, porque o Supremo já tinha tomado essa decisão no processo jurídico, e os direitos políticos do Deputado estavam cassados, suspensos - o mandato dele era menor do que o tempo que ele vai ficar recluso. Então não havia nenhuma dúvida de que a decisão da Câmara era apenas a ratificação de uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal. Eu tenho certeza de que na noite de hoje nós votaremos o segundo turno da PEC do Voto Aberto. A partir daí, que cada um assuma a sua responsabilidade. O que não pode mais é as pessoas esconderem o seu voto, é o voto secreto beneficiar uma pessoa que não tem motivo para ser beneficiada e isso prejudicar a instituição, a Câmara dos Deputados, que é a representação mais importante da democracia neste País.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** - Agradeço o aparte e vou ouvir o Deputado Alfredo Sirkis. Apenas peço ao Sr. Presidente uma complacência com o tempo, para eu poder finalizar o pronunciamento.



**O Sr. Alfredo Sirkis** - Deputado, serei breve. De fato, o que aconteceu aqui foi uma vergonha, além de ter sido totalmente desnecessário, porque essa questão nunca deveria ter sido submetida ao Plenário. Quando uma sentença transita em julgado, por decisão do Supremo Tribunal Federal, há que ser aceita de imediato, sem discussão, em ato da Mesa Diretora. Eu queria dizer que sou contra qualquer tipo de voto secreto. Sou favorável ao voto aberto em todas as circunstâncias porque aqui estamos representando os nossos eleitores. Nós não somos como o eleitor, que, quando vai à urna escolher o seu candidato, necessita ser protegido pelo voto secreto, para poder, eventualmente, fazer a escolha sem pressão, de forma isenta e sem se arriscar a uma represália. Nós somos representantes daqueles que nos elegeram, e eles têm o direito de saber como cada um de nós votou e de cobrar de cada um de nós esse voto. Por isso eu pretendo votar pelo voto aberto, em qualquer circunstância. Penso que é um dever do Parlamentar votar de forma transparente, mesmo em situações que impliquem constrangimentos, pressões. Eu acho que com o mandato Parlamentar vem a responsabilidade de resistir a essas pressões, de não tomar conhecimento de nenhum tipo de constrangimento, de votar abertamente, para que os eleitores saibam sempre como seus representantes se posicionaram no Parlamento.

**O SR. AUGUSTO COUTINHO** - Agradeço o aparte do nobre Deputado Sirkis.

Sr. Presidente, voltando ao meu discurso, outra conquista importante foi o orçamento impositivo, que estamos em vias de aprovar. Sobre ele me deterei mais um pouco.

O orçamento impositivo é uma parte importante da retomada de nossa autonomia. É através dele que poremos um fim na perniciosa negociação entre Parlamentares e Executivo. Há, claro, quem discorde, quem ache que não deveríamos interferir no Orçamento. No entanto, a proximidade que mantemos com nossas bases, com os problemas daqueles a quem representamos de maneira mais próxima, ela é suficiente para que tenhamos respeitado o direito constitucional de direcionar-lhes parte do Orçamento. O Governo esperneia, mas faz isso porque sabe que perde um instrumento que, apesar de nocivo, usava sem parcimônia para nos submeter à sua vontade.

Há, porém, as MPs. Como eu disse antes, elas continuam a dominar e a assolar e a trancar nossa pauta. Sem que se rediscuta e se molde uma nova forma de tramitação de medidas provisórias, o que fizemos com o orçamento impositivo foi discutir um problema pela metade.

Havia nesta Casa inclusive uma subserviência ao Executivo, tão grande que chegávamos a votar e aprovar MPs sem que as devidas Comissões Especiais para apreciá-las fossem criadas. Foi só por uma provocação do Supremo Tribunal Federal que passamos a respeitar



nosso Regimento e a Constituição.

Mas, ainda assim, aceitamos as MPs monstros. Aquelas que incluem em seu corpo temas totalmente desconexos. Assim, por exemplo, a MP 613, que tratava de subsídios ao setor sucroalcooleiro, trazia uma espúria regulamentação sobre portos secos. Isto, além do acinte que é a esta Casa, significa burlar a lei com base no mais hediondo casuísmo.

Com o orçamento impositivo e com as MPs domadas, daremos um passo gigantesco em busca de um Parlamento forte, que, ao contrário do que dizem os nossos detratores, é um dos mais importantes pilares desta democracia.

Precisamos ainda nos voltar para fora dos corredores e das Comissões e dos gabinetes. Lá fora, a chamada "voz rouca das ruas" tem uma pauta própria. Ainda não conseguimos assimilá-la e trazê-la para cá, local onde deve ser analisada e discutida.

Debates que hoje a sociedade faz em torno de temas como o aborto, o casamento de pessoas do mesmo sexo, a descriminalização das drogas, precisam passar por esta Casa. Não podemos, porém, esperar que aqui cheguem através de provocações externas. Como representantes desta sociedade, devemos capturar as vontades e posições dos diversos setores sociais aqui representados. Os evangélicos precisam ser ouvidos e são parte importante da discussão, porque na prática já debatem essas questões no seu dia a dia. Mas, além deles, a sociedade civil organizada, que desde há muito tem esses assuntos entre as suas bandeiras e também conta com representantes no Congresso, deve ser ouvida.

Esses são temas maiores que nossas posições individuais ou de bancada, por isso devem ser debatidos o quanto antes. São fruto das mudanças pelas quais passamos como sociedade em construção. Não podemos ter medo das pressões de grupos ou da opinião pública. É nossa função discutir estes temas, e a sociedade pede por isso.

Há ainda a tão esperada reforma política. Ela não pode mais ser uma espécie de solução retórica. Toda vez que enfrentamos uma crise institucional, saca-se da manga a reforma política, como se ela fosse uma panaceia que pudesse resolver todos os males do nosso sistema. Não, ela não é o remédio que vai curar todas as mazelas brasileiras, mas sem ela nada irá mudar. O que sabemos é que nosso sistema já não responde mais ao que o Brasil quer e precisa, conseqüentemente precisamos mudá-lo.

Mas o tema é complexo e esbarra sempre em interesses imediatos ou paroquiais. Os diversos sistemas propostos no debate de um novo modelo eleitoral têm, cada um de igual maneira, vantagens e



desvantagens. Precisamos analisá-las a fundo, ouvindo a sociedade, para propormos uma reforma que vá realmente possibilitar uma guinada radical na forma como fazemos hoje a política no Brasil.

Outra discussão importante que não levamos a fundo: o passe livre.

Uma das maiores bandeiras dos movimentos de junho não foi aqui tratada como deve ser, senão de forma pontual. Independentemente de nossas posições individuais, esta Casa precisa discutir com a sociedade se o passe livre é viável ou não, se o transporte coletivo é um direito igual à saúde ou um serviço essencial, mas que pode ser mantido como um negócio privado, desde que aconteçam melhorias significativas.

Além disso, Sras. e Srs. Deputados, devemos exercer nosso papel fiscalizador com maior rigor e mais vontade. O País vive hoje uma realidade de obras estruturadoras que há anos não são terminadas. Transnordestina, transposição do São Francisco, entre tantas outras, encontram-se paradas. Cabe a nós cobrar que elas sejam executadas. Como alguém já disse, o Brasil é hoje um imenso canteiro de obras abandonadas. Muito dinheiro público investido em obras que nunca andam, e obras necessárias, diga-se.

Outra reforma importante, a tributária, nunca chegou sequer a ser cogitada além dos discursos de posse dos presidentes. Quanto a ela, agimos como se o Executivo devesse ser o patrono de uma agenda reformista. Ora, o Executivo é quem mais se beneficia do atual estado de coisas. É ele quem fatura alto com a pesada carga tributária brasileira. E fatura alto para gastar mais alto ainda. Esperar que o Executivo se disponha a protagonizar esse assunto é inútil. Ele nunca o fará.

Que não se confunda, porém, o meu posicionamento com uma guerra declarada contra os outros Poderes, em particular o Executivo. Não se trata disso. A questão é que precisamos dar uma resposta à sociedade e a nós mesmos. É necessário, para o bem da democracia, que o Congresso Nacional seja forte.

Listei aqui, sem me aprofundar muito, vários temas, assuntos e propostas que nos poriam novamente na vanguarda da política brasileira, onde não estamos desde a Constituinte de 1988.

Não se trata de corporativismo também. O Brasil precisa de um Parlamento atuante de fato e de direito.

Para tanto, é preciso que acordemos em definitivo deste sono letárgico em que nos deixamos ser colocados. Nenhuma democracia pode se dizer plena sem ter, em pé de igualdade, os três Poderes funcionando com independência, autonomia e harmonia.



Isso não é sonho nem utopia. É o que a sociedade espera de nós.

O nosso Legislativo precisa se afirmar, com uma agenda de projetos que de fato sejam importantes na vida das pessoas. Eu acredito muito no Legislativo e me orgulho muito de ser Deputado Federal, de ser representante do povo de Pernambuco. Sei que há muitos Deputados aqui que trabalham assiduamente, seriamente, continuamente, em defesa do seu povo e da sua gente.

É com uma agenda de assuntos legislativos que esta Casa vai se afirmar, porque nós sabemos que hoje o governo é um, amanhã é outro. É sempre assim. O bom da democracia é isso.

Esta Casa tem de estar acima de qualquer governo, de qualquer partido, porque esta é a Casa do povo brasileiro. Aqui estão as pessoas que representam o povo brasileiro, que têm autoridade para representá-lo, porque foram escolhidas pelo voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---

Documento 47/59

---

259.3.54.O	Sessão Comissão Geral	04/09/2013-14:39
Publ.: DCD	-LUIZ ERNESTO PUJOL, REPRESENTANTE DO	
05/09/2013	-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO	
38104	PARANÁ, JOÃO CARLOS BARACHO.--	
CÂMARA	DOS COMISSÃO GERAL	EXPOSIÇÃO
DEPUTADOS		DISCURSO

---

### *Sumário*

Debate do Programa Mais Médicos, lançado pelo Governo Federal.

---

**O SR. LUIZ ERNESTO PUJOL** - Rapidamente quero dizer que a Associação Médica do Paraná encontra seu discurso abrangido pelas falas do Deputado Caiado, do Deputado Mandetta e do Deputado Eleuses, razão pela qual não vou repetir os mesmos argumentos.

Apenas trago a posição da classe médica paranaense ao Ministro Padilha, que entende que a solução para a interiorização dos médicos é a criação de uma carreira. Essa, sim, vai trazer as condições para que os médicos possam ir aos mais carentes Municípios com dignidade



para trabalho.

Sr. Presidente, também é a opinião da classe médica paranaense, em unísono, que o Saúde Mais Dez deve ser uma prioridade. Os valores praticados pela União são pequenos. Nós precisamos de mais dinheiro, de melhor gestão e de combate à corrupção.

São apenas essas as considerações da classe médica paranaense.  
(Palmas.)

---

Documento 48/59

---

262.3.54.O	Sessão Deliberativa Extraordinária 04/09/2013- - CD	20:56
Publ.: DCD - 05/09/2013 38249	- MARCELO ALMEIDA-PMDB -PR	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

---

### **Sumário**

Lançamento da Coalização Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Convite aos Parlamentares para apoio ao projeto de lei de iniciativa popular sobre a reforma política.

---

**O SR. MARCELO ALMEIDA** (PMDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na tarde de ontem, na Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, lançamos a Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas, que é o movimento de combate à corrupção eleitoral.

Amanhã, Sr. Presidente, vamos encaminhar uma sessão, às 10 horas, com o Presidente da Câmara. Convido todos os Deputados e Deputadas Federais para que, na terça-feira, às 17 horas, façamos um movimento, uma adesão a esse projeto de lei que vem das ruas, de fato. É uma reforma política feita pela sociedade e pelos movimentos sociais. Então, às 17 horas, na terça-feira. Para os Deputados que quiserem aderir, fica aberto o convite.

**O SR. PRESIDENTE** (Simão Sessim) - Obrigado, Deputado.

---

Documento 49/59

---

266.3.54.O	Sessão	Deliberativa 09/09/2013-16:08
------------	--------	-------------------------------





Extraordinária - CD

Publ.: DCD - 10/09/2013  
- 39292

LUIZA ERUNDINA-PSB -SP

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS  
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES  
COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Realização, pela Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas, de ato simbólico no Salão Verde da Casa para encaminhamento ao Presidente Henrique Eduardo Alves de projeto de lei de iniciativa popular a respeito do tema.

---

**A SRA. LUIZA ERUNDINA** (PSB-SP. Sem revisão da oradora) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na última semana, 3 de setembro, ocorreu um evento importante na sede da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -, quando um conjunto de entidades da sociedade civil, inclusive a OAB, a CNBB, a Central dos Trabalhadores, o Movimento de Mulheres, a UNE, enfim várias entidades estiveram reunidas e construíram uma unidade, entre elas, para formar a Coalizão Democrática pela Reforma Política e Eleições Limpas.

É esse o lema dessa campanha que está sendo lançada em todo o País para a adesão de cidadãos e cidadãs brasileiros, eleitores e eleitoras, à construção de um projeto de lei, de iniciativa popular, propondo uma reforma política em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, porque o tema da reforma política está na agenda desta Casa, do Congresso e também da sociedade.

Amanhã, às 14h30min, essas entidades virão a esta Casa, no Salão Verde, para fazer um ato simbólico, um ato político, para apresentar ao Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves, e aos Líderes de bancada a proposta construída, em consenso, com três iniciativas que havia na sociedade, na perspectiva de construção de projetos de lei de iniciativa popular. Hoje, esse esforço está consubstanciado em um único projeto de lei. Ele será apresentado formalmente a esta Casa, amanhã, às 14h30m.

Seria muito importante que esta Casa, se entendesse as propostas que estão vindo através dessa articulação da sociedade, contemplasse o que nela está-se discutindo, propondo, em termos de reforma política. Evidentemente, seria muito mais rápido, muito mais fácil e muito mais viável se eventualmente houvesse essa articulação e essa coalizão entre o Congresso e a sociedade civil, na perspectiva de se fazer, de fato, uma reforma política que dê conta dos vários aspectos, com o objetivo de corrigir as distorções do nosso sistema político.



Sr. Presidente, peço a presença dos Srs. Parlamentares no ato de amanhã, às 14h30min, quando essa iniciativa será lançada.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Amauri Teixeira) - Convidamos todos, em nome da Deputada Luiza Erundina e da Frente, para amanhã, às 14h30min, participarem desse ato.

---

Documento 50/59

276.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 13/09/2013-10:06  
Debates - CD

Publ.: DCD - 14/09/2013 -  
40539 - ELEUSES PAIVA-PSD -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Contribuição de manifestações populares para a melhoria do processo de atendimento às demandas sociais pelo Parlamento brasileiro. Exigência da sociedade de realização da reforma do sistema político-eleitoral. Posicionamento do orador com relação aos principais temas da reforma política. Importância do combate irrestrito à corrupção e à impunidade no País. Apresentação de projeto de lei de iniciativa popular sobre a obrigatoriedade da destinação de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde. Posicionamento do orador no tocante à contratação de médicos estrangeiros pelo Governo Federal. Falta de infraestrutura para o atendimento médico às populações interioranas. Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 454, de 2009, sobre o estabelecimento de diretrizes para a organização da carreira única de médico de Estado. Repúdio às exigências impostas aos médicos cubanos para o exercício da profissão no Brasil.

---

**O SR. ELEUSES PAIVA** (PSD-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Izalci, Sras. e Srs. Deputados, senhoras, senhores e jovens que nos acompanham pela *Rádio Câmara*, pela *TV Câmara* e pelos meios de comunicação da Casa, querido colega de partido, Deputado Onofre Santo Agostini, entre as grandezas da prática



política, sem dúvida nenhuma, destaca-se a sensibilidade para ouvir e acolher os reclamos que vêm das ruas. Essa sensibilidade melhora, com certeza, a nossa capacidade de repensar permanentemente nosso País e também nossas relações sociais, o bem-estar da nossa sociedade, e, sobretudo, nos estimula a definir projetos e ações cada vez mais adequados aos anseios da nossa população.

É com essa convicção que ocupo a tribuna para destacar que meu partido, que é também do Deputado Onofre Santo Agostini, de Santa Catarina, o PSD - Partido Social Democrático, considera oportuna e bem-vinda a grande contribuição que as manifestações populares estão dando a este Parlamento e aos Parlamentares comprometidos com o interesse público deste País.

Sr. Presidente, não podemos negar que foi extremamente importante para esta democracia mais de 1 milhão de pessoas irem às ruas no mês de junho. Agora, no 7 de Setembro, mesmo com a redução desse contingente - contingente que diminui sim, porque tivemos infiltrações de determinados setores até para tentar tirar a representatividade que existia nesses movimentos -, 24 Capitais voltaram a assistir a manifestações e a protestos que enviam um recado claro e incisivo para todos nós: os partidos políticos e os donos e detentores do poder não podem mais discutir todos esses assuntos somente entre si, devem ouvir todos os segmentos da sociedade.

A voz poderosa das ruas exige que o País abra espaço para uma maior participação de todos os segmentos no debate nacional, seja para melhorar o transporte urbano, seja para coibir gastos perdulários com os estádios da Copa do Mundo para ricos - existe uma grande contradição: de um lado, temos investimentos fabulosos sendo pautados, por exemplo, para a Copa do Mundo, do outro lado, temos miseráveis investimentos em saúde pública, em educação -, seja também para exigir uma ampla e urgentíssima reforma política.

Assim, este Parlamento não pode ignorar a voz das ruas. Mas esse clamor tem de ecoar, Sr. Presidente, não só no Parlamento, mas também no centro do poder. Fazemos coro com as manifestações que cobram também do atual Governo a necessidade de rever sim sua pouquíssima disposição para a negociação de questões sociais, econômicas e de infraestrutura deste País.

Essa pouca disposição de negociar, de ceder, bem como as dificuldades do próprio Parlamento de incorporar as propostas populares só podiam desaguar no bordão fartamente repetido nas ruas: "*Você não me representa*". Essa é uma conclusão muito grave, incômoda, mas que pode ser revertida desde que se mudem os mecanismos de participações sociais e dos nossos segmentos representativos da sociedade.



No que se refere, por exemplo, à democracia direta, é preciso fazer com que determinados temas que envolvam os chamados bens públicos ou bens comuns - as grandes obras, a venda do patrimônio público, essas grandes privatizações - e as questões salariais, eu acredito, sejam mais abertos ao debate. Poderiam essas questões ser divididas com a sociedade em consultas públicas, através de plebiscito ou, quem sabe, referendos. Assim, poderemos dar um importante passo no sentido de recobrar, de resgatar a confiança de todos no Parlamento e de ampliar principalmente a representatividade desta Casa.

Sras. e Srs. Deputados, no conjunto das manifestações públicas agiganta-se o descontentamento com o sistema político vigente, com o modelo político representativo, e cresce a exigência de uma reforma do sistema eleitoral.

Entre nós, Sr. Presidente, Deputado Onofre, todos os dias, quando debatemos, todos temos críticas ao modelo atual, todos esperamos avançar em reformas. No entanto, diuturnamente, nós vemos manobras que vêm nos impedindo avançar nesse tema.

Esta Casa, o Presidente Henrique Eduardo Alves, eu não tenho dúvida, estarão atentos a esse apelo popular para definir quais mudanças estruturais são realmente necessárias e quais são as mais urgentes. Das matérias que vêm sendo discutidas, posso destacar alguns tópicos principais, que também já reverberam das ruas, sem emitir aqui juízo de valor. São eles: financiamento público das campanhas, fim das coligações proporcionais, unificação das eleições municipais e nacionais e, entre outros temas, voto distrital, voto distrital misto, voto "distritão", lista fechada, lista fechada mista. Temos várias situações que devem e com certeza serão debatidas entre nós, mas também com a sociedade.

Atualmente, o financiamento das campanhas é misto, composto, em parte, por recursos do Fundo Partidário e, em parte, por capital privado proveniente das doações. O argumento utilizado nas discussões para a adoção de um financiamento integralmente público é que, dessa forma, os políticos deixariam de depender do poder financeiro de grandes empresas para se eleger.

Como já destacou o Relator da matéria, Deputado Henrique Fontana, no atual sistema, o poder econômico acaba tendo influência cada vez maior sobre as decisões nas nossas eleições. O Relator destaca com muita propriedade que o custo atual das eleições afasta da disputa milhares de pessoas que poderiam ter um papel a desempenhar, eu não tenho a mínima dúvida, extremamente importante como Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais ou mesmo em cargos maiores, porque não podem arcar com o financiamento de



campanha cada vez mais elevado.

Entendemos que as campanhas políticas podem sim ser financiadas exclusivamente com dinheiro público, mas eu não tenho dúvida de que elas precisam ser barateadas. Precisa ser fixado o teto e estabelecida punições severas para os que desrespeitarem essas regras.

Espero, Sr. Presidente - e confio na Corte Maior deste País -, que, agora que todos assistimos ao julgamento do mensalão, que a sociedade não veja mais uma vez impunidade. Espero que a lei vigore para todos, para todos os segmentos, para os mais poderosos de igual forma que para os mais fracos; que a lei que, com certeza, é dada aos mais ricos seja igual à que é dada aos mais pobres.

**O Sr. Onofre Santo Agostini** - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

**O SR. ELEUSES PAIVA** - Perfeitamente, Deputado Onofre Santo Agostini. É um grande prazer.

**O Sr. Onofre Santo Agostini** - V.Exa. traz vários assuntos. Em um, de modo muito especial, eu queria pôr o meu dedinho: reforma política. V.Exa. tem toda a razão. Se não se tomar providência, V.Exa. e o povo brasileiro vão ver o resultado nas eleições de 2014: um desastre de votos nulos e brancos. V.Exa. fala em financiamento público. Eu já tive oportunidade de debater esse assunto e vi Deputados dizendo o seguinte: "*O Brasil não tem dinheiro para a saúde e vai financiar eleição?*" Mas se esqueceram de dizer que os partidos políticos já recebem o Fundo Partidário - dinheiro público. Então, não é verdade essa história, e é mais barato. V.Exa. coloca bem: nós precisamos baratear a eleição, senão não há quem aguarde. Daqui a pouco será um caminhão de dinheiro para se eleger Deputado. Eu acho que V.Exa. colocou muito bem o problema. De todos os pontos que levantou, eu assino embaixo. Eu fui um defensor do relatório do Deputado Henrique Fontana. Infelizmente, não se aprovou, e não vai se aprovar. Deus permita que ao menos alguma coisa se faça para a reforma política. Eu o cumprimento, ilustre Deputado. V.Exa. estava inscrito no Grande Expediente, e eu pensei: "*Lá vem o Deputado Paiva defender a saúde pública*". V.Exa. tem defendido nesta Casa a saúde pública de forma excepcional. Por isso, pensei cá comigo: "*Lá vem o Paiva defender a saúde pública*". Mas veio defender outro assunto tão importante como saúde pública: reforma política. Muito bem o que aqui colocou. Por isso, vim aqui com muito prazer cumprimenta-lo e dizer ao povo de São Paulo que escolheram muito bem V.Exa. para representá-lo nesta Casa. Parabéns, Deputado! Comungo seu pensamento e assino embaixo: a reforma política é urgente, urgentíssima. Se não dá para fazer uma grande reforma política para 2014, ao menos, que se melhore um pouco. Financiamento público de campanha é mais barato do que caixa dois, porque nós estamos vendo o mensalão, o que



aconteceu com o caixa dois. Quantos milhões, agora; outros escândalos estouram todos os dias. Por quê? Porque há necessidade de dinheiro para campanha. Caixa dois é mais pesado para o País do que financiamento público. Financiamento público é mais barato. V.Exa. tem toda razão. Parece que ouviu meu pensamento e colocou com excelência o argumento aqui apresentado. Parabéns, Deputado! Parabéns, São Paulo, que escolheu V.Exa. para representá-lo!

**O SR. ELEUSES PAIVA** - Obrigado, Deputado Onofre. V.Exa. sabe do respeito e da admiração que lhe tenho. Tê-lo ao lado, como colega de bancada, enobrece nosso partido, por ser pessoa com sensibilidade social, tenacidade, perseverança para discutir assuntos extremamente importantes para este País. Com certeza isso é um avanço.

Muito obrigado, Deputado Onofre.

Voltando ao tema sobre reforma eleitoral, eu queria falar também sobre o fim das coligações proporcionais. Talvez quem esteja nos ouvindo não entenda bem o que seja o fim das coligações proporcionais. Os partidos ficariam impedidos de se unir para disputar eleições proporcionais nos casos de Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal. Isso é muito bom que a população entenda. Hoje, quando um eleitor vota em determinado candidato de um partido, pode acabar elegendo, indiretamente, outro candidato muitas vezes desconhecido e de outro partido político. Isso é uma realidade.

A unificação das eleições municipais e nacionais é outra proposta que ganha apoio. Visa instituir eleições a cada 4 anos, unificando todos os pleitos. Uma das justificativas para essa mudança é diminuir os gastos com eleições. Segundo o TSE - Tribunal Superior Eleitoral, o gasto bruto verificado nas eleições municipais de 2012 foi de cerca de 395,2 milhões de reais.

Sras. e Srs. Deputados, os escândalos envolvendo atos de corrupção, em todos os níveis de Governo - Federal, Estadual e Municipal - também ocupam destaque na pauta dos protestos que repercutem no coração desta Casa.

**O Sr. Edinho Araújo** - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

**O SR. ELEUSES PAIVA** - Pois não, Deputado Edinho Araújo.

**O Sr. Edinho Araújo** - Nobre Deputado Eleuses Paiva, é uma alegria apartear-lo nesta oportunidade em que ocupa a tribuna no Grande Expediente da Câmara dos Deputados, é uma honra para mim, que conheço V.Exa. há muitos anos. Somos do mesmo Estado, da mesma região, o Noroeste Paulista, e da mesma cidade, nossa querida São José do Rio Preto. Eu o conheci fazendo a política de classe na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto; depois, eu



o vi líder estadual da sua categoria; pude também acompanhar seu trabalho à frente da Medicina nacional, na Sociedade Brasileira de Medicina. Portanto, V.Exa. tem longa vivência sobre as questões públicas, administrativas, conhece a área médica como poucos. Para mim, é um prazer muito grande apartear-lo neste momento, quando aborda tema importante, relevante, eu diria, a reforma política, com a qual nos identificamos porque temos a sensibilidade de perceber que as ruas, a juventude, a sociedade como um todo está a reclamar uma reforma que proporcione condições de representatividade mais legítima. Que nós possamos ver o jovem participando da política, e que não haja essa concorrência desleal, porque o poder econômico é influente, é decisivo hoje no processo eleitoral. V.Exa. aborda essa questão e sugere que alteremos o financiamento de campanha. Eu também compartilho da ideia de que devemos ter o financiamento público, apesar de a sociedade não entender, achar que vai se financiar a campanha dos políticos, retirar dinheiro da saúde e da educação. Nós sabemos que, com o financiamento público, haverá mais isonomia e condições de disputa mais democrática. Saúdo V.Exa. por trazer esse tema a debate aqui, do alto desta tribuna, com o conhecimento e a experiência que tem. A reforma política é a mãe de todas as reformas. Quanto mais o representante estiver próximo do representado melhor. Aí, eu sugiro o voto distrital misto, que seria uma oportunidade também de nós avaliarmos melhor aqueles que nos representam. Portanto, meu caro Deputado Eleuses Paiva, tenho a alegria de poder cumprimentá-lo, saudá-lo por este brilhante pronunciamento que faz nesta Casa, nós que compartilhamos questões regionais, que lutamos pelo desenvolvimento de Rio Preto, do Noroeste Paulista, de São Paulo e do Brasil. V.Exa. traz à luz debate tão importante para que nós possamos ter jovens, homens e mulheres, participando, porque pior do que a política é a omissão da política, são aqueles que se omitem. Por isso, nós caminhamos para uma situação que não é a que melhor convém à democracia brasileira. Parabéns, Deputado Eleuses Paiva.

**O SR. ELEUSES PAIVA** - Obrigado, Deputado Edinho Araújo, do PMDB de São Paulo. Eu tenho a grata satisfação de morar na mesma cidade de V.Exa., que tem carreira política muito sólida, muito interessante. Foi Prefeito de uma cidade menor da nossa região, Santa Fé do Sul, mas não menor do ponto de vista do calor humano e de belezas naturais incríveis, Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito de São José do Rio Preto.

Eu queria destacar, Deputado Edinho, neste momento em que assistimos a algumas administrações públicas envolvidas sempre em escândalos, em denúncias de corrupção, que, quando V.Exa. foi Prefeito da minha cidade, São José do Rio Preto, nunca vi seu nome envolvido em qualquer ato que desabonasse sua história política. Obviamente, como todo ser político, há pessoas que gostam, há pessoas que não gostam da política. Mas eu nunca vi seu nome



vinculado a algo que denegrisse a vida pública.

Eu tenho certeza de que, bem provavelmente, V.Exa. estará, quem sabe daqui a alguns anos, reivindicando novamente o cargo maior da nossa cidade. E temos uma grande possibilidade de caminhar juntos, até porque nossa cidade merece, com certeza, pessoas sérias, honestas, comprometidas. Vejo em V.Exa., sem dúvida nenhuma, um grande Parlamentar, um grande homem público. Eu tenho certeza de que a vida ainda lhe dará um caminho muito grande nessa sua atuação.

Portanto, é um grande prazer ser aparteado por V.Exa.

Mas, Sr. Presidente, Deputado Edinho Araújo, repito, os escândalos envolvendo atos de corrupção em todos os níveis de Governo - Federal, Estadual e Municipal - também ocupam destaque na pauta dos protestos e repercutem no coração desta Casa.

Os principais veículos da mídia destinam largos espaços a um verdadeiro carnaval de queixas, denúncias e escândalos, que vão desde a indústria de multas de trânsito em diversas cidades a desvios de verbas através de falsas ONGs, fiscais corruptos, licitações fraudulentas, entre tantas outras situações vergonhosas, vexatórias e criminosas. Ou exigimos a punição exemplar dos bandidos que desviam dinheiro público ou vestimos a carapuça de cúmplices desses crimes. Se os recursos destinados a financiar hospitais, escolas, saneamento básico e outras necessidades primárias são desviados e não tomamos qualquer atitude, também, eu não tenho dúvida, temos nossa parcela de culpa, por omissão.

Agora mesmo, na semana passada, os brasilienses ocuparam as ruas, vieram até as proximidades da Praça dos Três Poderes para bradar que não aceitam mais tanta desfaçatez com dinheiro público. Com bandeiras e cartazes que pediam o fim da corrupção e punição severa aos corruptos, eles simplesmente fizeram coro ao sentimento nacional de repúdio aos muitos casos registrados nos subterrâneos dos poderes.

Na minha cidade de São José do Rio Preto não é diferente. Mas, se não bastassem todas essas questões, ainda temos um intenso desafio na garantia de uma saúde pública de qualidade neste País.

Ao que parece, Sr. Presidente Izalci, o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, com essa história de trazer médicos estrangeiros para atender no Brasil, conseguiu produzir uma espessa nuvem de fumaça sobre o debate da saúde pública no País e desviou o foco da questão central, que é a falta de recursos e o mau gerenciamento desses recursos destinados à saúde pública.





Já cobramos, desta tribuna, explicações do Sr. Ministro para o fato revelado pelo TCU e pela Comissão de Seguridade Social e Família desta Casa de que, dos 92 bilhões de reais destinados à saúde, 17,5 bilhões não foram utilizados no ano de 2012.

Enquanto o Sr. Ministro parece ignorar o caos na saúde, a Nação se mobiliza em apoio à campanha de iniciativa popular, um projeto de lei de iniciativa popular, conduzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pelo Conselho Federal de Medicina, pela Ordem dos Advogados do Brasil, pela Associação Médica Brasileira e por dezenas de outras expressivas associações civis, para obrigar o Governo Federal a destinar 10% da receita corrente bruta para a saúde. Já alcançamos 1,5 milhões de assinaturas necessárias. A proposta se tornou projeto de lei nesta Casa, com ampla chance de aprovação, como ocorreu também com o Projeto Ficha Limpa.

Diante da grandeza dessas questões, o debate sobre médicos estrangeiros perde importância. Entretanto, é preciso esclarecer que não somos contra a vinda de médicos para este País. De fato, há falta de médicos em muitas localidades do território nacional. Mas, ao lado da falta de médicos, falta de infraestrutura mínima para um bom atendimento à população, como vem sendo denunciado fartamente pela mídia.

E, também a esse respeito, é necessário repetir o que já afirmamos nesta tribuna: a solução para a falta de médicos vai além da importação de profissionais. Nesse sentido, destaco a importância da PEC nº 454, de 2009, que cria a carreira de Estado para os médicos.

Como Relator da proposta, vejo nela um grande passo para reduzir essa carência nos rincões distantes do território nacional. A proposta segue o exemplo do que foi adotado para juizes de Direito, promotores de Justiça e auditores da Receita Federal: prevê que os candidatos serão selecionados por concurso público - portanto, escolhemos os melhores - e designados para exercer função onde houver necessidade.

Concurso público seleciona os melhores, o que não ocorre, com certeza, com a vinda de médicos estrangeiros, cuja competência nem sequer é avaliada, o que coloca em risco a população a ser atendida por eles. Mas sempre é válido repetir: não somos contra a vinda de médicos estrangeiros. O que queremos, é que venham pessoas qualificadas para o Brasil, como ocorre na Inglaterra, nos EUA, no Chile, no Canadá e em outros países, que, em determinados momentos, abrem as portas para os melhores profissionais, que passam por avaliação de competência, que comprovam com títulos e especializações.

O que nos assusta é que o Brasil abre suas portas no caminho oposto:



quer importar médicos sem avaliação rigorosa de suas competências. Com isso, ao invés de estarmos melhorando a assistência da saúde, poderemos até estar agravando o quadro, tanto no essencial quanto nos recursos. O custo com os erros médicos, com má práxis e procedimentos incorretos, com certeza, vão aumentar muito.

E há ainda uma situação de discriminação, de injustiça, Sr. Presidente, praticada contra os médicos cubanos que estão vindo para o Brasil. É preciso denunciar esta discriminação que vêm sofrendo: os demais médicos estrangeiros, como consta na própria medida provisória, têm direito a escolher a localidade onde vão trabalhar, os cubanos não, são compulsoriamente encaminhados; os outros podem trazer familiares, os cubanos só podem vir sozinhos, deixando, em seu país, mulheres e filhos; os demais podem abrir conta bancária para receber o pagamento da bolsa, o dinheiro dos cubanos não chega a eles, vai para o país de origem; os demais médicos estrangeiros levam consigo seus documentos, o que é um fato normal, os cubanos ficam apenas com xérox, o passaporte e o diploma não ficam com eles, ficam retidos na embaixada.

Repetimos: trata-se de discriminação que precisa ser denunciada, se é que, neste País, prevalece o princípio de que todos são iguais. E eu acredito nisso.

Sr. Presidente, quero terminar com uma frase que ouvi do Presidente do meu partido, Gilberto Kassab, em reunião do PSD, que disse claramente: *"Parabéns. Parabéns à Nação que se levanta e ergue a voz em defesa da moralidade, da democracia ampla e da justiça social"*.

Sr. Presidente, eu também quero dizer: ainda bem que vivemos num país onde nós, Deputados Izalci, Edinho Araújo, diversos Parlamentares, não vamos abaixar a voz em defesa de uma democracia ampla e de uma justiça social.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Izalci) - Parabéns a V.Exa. pelo pronunciamento.



Publ.: DCD - 18/09/2013 - LUIZ COUTO-PT -PB  
40964

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

PELA ORDEM  
DISCURSO

---

### *Sumário*

Continuidade do desvio de recursos públicos destinados aos setores de educação e saúde, segundo a Controladoria-Geral da União. Defesa de votação pela Casa de proposições destinadas ao combate à corrupção e à impunidade.

---

**O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em reunião da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção e à Impunidade pudemos verificar que a corrupção, juntamente com a impunidade, são as grandes forças daqueles que querem continuar dilapidando o patrimônio público, desviando dinheiro, corrompendo, fazendo com que os recursos públicos não sejam utilizados naquilo para que foram definidos. A Controladoria-Geral da União, nas auditorias realizadas nos Municípios, identifica que o dinheiro encaminhado para a educação e para a saúde continua sendo desviado. Há superfaturamento, há uma promiscuidade grande.

Nós consideramos que existem diversos projetos de lei, existem projetos de emenda à Constituição para fazer com que nós possamos enfrentar essa questão da corrupção e da impunidade, mas parece que isso não é prioridade para esta Casa. Nós já temos diversas propostas prontas, preparadas para dar um basta a essa lavagem de dinheiro, à sonegação, às fraudes que, infelizmente, acontecem no dia a dia, através do superfaturamento, do desvio de recursos públicos para outras atividades que não as de saúde, de educação, de saneamento, de infraestrutura. Nesse sentido, a Frente Parlamentar de Combate à Corrupção e à Impunidade tem diversas propostas prontas para serem colocadas em votação. Basta que o Colégio de Líderes queira efetivamente combater a corrupção.

Não dá, Sr. Presidente, para continuar fazendo de conta que estamos combatendo a corrupção. Este é o grande ralo por onde o dinheiro público é desviado: a corrupção. Ou nós assumimos essa chaga ou nós iremos ser destruídos pela mesma corrupção. Então, nesse sentido é que nós queremos que haja combate à corrupção.



287.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 23/09/2013-16:09  
Debates - CDPubl.: DCD - 24/09/2013 - DOMINGOS SÁVIO-PSDB -MG  
42141

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE

GRANDE  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

### *Sumário*

Aprofundamento da corrupção no Governo Federal. Baixos investimentos nas áreas da saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Aparelhamento do Poder Executivo pelo PT. Necessidade de continuação da mobilização popular nas ruas e redes sociais contra a corrupção.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prezado colega Deputado Izalci, Srs. Parlamentares, quero usar o tempo desta tribuna para fazer uma reflexão sobre o momento que vivemos em nosso País e a responsabilidade que recai sobre todos nós, e que, não tenho dúvida, é também motivo de preocupação para todos os brasileiros e brasileiras.

O princípio constitucional que estabelece, de forma clara, no ambiente democrático em que vivemos e lutamos para preservar, que todo o poder emana do povo e em nome dele deve ser exercido não pressupõe que aquele que exerce o poder substitui plenamente o povo. Isso é um passo forte em direção às autocracias, às ditaduras. Representar não significa substituir totalmente. O cidadão deve estar sempre exercendo a sua condição de cidadania, até porque ser representado não exime, não dispensa ninguém de exercer a sua cidadania, de acompanhar o que está acontecendo com o seu País, acima de tudo de cobrar, de exigir, eu diria, respeito à sua condição de cidadão e aos seus direitos essenciais.

E foi isso que o povo brasileiro foi às ruas fazer, e continua fazendo, por meio das redes sociais e de formas as mais diversas de manifestação: dizer que não está satisfeito com a forma como vem sendo representado, que não está satisfeito com o tratamento que vem recebendo, que não aguenta mais tanta corrupção, que não aceita o descaso com que é tratada a saúde pública, a segurança, e por aí fora.

E qual a resposta que o povo brasileiro quer, merece, e que é nossa obrigação, e não só do Congresso, mas de todos os que exercem de alguma forma o poder em nome do povo, em especial o Executivo, que tem o comando, ele sim, de todo o Orçamento, de toda a expectativa de devolver ao cidadão aquilo que é direito dele e pelo que ele paga no



dia a dia com os seus impostos, e obviamente o Judiciário, a quem é dada a missão de fazer com que as leis, com que os direitos sejam respeitados? O que é que se espera de todos nós? Que possamos não apenas ter sensibilidade, mas ter atitude concreta, para varrer de vez, não para debaixo do tapete, mas com atitude de transparência, tirarmos essa mazela, esse câncer, essa chaga que é a corrupção, que consome tantos recursos públicos, que humilha, que envergonha o nosso País, investirmos de fato na saúde, na educação, termos mais transparência nas atitudes que todos nós tomamos.

E o que é que nós temos visto de fato acontecer? Além de muita propaganda, de muita tentativa de tapar o sol com a peneira, ou de varrer para debaixo do tapete, temos visto a corrupção aprofundar-se. E eu diria mais: é um *iceberg* tão grande que a ponta dele não tem como se esconder, e a cada hora aparece fazendo um estrago maior do que outro. São todos os dias da semana, em todos os meses do ano, mais uma denúncia, e cada dia mais perto, mais na antessala, ou, seguramente, transitando na sala da Presidenta da República, por mais que tentem blindá-la e dizer: "*Coitadinha, não sabe de nada!*"

Quem governa um País como o nosso ou aquele a quem é dada a responsabilidade de representar não pode querer ficar só com os louros, com os méritos, saindo pelo País em verdadeira campanha, entregando motoniveladora e até acompanhando formatura de alunos de curso técnico de algumas horas/aula, enquanto a corrupção se alastra - e diz que não sabe! - na sua antessala, ali, nos Ministérios, onde ela se repete com o mesmo grupo, como no Ministério do Trabalho, agora, que volta à tona, bilhões de reais de dinheiro do povo sendo roubados por uma quadrilha que se montou dentro desse Governo, com as benesses desse Governo, de figuras intimamente ligadas ao Governo, numa corrupção sem fim que se aprofunda cada dia mais!

E o povo foi para as ruas dizer que chega. Chega de corrupção! Mas quem coordena, comanda, tem o mando do Orçamento Geral do País está mergulhada nisso. Está, sim! E teimam em dizer, e blindam, e usam a própria estrutura oficial, os recursos públicos de campanha publicitária para se blindar, dizendo: "*Olhem, a imprensa está livre, está denunciando que existe a corrupção!*" Mas blindam, não responsabilizam quem de fato teria de ter pulso firme, ter, sim, comando do País, e escolher, não por conveniência eleitoreira, mas por competência, as pessoas para compor uma estrutura de governo. Mas não; lotearam-na, literalmente, para garantir não apenas o comando do Executivo, mas também o comando desta Casa, do Congresso Nacional, num processo de loteamento, e o Ministério do Trabalho e tantos outros estão aí para provar isso ao cidadão, isso que denunciávamos inúmeras vezes aqui.

Na saúde pública - na saúde pública! -, em que tentam enganar os



brasileiros com toda uma estrutura de *marketing*, a promessa é de que vão trazer mais profissionais daqui e dali, sem se preocuparem com a qualidade, com a preparação, com formação desses profissionais. Mas o que falta não são apenas os profissionais; falta leito de UTI, faltam condições adequadas para funcionarem os hospitais.

As santas casas e os hospitais filantrópicos estão falindo, estão quebrados. Anunciaram que iam, via BNDES, financiá-los, para que os hospitais filantrópicos e as santas casas pudessem pelo menos respirar, mas não! Foram bilhões de reais do BNDES colocados no bolso do Sr. Eike Batista, e não saiu, Deputado Izalci, um centavo para as santas casas do BNDES. Elas ficam aí pagando juros altos, rolando dívida, passando o maior sufoco, mas sobra dinheiro para os amigos do rei, e agora da rainha. E falta dinheiro para as santas casas!

Como se a solução da saúde fosse trazer um médico de Cuba, daqui ou dali, com uma tabela de SUS que há 10 anos não se corrige nem pela inflação! E a saúde vai virando um caos de norte a sul. Aí alguém pode dizer: mas a responsabilidade é do Prefeito, é do Governador; ora, os Prefeitos já aplicam mais do que 15%, mais do que a Constituição exige - 15%! - e que se votou na regulamentação da Emenda 29. Os Estados já aplicam mais do que 12%. O Governo Federal não aceitou aplicar pelo menos 10%, e como cooptou, como dominou, amordaçou a maioria no Congresso, trocando por Ministério, isso não foi aprovado aqui, porque o Governo da Sra. Dilma não deixou que se aprovassem os 10% do Governo Federal para a saúde.

E aí o caos instala-se de norte a sul, não importa se o Estado é o Rio Grande do Sul, governado pelo PT, ou se é Minas Gerais, governado pelo meu Governador Anastasia, um Governador sério, que está lutando, mas a saúde está em frangalhos! Na minha cidade, há um hospital de mais de 50 anos entrando em colapso, em falência, o Hospital São João de Deus, porque a tabela não remunera sequer o custo dos serviços prestados!

E a segurança pública, Deputado Izalci? O povo foi para a rua também para dizer que não aguenta mais tanta droga, tanto tráfico. Vejam, na cadeia da cidade onde vivem, cidadãos que estão ouvindo-me agora, quantas pessoas estão presas, e procurem saber quantos estão ali por alguma atividade ligada ao tráfico de drogas; eu sou capaz de apostar que mais de 90%. O percentual de pessoas presas por relação direta com o tráfico de drogas é assustador. E tráfico de drogas é crime federal. Tráfico é crime federal!

E o que é que o Governo Federal faz para melhorar a segurança, além de discurso na campanha dizendo que ia de maneira firme combater o tráfico? Passa a mão na cabeça do Sr. Evo Morales! Passa a mão na cabeça de outros dirigentes de países que nós sabemos, de forma clara, que têm todo um processo de tolerância com a estrutura de



tráfico que vem para o Brasil e está matando o nosso País. Mas não bastasse a inabilidade, a falta de firmeza nas relações internacionais e nas fronteiras, não aplica dinheiro na segurança pública. Até Prefeitura que vive no sufoco aplica dinheiro em segurança pública no Brasil. O Governo Federal aplica menos de 1% das suas receitas em segurança pública!

Eu volto ao início do meu raciocínio. O povo foi às ruas para dizer: chega de corrupção! Queremos mais saúde, mais segurança! E o que foi que o Governo Federal fez? Propaganda! Enganação! Botou o pé na estrada e foi fazer campanha! E a corrupção segue aumentando cada dia mais, nos Ministérios e na antessala da Presidência da República.

Este fim de semana a denúncia veio lá do lado. Sra. Presidente Dilma, o moço que a Polícia Federal descobriu entra e sai da sua sala! Está ali do lado, na Secretaria de Relações Institucionais! Ah, mas a Presidente não sabe de nada, nem vai saber, porque não quer saber. Então não quer responder ao povo, que foi às ruas dizer que chega de corrupção. Não quer resolver o problema da corrupção. Que faxina é essa em que no Ministério do Trabalho cai o Ministro que tem envolvimento em corrupção, e daqui a pouco o mesmo time está lá, envolvido em corrupção até o pescoço?

E a segurança pública, Sra. Presidente? A senhora disse que até avião não tripulado ia tomar conta das fronteiras para não ter tráfico de drogas, e o *crack* está matando os nossos jovens! A violência urbana e até na zona rural já virou um desespero! O povo foi às ruas dizer que não aguenta mais isso, e a resposta que vem é propaganda, enganação?

Criou-se até - e agora, Deputado Izalci, nesta hora em que estou aqui denunciando isso, já deve estar agindo nas redes sociais - um verdadeiro grupo, eu poderia dizer, de mercenários, que são contratados para atacar os adversários do PT e dizer que o PT é uma maravilha, a oitava maravilha da natureza, que salvou o Brasil, que redescobriu, que reinventou, que *"nunca antes na história deste País"...* Mas aparelharam toda a estrutura. A PETROBRAS nunca teve desempenhos tão pífios. O Brasil nunca dependeu de importar mais e mais gasolina, e até álcool, óleo *diesel*, tudo, tudo importado, depois de terem ganho a eleição sujando a mão de petróleo, e sujando as mãos na corrupção, para dizer ao povo brasileiro: *"Agora nós somos autossuficientes no petróleo!"* E está aí a balança de pagamento brasileira, em colapso, a cada semestre o Brasil registrando um déficit maior, e as contas públicas estão em frangalhos.

E agora, hoje, o mesmo PIB que a Sra. Presidente dizia no início do ano que seria de 5% o crescimento, no nosso País, este ano, vem o Governo dizer: *"Olhem, vai ser só de 2,5%"*, mas ele mesmo sabe que



nem de 2,5% será, ao mesmo tempo em que toda hora o Governo ocupa a rede pública - porque paga com dinheiro público toda vez que ocupa horário em rádio e televisão - para dizer, em rede nacional, que a inflação está sob controle, que o Brasil está crescendo mais do que os outros países, e não é verdade; nós crescemos menos do que todos os vizinhos da América Latina, crescemos menos do que Argentina, Uruguai, Chile, crescemos menos do que o Peru, crescemos menos do que a Venezuela, crescemos menos do que vários outros países de que as condições estruturais são muito menos favoráveis do que as nossas, porque não há ação política, competência política; é um Governo tem um projeto de poder, não tem uma responsabilidade com o Brasil.

É essa a denúncia que nós queremos fazer, porque o desafio não é um desafio de Oposição "a" ou "b", é para todo o Brasil, que não aguenta mais tanta corrupção, tanto descaso com a saúde, com a segurança pública.

E a infraestrutura? A infraestrutura une o assombro de se ver um Governo como esse fazer uma opção pelo roubo do dinheiro público, porque o que fizeram foi uma mistura de incompetência e roubo; pegaram bilhões - bilhões! - de reais e enfiaram numa transposição do São Francisco que o Brasil inteiro, de norte a sul, disse com todas as letras que estava errada, que não ia resolver o problema da sede do Nordeste, que era uma transposição localizada, ao passo que com muito menos dinheiro poderiam furar milhões de poços artesianos lá, já que no Nordeste existe o Aquífero Guarani, no subsolo do Nordeste. Não, vamos fazer uma transposição e bombear - porque não é transposição morro abaixo; é bombeada -, bombear, Deputado Izalci, um rio lá das Minas Gerais. Bombearam um rio de dinheiro para o bolso dos bandidos, bilhões de reais, e lá estão as obras paralisadas!

O dinheiro, Sra. Presidente Dilma, que se diz mineira, mas só vai a Minas para fazer campanha, o dinheiro que jogaram fora, porque está tudo lá abandonado, sem nenhuma utilidade para o povo do Nordeste, já engrossou o caixa das empreiteiras, que são escolhidas a dedo. O dinheiro que foi jogado fora ali, naquelas obras inacabadas, dava para a senhora ter resolvido a BR-381, ligando Belo Horizonte ao Vale do Aço e salvando milhões de vidas, dava para resolver o problema da BR-040 até o entroncamento de Juiz de Fora, dava para resolver o problema da BR-262 e ligá-la, duplicada, até ao Triângulo Mineiro, dava para resolver o Anel Rodoviário de Belo Horizonte, onde diariamente morrem dezenas de pessoas ao longo de cada ano, e o Governo simplesmente finge que não é com ele. E eu estou referindo-me a rodovias federais.

E, olhem, o País, a República Federativa, que deveria ter, sim, espírito republicano, não distribui de forma justa aquilo que é de todos, a começar pela distribuição perversa dos impostos. Eu fui Prefeito, eu sei





que no dia a dia a Prefeitura é chamada primeiro, seja para acudir o doente no posto de saúde, seja para cuidar da educação infantil, seja para cuidar dos atendimentos elementares de saneamento e de limpeza urbana, e às vezes até da segurança, e o Município no Brasil fica com míseros 13% a 15% de tudo que se arrecada de impostos; o Governo do Estado, com pouco mais de 20%; o Governo Federal - Sra. Presidente, se não sabe disso também, nem as finanças está olhando - fica com 65% ou um pouco mais de tudo que se arrecada no Brasil, mas não tem dinheiro para melhorar as rodovias federais, não tem dinheiro para investir pelo menos 10% em saúde pública, não tem dinheiro para melhorar a educação em todo o Brasil, em qualidade, e faz a demagogia de dizer: "*Ajudei a votar um piso salarial para todos os professores*".

Nós temos de pagar um salário digno para todos os professores, mas o Governo Federal tem de parar de fazer demagogia e colocar dinheiro na educação para isso, porque ele sabe que a decisão é letra morta se não houver orçamento suficiente, e a prova disso é que hoje não pagam um piso mínimo nacional aos professores vários Estados e várias cidades governadas pelo PT, como cidades governadas pelo meu partido também, pelo PSDB. Por quê? Porque não há orçamento suficiente no Município, e a Presidente sabe disso, e o Ministro da Educação sabe disso. Sabem que os professores estão sacrificados, e que para nós garantirmos um pagamento digno aos professores nós temos de aprovar os 10% do PIB para a educação. Mas o PT e a base do Governo travaram até a última hora a votação da lei do Plano Nacional de Educação nesta Casa. O Deputado Izalci é da Comissão e sabe disso. Quando viram que estavam derrotados, eles encaminharam o voto favorável aos 10% do PIB, mas até hoje não foi sancionada a lei.

Da mesma forma, quanto aos *royalties* do petróleo, eu digo, e os Anais desta Casa, e a imprensa, pelo menos aquela que é livre neste País, estão aí para provar: a Presidente faltou com a verdade ao dizer para o Brasil que estava enviando um projeto de lei a esta Casa para destinar 100% dos *royalties* para a educação. Mentiu! Enviou um projeto de lei destinando o rendimento dos *royalties*! O dinheiro dos *royalties* destinase ao Fundo Social, e apenas o rendimento constava no projeto que a Presidenta enviou para cá para ser destinado à educação, um valor pífio, considerando a necessidade da educação.

Esta Casa votou: 50%, pelo menos, do dinheiro dos *royalties*, aí, sim, do capital, do principal, 50%; e 100% do rendimento do restante, destinando 75% para a educação e 25% para a saúde, até porque aumentamos - e muito, algo em torno de R\$ 120 bilhões a R\$ 150 bilhões em 10 anos - aquilo que a Presidenta enviou para cá, enganando o Brasil, ao dizer que eram 100% dos *royalties*.

Pois bem, o Governo da Presidenta Dilma lá no Senado derrotou essa



proposta. Piorou a proposta. Tivemos de novamente, aqui nesta Casa, corrigi-la, adequá-la, para que nós tivéssemos de fato um investimento mais expressivo dos *royalties* para a educação. Mas está resolvido o problema? Não, porque são *royalties* futuros, das jazidas que ainda forem exploradas do pré-sal no futuro; além disso, o processo de distribuição dos *royalties* entre os entes federados está parado lá no Supremo. Por que é que está parado? Porque a Presidenta Dilma vetou o projeto, aprovado por maioria nesta Casa, que distribui de maneira mais justa para todos os brasileiros os *royalties* do petróleo.

Essa é a verdade que o Brasil precisa saber, e que é difícil de fazer chegar a cada um dos senhores, porque ela chega fragmentada. Todos sabem que a corrupção no Governo Federal está enraizada, está patrocinada por esses que chegaram ao poder, e têm um projeto de poder, mas existe uma blindagem, e dizem: "*Olhem, essa corrupção não é de responsabilidade de quem está governando*". Que me expliquem isso então, Deputado Izalci! Ora, quem está governando, e está governando há 10 anos - já vamos para três mandatos -, não resolve, e diz que não tem responsabilidade nenhuma com a corrupção, e ela piora a cada ano? Quem chegou ao poder dizendo que ia fazer uma ação para melhorar a segurança no Brasil, e a criminalidade está aumentando, está piorando, e quem está lá no poder não tem responsabilidade nenhuma com a segurança? E a saúde pública, que está um caos, cada dia pior do que outro, não há nenhuma responsabilidade de quem está governando? Ora!

E ainda têm, perdoem-me a expressão, a cara de pau de virem dizer que esses são problemas herdados do passado! Para esse grupo que está aí, 10 anos são 10 dias! Para eles, 10 anos de poder não é tempo suficiente, não; eles querem mais 20, 30, 1 século. Por quê? Porque eles querem perpetuar-se no poder. Não aceitam a alternância como instrumento legítimo e natural da democracia, e não se limitam ao usar as práticas mais nefastas para isso. Primeiro, não conseguiram com todos, porque temos Deputados dignos, temos Senadores dignos, em todos os partidos, que não se submetem, mas uma boa parte fazem submeter-se. Exemplo disso foi a votação de um veto na semana passada, em que todos a que se perguntava, à luz de uma câmara de televisão, ou todos os que se dispunham a conversar com suas bases, a resposta era: "*Nós vamos derrubar os 10% de multa, que não vão para o bolso do trabalhador*", e na hora da votação só 40 Senadores se dignaram a corresponder aos anseios populares.

Talvez essa maioria seja a mesma maioria que aprovou o nome de Dias Toffoli. Por que é que eu agora vou em direção ao Judiciário? Porque, não satisfeitos de ter o Poder Executivo na mão e usá-lo como propriedade do PT porque assim fizeram com a PETROBRAS, patrimônio de todos os brasileiros, tornando-a subserviente aos desejos e caprichos do PT; assim fizeram por um bom tempo com o Banco do Brasil, patrocinando até festa do PT com dinheiro do Banco do Brasil, sem falar no mensalão, que foi patrocinado também com



parte do recurso do Banco do Brasil -, agora, além do Executivo, além do Congresso Nacional, em que todos sabem do processo de negociata, que é uma história terrível do Congresso, que ainda não se tornou maduro o suficiente, numa democracia de pouco mais de 2 décadas, agora colocam como Ministro do Supremo um cidadão cujo maior destaque em seu currículo talvez seja o de ter sido um advogado leal e fiel ao PT durante toda a sua trajetória de militância como advogado, um advogado que foi reprovado duas vezes na prova para juiz, um advogado cujo notório saber, que a Constituição preconiza para ser alçado ao cargo de Ministro do Supremo, no caso dele restringe-se ao bacharelado em Direito, não tendo uma especialização, não tendo um doutorado, e a imparcialidade, a condição de ilibada moral, está manchada por um processo, ou dois processos, segundo consta no Judiciário, de condenação no Estado do Amapá.

O PT, para mais algumas décadas no poder, como querem, nomeia um Supremo inteiro, Srs. Deputados! Nomeia um Supremo inteiro, sem nenhum constrangimento de dizer: *"Você tem carteirinha do PT? Você já advogou para o PT?"*

É por isso que o Brasil está correndo risco! É esse projeto de poder que larga o Brasil, num momento difícil como este, e bota a caravana na estrada, fazendo campanha. Fazendo campanha! É a isso que eu estou assistindo, com a Presidente indo só este ano a Minas Gerais, coisa que ela não fez nos 2 primeiros anos de Governo, seis ou sete vezes, para não entregar nenhuma obra significativa, para ir a uma formatura do PRONATEC!

Ora, com o aparato que ela levou para ir a Minas Gerais para uma formatura do PRONATEC, o custo, saibam os cidadãos que estão ouvindo-me, é muito maior do que custou formar os 100 alunos, ou pouco mais de 100 alunos de que ela foi testemunhar a diplomação: dois grandes aviões da FAB, toda uma comitiva - olhem, eu, sem medo de errar, posso assegurar que um deslocamento desses não custa menos do que uns R\$ 200 mil para os cofres públicos. É muito dinheiro! Mais do que custou o curso, propriamente, que foi ministrado. Mas a Presidente pode, e precisa ir, porque ela tem de dizer que é mineira, que vai muito a Minas Gerais. E o Anel Rodoviário de Belo Horizonte continua abandonado, a BR-381 abandonada, a segurança pública está um caos.

Então, Sr. Presidente, eu caminho para concluir, dizendo que o povo brasileiro precisa, sim, continuar mostrando que está indignado, indo às ruas, debatendo, cobrando de todos, indiferentemente de partido, cobrando de cada um de nós coerência, transparência, seriedade na hora de se votar, e votar aberto aqui, de maneira clara, para que o cidadão saiba qual é a posição que se está adotando em nome dele, porque na minha posição aqui eu falo em nome de quem me colocou aqui, e eu não tenho o direito de esconder essa posição.



Portanto, Sr. Presidente, só há uma salvação para o Brasil: a participação popular, sim, isso que começou a acontecer, e que eu espero que continue de forma pacífica, pelas redes sociais, pelas mobilizações nas ruas, para que o Brasil diga: chega! Chega de corrupção! Chega de nos enganarem!

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) - A Presidência cumprimenta o nobre Deputado Domingos Sávio pelo seu pronunciamento. Acredito que as críticas formuladas haverão de oportunamente ser apreciadas nesta Casa, certamente pelo Líder do Governo, que se pronunciará a esse respeito, oferecendo a V.Exa. e à própria Casa aquelas explicações que se fazem necessárias para elucidação dos fatos que foram apontados por V.Exa. com o brilho oratório que caracteriza a sua atuação no plenário desta Casa.

Cumprimento-o pelo pronunciamento, e aguarde que a Liderança do Governo oportunamente ofereça os embargos ao seu pronunciamento.

---

Documento 53/59

---

322.3.54.O

Sessão Deliberativa Ordinária 15/10/2013-14:10  
- CD

Publ.: DCD - 16/10/2013 - DR. UBIALI-PSB -SP  
47693

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

### **Sumário**

Relação entre a queda da pobreza e do analfabetismo entre adultos e a diminuição do índice de mortalidade infantil. Importância da dotação de infraestrutura de água e esgoto nas municipalidades brasileiras para controle das doenças da infância. Compromisso do orador com o combate acirrado à corrupção no País.

---

**O SR. DR. UBIALI** (PSB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde que assumi meu mandato de Deputado Federal busco recursos para a saúde, defendo as pessoas com deficiência e tenho comigo que somente a educação



permite que as pessoas progredam na vida de maneira sustentável.

Não tenho dúvidas de que a educação é o caminho, a melhor forma de termos um país desenvolvido, de Primeiro Mundo, onde a saúde não seja apenas um direito constitucional no papel, mas sim uma realidade. A educação deve permitir que o cidadão busque seus direitos e que com isso as pessoas não tenham que esperar na fila por cirurgias eletivas, por um tratamento de câncer. Aliás, mesmo com a lei que aprovamos aqui nesta Casa, estabelecendo que o início do tratamento tem o prazo de 60 dias, vi hoje no jornal *Bom Dia Brasil* que, no Rio de Janeiro, a espera tem sido de 90 dias, o que só faz piorar o prognóstico de cura dos pacientes com câncer. Isto é ferir o direito à vida do cidadão!

Defendo que tenhamos uma educação de qualidade que realmente ensine ao aluno aquilo que seja útil na sua vida, que seja um ensino prático, utilizável.

As minhas convicções do poder de Migração Social da Educação foram reforçadas por dados coletados no Censo de 2010, onde há uma demonstração clara de que a cada ponto percentual retirado da taxa de analfabetismo da população adulta faz com que haja uma diminuição de 4,7 pontos percentuais na morte de crianças. Também ficou demonstrado que, ao melhorarmos em 1% a educação da população, retirando-as do analfabetismo, temos a expressiva queda de quase 5% na mortalidade infantil.

Esses dados não deixam dúvidas de que a mortalidade infantil está diretamente associada à falta de estudo dos pais. E fica também claro nos dados analisados que o analfabetismo tem mais influência na mortalidade das crianças do que a pobreza e o saneamento básico.

É fácil compreendermos o porquê dessa relação entre as pessoas analfabetas e o aumento da mortalidade infantil, uma vez que sabemos que é a educação que nós ensina os princípios de higiene e nós dá conhecimento sobre a importância da prevenção na saúde.

Como os dados desse levantamento sobre analfabetismo e mortalidade infantil são dos 5.565 Municípios brasileiros, podemos, por meio de métodos estatísticos, verificar que a maior causa de mortalidade infantil no Brasil está relacionada à taxa de alfabetização da população com mais de 18 anos. Isso deixa claro que, se 1% dos adultos analfabetos de uma cidade forem alfabetizados, teremos, em média, 47 crianças sobrevivendo à primeira infância, de cada 10 mil nascidos vivos.

Com essas informações fica fácil compreender o impacto da alfabetização de adultos sobre a mortalidade de crianças, e, principalmente, entender o fato de que sua importância é ainda maior do que o da pobreza e do saneamento básico.



Sabemos que, às vezes, a família é pobre, a casa não tem saneamento básico. Mas com um mínimo de instrução, com educação sanitária e cidadã básica a mãe consegue que o filho tenha acesso a programas sociais do Governo e entende as instruções do agente de saúde. Com isso ela passa a se preocupar e compreender a importância das medidas preventivas, como o simples gesto de lavar as mãos antes das refeições, seguir os programas de pré-natal, vacinações e programar uma alimentação adequada para sua família.

Além disso, foi constatado também na pesquisa que quanto maior a educação materna maior as chances de doenças infantis serem diagnosticadas mais cedo, já que uma mãe com nível educacional melhor reconhece mais rapidamente os sintomas de doenças.

Mesmo considerando a importância do analfabetismo da falta da educação formal e regular, como a principal causa do aumento da mortalidade infantil, devemos lembrar que esses mesmos dados demonstram que o segundo fator mais importante e de maior peso para mortes infantis é a pobreza. Se quisermos salvar nossas crianças temos que melhorar a renda das famílias, combater a pobreza. Cada ponto percentual a mais na renda faz diminuir 2,8 pontos da taxa de mortalidade na infância. Por isso, um país para proteger suas crianças, tem que ser mais equilibrado na distribuição de suas riquezas. Não podemos admitir que uns tenham tanto e outros não tenham nada!

Educar as pessoas, combater a pobreza são fatores fundamentais, mas o terceiro fator que diminui a mortalidade infantil é o acesso à água potável e o esgoto tratado. É verdade que o impacto é bem menor que o analfabetismo e a pobreza, mas a cada ponto percentual que se avança, oferecendo saneamento básico, a mortalidade infantil cai 0,8 ponto.

Vida é vida, e uma só vale todo o investimento que fizermos para preservá-la.

Se quisermos entender os dados do Ministério da Saúde que mostram a taxa de mortalidade de 62% das crianças com até 5 anos de idade, em várias áreas de nosso País, basta combinarmos as três variáveis: analfabetismo, pobreza e água e esgoto.

Diante desses dados, para mim fica claro que está na hora de mudarmos a realidade do nosso País e cuidar das nossas crianças, principalmente as com até uma semana de vida, onde está o grupo com maior número de mortes infantis.

Para fazermos este ato de cidadania, de saúde pública, precisamos cuidar dos adultos e adolescentes, melhorando a sua educação. bem como trabalharmos para que a escola pública regular tenha competência de ensinar e manter o aluno no ensino, diminuindo a



evasão escolar e proporcionando às pessoas mais carentes uma educação de qualidade, uma educação digna, o que hoje ainda não há.

Reafirmo que a educação é a base da sociedade sustentável e fraterna, e que sem educação regular pública de qualidade não temos nada. A educação com qualidade é a base, e é com uma base forte que se constrói um país digno.

O Brasil precisa disso! Vamos mudar a realidade do nosso País e cuidar das nossas crianças, do nosso povo, pensando mais nos interesses coletivos do que nos individuais, trabalhando com transparência e, principalmente, combatendo a corrupção.

Um país onde corruptos e corruptores não são punidos não é um país sério.

Um país como o nosso onde ainda há um número elevado de analfabetos, que deixa suas crianças morrerem por pais analfabetos ou alfabetizados tão precariamente que não compreendem um texto, um país onde pobreza ainda atinge milhões de brasileiros, em que a falta de saneamento básico ainda é a realidade de muitas cidades e casas também é o que tem alto índice de corrupção - e, com corruptos que não são punidos e presos, não respeita seu futuro como nação.

O meu compromisso é com o Brasil, é com a saúde para todos, é com educação de qualidade e com um combate incansável e constante contra a corrupção.

Homens e mulheres de bem, vamos juntos lutar contra os corruptos, vamos juntos lutar contra aqueles que querem o poder pelo poder, que utilizam o bem público como privado! Não podemos mais tolerar isso!

Lugar de bandido e ladrão é na cadeia e não na administração pública!

Obrigado.

---

Documento 54/59

---

349.3.54.O

Sessão  
Extraordinária - CD

Deliberativa 31/10/2013-09:24

Publ.: DCD - 01/11/2013

- 51480

LUIZ COUTO-PT -PB

CÂMARA

DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES



---

**Sumário**

Combate à corrupção no País. Solicitação ao Colégio de Líderes de inclusão na pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 422, de 2005, sobre a criação de varas especializadas para julgamento de ações contra atos de improbidade administrativa.

---

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante perceber que nós temos que combater, cada vez mais, esta chaga que ainda persiste em nosso País: o processo de corrupção.

Eu tenho uma PEC que está pronta para ser votada que cria, em cada Tribunal de Justiça, vara especializada para julgar crimes de improbidade, crimes de corrupção. Essa PEC, até hoje, não veio para o plenário, e já está pronta. Não sei a razão. Nós já pedimos várias vezes para colocá-la em pauta, em votação, para que nós possamos dar celeridade a julgamentos. Não é possível que alguém corrupto continue exercendo função por falta de celeridade, porque hoje, para ser julgado, fica esperando a relação.

Então, nesse aspecto, peço novamente ao Colégio de Líderes que coloque a PEC nº 422, de 2005, em votação, em dois turnos, nesta Casa, para que seja votada no Senado e promulgada, dando condições efetivas para que cada tribunal possa ter uma vara especializada só para julgar esses crimes.

---

Documento 55/59

350.3.54.O

Sessão Não Deliberativa de 31/10/2013-14:36  
Debates - CD

Publ.: DCD - 01/11/2013 -  
51535

DR. ROSINHA-PT -PR

CÂMARA  
DEPUTADOS

DOS PEQUENO EXPEDIENTE

PEQUENO  
EXPEDIENTE  
DISCURSO

---

**Sumário**

Defesa de promoção, pelo movimento Bom Senso Futebol Clube, de amplo





debate sobre o futebol brasileiro.

---

**O SR. DR. ROSINHA** (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, anos atrás participei, nesta Casa, da CPI da CBF/Nike, que comprovou fortes suspeitas de corrupção e de fraude dentro da Confederação Brasileira de Futebol, principalmente por parte do Sr. Ricardo Teixeira. Na ocasião, infelizmente, o nosso relatório não foi aprovado. Mas, dia após dia, as denúncias contra Ricardo Teixeira e a CBF cresceram, até que chegou o momento em que ele renunciou ao seu cargo. Assumiu o cargo o então Vice-Presidente Marin, que tem história política complicada ou, no mínimo, de muita conivência e participação durante a ditadura militar em nosso País. Ele se mantém na presidência até agora, sem ter tido um voto sequer, e não aceita fazer outra eleição. Está se aproximando o ano da Copa, e o Sr. Marin insiste em continuar na presidência.

No período da CPI da CBF/Nike, constatamos corrupção também na maioria das federações de futebol. Portanto, não havia possibilidade de esses presidentes cobrarem honestidade, ética e moralidade do Sr. Ricardo Teixeira. Tampouco têm como cobrar isso hoje do Sr. Marin.

Os jogadores de futebol, de maneira geral, não se movimentam. De maneira geral, são vítimas dos desmandos das federações e dos dirigentes dos clubes, até porque representam o elo mais frágil de todo o processo. Caso façam algum tipo de protesto, podem ser sacados do time.

Recentemente, jogadores, por meio do movimento Bom Senso Futebol Clube, têm-se manifestado contra a tabela. Mas é muito pouco manifestarem-se contra a tabela. Quero ver o dia em que eles vão se manifestar favoravelmente à democratização de todo o sistema, à democratização das federações, à democratização da FIFA e da CBF e a mais respeito nas relações de trabalho.

Nós votamos nesta Casa o fim da Lei do Passe. Eles eram escravos dos clubes de futebol, que os compravam e os vendiam como se fossem mercadorias. Hoje eles têm a liberdade de assinar contrato. Porém, a liberdade que ganharam por meio da legislação, eles a entregaram a empresários corruptos do futebol. Comem hoje na mão de empresários, não fazem absolutamente nada sem os empresários.

Então, o Bom Senso Futebol Clube poderia também começar a discutir todas as relações do futebol.

Hoje, eu não sei por que ainda se torce por time de futebol. Todos os grandes times são empresas. Não há razão nenhuma para eu vestir a camisa de uma empresa. Não há razão nenhuma para eu perder meu tempo dando dinheiro a uma empresa ou ficar apaixonado por uma



empresa e vestir a sua camisa. As camisas dos times hoje são verdadeiros *outdoors*. Não existe clube de futebol com camisa limpa, somente com o escudo do time.

O Bom Senso Futebol Clube tem muita coisa pela frente. Eu sei que talvez seja difícil pedir a eles que, de uma hora para outra, façam essa luta. Mas há aqueles que estão começando, e os veteranos é têm que lutar pela democratização do futebol, pela transparência dos clubes - agora são empresas, não são mais clubes - e principalmente pela transparência nas federações.

Eu desejo boa sorte ao Bom Senso Futebol Clube. Desejo que vá longe, porque é necessária essa moralização. É preciso somarmos forças pela moralização do futebol e pelo fim do autoritarismo e da corrupção nas federações e nos clubes.

---

Documento 56/59

---

356.3.54.O	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 05/11/2013-14:42
Publ.: DCD - 06/11/2013 - 51999	DELEGADO PROTÓGENES-PCDOB -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

---

### ***Sumário***

Relevância dos serviços prestados pelo Procurador da República Rodrigo de Grandis no combate à corrupção. Defesa de apuração rigorosa de denúncia de prevaricação praticada pelo Procurador a República. Efetiva punição de corruptos e corruptores no Brasil.

---

**O SR. DELEGADO PROTÓGENES** (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Sr. Deputados, mais uma vez a República encontra-se sob ameaça. Agora por causa da conduta do Procurador da República Rodrigo de Grandis, que no passado fez relevantes trabalhos para este País, trabalhos esses que deixaram registrados de forma indelével o talento e a competência profissional desse Procurador da República no Estado de São Paulo no combate à corrupção.



Foram inúmeros os casos em que ele atuou, Sr. Presidente. Trabalhei com o Procurador da República Rodrigo de Grandis. Se o banqueiro corrupto Daniel Dantas hoje está condenado em primeira instância, é graças ao trabalho que nós realizamos na Polícia Federal. E foi desse Procurador que partiu a denúncia que levou esse banqueiro corrupto, que ameaça esta República, a ser condenado a 10 anos de cadeia e ao pagamento de 12 milhões de reais de multa. E mais: ele indicou para bloqueio mais de 3 bilhões de dólares.

Como é que se pode, agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, desconfiar do trabalho e da história do Dr. Rodrigo de Grandis, que não só trabalhou no caso de Daniel Dantas, o banqueiro da Operação Satiagraha, como também em inúmeros casos? O Procurador Rodrigo de Grandis trabalhou inclusive no caso de todos os filhotes do caso Banestado. Foram relevantes trabalhos.

Agora, nós não podemos também deixar de representá-lo, como a Câmara tomou a iniciativa - o Deputado Ricardo Berzoini e o Líder da bancada do PT, Deputado José Guimarães -, junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, a fim de investigar se o documento foi arquivado numa pasta, se foi esquecido. Quais foram os responsáveis por essa omissão? Ao que consta da história funcional do Procurador da República Rodrigo de Grandis, não há nenhum ato omissivo, nenhum ato de prevaricação. Muito pelo contrário. Foram ações relevantes, ações enérgicas e comprometidas com a democracia desta República.

Sr. Presidente, é grave a acusação que paira sobre o Ministério Público Federal. São graves também as insinuações que pairam sobre esse jovem Procurador da República. Mas algo de podre existe nesse "Reino da Dinamarca", algo de podre existe para acobertar os desmandos e as prevaricações do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que entregou as riquezas do nosso País e está aí, impunemente, ainda dando as cartas neste Governo.

Sr. Presidente, estou aqui na tribuna para defender o povo brasileiro, a República Federativa do Brasil, e para dizer: se é que há punição, tem que se punir a todos nesta República; se é que há corrupção, tem que se explicar por que essa proteção institucional, inclusive no Supremo Tribunal Federal, do banqueiro corrupto Daniel Dantas; se é que há proteção, tem que se explicar o caso dos empresários corruptores de toda a estrutura de trens e metrô do Estado de São Paulo, e não desviar o foco para um jovem Procurador que desempenha e sempre desempenhou o seu trabalho na história do Ministério Público Federal com o comprometimento do combate à corrupção.

Tem, sim, que apurar. Corruptos e corruptores têm que pagar, nesta República. Os bilhões de dólares, Sr. Presidente, não estão na cadeia pública. Os bilhões de dólares não estão, como eu já afirmei em várias



situações, com os criminosos comuns que abastecem as cadeias públicas - pobres, negros, desempregados, desassistidos -, pagando pelo que o Estado se compromete a fazer. O Estado só existe porque bota pobre na cadeia. O Estado só existe porque bota pequenos corruptos na cadeia.

Agora temos o caso das fraudes e da corrupção na Prefeitura de São Paulo. Cadê os corruptores? É muito fácil pegar arraia-miúda e colocar no mesmo saco. No caso do mensalão, envolvendo o PT, pegaram alguns Deputados Federais, como o Deputado João Paulo Cunha, o Deputado José Genoíno e o ex-Deputado e ex-Ministro José Dirceu. Cadê os bilhões de dólares de recursos públicos que esses Parlamentares desviaram? Que julgamento é esse, Sr. Presidente?

Queremos, sim, que haja punição aos ladrões da República, e não que se peguem essa arraia-miúda e bodes expiatórios.

---

Documento 57/59

---

393.3.54.O	Sessão Não Deliberativa de Debates 29/11/2013- - CD	11:09
Publ.: DCD - 30/11/2013 - 56828	LUIZ COUTO-PT -PB	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES	COMO LÍDER DISCURSO

---

### ***Sumário***

Solidariedade ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e ao Deputado Estadual Simão Pedro, do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, alvos de críticas de setores da Oposição. Lançamento, pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, no Panamá, da Campanha Zero Corrupção - 100% Desenvolvimento, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional Contra a Corrupção. Regozijo com declaração da Presidenta da República, Dilma Rousseff, favorável às parcerias entre o Governo Federal, Estados e Municípios, durante evento ocorrido em Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Elogio ao Governo Federal pelas ações de combate à corrupção no Brasil. Emenda da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Casa destinada à Advocacia-Geral da União, para o fortalecimento das ações anticorrupção. Lançamento, pelo Ministério da Justiça, de campanha publicitária sobre os ajustes feitos no Programa Crack, É Possível Vencer. Importância dos investimentos em educação para a redução da criminalidade



no País.

---

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria manifestar a minha solidariedade ao companheiro Ministro José Eduardo Cardozo e ao Deputado Estadual Simão Pedro, do PT de São Paulo, diante das acusações levianas que são a eles dirigidas, quando na realidade o que fizeram foi solicitar à Polícia Federal, que tem o poder de investigação, que é uma polícia republicana, que fizesse a investigação das denúncias que foram encaminhadas.

Então, manifesto a minha solidariedade, com a certeza de que estão fazendo aquilo que é da competência de qualquer servidor público, ou seja, recebendo denúncias, mandá-las a quem de direito para investigá-las.

Sr. Presidente, eu falo também de outras questões importantes. Primeiro, do lançamento que foi feito, no dia 26 deste mês, no Panamá, de uma campanha da ONU intitulada *Zero Corrupção - 100% Desenvolvimento*. Sr. Presidente, essa campanha foi criada por um estudante de Ruanda chamado Loic Christian Muhunde, para marcar o dia 9 de dezembro, o Dia Internacional Contra a Corrupção.

Essa campanha da ONU tem a intenção de mostrar quais são os efeitos corrosivos da corrupção. Dinheiro que deveria ser aplicado na educação, na saúde, na segurança pública, em saneamento básico e na geração de empregos é desviado. Segundo a ONU, os países em desenvolvimento perdem, todos os anos, entre 20 bilhões e 40 bilhões de dólares para a corrupção.

Nós queremos parabenizar o nosso Governo, através da Advocacia-Geral da União - AGU, que tem inclusive conseguido, através de suas ações, fazer com que recursos que foram enviados para o exterior retornem para o Brasil. A Controladoria-Geral da União - CGU tem feito auditorias para impedir que gestores públicos continuem roubando, desviando dinheiro público. O Ministério Público também tem feito um trabalho excelente, bem como a Receita Federal e a Polícia Federal. Enfim, todos esses órgãos estão agindo no combate à corrupção. Mas esse combate tem que ser feito por todo mundo. A sociedade tem que combater contra essa chaga que é a corrupção.

E a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa destinou mais recursos para o enfrentamento dessa questão, através de uma emenda, pela Advocacia-Geral da União - AGU, para que ela continue fazendo, em nome do Governo Federal e em nome das representações públicas, esse trabalho de defesa daquilo que é público, daquilo que é republicano.



Sr. Presidente, também quero parabenizar a nossa Presidenta Dilma Rousseff, que, ontem, em Florianópolis, disse o seguinte: "*Parcerias entre o governo federal, estados e municípios são um aprimoramento da democracia no Brasil*". E eu poderia até acrescentar o seguinte: não somente o aprimoramento da democracia, mas também da cidadania e da transparência que deve haver. E veja que o Governo faz parceria com todos os 27 Estados do Brasil, com o Distrito Federal e com mais de 5.500 Municípios, diferentemente de outros Governos, que faziam um processo seletivo. Então, nesse aspecto é que nós consideramos importantes essas parcerias.

Tem gente que acha que não, mas é assim mesmo. O Governo não pode fazer escolhas, o Governo tem que fazer parcerias e cobrar que aqueles recursos que foram encaminhados sejam bem aplicados, ou seja, fiscalizar que isso efetivamente aconteça. Infelizmente, nós verificamos que, em alguns Municípios, Sr. Presidente, gestores têm desviado recurso público. A Polícia Federal, numa só operação, identificou 221 Municípios em que os gestores desviaram dinheiro do FUNDEB, para a educação, e do Fundo Nacional de Saúde, para a saúde.

Enfim, com isso mostro que há necessidade, sim, de um combate à corrupção. E a ONU, bem como o Governo brasileiro, estão fazendo-o. O nosso Governo não faz parceria olhando a questão partidária. Ele faz parceria sem olhar partido político, ou seja, para o Governo é fundamental que os recursos sejam aplicados - e bem aplicados - e que tragam qualidade de vida.

Por isso, quero parabenizar a nossa Presidenta Dilma Rousseff por essa declaração, que é resultado de uma prática.

E o último assunto, Sr. Presidente, é o lançamento, também por parte do Ministério da Justiça, de uma campanha de combate ao *crack*. Uma pesquisa encomendada pelo próprio Ministério da Justiça diz que 370 mil moradores das principais capitais do nosso País usaram *crack*, usaram pasta-base, usaram merla e usaram oxi, em 2012. Essa pesquisa também revela que 14% dos usuários, ou seja, mais de 50 mil, são crianças e adolescentes. Daí, Sr. Presidente, a preocupação que nós devemos ter, porque crianças estão sendo induzidas para o tráfico e para o consumo dessas drogas.

E a pesquisa revela ainda que a maioria dos usuários é formada por homens solteiros, negros, pardos e indígenas com baixa escolaridade. Setenta e nove por cento dos usuários declararam que querem se tratar, mas disseram que têm dificuldades em obter apoio em postos de saúde.

O Governo vai lançar essa campanha colocando aquilo que é fundamental no programa de combate ao *crack* e a outras drogas.



Quero parabenizar o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pelo lançamento desta campanha, que faz parte do Programa Crack, É Possível Vencer. O Ministro José Eduardo Cardozo tem feito um excelente trabalho, tem feito um trabalho republicano e, por isso, muitas vezes recebe críticas, recebe calúnias, injúrias, difamações. Mas é assim mesmo para quem age corretamente, para quem se contrapõe às trevas. Ou seja, quem anda nas trevas tem medo da luz, corre da luz, faz tudo na escuridão.

Continue assim, trabalhando, numa ação republicana, recebendo as denúncias e encaminhando-as para quem de direito, que, no caso, é o Ministério Público e a Polícia Federal. Muito nos alegra a ação do nosso Governo. E temos a certeza de que estamos no caminho certo para combater a corrupção, para combater as fraudes, para combater as sonegações, para combater a violência e, finalmente, para combater essa chaga que é a questão das drogas.

Sr. Presidente, da próxima vez falarei sobre outra pesquisa, com a qual fiquei muito preocupado, feita com jovens de 18 anos a 29 anos de idade, que revela a desinformação, o preconceito que têm esses jovens com relação à questão da violência contra as mulheres, contra os homossexuais. Falarei melhor sobre essa pesquisa depois.

Para nós é fundamental investir na educação. Eu digo sempre: violência não se resolve com aumento de pena; violência se resolve com educação. Educação para todos, educação de qualidade, educação para a cidadania, para que as pessoas possam ser preparadas para ser cidadãs, lutar e cobrar os seus direitos, mas também para exercer a plenitude dos seus deveres. Porque muita gente quer saber muito de seus direitos, mas esquece que, para cada direito que nós temos, há múltiplos deveres. Eu fico preocupado com isso. Nós temos que investir em educação.

Nas minhas emendas, Sr. Presidente, há sempre dois aspectos importantes - ou melhor, três, porque acho que a segurança pública é um elemento importante também, pois o direito de vir e a liberdade do cidadão são fundamentais: a educação e a saúde, para a qual já destinava 50%, além da segurança pública.

Nós consideramos importante cuidar para que cada cidadão, para que cada cidadã tenha o direito fundamental à educação, a uma educação de qualidade, educação para todos, educação para a cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



---

Documento 58/59

---

413.3.54.O Sessão Deliberativa 12/12/2013-09:26  
Extraordinária - CD  
Publ.: DCD - 13/12/2013 FÁBIO TRAD-PMDB -MS  
- 59402  
CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES  
DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES  
DISCURSO

---

### ***Sumário***

Transcurso do Dia Internacional de Combate à Corrupção. Situação do Brasil no ranking do Índice de Percepção da Corrupção do Setor Público, elaborado pela organização Transparência Internacional. Balanço positivo das iniciativas jurídico-legais tomadas em 2013 e destinadas ao combate à corrupção no Brasil. Imediata votação pela Casa do projeto de lei sobre o enquadramento como hediondo do crime de corrupção.

---

**O SR. FÁBIO TRAD** (PMDB-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que considere como lido o meu discurso, em que faço reflexões sobre o índice elaborado pela organização Transparência Internacional, que rebaixa em três pontos a colocação do Brasil no Índice de Percepção da Corrupção do setor público, *ranking* que avalia 176 países e no qual subimos do 69º lugar, em 2012, para o 72º lugar, numa escala que vai de zero, para os menos corruptos, a 100, para os mais degradados pela corrupção.

Eu faço um apelo à Mesa Diretora da Casa para que votemos, ainda este ano, o projeto que transforma em crime hediondo o crime de corrupção. Por exemplo, o crime de estupro é considerado crime hediondo, mas o crime de estupro, quando ocorre, provoca uma vítima. E o crime de corrupção tem como vítima a sociedade inteira. Este crime, sim, deve ser considerado hediondo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, duas razões deveriam, em tese, ser suficientes para anular a adoção de um Dia Internacional de





## Combate à Corrupção.

A primeira, de natureza pragmática, é a de que todo dia deveria ser dia de combate à corrupção. A segunda razão, de inspiração mais subjetiva, é a de que simplesmente não deveria haver corrupção a ser combatida. Ao menos nos regimes autoproclamados democráticos e civilistas.

Como nenhuma das duas razões idealistas prevalece no mundo real, então que permaneça o Dia Internacional de Combate à Corrupção.

Ainda agora, a Transparência Internacional acaba de rebaixar em três pontos a colocação do Brasil no Índice de Percepção da Corrupção do setor público, *ranking* que avalia 176 países e no qual subimos do sexagésimo nono lugar, em 2012, para o septuagésimo segundo lugar, numa escala que vai de zero, para os menos corruptos, a cem para os mais degradados pela corrupção.

Marcado pelo desfecho do emblemático julgamento da Ação Penal 470 e por condenações, em diferentes instâncias, de juízes, desembargadores e parlamentares, este ano de 2013 registrou outras importantes iniciativas jurídico-legais, como a instauração, no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, de treze ações que denunciam um número expressivo de corruptores e corruptos, além do que, neste ano da graça de 2013, o Senado aprovou o Projeto de Lei, ora em tramitação nesta Casa, que tipifica como hediondo o crime de corrupção.

Também de 2013, a Lei 12.846 assegura a responsabilização de empresas envolvidas em corrupção, ampliando o alcance da Lei de Improbidade Administrativa.

Porém, essa convergência de decisões judiciais emblemáticas, leis mais rigorosas e abrangentes aprovadas pelo Congresso e ações afirmativas adotadas por instituições como o Conselho Nacional de Justiça não foi capaz de atenuar, na sociedade, a sensação de que a corrupção segue tão perniciosa como antes.

Para concluir, Sr. Presidente, o grande brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência, já dizia que *"a maior corrupção se acha onde a maior pobreza está ao lado da maior riqueza"*.

Muito mais que no alvorecer da Pátria independente, o enorme e trágico fosso das desigualdades socioeconômicas que faz hoje a apartação entre um Brasil opulento e perdulário e outro Brasil da imensa maioria de deserdados do processo de desenvolvimento fermenta o caldo de cultura onde vicejam todas as cepas do vírus da corrupção endêmica.



Muito obrigado.

---

Documento 59/59

---

423.3.54.O Sessão Não Deliberativa de 20/12/2013-09:30  
Debates - CD  
Publ.: DCD - 21/12/2013 - LUIZ COUTO-PT -PB  
60885  
CÂMARA DOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO  
DEPUTADOS EXPEDIENTE DISCURSO

---

### ***Sumário***

Mensagem do escritor Agassiz Almeida ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, a respeito do julgamento da Ação Penal 470, relativa ao escândalo do mensalão. Estatística da Polícia Federal sobre operações de combate à corrupção no Estado da Paraíba. Congratulações ao Fórum Paraibano de Combate à Corrupção e à Polícia Federal pela atuação em defesa da sociedade.

---

**O SR. LUIZ COUTO** (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, leio uma mensagem do escritor Agassiz Almeida ao Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do STF.

Agassiz Almeida é escritor, ativista dos direitos humanos, ex-Deputado Federal Constituinte e autor de várias obras: *A República das Elites*, *A Ditadura dos Generais* e, recentemente, lançou *O Fenômeno Humano*. Ele é considerado pela crítica um dos grandes ensaístas do País.

Ele encaminha esta mensagem, que leio na íntegra:

*"Desde o nosso período colonial que o povo brasileiro sofre duas formas cruéis de opressão no seu processo de desenvolvimento: a espoliação por uma elite egoísta e excludente, e, recentemente, nas últimas décadas, se vê manipulado por espetáculos circenses nos quais se dão as mãos a hipocrisia, o cinismo e a avidez pelas manchetes midiáticas.*



*O que assistimos hoje? Como há dois mil anos nas arenas do Coliseu romano, expõem-se acusados, acunhados de os condenados do mensalão, à execução da opinião pública, num monumental anfiteatro comandado por magistrados transvestidos de Catão incorruptível, e, remontando aos idos tempos, em verdadeiros sobas africanos.*

*Molière não faria melhor encenação. Embalada nos frenéticos aplausos da massa humana, idólatra desses novos deuses, a mídia televisiva e a internet, a alta corte do país dita uma nova ordem de moralismo, mesmo violentando os mais elementares princípios e normas do Estado Democrático de Direito. Todos procuram tripudiar nos vencidos.*

*Vem-me um horror sarcástico desse cenário teatral por trás do qual grassa nas antecâmaras dos poderes corrupção epidêmica, escancarada nas obras faraônicas, sobretudo no Judiciário.*

*Aplaudam-se os magistrados na ação punitiva aos condenados de alto coturno, e que ela se estenda implacavelmente por todo o país a prefeituras e tribunais superiores.*

*Que não fique, Sr. Ministro, na consciência do povo brasileiro a frustração melancólica de que mais um espetáculo circense foi montado. O juiz Lalau nos deixou de sobreaviso. Desde então, quem foi condenado?*

*A mais condenável ação de um dirigente do poder é arrastar às fronteiras do engodo a consciência de um povo.*

*Cansa-se a nação das demagogias e hipocrisias. Existe um abismo entre o povo brasileiro e a nação. Ele precisa de um estadista que desafie os grandes problemas e aponte as soluções, e não de populistas de ocasião.*

*Façamos deste Brasil uma nação conduzida por um povo forte e livre, e não um empanturrado país manipulado por elites egoístas e venais.*

*Os indignados repelem a passividade satisfeita que uma mídia comprometida quer impor ao povo brasileiro.*

*Entre o ruído que a condenação dos acusados do mensalão provoca e a esperança do povo, uma verdade eclode: que este julgamento não seja apenas uma peça teatral, porta larga por onde os corruptos e os irresponsáveis gestores públicos trafeguem.*

*Condenar não basta, Sr. Ministro, urge convocar a consciência da nação para uma nova ordem de respeito aos recursos públicos. A sensação de que tudo isso é mais uma encenação midiática levará à desolação do povo brasileiro, tão malbaratado por poderosas forças.*



*Saudações democráticas.*

*Agassiz Almeida."*

Registro a mensagem desse paraibano que é uma referência e que muito nos honra como ex-Parlamentar desta Casa, Agassiz Almeida.

Mas, Sr. Presidente, aproveito este tema para mostrar um dado que a Polícia Federal do meu Estado informa na matéria *"Corrupção fez Paraíba perder R\$ 600 milhões por ano."*

*"Polícia Federal diz que os números do crime superam os do tráfico de drogas. São 437 inquéritos em andamento no Estado.*

*A corrupção retira dos cofres públicos da Paraíba aproximadamente R\$ 600 milhões por ano, o que equivale a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. O cálculo é feito com base no estudo de percepção da corrupção do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec), da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), que é utilizado como parâmetro pelo Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco).*

*No Estado, os números da corrupção superam os do tráfico de drogas, segundo relatório da Polícia Federal. Somente este ano, a PF já contabiliza 437 inquéritos em andamento que investigam os crimes, dos quais 176 foram instaurados de janeiro a setembro, enquanto que o tráfico de entorpecentes, no mesmo período, só teve 23 procedimentos instaurados.*

*O montante desviado por ano no Estado seria suficiente para construir pelo menos 15 mil casas populares, no valor de R\$ 40 mil, cada uma. Também poderiam ser construídas 395 creches ou 451 escolas-padrão. Para reduzir os efeitos da seca, seria possível contratar 85.714 carros-pipa, cada um no valor de R\$ 7 mil."*

Isso é para mostrar, Sr. Presidente, que nós temos que fazer esse combate contra a corrupção. A corrupção é o grande ralo por onde o dinheiro público está sendo desviado. Enquanto isso, a saúde, a educação, o saneamento, a infraestrutura, a segurança pública começam a exigir mais.

Não é possível que nós continuemos apenas dependendo de operações da Polícia Federal. É preciso uma ação conjunta - Governo Federal, Governos Estaduais, Governos Municipais, Ministério Público, Defensoria, Judiciário, Legislativo - para que nós possamos dar um basta nessa chaga que é a corrupção. A corrupção tem que ser combatida, porque está, com certeza, desviando o dinheiro que deveria ir para a saúde, para a educação, para a segurança pública, para a



geração de emprego.

Nesse sentido, quero também parabenizar o Fórum Paraibano de Combate à Corrupção pela ação que faz, bem como a Polícia Federal, que tem realizado a sua tarefa.

Nós esperamos que a nossa Presidenta possa receber a representação dos agentes da Polícia Federal para que eles possam conversar com S.Exa. sobre a sua pauta, e que as reivindicações possam ser atendidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

---